MC
MercadoComum
30 ANOS
mercadocomum.com

# MercadoComum®

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 317 | MAIO DE 2023

Brasil continua campeão das taxas reais de juros mais elevadas do mundo. Até quando?

Pág 63

FMI: recuperação econômica perdura, mas o futuro continua incerto.

Pág 94

# Brasil deverá gastar, apenas neste ano, cerca de R$ 900 bilhões com despesas de juros sobre a dívida pública

**Valor corresponderá a mais de US$ 180 bilhões - 8,8% sobre o PIB-Produto Interno Bruto brasileiro e consumirá 1/4 de toda a arrecadação tributária nacional**

**Pág. 58**

PORTOGALLO
FAMILY OFFICE
*Não administramos fortunas.*
*Administramos futuros.*

**Nossa vida é feita de escolhas e propósitos.**

Para nós, da **Portogallo Family Office**, vai muito além de gerir o patrimônio dos nossos clientes.
A sua tranquilidade e o seu bem-estar são dois fatores de extrema importância para nós. Por isso, trabalhamos diariamente com um objetivo maior: **cuidar de você.**

Legado é fruto de realizações construídas ao longo da vida.
Aproveite o hoje, **que nós cuidamos do seu amanhã.**

**Não administramos fortunas. Administramos futuros.**

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6870
**www.portogallofamilyoffice.com.br**

Autorregulação ANBIMA Gestão de Recursos
CVM Comissão de Valores Mobiliários

MC MercadoComum 30 anos
MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

## EXPEDIENTE

**BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**
**MAIO DE 2023**
**30 ANOS - EDIÇÃO 317**

**Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios**

**Presidente/Editor Geral**
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

**Diretora de Desenvolvimento**
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

**Projeto gráfico/diagramação**
Reinaldo Soares

**Publicidade e Área Comercial**
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

## SUMÁRIO

**5**
*A Economia com Todas as Letras e Números*

**35**
*Mundo Empresarial*

**58**
*Debate Econômico*

**108**
*Destaques Especiais*

**129**
*Opinião*

*Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.*

**114**
*Variedades*

**124**
*Turismo*

# ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA
FEITA EM MINAS, AGORA
EM TODO O BRASIL

## 4,56 MILHÕES

**de visualizações/ mês, de acordo com o Google Search**

Com 30 anos de tradição, a MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seleto público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa para quem decide os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2023 o 25º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

MercadoComum®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

**Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.**
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar - CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG
Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER

*Empresário*

# Desindustrialização afeta negativamente nossa economia

É fato que a participação da indústria, e especialmente da indústria de transformação, no PIB do Brasil e no PIB da indústria mundial, vem caindo. Outro fato é que temos dado pouca importância ao impacto disso no crescimento e no desenvolvimento do país, apesar das inúmeras evidências que aí estão.

O ranking global de valor adicionado da indústria de transformação – MVA (Manufacturing Value Added) publicado pela Unido (United Nations Industrial Development Organization), mostra que a participação da indústria brasileira no PIB em 2021 foi de apena 10,2%, contra a média de 22,9% do grupo de economias industriais de renda média ao qual pertencemos, e o MVA per capita do Brasil, de US$ 875, representa só 42% do valor do mesmo grupo de países industrializados de renda média. E mais, a participação da média e alta intensidade tecnológica no MVA do Brasil foi de 33,7% em 2021, contra 39,3% no grupo de países de referência acima citado. Resultado, em grande parte, da queda de investimentos na indústria de transformação, cuja participação no investimento total na economia caiu de 28% em 2008 para 15% dez anos depois.

O economista Samuel Pessoa chama a atenção para o quanto o nosso sistema tributário penaliza a indústria. O setor paga muito mais impostos do que a agropecuária e os serviços. E diz que esse jogo tem que ser equilibrado. Do ICMS arrecadado, por exemplo, a indústria de transformação paga 50% e o agronegócio 10%. Também o manicômio tributário brasileiro penaliza muito mais a indústria que tem cadeias produtivas longas e por isso precisa conviver com diversos regimes tributários especiais. Assunto para a Reforma Tributária que está no Congresso Nacional.

A indústria pode ajudar muito mais o país. A cada R$ 1,00 que ela produz, são gerados R$ 2,43 na economia brasileira segundo a CNI. É quem mais investe em pesquisa e gera os empregos mais qualificados. Foi a indústria que catapultou a China de economia agrária rudimentar para maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra, em poucas décadas. A indústria de transformação é responsável por 60% das despesas de Pesquisa &Desenvolvimento no mundo e é o setor que tem o maior impacto na produtividade da economia e no desenvolvimento de serviços sofisticados. Segundo o economista Paulo Gala, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), os países são ricos porque tem domínio tecnológico, e nenhuma nação chegou à fronteira tecnológica sem possuir um setor industrial forte. E cita Alemanha, Suécia, Coreia do Sul, Suíça, Estados Unidos, Finlândia e Dinamarca por sua altíssima produção industrial per capita.

Mas a nossa indústria de transformação precisa ter condições de competir com seus pares internacionais. E o Custo Brasil, estimado pela CNI em R$ 1,5 trilhão anual, é uma pedra no caminho. Torna o país pouco competitivo e hostil para quem quer empreender e investir. Certamente não é por incompetência do empresário brasileiro que a nossa indústria está encolhendo. É pelos entraves que são colocados. Para superá-los, empresários próximos ao poder buscam proteção ou compensação. Empresas pequenas buscam isenções e apoios. Quem está no meio do caminho precisa fazer milagres para sobreviver e crescer. E se quisermos aproveitar pelo menos as sobras do processo de redesenho das cadeias mundiais de suprimentos, os chamados nearshoring, safeshoring, friendshoring ou simplesmente reshoring, não devemos demorar a agir. Senão a indústria caipira definitivamente vai ficar para trás e o país também.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# FGTS: decisão sobre revisão pode afetar 117 milhões de contas ativas

*No entanto, devem se beneficiar aqueles que entrarem com pedido de revisão antes da definição do Supremo Tribunal Federal*

Cerca de 117 milhões de contas ativas e com saldo no FGTS podem ser afetadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a ação que questiona a constitucionalidade do uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – a ADI 5.090, de 2014. O dado, fornecido pela Caixa Econômica Federal à Folha de S. Paulo, é de janeiro – e o julgamento que começou no dia 20 de março e já contava com dois votos favoráveis à revisão quando esta matéria foi publicada, foi novamente adiado por pedido de vista do ministro Nunes Marques do STF.

O argumento da ação é que a TR, utilizada como índice de correção desde 1999 e que hoje está em 0,048% ao ano, não acompanha a inflação. "O resultado prático é: toda vez que faço um depósito compulsório de FGTS, coloco o dinheiro em um lugar que o desvaloriza, o que é uma tremenda injustiça com o trabalhador", explica Rafael Beltrão, o advogado e sócio fundador da Cálculo Jurídico, empresa que criou um software para facilitar a realização de cálculos por advogados.

Se a Corte o considerar procedente – seguindo a linha já adotada no julgamento relacionado à correção monetária dos precatórios em 2019 –, a decisão pode impactar tanto o bolso do trabalhador quanto a economia. "O impacto é bem positivo. Ele torna o FGTS mais atrativo como investimento. Dependendo da época, ele pode superar a poupança e o tesouro direto, por exemplo", afirma Beltrão. O efeito deverá ser sentido na economia.

**CÁLCULOS**

No julgamento marcado para amanhã (20), o STF vai definir não apenas se deve haver mudança no

índice de correção, mas também a modulação dos efeitos, ou seja, quais critérios devem ser cumpridos para que uma pessoa possa pedir a revisão, considerando os impactos econômicos da mudança para o governo.

"O cenário mais provável é que definam a data de início do julgamento como data de corte", explica a advogada Ana Cecília Fernandes, especialista do calculojuridico.com.br. Em outras palavras, quem já tiver entrado com a ação pedindo a revisão deve se beneficiar – e quanto mais antiga a ação, quanto mais tempo na mesma empresa, quanto mais tempo sem sacar, mais o cliente pode receber. "A diferença é que quem entrou com ação há mais tempo, garantiu efeitos e juros por mais tempo. Então, tem um valor maior a receber", explica Ana.

Ainda assim, muitas pessoas estão tentando garantir os valores a que têm direito antes do julgamento começar. Só em abril, o crescimento no número de cálculos feitos pelos advogados por meio do software Cálculo Jurídico foi de mais de 1.600%. Como importa os dados do extrato do FGTS e realiza o cálculo para o advogado entrar com a ação com facilidade, a vantagem de utilizar a solução é agilizar o processo e minimizar as chances de erros.

"A procura pela tese está maior do que nunca. Desde 2019 nós oferecemos aos advogados o app de cálculos, com modelos de petição e curso sobre o tema, pois acreditamos que é uma oportunidade que os advogados têm de ajudar muitas pessoas." diz Rafael Beltrão do calculojuridico.com.br

## Principais dúvidas sobre a revisão do FGTS

**QUEM PODE PEDIR?**

Todo trabalhador que teve depósitos na conta do FGTS a partir de 1999 até os dias atuais, mesmo que já tenha sacado ou que se aposentou. Não estão contemplados neste grupo os funcionários públicos (regidos pelo regime estatutário), empregados domésticos (antes de 2015), trabalhadores autônomos e estagiários.

**QUANDO VALE A PENA?**

A revisão pode render valores que variam de R$ 200 a R$ 200 mil. De forma geral, quanto mais tempo um trabalhador tem em uma empresa, maior será o valor a ser recebido. Em muitos casos, a ação pode ser ajuizada em Juizados Especiais Federais (valor da revisão de até 60 salários mínimos) e, assim, não tem custas em primeira instância, qualquer pessoa pode se beneficiar da revisão.

**O QUE DEVE FAZER?**

Retirar o extrato da conta do FGTS e buscar um advogado devidamente inscrito na OAB. Outras informações: https://calculojuridico.com.br/como-ajuizar-acao-fgts/

**IMPACTO NA RESCISÃO**

Além do valor a receber pela revisão da correção monetária do FGTS, é possível que a revisão impacte também as verbas rescisórias, como a multa dos 40% ou 20% do FGTS.

**CASOS REAIS**

Veja alguns casos reais de cálculo da Revisão do FGTS para ter uma ideia de quanto os trabalhadores foram prejudicados nas últimas décadas pela falta de atualização monetária das contas de FGTS.

**Caso real 1:** uma trabalhadora que se aposentou em 2016 e na época tinha um salário de R$ 8.500 e um saldo acumulado de R$ 212.000 de FGTS, teria direito a receber com a revisão do FGTS a quantia de R$ 420.234,17.

**Caso real 2:** um trabalhador com saldo de FGTS hoje de R$ 400, mas que trabalhou em algumas empresas nos últimos 20 anos com um salário médio de R$ 5.000 (cinco mil reais) tem direito a receber R$ 68.799,91 em abril/2023, caso a revisão seja favorável.

**Caso real 3:** um trabalhador com saldo de FGTS zerado em abril/2023, que trabalhou na mesma empresa por 13 anos (2009 a 2022), teria direito a receber com a revisão do FGTS a quantia de R$ 6.078,09.

# FGTS: Suspenso o Julgamento da Revisão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

No dia 27 de abril, o ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista do processo, ou seja, um prazo maior para analisar a ação que discute o índice de correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com isso, o julgamento fica suspenso. Na avaliação do Presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador, Mario Avelino, os trabalhadores devem aguardar com esperança o fim do processo que ainda está indefinido.

Avelino não recomenda nenhum trabalhador que ainda não entrou com uma ação na justiça a fazê-lo, pois neste momento as chances de recuperar o dinheiro confiscado com base no voto do ministro Luiz Roberto Barroso, é zero, mas depende ainda do voto dos oito ministros que ainda não votaram.

"Vamos aguardar o posicionamento do Ministro Nunes Marques. O Ministro Luiz Fux acena com a reposição das perdas. Isso é no mínimo tornar a TR inconstitucional. O pedido de vista do Ministro é para´que ele analise os argumentos da Advocacia Geral da União -- AGU e outros aspectos sobre o caso" diz Mario Avelino.

Avelino destaca, que é falsa a afirmação da AGU, que o Fundo de Garantia a partir de 2017 com a Distribuição dos Lucros superou a inflação. Em 2021, a inflação medida pelo IPCA foi de 10,06%, e o rendimento do Fundo de Garantia (Juros de 3% + TR de 0,048%) com a Distribuição de Lucro de 1,863%, foi de 4,93%, ou seja, ocorreu uma perda de **5,13%**.

Outro ponto importante, na fala do ministro Luis Roberto Barroso, é que se o governo quer fazer política pública, mas que o faça com o dinheiro do Tesouro Nacional, que é o dinheiro de todo contribuinte, e não com o Fundo de Garantia, que é a poupança privada do trabalhador.

Com o objetivo de minimizar as perdas para milhares de trabalhadores, o presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador, Mario Avelino, encaminhou no dia 26 de abril, e-mails para o Ministro Dr. Luis Roberto Barroso, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dra. Rosa Weber, e aos demais ministros do STF, com um estudo sobre o assunto, com uma tabela demonstrando a diferença dos rendimentos da TR para o INPC.

Para que a decisão final do Supremo Tribunal Federal - STF, seja a mais justa e imparcial, para os detentores do Fundo de Garantia, para os trabalhadores que são os únicos proprietários desta poupança, para os mutuários do Sistema Financeiro

da Habitação, para as prefeituras que têm no Fundo de Garantia uma fonte mais barata, para obras de Saneamento Básico e Infra Estrutura Urbana, e para a economia brasileira, Mario Avelino apresentou uma série de informações e sugestões para que a decisão final do julgamento seja a melhor para todos os envolvidos e fez alguns pedidos, A seguir, algumas delas:

**1 -** Que a TR (Taxa Referencial), seja declarada inconstitucional, assim como foi em 2013 para os precatórios e em 2020 para as Ações Trabalhistas, e no lugar do aumento da Taxa de Juros igualando a da caderneta de Poupança, seja substituída a TR pelo INPC, ou um outro índice que reponha as perdas geradas pela inflação. Caso contrário, o Banco Central continuará aplicando os redutores no cálculo da TR e confiscando os rendimentos dos trabalhadores;

**2 -** Que haja a modulação para que pelo menos os trabalhadores que entraram com uma ação na justiça até o último dia 20/04/2023, recuperem o dinheiro confiscado;

**3 -** Caso, o voto do relator seja o vencedor, que os trabalhadores que entraram com uma ação na justiça para recuperar as perdas do confisco da TR e ao mesmo tempo acabar com o confisco que continua, e não tenham a gratuidade de justiça (renda de até três salários mínimos), não sejam punidos com a condenação de ter que pagar as custas dos advogados da Caixa Econômica Federal e a Taxa de Sucubência sobre os valores pedidos, como ocorreu em 2018 com a decisão do Superior Tribunal de Justiça -- STJ.

Síntese do estudo encaminhado aos ministros do STF

**CONFISCO DE R$ 737 BILHÕES DESDE ABRIL DE 1999**

A partir dos Balanços Contábeis

das contas do Fundo de Garantia, publicados anualmente pela Caixa Econômica Federal, substituindo a TR pelo INPC, como índice de atualização monetária nos últimos 24 anos, o trabalhador perdeu R$ 737 bilhões, atualizados até o último dia 10/04/2023.

**O TESOURO NACIONAL NÃO ENTRA COM NENHUM CENTAVO PARA O PAGAMENTO DA REVISÃO DO FUNDO DE GARANTIA**

Diz um ditado chinês, "Se uma mentira é repetida mais de mil vezes, ela se torna uma verdade". Uma grande falácia, que o governo afirma a décadas, é que se o STF, condenar o Fundo de Garantia a pagar a Revisão dos confiscos da TR, vai quebrar o Tesouro Nacional.

Primeiro, pelo fato do Fundo de Garantia ser uma poupança privada do trabalhador, o Tesouro Nacional não vai dispender nenhum centavo. Como exemplo, quando o STF reconheceu as perdas dos Expurgos dos Planos Econômicos Verão e Collor I no ano de 2000, foi criada a Lei Complementar 110/2011, que estabeleceu duas Contribuições Sociais para gerar os recursos para o Fundo de Garantia pagar a conta de R$ 44 bilhões a mais de 30 milhões de trabalhadores no período de 2004 a 2007. O Tesouro Nacional emprestou o dinheiro ao Fundo de Garantia para cumprir o cronograma de pagamento, e o Fundo devolveu todo o dinheiro emprestado, quitando tudo em 2012, com juros e correção monetária.

O Fundo de Garantia dispõe da conta Patrimônio Líquido do FGTS, que atualmente possui um saldo estimado em R$ 120 bilhões. Esta conta é alimentada com o lucro líquido do Fundo anualmente e tem, por finalidade pagar as despesas do Fundo, como por exemplo os serviços de gestão e operação pela Caixa Econômica Federal, na ordem de R$ 3 bilhões por ano. Caso haja o reconhecimento da inconstitucionalidade da TR, e o STF decida pagar as perdas retroativas pelo menos aos trabalhadores que entraram com uma ação até o dia 20 de abril último, estima-se um gasto total de aproximadamente ***R$ 40 bilhões - significando que o Fundo de Garantia, com a reserva atual de R$ 120 bilhões -, teria inteiras condições de pagar, sem nenhum empréstimo vindo do Tesouro Nacional.***

# Valor Bruto da Produção Agropecuária de 2023 é projetado em R$ 1,2 trilhão, com crescimento de 4,7%

*As lavouras têm faturamento previsto de R$ 878,6 bilhões, e a pecuária, de R$ 350,7 bilhões*

Estimulado pelas lavouras, que deverão crescer 8,1% em valores reais neste ano, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de 2023 está estimado em R$ 1,229 trilhão, 4,7% acima do obtido em 2022 (R$ 1,173 trilhão). A pecuária apresenta um recuo de 2,9% no rendimento.

As lavouras têm faturamento previsto de R$ 878,6 bilhões, e a pecuária, de R$ 350,7 bilhões.

Milho e soja estão impulsionando o crescimento da agropecuária. A soja tem um VBP estimado de R$ 382,1 bilhões e o milho de R$ 158,9 bilhões.

Um grupo de cinco lavouras formado por soja, milho, café, cana-de-açúcar e algodão devem gerar R$ 726,7 bilhões, correspondendo a 82,7% do VBP das lavouras este ano. A safra de grãos, prevista em 312,5 milhões de toneladas, juntamente com o incremento da produtividade, são decisivos para os resultados de 2023. A produtividade de grãos cresce 11%, enquanto a de milho, 8,4%, e a de soja, 16,6%.

Outras lavouras também têm trazido contribuição positiva para o crescimento, como cana-de-açúcar (3,1%), feijão (14,3%), laranja (28%), mandioca (37,7%) e tomate (9,9%). Por outro lado, foi observada contribuição negativa no algodão, com redução de 11,2% no VBP, batata-inglesa (-6,9%), café (-4,7%) e trigo (-17,1%).

O melhor desempenho na pecuária vem ocorrendo na produção de suínos, com aumento do VBP de 7,2%, . Leite (4%), e ovos (9%) obtiveram neste ano o maior valor da produção obtido na série de dados desde 2000.

No mercado internacional, as carnes têm sido favorecidas pelo aumento do volume exportado e pelos preços, em especial, carne suína e de frango. Do mesmo modo, merece destaque o milho cujas exportações quase dobraram, passando de 3,49 milhões de toneladas exportadas, em 2022, para 8,45 milhões, em 2023.

Os cinco estados que ocupam a liderança no VBP são: Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que respondem por 60,8% do VBP do país.

# Invasões de terras: aumenta preocupação entre proprietários rurais

*O número de invasões que ocorreram até abril de 2023, nos primeiros 100 dias do governo Lula, já superam o total de invasões em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro. Proprietários podem se prevenir com ações simples*

Clarice-Lissovsky

Proprietários rurais estão em estado de alerta com o crescente número de invasões de terras. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostram que, em 2023, já aconteceram 13 invasões, sendo que em 2019 o total de invasões em todo o ano foram de 11. O comparativo é entre o primeiro ano do atual governo e o primeiro ano do governo anterior. Enquanto isso, parado no Congresso Nacional, um projeto de Lei garante a proteção da propriedade privada e estabelece medidas para a retirada de invasores de áreas rurais sem a necessidade de ação judicial.

Para buscar dar uma resposta aos produtores rurais, um pedido de urgência foi apresentado para que o Projeto de Lei 8262/2017 seja votado o quanto antes pela Câmara dos Deputados. O texto estabelece que, em caso de invasão ilegal de terras, o proprietário possa acionar as forças policiais para a retirada dos invasores, sem a necessidade de um mandado judicial.

"A aprovação desse projeto de lei irá garantir o respeito à propriedade privada, assim como fortalecer a economia rural, dando mais segurança jurídica para os produtores", reforça o advogado Ivan Machiavelli, sócio fundador da MBT Advogados Associados.

Também buscando a proteção da propriedade privada, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), protocolou no Supremo Tribunal Federal, pedido liminar para impedir invasões de propriedades rurais em todo o país. Entre os pedidos está a atuação direta e imediata em caso de invasões ilegais de terras.

Segundo o advogado, em caso de claros riscos de invasão, a primeira atitude é preventiva de reforçar os meios lícitos de defesa da propriedade de modo a manter os invasores do lado de fora da porteira. Se consumada, o proprietário não deve agir por conta própria. "Deve ter em mãos a documentação da sua posse, laudos comprovando ser área produtiva e que atende aos fins sociais a que se destina, registrar boletins policiais, atas notariais de constatação da situação no local e procurar um advogado para tratar da melhor medida para o caso (interdito, reintegração ou manutenção de posse)", orienta. É importante também manter a propriedade bem protegida com cercas de boa qualidade que podem ser identificadas quando violadas.

O proprietário também pode pedir o ressarcimento de danos em benfeitorias e infra estruturas, morte e sumiço de animais durante a invasão e o perdimento de plantio ou colheitas.

*O MBT Advogados Associados foi fundado em 1985 por um dos advogados pioneiros em Rondônia, Ivan Machiavelli e é especialista em casos relacionados ao direito do agronegócio, direito cooperativo e recuperação judicial e falência. Os três sócios, Ivan Machiavelli, Deolamara Bonfá e Rodrigo Totino, têm o apoio de uma banca de 12 advogados e assistentes jurídicos que são referência de profissionalismo em Ji-Paraná e Porto Velho (RO).*

DÃO REAL PEREIRA DOS SANTOS

*Auditor fiscal, presidente do Instituto Justiça Fiscal, coordenador da campanha Tributar os Super-Ricos*

# A Justiça Fiscal é sempre uma opção política

Reduzir a carga tributária é uma solução para os defensores do Estado mínimo, mas um problema para quem defende o Estado de Bem-estar. Mais da metade da arrecadação tributária decorre de tributos sobre o consumo, que oneram mais os mais pobres. Somente 25% de toda a arrecadação vêm de tributos sobre patrimônio e a renda. Reformar apenas para tornar funcional um sistema estruturalmente injusto e desalinhado com a Constituição pode até aprofundar as injustiças.

Poucas coisas são tão consensuais na pauta política brasileira quanto a necessidade de reforma tributária. Podemos dizer que esse assunto está na ordem do dia há pelo menos 30 anos. Entra governo e sai governo, e o tema permanece, ainda que muitas modificações pontuais venham sendo implementadas. No próprio conceito de reforma está implícita a ideia de corrigir, consertar, ajustar algo que está com problemas, ou de aperfeiçoar o que pode ser melhorado. Ninguém pensa em reforma para piorar alguma coisa. As questões, no entanto, são: melhorar como, para quem e para quê?

Evidentemente que o sistema tributário brasileiro apresenta problemas, que precisam ser corrigidos, bem como, necessita de aperfeiçoamentos, afinal a sociedade e a economia mudam o tempo todo e a tributação precisa se ajustar. O sistema tributário de um país não se constitui de uma hora para outra, ele é o produto de um processo de acumulação, em que os problemas vão sendo resolvidos e o sistema vai sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Se, por um lado, há consenso sobre a necessidade de uma reforma, por outro, os problemas e os aperfeiçoamentos necessários têm significados distintos em função das diferentes

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

expectativas que cada um carrega sobre o modelo de Estado, de desenvolvimento e de sociedade.

Portanto, o que para alguns são soluções, para outros, são problemas. Reduzir a carga tributária, por exemplo, é uma solução para os defensores do Estado mínimo, mas um problema para quem defende o Estado de Bem-estar. Para os defensores da economia primário-exportadora, a desoneração das exportações de matérias-primas é uma solução; para os defensores da ampliação das cadeias produtivas, pode ser um problema. Isso porque a tributação nunca será neutra, ela estrutura a sociedade a partir de uma concepção previamente determinada.

A configuração do sistema tributário brasileiro é resultado da atuação de pelo menos duas forças importantes. A primeira, exercida pelos setores dominantes, define a estrutura do sistema, ou seja, a distribuição da carga entre diferentes segmentos sociais bem como o seu papel na orientação da atividade econômica. A segunda, que não muda a estrutura, diz respeito às mudanças de caráter funcional, que são realizadas, normalmente, para corrigir problemas e organizara tributação para que tenha aplicação prática efetiva e coerência interna.
Alguns analistas classificam as propostas de reforma tributária entre amplas, que modificam todo o sistema, ou pontuais, que alteram apenas alguns tributos, e atribuem, à disputa entre essas formas de fazer, os problemas para o avanço das reformas em curso. Prefiro tratá-las como estruturais e funcionais e me parece que é aí que está localizado o conflito essencial. Uma reforma pode ser ampla e não modificar a estrutura, outra pode ser pontual e alterar substancialmente a estrutura da tributação.

O pragmatismo operacional e a hegemonia de um poder dominante desalinhado com os objetivos constitucionais determinam a configuração do sistema tributário como estruturalmente regressivo, orientado para privilegiar a acumulação, disfuncional para o desenvolvimento industrial e geração de empregos e extremamente benéfico aos mais ricos, inclusive no que se refere a sua aplicação efetiva, haja vista as enormes dificuldades impostas, por exemplo, às administrações tributárias para enfrentar as fraudes.

Ou seja, a tributação, desenhada sob medida para atender os interesses dos mais ricos, tem funcionado como um obstáculo ao cumprimento dos objetivos constitucionais. Para quem se aproveita deste modelo, as reformas de seu interesse serão sempre de caráter apenas funcional. Para os defensores do Estado social, é a estrutura que precisa ser modificada, ainda que seja, por meio de mudanças pontuais.

Afinal, como reduzir as desigualdades com uma tributação regressiva? Como promover o desenvolvimento, com uma tributação que onera a produção industrial e privilegia a exportação das matérias-primas? Como erradicar a pobreza se os pobres são os que mais pagam tributos? Como proteger o meio-ambiente se concedemos benefícios fiscais a atividades que o degradam?
Mais da metade da arrecadação tributária decorre de tributos sobre o consumo, que oneram mais os mais pobres. Somente 25% de toda a arrecadação vêm de tributos sobre patrimônio e a renda. Sem modificar esta composição estrutural do sistema, a exemplo do que a maioria dos países desenvolvidos já fez, e sem reconhecer a importância instrumental da tributação na indução do desenvolvimento, nossos problemas reais dificilmente serão resolvidos.

A influência dos setores dominantes fica evidente quando analisamos a evolução histórica da tributação da renda, desde a promulgação da Constituição Federal, em1988, quando foram estabelecidas as bases para a construção do nosso Estado de bem-estar social, para garantir os direitos sociais (Artigo 6º) e construir uma sociedade justa livre e solidária, promover o desenvolvimento, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades e promover o bem de todos (Artigo 3º).

Obviamente que estes compromissos não seriam alcançados unicamente pelos gastos públicos, mas também pela tributação progressiva, como demonstram as experiências

dos países que implementaram seus Estados sociais e que inspiraram os nossos constituintes. É inegável que tivemos avanços significativos nos investimentos sociais a partir da Constituição. Em 1990, a União utilizava cerca de 12% do PIB com gastos primários. Em 2016, este percentual estava próximo de 20%, longe ainda dos patamares, acima de 30%, dos principais países europeus, mas suficiente para quase universalizar o acesso à educação e à saúde públicas.

A tributação, no entanto, andou em sentido oposto. A progressividade tributária foi esvaziada em diversos momentos, contrariando o princípio da capacidade contributiva. Já em 1989, as alíquotas do Imposto de Renda das pessoas físicas foram reduzidas de 7 para apenas 2, e a máxima, de 45% para 25%. A sinalização não poderia ser mais explícita: os ricos não estavam dispostos a financiar o Estado social.

Não bastasse isso, em 1995, a Lei 9.249 isentou de imposto os lucros e dividendos distribuídos aos sócios e acionistas das empresas, inclusive quando remetidos ao exterior, desonerando outra vez os mais ricos do compromisso de financiar as políticas públicas. A partir também de 1995, a tabela do Imposto de Renda deixou de ser corrigida regularmente, fazendo com que a tributação se deslocasse, ano a ano, para rendas cada vez mais baixas, a ponto de o limite de isenção, que correspondia a aproximadamente 8 salários-mínimos, naquele ano, ser reduzido para menos de 1,5 salários-mínimos, em 2022. Ou seja, tivemos uma reforma estrutural na tributação da renda, na década de 1990, que alterou de forma expressiva a repartição do ônus tributário entre os diversos segmentos da sociedade. Além disso, outra sinalização dessa influência dos poderosos, é que, passados mais de 34 anos da promulgação da Constituição, ainda não conseguimos regulamentar o Imposto sobre Grandes Fortunas.

Uma reforma tributária que tenha como guia o Estado social, um desenvolvimento inclusivo e sustentável, e a redução das desigualdades, tal como definidos na Constituição Federal, de 1988, precisa ser estrutural e no sentido oposto ao que ocorreu na década de 1990. No entanto, é evidente que, diferentemente de uma reforma funcional, reformas estruturais não se resolvem somente no campo da técnica, mas, principalmente, no campo da política e da correlação de forças.

O verdadeiro debate, portanto, deveria ser entre uma reforma estrutural ou uma reforma funcional, e entre as diferentes concepções de Estado e de sociedade, nem sempre explícitas, dos seus proponentes e defensores. Reformar apenas para tornar funcional um sistema estruturalmente injusto e desalinhado com a Constituição pode até aprofundar as injustiças. Por outro lado, alterar sua estrutura, no sentido da justiça fiscal, onerando mais os mais ricos e desonerando os setores mais pobres, vai torná-lo muito mais funcional aos objetivos constitucionais, inclusive, no que se refere ao desenvolvimento econômico.

O alinhamento da tributação à Constituição exige mudanças estruturais do sistema tributário, que podem ser aplicadas mesmo sem necessidade de emendas constitucionais. No entanto, é preciso ter em conta que a implementação de qualquer medida, mesmo pontual, que contrarie os interesses dos setores dominantes, depende da construção de uma nova correlação de forças, e isso é possível, desde que a sociedade, os movimentos sociais e os trabalhadores incorporem em suas pautas de lutas também o tema da justiça fiscal.

FABIANO AZEVEDO

*Empresário contábil (CEO e sócio Tática Contabilidade) e parceiro da Omie, plataforma de gestão (ERP) na nuvem*

# Declaração de Imposto de Renda – para que serve?

Todos os anos, quando estamos chegando próximo a fevereiro, começamos a nos preocupar com a Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda (IR). Para alguns essa declaração pode despertar ansiedade e medo, já outros esperam o desejado momento da restituição. Mas, em muitos casos, podem surgir dúvidas sobre a obrigatoriedade da entrega.

De fato, é algo complexo, principalmente para aqueles que não têm habilidades com assuntos burocráticos que são regidos por leis, instruções normativas e que ainda sofrem alterações ao passar de cada ano. Mas, é possível entender.

A declaração de IR é uma obrigação que deve ser entregue por aqueles que pagam imposto de renda – tributo federal aplicado sobre a renda dos contribuintes, seguindo as regras estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Mas, quem é contribuinte? São as pessoas físicas que tenham disponibilidade econômica ou rendimentos de qualquer natureza, sem distinção de profissão, idade, estado civil, gênero, nacionalidade e outros, que estejam equiparadas às regras e exigências da Receita Federal para contribuir com o IR. É na Declaração do Imposto de Renda que esses contribuintes irão declarar seus rendimentos, bens (móveis e imóveis), direitos, obrigações, despesas dedutíveis e outras movimentações que informem para a RFB a origem e o destino desses rendimentos.

Para que serve? Como o próprio nome indica, serve para que se faça um ajuste de imposto, além de permitir que a Receita Federal faça um acompanhamento da sua evolução patrimonial.

É na transmissão da declaração que quem pagou IR "a mais" durante o ano anterior será restituído, assim como quem pagou "a menos" vai recolher o complemento. Há também aqueles contribuintes que possuem mais de uma renda, as quais, individualmente, não recolhem esse imposto mensalmente, mas na declaração, somadas, passam a ter obrigatoriedade sobre o tributo.

Você pode estar se perguntando sobre a necessidade de declarar seus bens, já que a declaração serve como um ajuste de recolhimento de imposto sobre o seu rendimento. Nesse caso, é importante saber que a Receita Federal quer acompanhar a sua evolução patrimonial para entender se existe coerência sobre o que você declara como rendimento e o seu crescimento patrimonial. Por exemplo: como alguém que ganha R$8 mil por mês e tem despesas mensais, compra, em um ano, um imóvel no valor de R$400 mil?

É possível? Depende! Se o contribuinte, na compra, financiou parte do imóvel e informou na declaração, ele justificou a origem do dinheiro que efetivou a compra. Logo, a Receita Federal vai entender que, provavelmente, esse contribuinte não omitiu rendimentos na intenção de não recolher ou recolher menos imposto de renda.

Mas, caso não tenha realizado um financiamento ou não tenha informado, esse contribuinte passa a ter um crescimento patrimonial que pode ser suspeito, já que o rendimento informado na declaração não é suficiente para comprar um imóvel desse porte.

Para o contribuinte, a declaração serve como a maior comprovação de renda e patrimônio que as instituições financeiras solicitam como garantia de capacidade para arcar com compromissos. Ou seja, contribuintes que precisam comprovar sua renda para conseguirem financiamentos de veículos, imóveis, empréstimos bancários e outros créditos, ou até para autorização de vistos de viagens internacionais, podem contar com a declaração de imposto de renda como um documento amplamente aceito.

Mas, para onde esse dinheiro é destinado? O recolhimento do Imposto de Renda tem cunho social. De acordo com o Ministério da Fazenda, parte do imposto que é arrecadado dos contribuintes com maiores rendimentos é utilizado para que o governo melhore a qualidade de vida da população, por meio de programas voltados para saúde, educação, segurança e outros serviços públicos.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# Cooperativas de crédito: expansão representa uma injeção de ânimo na economia

*Instituições financeiras têm ganhado espaço na busca por empréstimos e serviços financeiros em todo o país*

A participação das cooperativas de crédito vem crescendo no Brasil. Por oferecerem taxas de juros atrativas, rendimentos normalmente superiores aos do mercado e atendimento diferenciado, além dos principais serviços disponíveis nos bancos, essas instituições financeiras têm ganhado espaço entre os brasileiros, especialmente, em pequenos negócios. Nesse sentido, segundo a diretora superintendente da Unicred Central Multirregional, Carolina Ramos, a expansão de cooperativas de crédito representa uma injeção na economia nacional.

Para se ter uma ideia da atual expansão, se somadas, as cooperativas de crédito representariam hoje o 4º maior banco brasileiro. Os ativos totais do SNCC (Sistema Nacional de Crédito Cooperativo) atingiram R$ 459 bilhões conforme estudo do Banco Central (BC), com crescimento de 23,5% ao ano. Essa taxa é superior à evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN), de 7,0%. Além disso, a carteira de crédito ativa do SNCC alcançou a marca de R$ 315 bilhões, condição que o consolidou como o segmento do SFN com maior expansão (35,9% no ano). "Isso é explicado uma vez que, cada vez mais, os empreendedores têm buscado alternativas menos onerosas de empréstimos, ou seja, com taxas vantajosas e atendimento personalizado", pontua Carolina Ramos.

As cooperativas de crédito têm, ao invés de donos, associados que se unem em torno de um objetivo em comum, visando proporcionar uma melhor situação financeira aos seus membros. De acordo com o mais recente Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), publicado pelo BC no final do ano passado, os associados no Brasil somaram 13,6 milhões em dezembro de 2022, aumentando a representatividade de integrantes pessoas jurídicas, que já correspondem a 15% do total. Por sua vez, a parcela da população brasileira ligada a essas organizações atingiu o patamar de 5,4%, registrando crescimento em todas as regiões.

Nesse sentido, de acordo com Carolina, as cooperativas de crédito representam uma opção interessante e segura para qualquer operação financeira dos associados. "As cooperativas desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico local, principalmente, em regiões onde o acesso ao crédito é limitado. Isso ocorre porque o dinheiro investido nas organizações locais tende a permanecer na comunidade. Dessa forma, girando e nutrindo a própria economia regional", completa.

Além disso, o crescimento da participação das cooperativas também foi destacado pela 9ª edição da pesquisa "Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil", realizada pelo Sebrae e publicada em dezembro do ano passado. O estudo, que analisa a maneira como empreendedores desse porte são financiados, mostrou que o crédito esteve menos concentrado nos últimos seis meses na comparação com a série histórica. Isso vale para instituições mais procuradas, assim como para aquelas que efetivamente concederam empréstimos. Apesar de os maiores bancos públicos ainda serem as fontes mais procuradas, as duas principais cooperativas de crédito do país, se somadas, já ultrapassam a participação do Banco do Brasil no montante de pequenos negócios contemplados, o que dá a dimensão do cenário atual.

Apesar da expansão, Carolina Ramos destaca que esse movimento pode ser ainda maior, porém é necessário que as cooperativas de crédito tenham responsabilidade de gestão, de formação de lideranças e de governança corporativa. "É indubitável a importância da preparação e formação de times, diretores, presidentes, entre outras funções nas organizações. Dessa forma, cursos e treinamentos práticos on-line e presenciais são diferenciais para a entrega do serviço de excelência que buscamos", finaliza.

A Unicred é uma instituição financeira cooperativa, cujo objetivo é fornecer crédito e prestar serviços aos seus cooperados. Conta, atualmente, com quatro Centrais, 30 Cooperativas, 356 unidades de negócios e mais de 277 mil cooperados, além de uma Confederação Nacional - Unicred do Brasil. Uma das centrais é a Unicred Central Multirregional, com sede em Belo Horizonte, que possui 10 singulares, 113 pontos de atendimento e está presente nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Goiás, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Maranhão, além do Distrito Federal.

# “Perspectivas do Mercado para 2023” foi o tema do 1º Encontro de Finanças do IBEF-MG no ano

*Rafaela Vitória, economista-chefe e head do departamento de Research do Banco Inter, foi a convidada para concorrida palestra*

Associados, executivos, profissionais de finanças, autoridades e convidados se reuniram no último dia 19 de abril, em Belo Horizonte, para o 1º Encontro de Finanças do ano promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF-MG).

A convidada para o primeiro encontro do ano, foi a economista-chefe e Head do departamento de Research do Banco Inter, Rafaela Vitória. A executiva trouxe para o debate depois de um ano desafiador, as perspectivas do mercado para o ano de 2023.

Rafaela abordou questões do cenário macroeconômico, com destaque para a política fiscal e taxa de juros. PIB e câmbio, inflação no contexto nacional e global, contas públicas – política monetária, cenário externo de commodities, mercado de capitais e balança comercial. Finalizou falando sobre risco e a expectativa para 2023 do resultado fiscal.

O presidente do IBEF-MG, Julio Damião, destacou a qualidade de se debater com qualidade, temas e dados pontuais de um cenário com muitos desafios e dificuldades a serem enfrentados ao longo do ano.

“O mundo está mais rápido, turbulento e complexo, é necessário estar atento a informações de qualidade, como as apresentadas pela executiva, para que possamos antever e gerar resultados. O evento foi uma grande oportunidade”, ressaltou.

Rafaela Vitória é formada em Economia pela Universidade Federal

Público participantes

de Minas Gerais (UFMG), com MBA pela Wharton School na Universidade da Pennsylvania e doutorado pela UFMG. Já atuou como diretora no BankBoston e na Standard and Poors. Sócia-Diretora da Sonar Investimentos. PhD, CFA, atualmente é Economista-chefe e Head de Research no Banco Inter. Rafaela também é professora na Pós-Graduação da PUC Minas e do Mestrado na Skema e Fundação Dom Cabral (FDC).

Criado em 3 de outubro de 1985, o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Minas Gerais é uma entidade sem fins lucrativos, apartidária e que reúne executivos e empresários de Minas Gerais.

Público participantes

Rafaela Vitória, Antônio Claret e Laurindo de Souza

Geraldo de Moura Tavares e Leonardo Teixeira

Alzira Alice, Fábio Abreu, Rafaela Vitória e Flávia Rodrigues

Sérgio Frade, Alexandre Figueiredo e Leonardo Teixeira

Sebastião Silva e equipe do Banco Inter presente ao evento

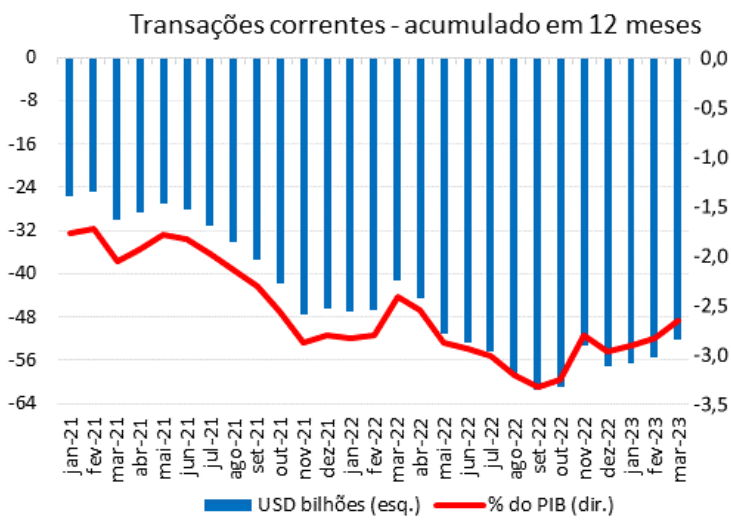
# Déficit no Balanço de Transações Correntes nos últimos doze meses somou US$ 52,3 bilhões - (2,66% do PIB)

De acordo com o Banco Central do Brasil, as contas das transações correntes do balanço de pagamentos foram superavitárias em US$ 286,0 milhões em março de 2023, ante déficit de US$ 3,0 bilhões em março de 2022. Na comparação interanual, o saldo comercial aumentou US$ 3,4 bilhões; o déficit em serviços recuou US$ 469,0 milhões; e o déficit em renda primária aumentou US$ 386,0 milhões. O déficit em transações correntes nos últimos doze meses somou US$ 52,3 bilhões (2,66% do PIB), ante US$ 55,6 bilhões (2,84% do PIB) no mês anterior e US$ 41,3 bilhões (2,43% do PIB) em março de 2022.

A balança comercial brasileira de bens registrou, em março de 2023, o maior superávit da série histórica, US$ 9,5 bilhões, ante saldo positivo de US$6,1 bilhões em março de 2022. As exportações de bens também foram recordes, US$ 33,3 bilhões, aumento de 12,1% em comparação a março de 2022. As importações de bens registraram aumento interanual de 0,9%, totalizando US$ 23,8 bilhões.

O déficit na conta de serviços totalizou US$ 2,9 bilhões em março de 2023, redução de 14,1% em relação a março de 2022. A conta de transportes registrou despesas líquidas de US$ 1,1 bilhão, recuo de 24,4% em relação a março de 2022, influenciada pelos menores gastos em fretes. As despesas líquidas com aluguel de equipamentos totalizaram US$ 805,0 milhões, aumento de 23,7% na comparação com março de 2022. As despesas líquidas em viagens internacionais recuaram 15,8% e somaram US$ 546,0 milhões, com aumentos de 25,9% (para US$570 milhões) nas receitas e de 1,4% nas despesas (para US$ 1,1 bilhão).

O déficit em renda primária somou US$ 6,4 bilhões em março de 2023, aumento de 6,4% comparati-



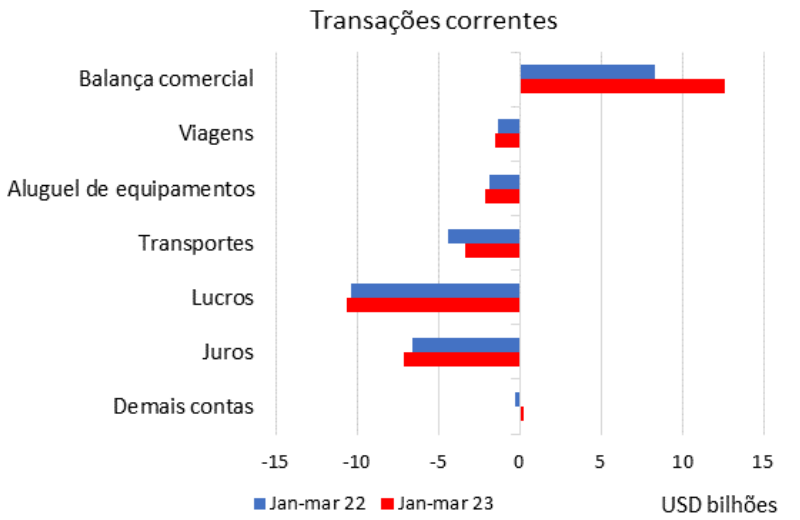
vamente ao déficit de US$ 6,0 bilhões em março de 2022. As despesas líquidas de lucros e dividendos, associadas aos investimentos direto e em carteira, totalizaram US$ 4,0 bilhões, ante US$ 5,0 bilhões em março de 2022. As despesas líquidas com juros somaram US$ 2,4 bilhões em março de 2023, US$ 1,4 bilhão superior ao resultado de março de 2022, influenciadas por maiores despesas brutas em operações intercompanhia e em outros investimentos.

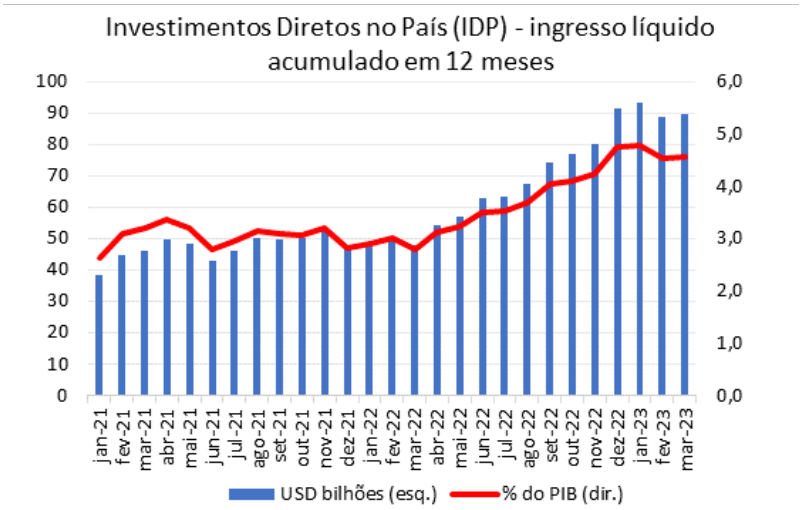
Os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingressos líquidos de US$ 7,7 bilhões em março de 2023, ante US$ 6,9 bilhões em março de 2022. Houve ingressos líquidos de US$ 6,4 bilhões em participação no capital e de US$ 1,2 bilhão em operações intercompanhia. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US$ 89,7 bilhões (4,57% do PIB) em março de 2023, ante US$ 88,9 bilhões (4,54% do PIB) no mês anterior e US$ 47,7 bilhões (2,80% do PIB) em março de 2022.

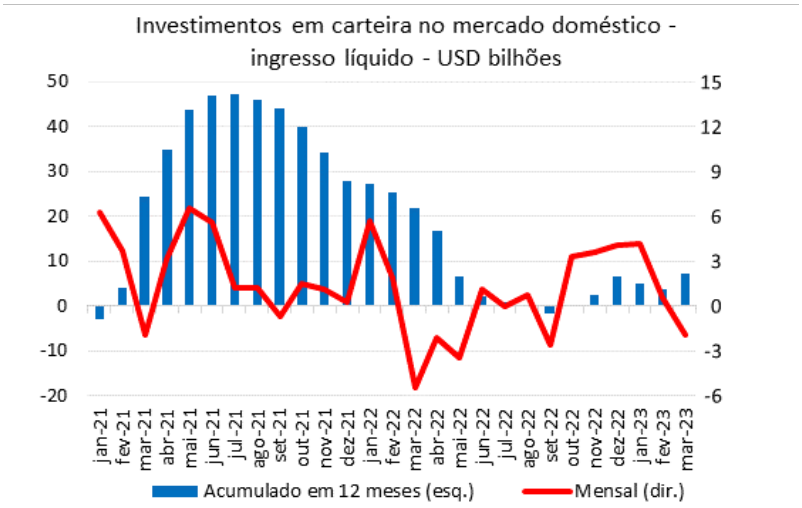
Os investimentos em carteira no mercado doméstico totalizaram saídas líquidas de US$ 2,0 bilhões em março de 2023, resultado de saídas líquidas de US$ 3,7 bilhões em ações e fundos de investimento e ingressos líquidos de US$ 1,7 bilhão em títulos de dívida. Nos doze meses encerrados em março de 2023, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US$ 7,1 bilhões.

**RESERVAS INTERNACIONAIS**

As reservas internacionais somaram US$ 341,2 bilhões em março de 2023, aumento de US$ 13,1 bilhões em relação ao mês anterior. O aumento decorreu, principalmente, de contribuições positivas de variações por preços, US$ 4,4 bilhões, e por paridades, US$ 1,9 bilhões. O retorno líquido em operações de linhas com recompra totalizou US$ 5,5 bilhões e as receitas de juros somaram US$ 616,0 milhões.



# Impostômetro atinge R$ 1 trilhão

*Montante foi atingido com sete dias de antecedência na comparação com 2022. Economista da ACSP pontua que um dos motivos é a inflação acumulada para o período*

O Impostômetro, painel instalado na sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), no centro histórico da capital paulista, registrou às 12h00 do dia 26 de abril, R$ 1 trilhão em impostos. Este é o montante pago pelos contribuintes brasileiros aos governos federal, estadual e municipal desde o início deste ano. Entram na contabilidade impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária.

No ano passado, a marca foi registrada sete dias depois. A explicação para que a arrecadação ocorra mais cedo de acordo com a análise do economista da ACSP, Marcel Solimeo, se dá, principalmente, pelo aumento da inflação. Solimeo lembra que parte dos impostos, incide sobre os preços dos produtos.

"A alta de impostos que tivemos aconteceu pelo aumento da inflação, que incide diretamente nos preços dos produtos e eleva a arrecadação", disse.

A carga tributaria de impostos tem um impacto direto na vida das pessoas, pois é a partir desses valores que o governo consegue investir em áreas importantes como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura.

**IMPOSTOS X DIAS DAS MÃES**

A tradicional data de Dia das Mães, época em que o comércio ganha fôlego, pode representar números expressivos em arrecadação tributária. Ainda de acordo com Solimeo, a carga embutida em presentes afetará o bolso dos filhos que decidirem realizar compras nesse período.

Os perfumes (nacionais) podem atingir até 69,13% de tributos. No caso das joias, os tributos podem chegar em 50,44%. Com pouco menos de tributos, temos as bolsas (geral) com 39,95%.

O cálculo é feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

Você pode conferir a tabela com esses e outros produtos, acessando o site do Impostômetro.

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP), em seus 128 anos de história, é considerada a voz do empreendedor paulistano. A instituição atua diretamente na defesa da livre iniciativa e, ao longo de sua trajetória, esteve sempre ao lado da pequena e média empresa e dos profissionais liberais, contribuindo para o desenvolvimento do comércio, da indústria e da prestação de serviços. Além do seu prédio central, a ACSP dispõe de 15 Sedes Distritais, que mantêm os associados informados sobre assuntos do seu interesse, promovem palestras e buscam soluções para os problemas de cada região.

O Impostômetro foi implantado em 2005 pela ACSP para conscientizar os brasileiros sobre a alta carga tributária e incentivá-los a cobrar os governos por serviços públicos de mais qualidade. Está localizado na sede da ACSP, na Rua Boa Vista, centro da capital paulista. Outros municípios e capitais se espelharam na iniciativa e instalaram seus painéis. No portal é possível visualizar valores arrecadados por período, estado, município e categoria.

# IGP-M cai 0,95% em abril

De acordo com o IBRE-Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, o Índice Geral de Preços -- Mercado (IGP-M) caiu 0,95% em abril, após variar 0,05% no mês anterior. Com este resultado, o índice acumula taxa de -0,75% no ano e de -2,17% em 12 meses. Em abril de 2022, o índice havia subido 1,41% e acumulava alta de 14,66% em 12 meses.

"Os preços de importantes commodities para o setor produtivo seguem em queda. Soja (-9,34%), milho (-4,33%) e minério de ferro (-4,41%), abrem espaço para descompressão dos custos de importantes segmentos varejistas favorecendo a chegada desses efeitos nos preços ao consumidor. O IPC, ainda que esteja registrando desaceleração, segue pressionado pelos reajustes de preços administrados, como gasolina (2,39%), energia (1,31%) e medicamentos (2,02%). Além disso, os serviços livres também persistem com inflação em elevado patamar. Entre os itens deste segmento, vale destacar o aluguel residencial com alta de 1,31% em abril", afirma André Braz, Coordenador dos Índices de Preços.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,45% em abril, após queda de 0,12% em março. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo Bens Finais variou 0,81% em abril. No mês anterior, a taxa do grupo havia subido 0,12%. A principal contribuição para este resultado partiu do subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de -0,96% para 0,65%, no mesmo período. O índice relativo a Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis para o consumo, subiu 0,80% em abril, após queda de 0,15% no mês anterior.

A taxa do grupo Bens Intermediários registrou nova queda passando de -1,08% em março para -1,74% em abril. O principal responsável por este movimento foi o subgrupo materiais e componentes para a manufatura, cujo percentual passou de -0,52% para -1,23%. O índice de Bens Intermediários (ex), obtido após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, caiu 1,05% em abril, após queda de 0,63% em março.

O estágio das Matérias-Primas Brutas caiu 3,20% em abril, após variar 0,71% em março. Contribuíram para a queda do grupo os seguintes itens: minério de ferro (4,95% para -4,41%), soja em grão (-3,24% para -9,34%) e milho em grão (-1,34% para -4,33%). Em sentido oposto, destacam-se os seguintes itens: bovinos (-2,47% para 2,65%) leite in natura (1,06% para 1,99%) e arroz em casca (-1,65% para 2,32%).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) variou 0,46% em abril. Em março o índice variara 0,66%. Três das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição partiu do grupo Transportes, cuja taxa de variação passou de 2,22%, para 0,85%. Nesta classe de despesa, cabe mencionar o comportamento do item gasolina, cujo preço variou 2,39%, ante 6,52% na edição anterior.

Também apresentaram decréscimo em suas taxas de variação os grupos: Habitação (0,84% para 0,62%) e Comunicação (0,46% para 0,21%). Nestas classes de despesa, vale mencionar os seguintes itens: aluguel residencial (2,73% para 1,31%) e tarifa de telefone móvel (1,18% para 0,55%).

Em contrapartida, os grupos Educação, Leitura e Recreação (-1,50% para -0,96%), Alimentação (0,14% para 0,36%), Vestuário (0,20% para 0,31%), Despesas Diversas (0,13% para 0,18%) e Saúde e Cuidados Pessoais (1,00% para 1,01%) apresentaram avanço em suas taxas de variação. Estas classes de despesa foram influenciadas pelos seguintes itens: passagem aérea (-8,21% para -5,59%), hortaliças e legumes (-2,75% para -0,68%), calçados (-0,01% para 0,73%), tarifa postal (0,37% para 2,08%) e medicamentos em geral (0,21% para 2,02%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) variou 0,23% em abril, ante 0,18% em março. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações na passagem de março para abril: Materiais e Equipamentos (-0,07% para 0,14%), Serviços (0,88% para 0,65%) e Mão de Obra (0,27% para 0,23%).

# Agronegócio como opção de investimento

*Mercado em expansão oferece boas opções de investimentos e participação no desenvolvimento do país*

O crescimento sustentável do agronegócio no Brasil é apontado como uma das principais características do desenvolvimento deste mercado nos últimos 40 anos. De 2002 a 2022 o PIB agrícola do país teve um salto de US$ 120 bilhões para US$ 500 bilhões, o que equivale a todo o PIB da Argentina.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontam que em 2023 o Brasil deva se estabelecer como o terceiro maior produtor de grãos do mundo, superando a marca de 300 milhões de toneladas comercializadas, ficando atrás apenas da China e Estados Unidos. Este cenário coloca o agronegócio entre os mercados mais promissores para investidores pessoa física, que além de contarem com bons rendimentos, ainda contribuem para o desenvolvimento do setor e, consequentemente, do País ao aplicar empresas que fomentam o agronegócio em diversos aspectos como produção, infraestrutura, tecnologia entre outros.

"Antigamente, só era possível investir no agronegócio comprando terras ou gado. Hoje em dia, as formas de investimento são bem mais sofisticadas, possibilitando ao investidor apostar em empresas que contribuem para o desenvolvimento do setor com os produtos e serviços que fornecem, e com possibilidades interessantes de ganhos", diz Gabriel Lago, sócio fundador da The Hill Capital, escritório de investimentos vinculado ao banco Btg Pactual que tem se especializado, entre outras áreas, nos investimentos sobre o agronegócio.

Lago explica que atualmente é possível investir em empresas fomentam alta tecnologia aplicada ao agronegócio, como inteligência artificial e metaverso, por exemplo. "O fato de o Brasil ter um clima tropical favorável o ano inteiro, e com grande expansão territorial tanto para o plantio como para a pecuária, torna o país um dos principais produtores do mundo, abastecendo o mercado interno e externo em grande escala, o que fortalece esse mercado, consequentemente oferecendo um bom retorno a seus investidores", afirma.

Há diversas possibilidades de investimento nesse setor, a começar pelo CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), que são títulos de renda fixa que têm lastros nos negócios de produtores ou cooperativas rurais, que envolvem financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos ou até maquinários utilizados na agropecuária.

Segundo Gabriel Lago, a principal forma de investimento no setor é por meio de fundos de Agro e ou Renda Fixa que financiam o desenvolvimento do agronegócio. Ele diz que ainda são poucas as empresas de capital aberto na Bolsa de Valores (B3) que possibilitam o investimento em ações, apontando que isso também significa que há um grande espaço a ser conquistado nessa modalidade de investimento. Ele prevê um aumento de empresas na B3 a partir do próximo ciclo de baixa de juros.

O especialista diz que há investimentos de alto, médio e baixo risco, relativamente proporcionais às possibilidades de ganhos, como em qualquer forma de aplicação financeira. "Os Fundos de Private Equitys, que captam recursos para investir em novas empresas, que estão começando a atuar no agronegócio, podem ser considerados os de maior risco, e se enquadram classe de investimentos alternativos", descreve, explicando que nessa categoria, o investidor aposta em ideias e projetos, que se alcançarem sucesso, alavancam grandes rendimentos, por isso, são fundos de longo prazo, normalmente entre 7 e 10 anos.

A forma mais conservadora de investimento é por meio de LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio), emitidas pelos bancos para captarem fundos para empréstimos a empresas do setor agro. A diferença é que para os investidores, a garantia são os bancos e não os negócios financiados por essas instituições financeiras. "A vantagem desta forma de aplicação é a isenção de Imposto de Renda para pessoa física", diz Lago.

Os investidores que adquirem debentures de empresas de infraestrutura também ficam isentos do pagamento de Imposto de Renda. Gabriel Lago explica que essa é uma forma de o Governo compensar essas pessoas por utilizarem seua recursos para investir, por exemplo, na construção de ferrovias que favoreçam o transporte de produtos agrícolas, contribuindo para o desenvolvimento do setor, sem que esses recursos precisem ser providenciados diretamente pelo poder público.

"Outro grande diferencial do investimento em agronegócio é que além das promissoras possibilidades de rendimento, há um valor agregado, tanto para a pessoa física como jurídica de contribuir para do crescimento do setor e, consequentemente para o desenvolvimento do País", finaliza.

# Fundo de investimento – quais são os tipos?

Apesar do crescimento considerável de pessoas que passaram a investir em 2022, o tema ainda deixa diversas dúvidas, principalmente sobre os tipos existentes e qual ativo pode render mais.

Fato é que opções não faltam e há diversas possibilidades de investimento, cada uma com seu risco e prazo para retorno. A seguir, o time de especialistas da Acura Investimentos mostra quais são os principais a médio e longo prazo para investidores de alto risco.

## INVESTIMENTO DE MÉDIO PRAZO

O resgate costuma ser entre 2 anos e 5 anos, e é considerada a opção para quem busca mais segurança.

**- Fundo de investimentos em Ações:** com foco no perfil de investidores da bolsa de valores que não compram ações de empresas diretamente. São adquiridas cotas e um gestor realiza a estratégia que considera melhor para seus recursos.

**- Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA):** modalidades de investimento em renda fixa, são títulos de crédito emitido por bancos para financiar o setor imobiliário e o agronegócio. O retorno financeiro vem através dos juros, assim como o CDB e é considerado de risco baixo.

"Tanto LCI e LCA são ótimas opções de investimento, elas possuem isenção no IR (Imposto de Renda), ou seja, a rentabilidade não sofrerá desconto. Além disso, elas possuem baixo risco, pois caso a empresa quebre, a FGC garante o retorno do valor aplicado, com limite a R$ 250 mil", comenta André Carvalho, Diretor de Portfólio da Acura Capital.

"Por se tratar de opções de investimentos livres de taxas, tributos e serem acessíveis, a LCI e LCA vem se tornando cada vez mais atrativas para investidores. O fato de possuírem cobertura do FGC, com limite de R$ 250mil, traz um conforto para investidores caso haja imprevistos ao longo da aplicação. Se o investidor optar por uma dessas modalidades de investimento deve-se atentar a seu perfil para perdas, uma vez, que são papéis com menor liquidez se comparado a uma CDB, por exemplo", comenta Gabrielle Bispo, Comercial e Middle da Acura Capital.

## INVESTIMENTO A LONGO PRAZO

Por último, temos as aplicações com duração de, no mínimo, 5 anos e algumas sem uma data de vencimento. Essas costumam ter melhores rendimentos, muito por conta do período que os juros são aplicados.

Alguns investimentos, dos que já foram citados, podem ser a longo prazo, como o CDB, as Letras de Crédito Imobiliário e as Letras de Crédito do Agronegócio.

**- Fundo de Investimento no Exterior:** aplicações que são atreladas a ativos de alguma moeda estrangeira. Assim como o FIEX, um capital de diversas pessoas, com o mesmo perfil de investimentos, é reunido e o gestor escolhe os melhores rentabilidade para todos os investidores.

**- Fundos de Investimento Multimercado:** assim como outros tipos de fundos de investimento, ele reúne recursos de diversos investidores para uma aplicação conjunta, sendo necessário um gestor do fundo, que fica responsável pela tomada de decisão sobre qual comprar e qual vender. O Multimercado dá a esse gestor mais possibilidades, tendo em vista que fica livre para escolher qual categoria é a mais próspera.

Além disso, é importante identificar qual tipo de investidor você busca ser, tem alguns que são de alto risco e outros que buscam fazer uma gestão de patrimônio. Veja melhor sobre eles abaixo:

**-Alto Risco:** costuma ser realizado por investidores que já possuem um patrimônio alto, porque esse tipo de investimento não tem garantia de quanto será o retorno e nem se terá. É interessante porque o rendimento costuma ser mais alto do que os outros tipos.

**-Gestão de patrimônio:** diferente dos investidores de alto risco, esse perfil costuma ser mais conservador e busca por baixos riscos e gosta de manter um planejamento.

Contar com empresas que realizam a gestão de recursos, como a Acura Capital, é extremamente importante, ela realiza um monitoramento de riscos e mantém uma comunicação constante com os investidores para manter as expectativas alinhadas.

A Acura Capital faz gestão de recursos com opções de investimentos e especialização em fundos de passivos e de ações judiciais no multimercado. Os seus serviços e produtos financeiros são destinados a investidores de renda média-alta, hoje acessíveis quase exclusivamente a investidores institucionais.

# Investimentos Diretos Estrangeiros deverão atingir US$ 80 bilhões no Brasil em 2023

*O MUFG (Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc), holding do Banco MUFG Brasil, divulga relatório sobre Setor Externo*

Os dados preliminares de abril até o dia 19 mostram que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) foi de US$ 2,9 bilhões e o ingresso de investimento em carteira foi de US$ 1,2 bilhão. Mantemos nossa expectativa para o IED para todo o ano em US$ 80 bilhões, presumindo a aprovação de um arcabouço fiscal viável e de uma reforma tributária neste ano, abrindo espaço para a expectativa de um melhor crescimento econômico nos próximos anos.

Esse alto nível de IED, juntamente com o moderado déficit em conta corrente esperado para este ano (nossa previsão atual é de US$ 45 bilhões), mantém a sólida posição de nossas contas externas, o que, juntamente com o alto nível de Reservas Externas (US$ 341 bilhões em março de 2023) e as operações de carry trade, pode ser parte da razão pela qual o real brasileiro tem se valorizado, apesar das incertezas do lado fiscal.

O Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc. (MUFG) é um dos principais grupos financeiros do mundo. Com sede em Tóquio e mais de 360 anos de história, o MUFG possui uma rede global com cerca de 3.000 escritórios em mais de 50 mercados. O grupo oferece serviços como banco comercial, trust banking, títulos, cartões de crédito, financiamento ao consumidor, gestão de ativos e leasing. O grupo pretende "ser o grupo financeiro de maior confiança do mundo" por meio de uma estreita colaboração entre suas empresas operacionais e respondendo com flexibilidade a todas as necessidades financeiras dos clientes, servindo à sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor. As ações do MUFG são negociadas nas bolsas de valores de Tóquio, Nagoya e Nova York.

Em 1 de abril de 2018, o nome do banco comercial do MUFG passou de "O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd." para "MUFG Bank, Ltd." Muitas das subsidiárias no exterior fizeram a mudança no mesmo dia, mas, em alguns países, a alteração do nome será realizada em uma data posterior. O símbolo de ticker da Bolsa de Nova York do MUFG também mudou para "MUFG".

Há 100 anos no Brasil, o Banco MUFG Brasil é um dos maiores bancos estrangeiros globais em atuação no País, com sede em São Paulo. A instituição financeira integra o MUFG - Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc., quinto maior grupo financeiro do mundo.

# Dólar mantém liderança em venda de moeda em espécie e registra alta no volume operado em março

*Além da moeda norte-americana, euro, libra esterlina, dólar canadense e dólar australiano também apresentaram alta no volume*

Segundo levantamento realizado pela Travelex Confidence, maior especialista em câmbio do mundo, a moeda mais operada em março de 2023 foi o dólar norte-americano, que mantém a tendência de alta desde setembro de 2022. No período, apresentou alta de 8% em relação ao mês anterior (fevereiro). Os maiores impactos dessa performance positiva, estão relacionados à sazonalidade, pois historicamente, março performa melhor em relação ao mês de fevereiro, já que é um mês muito associado ao recebimento de bônus/stock options, movimentando o mercado de câmbio no comparativo a fevereiro, que é um mês com menor quantidade de dias úteis além de ser um período de pós-férias.

O Euro segue na segunda colocação do ranking, apresentando alta de 32% em relação ao mês anterior, no entanto, ainda segue uma tendência de queda desde agosto de 2022. Já a Libra Esterlina, retoma as tendências do período pré-pandemia, registrando uma alta de 28% em relação ao mês anterior. O relatório ainda mostrou que o Dólar Canadense e Dólar Australiano também registraram altas, de 23% e 16%, respectivamente, porém seguem abaixo da média pré-pandemia.

O Banco Central manteve a taxa básica de juros na última decisão de política monetária, enquanto o FED (Sistema de Reserva Financeira) subiu 0,25 pontos base. "Esse crescimento está alinhado com as expectativas de mercado e sinaliza o final do ciclo de alta, contribuindo para essa valorização da nossa moeda em relação ao Dólar", comenta Jorge Arbex, Diretor do Grupo Travelex Confidence. "Outro fator que pode contribuir para o fortalecimento do Real e, consequentemente, o aumento das vendas é o anúncio do arcabouço fiscal pelo governo", ressalta o executivo.

A Travelex é hoje uma especialista em câmbio reconhecida mundialmente, marcando presença em mais de 20 países. No Brasil, o Grupo é formado pelo Travelex Bank, primeiro banco exclusivo para operações de câmbio regulamentado pelo Banco Central no País, e pela corretora Travelex Confidence, com mais de 20 anos de experiência no setor. Dentre as operações realizadas pelo Grupo, estão as operações cross-borders como transferências e pagamentos internacionais, importação, exportação, Mass Payments, banknotes, compra e venda de mais de 20 tipos de moedas estrangeiras, troca de cheques internacionais, venda de cartões pré-pagos, seguro viagem, chip internacional para celular, entre outros. Clientes do Grupo Travelex Confidence contam ainda com atendimento omnichannel incluindo loja online, aplicativo exclusivo, internet banking, mesas de operações com atendimento por telefone ou WhatsApp e mais de 110 pontos de atendimento espalhados por todo território nacional.

# Brasil tem mais de dois dispositivos digitais por habitante

*São 464 milhões de dispositivos digitais (computador, notebook, tablet e smartphone) em uso no Brasil*

O Brasil tem **464 milhões** de dispositivos digitais (computador, notebook, tablet e smartphone) em uso no Brasil (corporativo e doméstico), ou seja, em maio desse ano, a projeção é que serão mais de dois dispositivos digitais (2,2) por habitante, de acordo com a 34ª edição da Pesquisa Anual do FGVcia sobre o Mercado Brasileiro de TI e Uso nas Empresas, divulgada nesta quinta-feira (27), pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGVcia).

O estudo revela ainda que são 1,2 smartphones por habitante, totalizando 249 milhões de celulares inteligentes em uso no Brasil. Adicionando os notebooks e os tablets, são 364 milhões de dispositivos portáteis, ou 1,7 por habitante. No país, são 3,3 celulares vendidos para um aparelho de TV.

Em relação a computadores, o Brasil possui 215 milhões (desktop, notebook e tablet) em uso, atingindo 1 computador por habitante (100% per capita). As vendas em 2022 caíram 11%, com 12,4 milhões de unidades. Apesar do cenário nebuloso, estima-se em 2023 um crescimento perto de 10%.

De acordo com o coordenador da pesquisa do FGVcia, professor Fernando Meirelles, "é notável que o uso e os gastos e investimentos em TI nas empresas de 9% da receita continuam crescendo em valor, maturidade e importância para os negócios existentes, e para viabilizar novos modelos de negócios. Seu valor depende de vários fatores, os dois principais são: o estágio ou nível de informatização e o ramo no qual a empresa atua".

**GASTOS E INVESTIMENTOS EM TI**

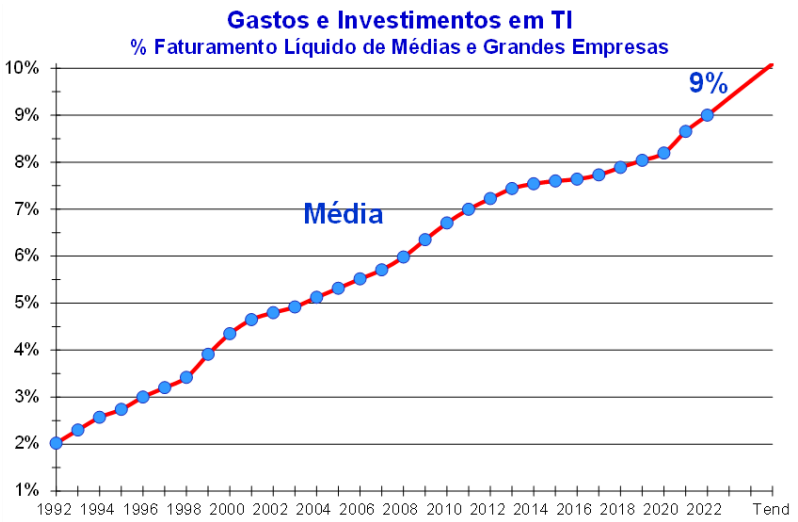
Este índice é o gasto total destinado a TI, a soma de todos os investimentos, despesas e verbas alocadas em TI, incluindo: equipamento, instalações, suprimentos e materiais de consumo, software, serviços, comunicações e custo direto e indireto com pessoal próprio e de terceiros em TI, dividido pela receita da empresa.

Pode-se comprovar que quanto mais informatizada a empresa, maior é o valor desse índice. Nos últimos

35 anos, ele cresceu 6% ao ano, passando de 1,3% em 1988 para 9% em 2022/23. Mesmo assim, existe muito espaço para crescer e chegar aos níveis dos países mais desenvolvidos.

Outro indicador, entre os mais de 50 analisados na pesquisa, é o CAPU - Custo Anual de TI por Usuário, de R$ 52 mil. Esse valor refere-se aos gastos e investimentos em TI das empresas pesquisadas no ano passado, dividido pelo número de usuários da empresa.

Vale ressaltar que seu comportamento não tem economia de escala, cresce com o tamanho da empresa e varia conforme o ramo. Nas empresas prestadoras de serviços, a média é R$ 62 mil; na Indústria, R$ 45 mil; no Comércio, R$ 34 mil; e nos bancos, R$ 138 mil.




## PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DOS PRINCIPAIS FABRICANTES

A pesquisa também levanta a participação no mercado dos fabricantes de 26 categorias de software. A Microsoft continua dominando várias categorias no usuário final, algumas com perto de 90% do uso. Os fabricantes que mais cresceram sua participação foram: Google e Qlik. Já para Videoconferência, o Microsoft Teams cresceu para 42%, passando o Zoom, que ficou com 35%.

Os Sistemas Integrados de Gestão (ERP) da TOTVS e da SAP têm 34% do mercado cada; Oracle, 12%; e outros, 20%. A TOTVS lidera nas menores e a SAP, nas maiores empresas, com 50%. As novas tecnologias provocam a necessidade de integrar cada vez mais o físico com o digital e demandam a implementação de novos processos integrados internamente, externamente e com o ecossistema da empresa. O "novo" ERP continua a ser o coração da transformação digital.

Os programas de Inteligência Analítica (BI - Business Intelligence and Analytics) continuam sendo uma categoria de destaque, e entre as mais lucrativas para os fabricantes. SAP, com 24%, Oracle, Totvs, Microsoft, Qlik, com 16% cada, e IBM, com 9%, são líderes desse segmento, com 96% do mercado. Apesar de todo esse arsenal de ferramentas modernas, 90% do uso de Inteligência Analítica no departamento financeiro das empresas é Excel. Um dado inédito é que a nuvem responde, em média, por 42% do processamento nas empresas.

## GASTOS E INVESTIMENTOS EM TI EM BANCOS, HOSPITAIS PRIVADOS E EM AGRONEGÓCIOS

O estudo é aprofundado em três ramos da economia: bancos, hospitais privados e agronegócios.

Nos últimos dois anos (2021 e 2022), os gastos e investimentos em TI nos bancos cresceram 11% ao ano, atingindo R$ 32 bilhões, e a projeção é que continuem em alta e atinjam próximo a R$ 43 bilhões em 2024. O volume de transações por meios virtuais com origem no celular (Mobile Banking) e Internet tendem a 90% das transações (90% por smartphone). Nos hospitais privados, temos o CAPL - Custo Anual de TI por Leito de R$ 170 mil, e no setor de agronegócios mostramos um comportamento parecido com a média da indústria.

Os principais projetos de TI relatados na pesquisa continuam sendo Inteligência Analítica (Analytics) combinada com Inteligência Artificial e implementação do "novo" ERP. Nas grandes empresas: segurança, governança, IoT, nuvem, buscar e reter talentos de TI e TI apoiando projetos de ESG.

Consulte o relatório completo no link e o resumo no pdf anexo 1.pdf

## METODOLOGIA

O FGVcia divulga anualmente, desde 1988, um amplo retrato do mercado de Tecnologia de Informação (TI), com resultados de estudos e pesquisas do uso de TI nas empresas. Nesta edição, houve a participação de 2.660 médias e grandes empresas.

Os resultados divulgados comprovam o processo de transformação digital das empresas e da sociedade. Vale ressaltar que o FGVcia é considerado um centro de referência na área, e traz em suas pesquisas números inéditos e interessantes, retratando o cenário atual e as tendências desse ambiente, sendo uma valiosa contribuição para os meios empresariais e acadêmicos.

# Joias e relógios secondhand são bons investimentos alternativos

*Consumidores estão buscando diversificar seu portfólio comprando esses itens*

Você já parou para pensar que um relógio Rolex pode ter uma valorização maior do que alguns ativos do mercado de renda variável ao redor do mundo? Segundo dados do Boston Consulting Group e da Watch Box, em cinco anos houve um aumento de 20% no preço dessas peças – incluindo também de outras marcas consideradas de desejo - superando os 8% registrados pelo S&P 500, um dos principais indicadores das bolsas americanas.

Segundo Claudia Krieger, COO da Orit, empresa de joias e relógios de luxo secondhand, o aumento expressivo de preço dos relógios Rolex e de outras marcas está relacionado ao desequilíbrio entre oferta e demanda. "A demanda reprimida traz um aumento considerável ao valor desses relógios no mercado. Por se tratar de um produto com mercado secundário bem estruturado, acompanhamos de perto essa movimentação, que pode, para alguns modelos, ser uma alternativa de investimento interessante".

Claudia aponta que a crise mundial provocou uma queda no preço dos produtos secondhand, sem tirar, contudo, a competitividade dos produtos no mercado.

Muitos compradores de relógios na Orit, que são também colecionadores, de acordo com a COO, entendem o valor dessas peças como investimento. "Além de serem peças em perfeito estado de conservação, o preço de relógios de marcas de luxo usados pode chegar a 50% do valor de um novo".

Claudia ressalta que o fluxo de clientes em busca desses relógios vem crescendo exponencialmente nos últimos dois anos. "Quando observamos os clientes Orit que compraram relógios, em 2020, 72% deles eram novos. Em 2021, houve um crescimento de 70% dessa base e de 25%, em 2022".

No mundo, os investimentos em relógios tomaram tamanha proporção que já existem índices de mercado, como o Rolex Market Index, que aponta o desempenho financeiro dos relógios da marca no mercado secondhand. É composto pelos 30 principais modelos da marca e mostra o preço médio deles ao longo do tempo. Nos últimos 3 anos, o valor do relógio subiu 14,5%.

**JOIAS SECONDHAND: FLUXO DE VENDAS EM ALTA E PREÇOS SUBINDO**

O fluxo de vendas de joias assinadas na Orit, de acordo com Claudia, saltou 150% entre os anos de 2020 e 2021 e de 2021 para 2022, o aumento na demanda por estas joias foi de 6%.

A COO da Orit destacou a movimentação das vendas de peças em ouro ao longo de 2020 e 2021. Segundo ela, no período houve queda de 16% na participação das vendas de joias à base de ouro amarelo – caindo de 72% para 60%. "Já de 2021 para 2022, a participação nas vendas de joias de ouro amarelo voltou a crescer, atingindo 11%, e a de ouro branco retraiu 21% no período".

**INVESTIMENTO ALTERNATIVO**

Avaliando do ponto de vista de alocação de ativos, Claudia diz que, segundo especialistas financeiros, em uma carteira diversificada é possível manter um percentual de até 3% do patrimônio em investimentos alternativos. Joias e relógios de luxo podem fazer parte desta categoria de investimentos. "Nessa linha, comprar uma joia ou um relógio secondhand dá ao comprador a oportunidade de trazer ao seu portfólio um ativo desagiado, podendo gerar um bom retorno na hora da venda", conclui.

A Orit é uma marca jovem que traz em seu DNA a expertise de três gerações que atuam há mais de 63 anos no mercado de avaliação, compra e venda de joias e relógios de luxo secondhand (seminovos). Com infraestrutura diferenciada e um time de especialistas formado por avaliadores experientes que garantem a melhor opção para quem quer vender e comprar joias e relógios em todo o Brasil.

JIM CIELINSKI

# Endividamento público do Reino Unido atinge recorde histórico

*Gestor de Portfólio de Renda Fixa na Janus Henderson Investors*

Os números dos empréstimos do Reino Unido foram publicados no dia 25 de abril último. De acordo com o Escritório de Estatísticas Nacionais, a dívida do setor público do Reino Unido atingiu £2.530,4 bilhões no ano financeiro de 2022/2023. Números tão grandes podem começar a perder seu significado, mas isso pode ser considerado uma boa notícia. O endividamento aumentou para £139,2 bilhões no ano passado, £18,1 bilhões a mais do que o ano anterior, mas mais de £13 bilhões abaixo das previsões do próprio governo. Isso deixará um pouco mais de margem de manobra para os gastos do governo e até mesmo para modestos cortes de impostos, enquanto o Chanceler se prepara para as próximas eleições gerais.

Se o governo estava completamente encurralado antes, agora está apenas entre a proverbial espada e a parede. O pagamento total de juros da dívida no último ano financeiro foi de £106,6 bilhões, um aumento significativo em relação ao ano anterior. Os títulos indexados à inflação foram os principais culpados à medida que a inflação disparou. Além disso, as maturidades da dívida de baixo custo serão substituídas por dívidas de alto custo em 2023 e além, uma tendência que estará bem enraizada por muitos anos. A dívida total chegou a 99,6% do PIB do Reino Unido, acima de cerca de 80% antes da pandemia. A carga da dívida do Reino Unido provavelmente ultrapassará 100% do PIB ainda este ano pela primeira vez desde a década de 1960 - um marco que provavelmente não será comemorado.

A dívida em quase todas as economias desenvolvidas aumentou nos últimos anos. Isso é um presságio à ruína? Não precisa ser assim, e não há número mágico que seja "muito alto". Um princípio por trás da dívida em espiral é que ela deve ser usada para financiar o crescimento em excesso do custo do empréstimo. Este é o verdadeiro motivo de preocupação. O crescimento da dívida de hoje está financiando pagamentos de juros mais altos, programas de licença remunerada e subsídios para contas de energia. Estes não são usos altamente produtivos de capital, mesmo que sejam necessários, e destacam o ritmo insustentável de generosidade. Estas são as realidades enfrentadas por muitas economias desenvolvidas, mas que são particularmente agudas no Reino Unido.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# Empreendedores paulistas contam com seis linhas voltadas a projetos de tecnologia e inovação; juros anuais do Inovacred são menores que 7%

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista

Em tempos de taxa básica de juros (Selic) alta, a Desenvolve SP oferece crédito para investimentos nas áreas de tecnologia e inovação com juros anuais que podem ser menores que 7%. Agência de fomento do Estado de São Paulo, a instituição tem como uma de suas premissas impulsionar negócios e ideias inovadoras de micro, pequenos e médios empresários paulistas.

Segundo Ricardo Dias Brito, presidente da agência, que é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, há alguns anos esse tipo de investimento estava restrito às grandes companhias. "A boa notícia é que, atualmente, não importa o tamanho da empresa. Todas podem inovar", afirma o executivo, ressaltando as taxas e prazos de pagamento bem competitivos.

Foi com cerca de R$ 2 milhões em recursos da linha Inovacred que a Duo Automation, de Santa Bárbara do Oeste, na região de Campinas, tirou do papel um protótipo de robô que faz uma solda especial para moendas industriais de cana-de-açúcar. A máquina, responsável pela solda de chapisco que proporciona rugosidade ao equipamento, é uma versão mais compacta e que alcança de forma mais eficiente rolos inferiores das moendas, permitindo a extração do produto com melhores resultados.

Patenteada, a inovação será apresentada em breve pela empresa paulista ao mercado sucroalcooleiro do país. "Este é o terceiro financiamento que fazemos com a Desenvolve SP. Anteriormente, também utilizamos o crédito da agência para desenvolver outros dois projetos de robô semelhantes", disse Renan Marcel Carvalheira, CEO da Duo Automation, companhia pioneira no ramo, que comercializa robôs sob demanda do mercado.

**DESEMBOLSOS**

Em 2022, a Desenvolve SP desembolsou R$ 20,5 milhões para projetos voltados à tecnologia e inovação. Neste ano, já foram liberados mais de R$ 11,5 milhões para financiar iniciativas inovadoras no estado, para empresas que tenham faturamento anual de até R$ 300 milhões.

**CRÉDITO DIVERSIFICADO**

A Inovacred, utilizada pela Duo Automation, tem três opções diferentes com taxas a partir de TR + 4,23% ao ano. Além disso, a Desenvolve SP tem também a Finep Aquisição Inovadora Telecom, voltada à compra de equipamentos de telecomunicações e cabos de fibra óptica tem taxas a partir de TR + 7% ao ano.

Já a linha BNDES Crédito Serviços 4.0 financia a contratação de serviços tecnológicos, associados à otimização da produção e à viabilização de projetos de manufatura avançada, que tenham o Credenciamento Finame, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Neste caso, os juros mensais partem de 0,36% acrescidos de Selic.

Outra opção é a Linha de Incentivo à Tecnologia (LIT), para projetos com foco no desenvolvimento e/ou transferência de tecnologia, criação de novos produtos, processos ou serviços, investimentos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento. A partir de 0,04% ao mês mais Selic.

# Logística reversa: marcas buscam solução para impulsionar economia circular

*O ciclo de vida dos produtos é uma das principais discussões envolvendo o ESG das empresas, no Brasil apenas 4% dos resíduos sólidos são reaproveitados ou reciclados, mas marcas como positiv.a e Nude acabam de investir em campanha de logística reversa*

Coletor da parceria positiv.a e Nude

Com população superior a 210 milhões de habitantes, o Brasil gera 81,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, segundo levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), referente a 2022. Desse número, apenas 4% é reaproveitado ou reciclado, mesmo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prestes a completar 13 anos, em agosto de 2023.

A lei Federal 12.305, que instituiu a PNRS, foi vista como um marco na gestão de resíduos sólidos, com regras sobre a responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes sobre os resíduos deixados pelo consumo dos produtos. No entanto, a implementação e operacionalização ficou a critério de acordos setoriais.

Contudo, com exceção de alguns setores, como os de pilhas, baterias, pneus e óleos lubrificantes, nem todas as empresas assinaram acordos setoriais federais. O mais importante acordo setorial, o das embalagens, que permeiam diferentes segmentos, não avançou. Seguindo sem uma previsão da entidade gestora sobre a obrigação das indústrias, distribuidoras e comerciantes de embalagens.

Apesar disso, algumas marcas têm avançado na preocupação com o ciclo dos produtos, e se preocupam cada vez mais com o estímulo ao consumo consciente, ao reforçar a importância de reaproveitar e reciclar as embalagens após o consumo. Parte dessa movimentação se deve

ao estímulo dos próprios consumidores, onde 91% preferem consumir de marcas que façam escolhas conscientes para o meio ambiente, segundo um levantamento realizado pela Microsoft Advertising em parceria com a Dentsu Internacional.

Entre os cases desse mercado, destacam-se as marcas ecológicas positiv.a, de produtos para limpeza e autocuidado feitos à base de plantas, e a Nude, foodtech que produz alimentos à base de aveia. Ambas empresas certificadas com o Selo B, que reconhece negócios que atendem aos altos critérios de responsabilidade social e ambiental e tentam equilibrar lucro e propósito, Positiv.a e Nude se uniram em uma campanha de logística reversa de embalagens. Recentemente, as marcas inauguram 3 locais para coleta de resíduos positiv.a e Nude, em pontos de venda comuns de ambas as marcas. São eles: Instituto Chão, Instituto Feira Livre e Kineo.

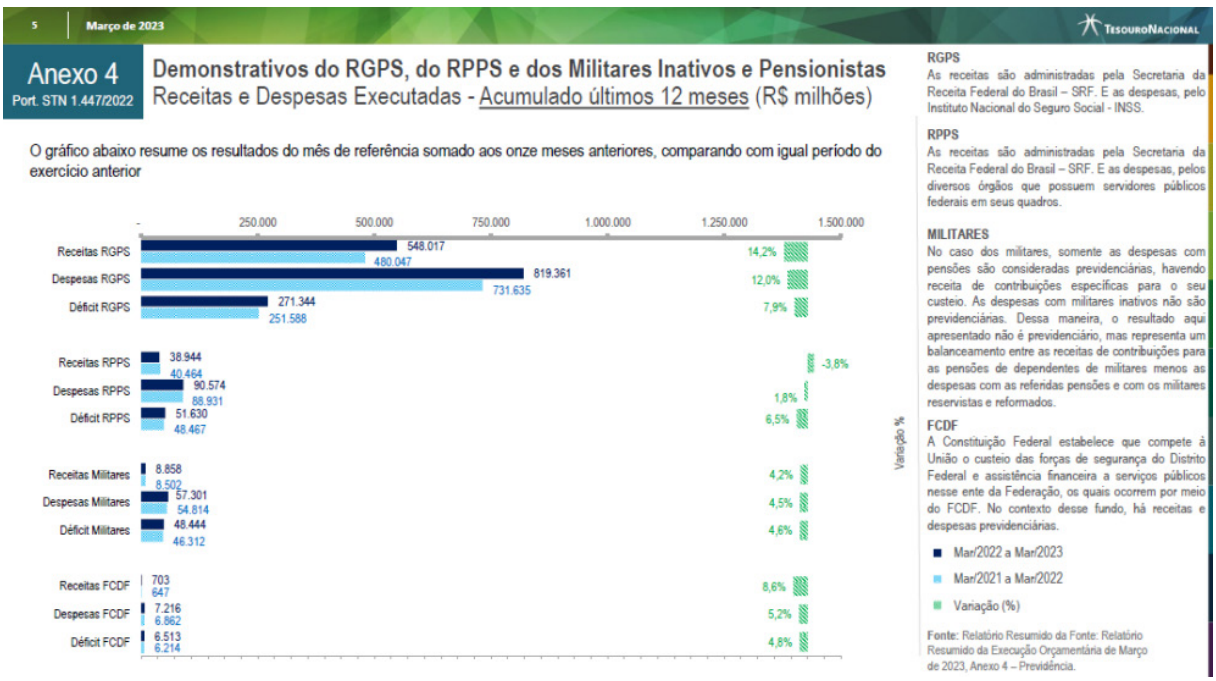
Inicialmente disponíveis na região central de São Paulo, os pontos de coleta são gerenciados pela Musa, serviço de gerenciamento de resíduos que garante 100% de reúso para todos os resíduos e neutralização de carbono. Considerando que a positiv.a utiliza papéis reciclados nas embalagens, com zero plástico em algumas e outras com plásticos retirados do meio-ambiente, esse pode ser considerado um grande avanço para a atuação da marca em todo o ciclo de vida dos produtos e embalagens.

Para Marcella Zambardino, cofundadora e Diretora de Impacto da positiv.a, repensar a logística reversa das embalagens é responsabilidade de todas as marcas, mas consequentemente marcas de produtos ecológicos têm uma responsabilidade mais evidente com a economia circular. "Os clientes da positiv.a sempre perguntam sobre destino de embalagem e nossa grande bandeira é a Economia Circular. Materializar esse projeto é um sonho antigo e esse é o início de um pedacinho regional do que queremos alcançar no Brasil, esse país de tamanho continental. A proporção do país dificulta o financiamento dos projetos de logística reversa total das empresas, por isso a junção de marcas para unir esforços e encontrar soluções é um caminho que acredito demais", comenta Marcella.

Comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e suas metas de mitigação climática, a foodtech Nude foi a primeira marca da América Latina a calcular todas as etapas da cadeia produtiva e estampar a pegada de carbono na embalagem. De acordo com Mariana Spignardi, diretora de sustentabilidade da marca, parte do impacto ambiental dos produtos da Nude é decorrente da destinação das embalagens, que representou, em 2022, 20% das 'Pegadas de Carbono' da marca. "Ao destinar corretamente as embalagens para a reciclagem, é possível reduzir este impacto. Por isso, por meio desta iniciativa, também conseguimos expandir a coleta e a destinação correta das embalagens, amplificando pontos de entrega voluntária-PEV e o diálogo sobre o tema com nossos consumidores. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, as empresas são responsáveis por 22% de reciclagem das embalagens pós consumo, mas a Nude se responsabiliza por 100% delas", explica.

Ainda segundo o levantamento da Abrelpe, cerca de 40% de todos os resíduos do país, atualmente, são destinados a aterros controlados ou lixões a céu aberto, locais inadequados. Se outras marcas não se posicionarem e anunciarem ações efetivas de logística reversa, dados como os divulgados em Davos, no Fórum Econômico Mundial, que apontaram que em 2050 serão mais plásticos do que peixes nos Oceanos, se tornarão realidade.

# Previdência continua registrando déficits, apesar de melhoria no desempenho




Fonte: Previdência Social da União – Fonte ME – Março/2023 - Ricardo Bergamini

**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO TOTAL DA UNIÃO (RGPS E RPPS)**

O Resultado Previdenciário Total da União (REGPS e RPPS) em 2018 havia gerado déficit nas contas públicas de R$ 287,5 bilhões (4,10% do PIB). Em 2022, esse déficit saltou para R$ 375,4 bilhões (3,82% do PIB), significando redução real em relação ao PIB de 0,28 pontos percentuais. Em março de 2023 o resultado continuou ainda deficitário em R$ 377,6 bilhões (3,73% do PIB) e, portanto, houve redução real em relação ao PIB de 0,09 pontos percentuais, comparado ao ano de 2022.

**RGPS - REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA (INSS)**

- Em 2018, gerou déficit previdenciário de R$ 192,5 bilhões (2,75% do PIB). Em 2022 migrou para déficit previdenciário de R$ 270,2 bilhões (2,75% do PIB). Não houve alteração em relação ao ano de 2018. Em março de 2023 migrou para déficit previdenciário de R$ 271,3 bilhões (2,68% do PIB). Redução real em relação ao PIB foi de 0,07 pontos percentuais comparado ao ano de 2022.

**RPPS (CIVIL) - REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS CIVIS)**

- Em 2018, gerou déficit previdenciário de R$ 46,4 bilhões (0,65% do PIB). Em 2022 migrou para déficit previdenciário de R$ 50,6 bilhões (0,14 pontos percentuais do PIB). Redução real em relação ao PIB foi de comparado ao ano de 2018. Em março de 2023 migrou para déficit previdenciário de R$ 51,6 bilhões (0,51% do PIB). Não houve alteração real em relação ao PIB, comparado ao ano de 2022.

**RPPS (MILITAR) - REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES FEDERAIS)**

- Em 2018, gerou déficit previdenciário de R$ 43,8 bilhões (0,63% do PIB). Em 2022 migrou para déficit previdenciário de R$ 48,0 bilhões (0,49% do PIB). Redução real em relação ao PIB foi de 0,14 pontos percentuais comparado ao ano de 2018. Em março de 2023 migrou para déficit previdenciário de R$ 48,4 bilhões (0,48% do PIB). Redução real em relação ao PIB foi de 0,01 ponto percentual, comparado ao ano de 2022.

**FCDF – FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL (SERVIDORES DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E DA SEGURANÇA DO DF)**

- Em 2018, gerou déficit previdenciário de R$ 4,8 bilhões (0,07% do PIB). Em 2022 migrou para déficit previdenciário de R$ 6,6 bilhões (0,07% do PIB). Não houve variação comparado com 2018. Em março de 2023 migrou para déficit previdenciário de R$ 6,5 bilhões (0,06% do PIB). Redução real em relação ao PIB foi de 0,01 ponto percentual, comparado ao ano de 2022.

# Oito em cada dez pequenos negócios mineiros não têm dívidas ou permanecem com débitos em dia

*Pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, feita pelo Sebrae em parceria com o IBGE, aponta que micro e pequenas empresas do estado estão otimistas, mesmo com aumento de custos*

O aumento dos custos relacionados a insumos, mercadorias, combustíveis e aluguéis tem sido um dos desafios para o crescimento dos pequenos negócios. Apesar da queda no faturamento, quase oito em cada dez micro e pequenas empresas (MPE) mineiras não têm dívidas ou conseguem manter o pagamento das que têm em dia. É o que mostra a segunda edição da pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae em parceria com o IBGE. O estudo ouviu 6.802 empresários de todo o Brasil (662 no território mineiro) entre 23 e 30 de janeiro. O nível de confiança é de 95%.

Segundo o levantamento, 38% dos donos de pequenos negócios no estado afirmaram ter dívidas ou terem feito empréstimos, mas disseram que os compromissos estão em dia. Outros 38% dos empreendedores entrevistados afirmaram não ter débitos, enquanto 25% revelaram estar em atraso no pagamento dos empréstimos. Em todo o país, 39% dos empresários disseram que não têm dívidas e 27% atrasaram a quitação das parcelas.

"Há realmente uma preocupação muito grande dos empresários em manter a adimplência. Alguns segmentos ainda vivem incertezas desde o período mais difícil da pandemia, já que buscaram financiamentos e mantêm o pagamento das parcelas. Muitos estão focados em quitar essas dívidas e não têm possibilidade de contrair novos empréstimos", afirma o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

A pesquisa também apontou que 37% dos empresários de MPE de Minas Gerais gastam menos de 30% do faturamento do pequeno negócio para sanar dívidas, fatia semelhante à média nacional. Para 38% dos respondentes no estado, o pagamento de empréstimos representa de 30% a 50% da receita mensal, enquanto 19% afirmam que os débitos ultrapassam 50% do faturamento.

Por sua vez, 72% dos entrevistados no estado disseram não ter contraído empréstimos nos últimos três meses, porcentagem ligeiramente superior ao nível nacional (70%). Para 65% dos empresários, 2023 será melhor que o ano passado em termos de crescimento do negócio, enquanto 21% acreditam que o ano atual será pior que 2022.

Marcelo diz que os pequenos negócios gradativamente vão retomando suas atividades, o que gera uma melhor expectativa para 2023. "Nada foi tão ruim para os pequenos e médios empresários como os anos em que as atividades ficaram fechadas. Aos poucos, eles vão retomando seus faturamentos, com possibilidades de novos negócios. A crise econômica provocada pela pandemia também fez surgir oportunidades. Então, podemos pensar que 2023 será melhor que 2022, que já foi superior a 2021".

**CUSTO NO NEGÓCIO**

O aumento dos custos, porém, é um fator que reduz a receita e freia os investimentos. Para 33% dos donos de pequenos negócios, a ampliação dos gastos é um aspecto que fará de 2023 um ano pior para o negócio –em todo o Brasil, essa proporção sobe para 39%. Por sua vez, 23% alegaram ter menos clientes e 9% apontaram dificuldade de acesso ao crédito como fator negativo.

# Grupo Zema faz 100 anos com tradição e muita história na bagagem, mas com olhar voltado ao futuro, à digitalização e à integração do ecossistema de negócios

*Origem familiar e diversificação de atuação marcaram o primeiro século da marca, consolidada em Minas e com ambição de ser cada vez mais digital e nacional; atualmente a maior rede mineira de varejo, empresa de Araxá avança em novos negócios nas áreas de seguro, consórcio e financeira*

Uma das marcas mais respeitadas em Minas e com novo olhar para o Brasil e expansão digital, o Grupo Zema completa 100 anos em 2023. Fundado em Araxá e com rica história de tradição e compromisso com o comércio e a economia regional, a companhia une solidez de uma gestão pautada em valores e alicerces dos primeiros fundadores e mantém o jeito mineiro, mas já olha mais para os próximos 100 anos do que para os que se passaram, com projetos e investimentos cravados nas novas dinâmicas do varejo on-line e acompanhando as tendências dos novos modelos de consumo, experiência do cliente e finanças.

Maior rede mineira de varejo e há 23 anos carregando o selo Great Place To Work, renomado certificado internacional que considera a empresa como um ótimo ambiente para se trabalhar, o grupo como um todo (contando todos os braços de atuação) faturou R$ 2,2 bilhões em 2022, com média de R$ 165 milhões por mês, e já projeta chegar a quase R$ 2,5 bilhões no ano do centenário, expansão aproximada de 10% a 12%.

Na esteira do crescimento, um olhar mais cirúrgico para a ampliação do e-commerce, da área de seguros, consórcio e do tentáculo fintech, com investimento em financeira própria para abrir caminho à futura bancarização digital 360º do cliente,

plataforma que ainda está sendo desenvolvida.

Embora ainda tenha em Minas 80% do seu faturamento, o Grupo Zema já ultrapassou barreiras geográficas, com atuação em mais de 16 estados, por meio de mais de 460 lojas, parceiros e correspondentes da Zema Financeira e do Consórcio Zema. Com o Zema.com, o e-commerce já abrange todo o território nacional, tendo atendido em 2022 mais de 3.600 municípios com entregas de compras feitas pelo site de ponta a ponta do país.

**BRAÇOS DE ATUAÇÃO**

O grupo está dividido nos seguintes negócios: Lojas Zema, Zema Financeira, Concessionárias, Zema Consórcio e Zema Seguros. Segundo o Head de Marketing e E-commerce, Bruno Ferreira, chegar a 100 anos é uma marca que deve ser comemorada, pois revela solidez e um selo que poucas empresas conseguem, principalmente aquelas que nascem de iniciativas familiares. No entanto, segundo ele, o Grupo Zema quer fazer da data um marco para o olhar do futuro, com novos negócios e investimentos.

"Temos investido muito na transformação digital e multicanalidade, com integração das lojas físicas com o on-line, isto, falando sobre as lojas de eletro/móveis. Na Zema Financeira e Seguros, seguimos firmes em digitalização e otimização dos processos, com foco em uma melhor experiência dos parceiros aos nossos serviços. Entendemos que uma companhia deste tamanho precisa estar sempre atenta às novas tendências, e aproveitar, no bom sentido, a sua história para dar passos ainda maiores", afirma o gerente.

**OS 100 ANOS E OS PRÓXIMOS**

Ainda segundo ele, para 2023, além do investimento de mais de R$ 5 milhões em ações e eventos para a comemoração dos 100 anos, o grupo tem como seu principal foco investir em tecnologias para todos os seus negócios, construindo um ecossistema. Para melhorar a eficiência da distribuição do e-commerce, por exemplo, já se avalia investir em operadores logísticos em locais estratégicos como Espírito Santo, Belo Horizonte e São Paulo.

"Tradição e robustez só existem porque, lá atrás, os fundadores e os que sucederam tiveram sempre olhar para os próximos passos, pensando à frente do seu tempo. Hoje, não é diferente. Precisamos pegar todos os nossos braços de atuação e colocá-los na esteira da evolução digital e do novo modelo de consumo e negócios desta era. O perfil da compra mudou, a experiência e a jornada são outras. E o que queremos é, mais do que comemorar os 100 anos, estabelecer as novas diretrizes para os próximos 100", completa.

**A CULTURA ORGANIZACIONAL**

Com 5.100 funcionários diretos em seis estados, o grupo tem como característica o desenvolvimento e manutenção de colaboradores, com diversos exemplos de pessoas que estão há mais de vinte anos na casa. Além disso, todos carregam em si a responsabilidade de conduzir os valores construídos na fundação da empresa, há um século, quando começou a história.

# Grupo Patrimar registra o segundo melhor primeiro trimestre em vendas da história da Companhia

*Crescente de lançamento dos últimos 12 meses e forte desempenho de velocidade de venda da Novolar também são destaques da Prévia Operacional do 1T23*

A Prévia Operacional do 1º trimestre de 2023 (1T23) do Grupo Patrimar – construtora e incorporadora mineira que atua nas classes econômica, média e alta do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e interior de São Paulo (SP) –, divulgada dia 13 de abril após o fechamento do mercado, registrou excelentes resultados. Os destaques do documento foram o trimestre forte em vendas e o crescimento de lançamento dos últimos 12 meses, além do bom desempenho de velocidade de vendas da Novolar.

O 1T23 foi um dos períodos mais importante do Grupo Patrimar até o momento no quesito vendas. Este primeiro trimestre do ano teve o segundo melhor volume de vendas contratadas líquidas em um primeiro trimestre da história do Grupo Patrimar, atingindo R$ 190,2 milhões.

"Março foi um dos melhores meses em termos de vendas dos últimos anos. Esse é o tipo de indicador que nos faz ter ainda mais confiança na previsão de um forte fluxo de vendas da Companhia no ano de 2023", afirma Felipe Enck Gonçalves, diretor executivo de Finanças e Relação com Investidores do Grupo Patrimar.

Os resultados dos lançamentos também foram positivos no trimestre. Os lançamentos da Companhia no 1T23 totalizaram R$ 70,4 milhões. Já nos últimos 12 meses (LTM), o Grupo teve uma crescente de lançamento, atingindo R$ 1,3 bilhão. Esse volume registrado do 1T23 é 2,5% maior do que o volume dos últimos 12 meses (LTM) registrado no 1º trimestre de 2022 (1T22).

Destaca-se, ainda, neste trimestre o forte desempenho de velocidade de vendas (VSO) da Novolar, marca pertencente ao Grupo Patrimar que atua nas classes econômica e média. Em linha com as diretrizes e crescente do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), implantado pelo atual governo, o VSO da operação da Novolar atingiu 24,1%, 1,9 pontos percentuais (p.p) maior que o 1T22 e 1,1 p.p. maior que o 4º trimestre de 2022 (4T22).

"A Companhia segue muito confiante na evolução do ano. Também segue com foco nos trabalhos direcionados e diferenciados para cada uma das marcas, Patrimar e Novolar, visando sempre o melhor desempenho de ambas", finaliza Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

Em 2023, o Grupo Patrimar completa 60 anos de história. A Companhia, que atua na construção, incorporação e comercialização de imóveis, começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o Grupo trabalha com empreendimentos voltados para as classes econômica e média com a Construtora Novolar e alta renda com a marca Patrimar Engenharia. Com foco constante em inovação e tecnologia, a empresa busca aliar eficiência com sustentabilidade e segurança nos projetos e processos corporativos.

Vale destacar que em 2022, a Companhia se afirmou como forte referência no segmento, sendo uma das 10 maiores empresas de construção imobiliária do Brasil, de acordo com o Ranking Nacional de 2022 da Revista O Empreiteiro, além das conquistas do primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira e 375º lugar no ranking da Revista Isto É Dinheiro das maiores empresas do Brasil. Também é vencedora em duas categorias do "Oscar" da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em Belo Horizonte. Já em 2023, a Companhia já conquistou o selo Great Place To Work, de excelente lugar para se trabalhar, certificado validado pela consultoria global GPTW

DIOGO FERNANDES

*DPO e responsável pela infraestrutura do Grupo Skill*

# Economia burra: por que evitar essa prática na área de TI?

O termo "redução de custos" já faz parte do vocabulário de diversas organizações. É certo que economizar sempre é uma boa opção para o fluxo de caixa da empresa, mas de nada adianta estabelecer um método de economia ineficiente que, ao invés de gerar lucro, traz prejuízo. E, como principal vítima desse tipo de abordagem, está o setor de TI.

A economia burra, como ficou conhecida essa prática, trata-se da ação de poupar gastos num primeiro momento, mas que acaba implicando em gastos ainda maiores depois. Em outras palavras, é o famoso "barato que sai caro". Quando vista nas empresas, ela afeta principalmente a área de TI que, mesmo constantemente sendo enfatizada a sua importância nas organizações, ainda sofre com o slogan "faça você mesmo", reduzindo os investimentos necessários. E a conta disso tudo? Prejuízo na certa.

Para piorar, diante de um cenário de constante ameaças cibernéticas, que reforçam a importância de investir em melhorias no setor das companhias, muitas acabam deixando de lado essa prática, tendo em vista que não estão dispostas a aplicarem verbas sem que haja a garantia de um rápido retorno do investimento.

Em 2022, como exemplo, dados da Security Report mostram um aumento de 37% no número de ciberataques no terceiro trimestre do ano. Esse percentual classifica o Brasil como o segundo alvo preferencial de hackers nas Américas, atrás somente dos Estados Unidos.

A crença de que apenas investirem em nuvem e backup são métodos preventivos facilita com que líderes e gestores acabem aderindo à economia burra sem perceberem. E, para além dos impactos externos no que condiz a maior vulnerabilidade, é preciso apontar também os principais problemas internos que essa ação gera na empresa.

Desempenho de produtividade, agilidade, velocidade e precisão são regras para se manter ativo no mercado, mas como isso é possível sem uma estrutura e arquitetura dos servidores? Assim, as empresas podem passar horas para sincronizar informações e registros, algo que através de uma rede certificada é reduzido a minutos, eliminando a lentidão.

Somado a isso, não há como não falar também da ausência de profissionais especializados. É muito comum que as companhias tenham funcionários que atuem em serviços específicos em TI. Porém, diante de um momento de adversidade que fuja de seu alcance, precisam recorrer a serviços externos emergenciais pelo fato de não terem se atentado da importância de formar uma equipe conciliando diversas especializações.

Os aspectos de segurança externa e interna também entram na lista. Isso é, a falta de acompanhamento de firewall, bem como a ausência de uma equipe para checar as atualizações, deixa a empresa mais suscetível a erros e falhas e vulnerável a ataques. De nada adianta solucionar um aspecto, sem que a "casa esteja em ordem", detendo uma estrutura eficiente para maior segurança.

É fundamental deixar claro que, para obter melhorias no setor de TI, investimentos são necessários. Porém, ao contrário do que se imagina, os retornos são obtidos a longo prazo e consolidados com o aumento dos índices de desempenho e crescimento da companhia. Contudo, diversas decisões acerca da redução de custos são tomadas erroneamente, devido à falta de conhecimento e acesso a boas práticas do mercado de TI.

Neste aspecto, contar com o apoio de uma consultoria especializada nesse tipo de serviço e abordagem faz total diferença. Até porque cada empresa é singular e possui características e metodologias individuais, que merecem atenção para guiar o desenvolvimento do setor de tecnologia em favor da companhia.

A economia burra é um problema que possui solução, desde que tenha a orientação correta. Contudo, o imediatismo brasileiro se torna uma das principais barreiras para melhorias e ações eficazes. Mesmo ocupando a 11ª posição do mercado global de TIC (Tecnologia da Informação e Telecomunicações), segundo dados da consultoria IDC Brasil, ainda assim, existe um longo caminho pela frente no processo de chamar atenção dos líderes de TI do país para inovarem o método de gestão. Afinal, mais do que economizar, é preciso ter inteligência.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# Google: 64% dos brasileiros não são fiéis a marcas

*Datas comemorativas podem servir de estratégia para fidelização de clientes*

O sonho de toda empresa é ter clientes fiéis à marca. Tudo porque quem consegue esse feito, além de manter uma carteira de consumidores em alta, traz fortalecimento ao negócio, mostrando ao mercado que tem a capacidade de conhecer – e satisfazer – as pessoas às quais atende, seja no produto ou serviço.

E outra: a fidelização, apesar de parecer cada vez mais utópica por causa da volatilidade do mercado, é um processo que sai muito mais em conta do que o custo para se trazer novos clientes. Entretanto, um levantamento intitulado Think Consumer Goods, realizado pela empresa Offerwise, por encomenda do Google, expõe que 64% dos brasileiros não são fiéis a marcas específicas, um dado bem preocupante.

Para piorar, 37% da população não tem "love brands" (marcas de amor) por conta de um único motivo: o preço.

É importante ressaltar que as "love brands" são marcas queridas pelas pessoas. Geralmente, as empresas que conseguem esse feito não têm somente clientes, mas contam com apreciadores e simpatizantes do produto ou serviço, bem como da filosofia da empresa. Neste sentido, para reverter esse quadro, uma boa estratégia para estabelecer a lealdade dos clientes são as datas comemorativas, como o Dia das Mães, o segundo evento mais importante para o comércio brasileiro, ficando atrás apenas do Natal.

Quem explica melhor é Aluisio Diniz Cirino, empresário com grande conhecimento de mercado de fidelização de clientes e, também, CEO e fundador da Lecupon. "Está em alta oferecer, principalmente nesses dias especiais, descontos, benefícios e acesso a um clube de vantagens, seja em forma de produtos, cashback, abatimento de fretes, prêmios com ingressos e outros privilégios que ajudam na fidelização de pessoas à marca, e na sua divulgação no mercado." Ocorre que, segundo ele, essa iniciativa ainda é vista com bons olhos

apenas pelas grandes marcas, mas as menores deixam oportunidades de lealdade passarem batido. "A Páscoa, por exemplo, é uma excelente chance para determinar que o cliente viva no negócio uma experiência positiva, marcante. E assim, naturalmente, essa pessoa retornará. E isso se dá em todos os setores – restaurantes, padarias, bares, supermercados, áreas ligadas ao turismo etc. –, não sendo restrito aos negócios que trabalham com chocolate e enfeites de coelho", explica Aluisio.

Existe uma frase que diz o seguinte: "Se você vende algo para alguém, você tem um cliente hoje. Mas se você ajuda alguém, você tem um cliente para a vida toda". Essa fala pertence a Jay Baer, autor de seis livros best-sellers sobre aquisição e retenção de clientes e responsável pela fundação de cinco empresas multimilionárias a partir do zero. E é com base nessa filosofia que Aluísio aconselha os empreendedores a investir em estratégias de fidelização de clientes, contando com uma equipe especializada no assunto, de preferência. Segundo ele, por meio de um programa de clube de vantagens há a possibilidade de um negócio, independentemente do porte ou do segmento, aumentar a sua produtividade e, por consequência, a lucratividade em cerca de 40%, segundo informações do próprio portfólio de empresas atendidas pela Lecupon.

Outras dicas fornecidas pelo CEO da empresa para vender mais na Páscoa e nas demais datas comemorativas, retendo esses clientes para o dia a dia, são:

Compreender e ouvir o público do negócio;

Verificar quais são as melhores vantagens para se dar em troca da assiduidade daquela pessoa. Por exemplo: tem locais que podem oferecer cashback, que diz respeito à devolução de um valor da quantia paga em um produto; ou sistema de troca de pontos por produtos ou serviços no local; e até mesmo fechar parcerias com marketplaces de maior tamanho;

Tornar o acesso e a checagem de pontos e trocas fácil e simples, contando, para isso, com o uso de aplicativos de clube de lealdade. A Lecupon é uma empresa que dispõe, para seus clientes, de uma plataforma única e exclusiva para cada negócio, que tem a liberdade de inserir banners e logomarcas e até um menu interativo. Pela plataforma, os usuários podem verificar quais promoções estão disponíveis e acompanhar todas as campanhas de descontos, por exemplo, incluindo aquelas que acontecem em datas comemorativas;

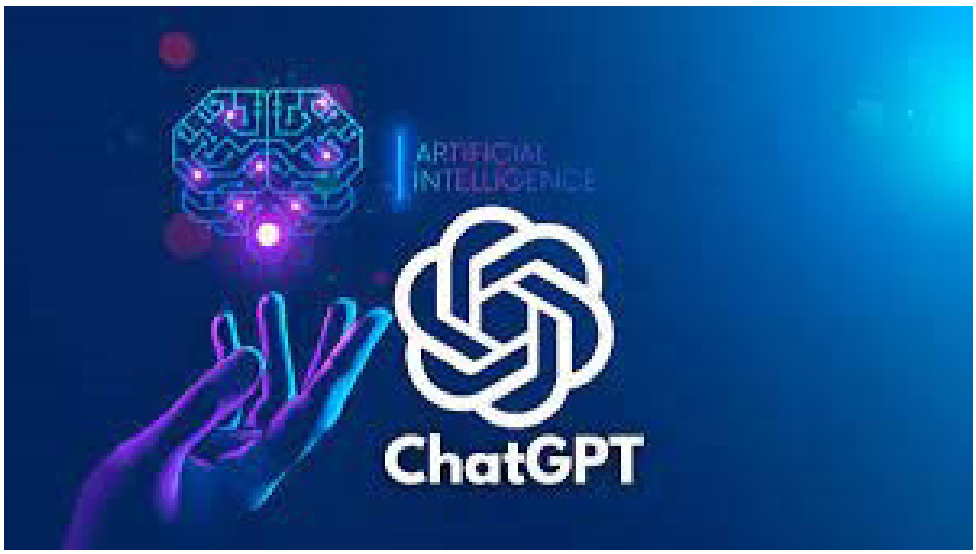
Trabalhar o marketing do benefício, com artes para as redes sociais, divulgando ao cliente as grandes novidades da marca.

A Lecupon conta atualmente com mais de 2 milhões de clientes cadastrados em seu portfólio, em 300 empresas espalhadas por 23 estados do Brasil. Essas pessoas recebem descontos em restaurantes, lojas de departamento, passagens aéreas, cashbacks e até mesmo dinheiro vivo na conta bancária.

TAÍS ROCHA

*Psicóloga e Diretora de Operações do Grupo Soulan*

# Os benefícios do ChatGPT na gestão de pessoas




Estamos vivenciando, definitivamente, a era da revolução tecnológica. Hoje, é praticamente impossível viver, trabalhar ou se relacionar sem o uso da tecnologia.

Com temas como 5G, Indústria 4.0 e inteligência artificial (IA) dominando a rotina das empresas, temos visto aumentarem os debates em torno da onda do momento, o ChatGPT, criado pela OpenAI, organização norte-americana dedicada a pesquisas envolvendo inteligência artificial, que já recebeu financiamento de diversas companhias de tecnologia.

Empresas de vários setores vêm utilizando essas ferramentas para potencializar seus negócios. E também não é de hoje que a área de Recursos Humanos tem se beneficiado da IA em seus processos seletivos, aumentando a eficiência dos resultados.

Agora, com o ChatGPT, empresas e departamentos de gestão de pessoas também podem contar com essa nova ferramenta para melhorar suas atividades, já que ela pode proporcionar diversos benefícios ao RH, por exemplo, na abertura de vagas, seleção de profissionais, entrevistas, treinamento e capacitação das equipes. Prevejo que muitas outras atividades serão facilitadas a partir dela, afinal só estamos começando a utilizá-la. Inclusive, em se tratando de uma IA, outras melhorias também devem ser implementadas ao longo do tempo, afinal não existem limites para as inovações tecnológicas, bem como para a inteligência de quem é responsável por criar e alimentar esses sistemas, o ser humano.

Aqui no Brasil, a maioria das plataformas de currículos já colocou à disposição o ChatGPT para auxiliar no anúncio das vagas e isso é um ganho de produtividade gigantesco. Imagine o profissional de RH fazer um anúncio que alcance o candidato com o perfil que a empresa está procurando num universo inteiro de vagas já anunciadas para aquele mesmo perfil e que teve alto engajamento? Isso é o sonho de qualquer recrutador!
A ferramenta pode auxiliar na triagem de currículos, ajudando a identificar os melhores candidatos que atendam

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

aos pré-requisitos determinados pela vaga. Já nas entrevistas, tanto virtuais como presenciais, o ChatGPT apoia na elaboração de perguntas pertinentes ao currículo do candidato versus o perfil da vaga. É possível pedir para que a ferramenta elabore perguntas nas quais seja possível constatar a real experiência do candidato em determinadas funções, principalmente aquelas que têm detalhes técnicos que nem sempre são do domínio do recrutador. E mais, com base nas respostas do candidato, o entrevistador vai fazendo novas perguntas, também elaboradas pelo ChatGPT. Todas essas ações representam ganho de tempo e assertividade, assim como economia de recursos, garantindo processos mais rápidos e eficientes.

A IA também pode contribuir no processo de aprendizagem dos colaboradores, pois permite adaptar os treinamentos e o desenvolvimento de novas habilidades às necessidades individuais de cada profissional. Outro grande benefício que a inteligência artificial pode trazer está relacionado à inclusão e valorização da diversidade, pois, exatamente por ser uma ferramenta tecnológica, ela está livre de preconceitos e vieses inconscientes que influenciam as decisões dos processos seletivos.

Com todas essas facilidades que passam a fazer parte do dia a dia corporativo, temos visto aumentar a demanda por habilidades digitais, que são as competências que permitem às pessoas usar a tecnologia de forma eficaz para executar suas tarefas. Isso inclui habilidades como o uso de softwares de produtividade, ferramentas de comunicação on-line, análise de dados, programação e cibersegurança, entre outras.

Como mencionado, é inegável que empresas e pessoas estão vivenciando a era da transformação digital, o que aumenta a dependência da tecnologia. Daí a importância do domínio das chamadas digital skills, que estão se tornando essenciais em um número cada vez maior de profissões.

Como especialista, posso garantir aos profissionais e recém-formados que buscam sucesso e longevidade em suas carreiras que é necessário desenvolver habilidades digitais, apontadas como uma grande tendência para o futuro do mercado de trabalho. Ao fazer isso, eles serão capazes de ampliar suas oportunidades de carreira, pois estarão mais preparados para se adaptar às novas tecnologias e às mudanças no mercado de trabalho. Justamente por isso as empresas estão em busca de candidatos com essas habilidades.

Outro ponto relevante, tanto para empresas quanto profissionais, é o aumento da produtividade. Com o domínio de ferramentas digitais, é possível realizar tarefas com mais qualidade e de forma mais rápida, o que permite dedicar o tempo liberado para outras funções e também para atividades em prol da saúde física e mental, aspectos que devem ser priorizados cada vez mais no mundo do trabalho. Além disso, as digital skills contribuem para uma melhor tomada de decisão, já que capacitam os profissionais a coletar e analisar dados com mais eficiência, resultando em ações mais assertivas, respaldadas e conscientes.

Em síntese, os profissionais que possuem essas habilidades têm maior produtividade, são mais empregáveis e mais adaptáveis às mudanças, além de terem oportunidades melhores no mercado de trabalho.

O uso do ChatGPT tem o potencial de transformar nosso setor, automatizando tarefas rotineiras e repetitivas e permitindo que os colaboradores se concentrem naquelas que requerem habilidades humanas, como criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas.

Apesar do próprio ChatGPT ser capaz de resolver problemas críticos, nós (seres humanos) ainda somos soberanos para decidir até que ponto vamos usá-lo ou não. Isso é um ponto-chave na utilização da IA. É preciso ter consciência de que a ferramenta pode ser utilizada a nosso favor e pensar nela como um copiloto, como diz o professor Ronaldo Lemos. Dessa forma, só vamos tirar vantagens desse recurso.

Acima de tudo, é fundamental entender que, mesmo representando um avanço no mercado de trabalho, nenhuma inteligência artificial tem a capacidade de substituir a inteligência e as habilidades do ser humano.

# Mercados Pet: Brasil é top 3 no ranking, mas carga tributária é quase 90% maior do que nos EUA, líder de market share

*Enquanto brasileiros têm de pagar metade do valor do pet food em impostos, norte-americanos gastam menos de US$ 0,07 em tributos por dólar*

O mercado pet mundial cresceu 3,2% em 2022 em relação a 2021, mas a perspectiva é de um crescimento tímido em 2023, tendo em vista o cenário mundial instável. A análise é da Abinpet -- Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação.

Para o mercado brasileiro, no entanto, há boas notícias. O Brasil atualmente, se consolida no terceiro lugar entre no quesito faturamento, representando 4,95% dos US$ 145 bilhões, atrás somente de Estados Unidos (43,7%) e China (8,7%). Atrás de Brasil estão Reino Unido (4,66%); Japão (4,61%); Alemanha (4,5%), França (4%), Canadá (3,26%), Itália (2,74%) e Rússia (2,59%).

O mercado pet brasileiro chegou a cair para o sétimo lugar do ranking mundial durante os momentos mais imprevisíveis da pandemia de covid-19, no entanto, nossa indústria é resiliente e conseguimos voltar ao top 3 -- comenta o presidente-executivo da Abinpet, José Edson Galvão de França -- no entanto, seria possível até competir de igual para igual com o faturamento da China, caso nossa carga de impostos não fosse tão alta".

Para efeito de comparação, a carga tributária brasileira é 87% maior do que aquela dos Estados Unidos. Enquanto os brasileiros pagam cerca de 50% do valor final em impostos, nos EUA, a arrecadação é apenas de 6,6% do preço final. Na prática, a cada real investido pelos consumidores brasileiros, R$ 0,50 são impostos. Nos Estados Unidos, para cada dólar, somente US$ 0,07 são impostos.

"É preciso mudar o entendimento da Receita Federal para que o pet food não seja tributado com a mesma carga das bebidas alcoólicas e cigarros, considerados itens supérfluos. Além do fato de que os pets hoje são parte da família, o pet food é crucial para a saúde e bem-estar dos animais", finaliza Galvão de França.

**Veja a comparação dos tributos pet no Brasil em relação a outros países do mundo:**

- *Estados Unidos - carga tributária: 6,6% do preço final*
- *China - carga tributária: 17% do preço final*
- *Reino Unido - carga tributária: 20% do preço final*
- *Alemanha - carga tributária: 7% do preço final*
- *Itália - carga tributária: 22% do preço final*

**Balanço 2022 |** A indústria pet brasileira encerrou 2022 com um faturamento de R$ 41,9 bilhões, crescimento de 17,2% sobre o ano de 2021. Desde o último levantamento realizado pela Abinpet -- Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, o cenário permanece estável.

Desses R$ 41,9 bilhões faturados ao longo de 2022, pet food representa 80% (R$ 33,3 bilhões); pet vet (produtos veterinários), R$ 5,9 bilhões, ou 14% do total, e pet care (produtos de higiene e bem-estar animal) R$ 2,68 bilhões, ou 6% do faturamento total. Isoladamente, cada segmento cresceu 18%, no caso do pet food; 16,5% no caso do pet care e 12% no caso de pet vet, quando comparados com os números de 2021.

O balanço Abinpet não leva em consideração a movimentação no varejo, e não inclui a venda de animais diretamente de criadores.

A Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet) representa uma indústria que congrega os segmentos pet food (alimento e ingredientes), pet vet (medicamentos veterinários) e pet care (equipamentos, acessórios e produtos para higiene e beleza). A entidade fortalece o setor por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento de seus associados. Também atua para aumentar a percepção de que os benefícios da relação entre seres humanos e animais de estimação se estendem a toda a sociedade.

Além disso, é cada vez maior a participação desse setor na economia nacional e, por isso, é parte relevante do agronegócio: cerca de 73,9% do faturamento é proveniente dos produtos para nutrição animal, cuja composição é 95% agropecuária, com ingredientes como milho, soja, arroz, trigo e carnes de aves, bovinos e peixes.

# Anglo American no Brasil: 50 anos de uma mineração que faz a diferença

Em 2023, a Anglo American, empresa que tem sua origem na África do Sul e atualmente conta com operações em seis continentes, completa 50 anos de história no Brasil. Esse importante marco comprova o quanto nos sentimos acolhidos pelos brasileiros e, ao mesmo tempo, estimulados a seguir por muitas mais décadas no país, em busca de uma mineração cada vez mais segura, responsável e sustentável.

Hoje, a empresa opera dois negócios no Brasil: produção de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (MG), empreendimento que engloba um dos maiores minerodutos do mundo, com 529 km de extensão, passando por 33 municípios entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, até a filtragem e a exportação no Porto do Açu (RJ), em uma operação conjunta com a Ferroport; e produção de ferroníquel no estado de Goiás, nos municípios de Barro Alto e Niquelândia. Juntos, os dois empreendimentos geram cerca de 12 mil empregos, entre diretos e terceiros, e investimentos no país de, aproximadamente, R$ 12 bilhões, previstos até 2027.

Orgulhosa do seu passado e atenta aos desafios do presente e do futuro, a Anglo American entende que a mineração só tem sentido se for para o bem de todas as partes interessadas, e de maneira que busque soluções para os desafios da sociedade contemporânea. Assim, ancora o seu negócio nas melhores práticas de ESG e, com o propósito de reimaginar a mineração para melhorar a vida das pessoas, possui um Plano de Mineração Sustentável, que estabelece, por meio de metas claras e objetivas, as ações da empresa nos pilares: ambiental, social e governança.

Os objetivos desse plano incluem parcerias para melhorias nos sis-

Wilfred Bruijn , Presidente da Anglo American no Brasil

temas de educação e de saúde das comunidades que acolhem as suas operações; ações de inclusão e diversidade; fortalecimento dos mecanismos de transparência e integridade; foco na redução da emissão de gases do efeito estufa nas plantas operacionais (com previsão de sermos neutros em carbono até 2040); reaproveitamento e gestão inteligente dos recursos hídricos utilizados na mineração; entre diversos outros.

O Plano de Mineração Sustentável já vem rendendo frutos que merecem ser celebrados neste aniversário de meio século de presença da Anglo American em território brasileiro. A empresa é uma das primeiras mineradoras no mundo a constituir uma área específica para lidar com inclusão, diversidade e questões relacionadas à Saúde Mental. Estas ações fazem parte do seu planejamento estratégico para a consolidação de uma cultura alinhada às necessidades da sociedade atual. Ela também realiza a gestão de grupos de trabalho que discutem as questões ligadas a esta importante agenda. O seu planejamento tem objetivos e metas dedicados especificamente aos grupos minorizados.

Trabalha, por exemplo, com a meta de alcançar, até 2027, 40% de mulheres em posição de liderança globalmente. Para isso, promove no Brasil o Programa de Desenvolvimento das Mulheres, que busca o fortalecimento do público feminino na mineração, oferecendo um espaço de estímulo a debates sobre temas pertinentes das esferas pessoais, sociais e profissionais, além de discussões sobre os desafios enfrentados diariamente nas rotinas de trabalho. Também realiza diversas capacitações para a contratação de novas profissionais no setor, como cursos de soldadoras e treinamento de mulheres em caminhões fora de estrada.

Ainda em relação à estrutura e aos programas da empresa, é importante mencionar que a sua atuação no tema diversidade é respaldada por políticas e procedimentos consistentes e aplicados em todas as unidades da Anglo American no mundo, tais como: Política de Inclusão e Diversidade, Política Contra a Violência Doméstica e Política Contra Bullying, Assédio e Retaliação.

Outro ponto de destaque é que a Anglo American é signatária do Movimento Transparência 100%, da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como objetivo engajar as empresas no combate à corrupção. Ao assinar o documento, a empresa se comprometeu a adotar medidas que vão além das obrigações legais, como o fortalecimento de mecanismos de transparência e integridade.

Em relação ao meio ambiente, hoje a matriz de energia elétrica da empresa no país é 100% renovável, rumo a uma operação cada vez mais sustentável. Também houve avanços em um projeto de reuso de água do nosso mineroduto e seguimos investindo em alternativas para aumentar a eficiência operacional em recursos hídricos, por meio de parcerias com universidades e demais instituições de pesquisa; além de apoios a recuperação de bacias hidrográficas do Rio Araguaia, em Goiás, e de nascentes do Rio Santo Antônio, em Minas Gerais.

A Anglo American está trabalhando, também, em uma iniciativa piloto de reaproveitamento de escória de ferroníquel, que visa o uso deste material para a pavimentação de rodovias em Goiás. Além de trazer ganhos ambientais, esse projeto incentiva a economia circular, na qual os resíduos de uma indústria servem de matéria-prima para outra atividade econômica.

A Anglo American conta ainda com cerca de 27 mil hectares de áreas protegidas no Brasil, entre Cerrado e Mata Atlântica, o que corresponde de forma equivalente a 27 mil campos de futebol e representa mais de seis vezes a sua área operada no país; além de ter aderido, com a doação de US$ 5 milhões, ao Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), responsável pela conservação de mais de 60 milhões de hectares na região amazônica.

Além disso, firmou recentemente acordos para a promoção do desenvolvimento regional colaborativo nos municípios onde opera, com objetivo de diversificar as economias locais, reduzindo, assim, a dependência da mineração.

Alcançar meio século de atuação é, para a empresa, motivo de alegria, gratidão e momento de renovar nosso compromisso com uma nova forma de mineração. Ela reconhece que isso só se tornou possível porque colocou as pessoas no centro de tudo que faze e entende que estar em sintonia com as necessidades das comunidades anfitriãs às suas operações, e da sociedade no geral, é preponderante para o sucesso e a continuidade do negócio.

A Anglo American seguirá focada na entrega de resultados seguros e eficientes, baseados em seus valores e propósito. Ao celebrar os 50 anos de presença no Brasil, ela vislumbra mais e mais décadas de uma mineração responsável, com padrões globais de excelência, solidez em cultura corporativa, e trabalho de pessoas compromissadas, que no dia a dia constroem a sua história.

# CNT lança publicação sobre combustível renovável para a descarbonização do setor de transporte

*A terceira edição da série CNT Energia no Transporte apresenta o hidrogênio verde como rota tecnológica altenativa aos combustíveis fósseis*

O hidrogênio renovável (H2 verde) figura entre os principais combustíveis sustentáveis e pode despontar — em um futuro não muito distante — como uma das soluções para mitigar a atual emissão de gases do efeito estufa (GEE), causadores do aquecimento global. Produzido a partir de fonte energética renovável de origem eólica, hidráulica, solar e de biomassas, o H2 verde tem despertado o interesse de diferentes setores que buscam investir em tecnologias sustentáveis e em descarbonização. É o caso do transporte.

Vander Costa, presidente da CNT

Para ampliar o conhecimento do transportador sobre a possibilidade de uso desse combustível no setor, além de incentivar a pesquisa e o investimento na área, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) lançou, no dia 25 de abril, uma nova edição da série CNT Energia no Transporte, Hidrogênio Renovável — Uma das rotas para descarbonizar o transporte rodoviário. A publicação também apresenta as vantagens e desafios desse combustível verde, sob os seus aspectos ambiental e técnico.

No Brasil, 78% do hidrogênio produzido utiliza energia elétrica renovável, o que o torna líder produção mundial de hidrogênio verde. O potencial do país é um diferencial, pois na matriz elétrica mundial, apenas 28,6% da eletricidade é produzida com fontes alternativas. Já na Europa, por exemplo, mais de 60% da matriz elétrica não é renovável. Para ser considerado hidrogênio sustentável, sua produção deve utilizar eletricidade limpa.

Além da viabilidade de produção para seu uso nacional, o H2 verde também pode ser exportado, o que impulsiona a utilização de diferentes modos de transporte para viabilizar a sua distribuição e consumo nacional e internacional, o que acaba impulsionando o desenvolvimento da integração multimodal.

Atualmente, existem mais de mil registros de projetos de hidrogênio em diferentes países, mas a quantidade dos que são dedicados ao H2 renovável ainda é incipiente. No ranking dos países que mais possuem projetos de hidrogênio, o Brasil está na 21ª posição. Porém, a grande maioria dos seus projetos é dedicada à produção de hidrogênio verde.

Os fabricantes de veículos automotivos já começaram a testar o H2 verde. De acordo com os experimentos, quando abastecidos com hidrogênio verde, poluem menos do que os abastecidos com diesel. O diferencial foi constatado em testes com três tipos de veículos, incluindo caminhões de 12 toneladas, de 40 toneladas e ônibus urbano.

As reduções de emissões de GEE são, respectivamente, de 87%, 85% e 89% em relação aos mesmos veículos testados com diesel misturado com 7% de biodiesel. Alguns modelos de caminhão e ônibus já possuem tecnologia embarcada para serem abastecidos com H2, mas faltam, ainda, incentivos financeiros para tornar essa alternativa mais acessível, além da necessidade de avançar a infraestrutura de postos de abastecimento.

A legislação brasileira sobre o tema é outro gargalo. A primeira regulamentação foi em 1998, mas, apenas em 2021, houve a publicação de resolução priorizando a destinação de recursos de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o hidrogênio e demais temas afetos. A consolidação concretizou-se com a instituição, no mesmo ano, do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2). A medida visa estabelecer o H2 como fonte energética para uma matriz nacional de baixo carbono.

Já no setor de transporte, a tendência é que, nos próximos anos, o H2 verde se torne um combustível automotivo cada vez mais presente devido à sua emissão nula de escapamento, auxiliando, dessa forma, o setor a se descarbonizar, conforme previsto nas contribuições nacionalmente determinadas pelo Acordo de Paris, firmado pelo Brasil em 2015.

Por isso, essa nova rota tecnológica tem sua importância para o desenvolvimento ambiental do transporte. A modalidade rodoviária será uma das grandes beneficiárias dessa alternativa. Nesse sentido, a série CNT Energia no Transporte tem o propósito de incentivar a redução do consumo de combustível fóssil e contribuir com a eficiência energética dos veículos pesados, como caminhões e ônibus, além de promover o uso de tecnologias menos poluentes.

# Grupo Prosegur anuncia projeto de compensação de emissões de CO2 no Brasil

*A iniciativa ocorre por meio da geração de energia no Parque Eólico União dos Ventos, no Rio Grande do Norte. Por ano, estima-se uma redução de mais de 250 mil toneladas de CO2*

A preeminência em discutir maneiras de diminuir e compensar a emissão de gás carbônico na atmosfera é uma pauta recorrente mundialmente. De acordo com um artigo científico publicado na revista Nature1, estima-se que as emissões de CO2 no mundo tenham batido novo recorde em 2022, chegando a 37,5 bilhões de toneladas, número jamais registrado. O Brasil, ainda que não seja o maior emissor do gás, tem um papel fundamental nesta conta. Em 2020, enquanto o mundo registrou uma queda de 7% nas emissões totais de gases do efeito estufa, por aqui, houve um aumento de 9,5%.

Na busca para diminuir os índices do efeito estufa, o Grupo Prosegur anuncia seu novo projeto para compensar as emissões de CO2. A iniciativa pioneira no setor tem como foco a compensação de emissão de CO2 por meio da geração de energia 100% renovável no Parque Eólico União dos Ventos, localizado no estado do Rio Grande do Norte, apoiando o desenvolvimento da segurança energética, além de impulsionar a geração de empregos na região. Por ano, estima-se uma redução de mais de 250 mil toneladas de CO2.

"Sustentabilidade é uma área impreterível ao Grupo Prosegur em todo o mundo e é por isso que trabalhamos para alcançar a maior eficiência em todas as nossas operações. Este projeto significa para nós mais uma oportunidade de apoiar o desenvolvimento de um mundo mais sustentável e seguro, além de serum importante movimento para a neutralidade climática no Brasil", comenta Antonio Rubio, Secretário Geral do Grupo Prosegur.

A companhia tem atuado na transição para uma economia circular, na redução de resíduos e na descarbonização, prioridades fundamentais do Plano Diretor de Sustentabilidade do Grupo Prosegur, um roteiro estratégico que abrange seus pilares-chave como meio ambiente, pessoas, trabalho seguro, ética, transparência e governança. Além disso, o Grupo Prosegur foi a primeira grande organização do setor de segurança privada a aderir ao Climate Pledge para alcançar a neutralidade de carbono antes de 2050. As ações refletem o compromisso da companhia Prosegur com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

O Grupo Prosegur é referência mundial no setor de segurança privada. Através de suas linhas de negócios, Prosegur Security, Prosegur Cash, Prosegur Alarms, Prosegur AVOS e Cipher, oferece às empresas e aos domicílios uma segurança confiável baseada nas soluções mais avançadas do mercado. Com uma presença global, a Prosegur teve um faturamento de 3.498 milhões de euros em 2021, está listada nas bolsas de valores espanholas sob o indicador PSG e conta atualmente com uma equipe de cerca de 150 mil funcionários.

A Prosegur atua de acordo com as melhores práticas ambientais, sociais e de boa governança. A empresa configurou a sustentabilidade como um pilar estratégico em todas as suas ações, com o objetivo de ser a referência do setor. Além disso, a Prosegur canaliza sua ação solidária através da Fundação Prosegur, que trabalha em quatro áreas de ação: educação, inclusão trabalhista de pessoas com deficiência intelectual, voluntariado empresarial e promoção da cultura.

# Caixa anuncia investimento de R$ 30 milhões em cultura e destaca as ações dos 100 primeiros dias de gestão

*Em evento em Brasília, foram apresentadas as principais diretrizes e ações da gestão, como a emissão dos cartões de débito para beneficiários de programas sociais do governo federal*

A CAIXA anuncia, nesta quinta-feira (27), a retomada do incentivo à cultura, com a abertura de seleção pública para patrocínio de projetos na área. Ao todo, serão investidos R$ 30 milhões. A divulgação foi feita pela presidenta do banco, Maria Rita Serrano, em evento de 100 dias da nova gestão, em Brasília (DF). Na ocasião, também foram destacadas outras ações do período, como a emissão e a entrega dos novos cartões de débito para beneficiários dos programas sociais do governo federal e as diretrizes para 2023-2028.

Para ela, a retomada dos investimentos é um marco da nova gestão e um incentivo importante para o setor cultural. "Voltamos a investir nos projetos, reaquecendo o setor cultural, gerando emprego e renda com uma programação plural, valorizando nossa tradição e história. A promoção do acesso à cultura é uma ação de preservação da identidade dos brasileiros e estamos resgatando esse valor tão importante para o país", ressaltou a presidenta.

A seleção pública prevê a inclusão de projetos culturais para formar a programação de 2023/2024 nas sete unidades da CAIXA Cultural, em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. As inscrições já estão abertas e vão até o dia 31 de maio pelo endereço Programa Cultural CAIXA.

O último edital do Programa de Ocupação dos Espaços da CAIXA Cultural ocorreu em 2018, tendo sido descontinuado nos anos seguintes.

**OUTROS DESTAQUES DOS 100 DIAS:**

Na ocasião, também foram apresentadas as principais diretrizes de modernização do banco para 2023-2028. A estratégia inclui objetivos baseados em pessoas, clientes, habitação, governo, governança, sustentabilidade e tecnologia, com o propósito de ser a instituição financeira pública que fomenta a inclusão e o desenvolvimento sustentável, transformando a vida das pessoas.

A presidenta da CAIXA, Maria Rita Serrano, ressalta a importância das novas diretrizes estratégicas para a continuidade das ações em benefício dos brasileiros. "Reforçamos o papel da CAIXA como principal parceiro do poder público, com forte investimento em transformação digital para alcançarmos a excelência no atendimento aos clientes e aumento da competitividade do banco", afirma Maria Rita Serrano.

Ainda nesse sentido, de ser referência para a sociedade brasileira pela excelência na execução de políticas públicas, a CAIXA vai emitir, em 2023, 8 milhões de cartões para beneficiários de programas sociais, que vão oferecer mais facilidade, comodidade e autonomia na movimentação dos recursos pelos beneficiários.

Por meio dele, é possível realizar compras, pagar contas, transferir dinheiro por Whatsapp, entre outras funcionalidades. A movimentação dos recursos por meio de um cartão com todas as características de uma conta corrente reduz as filas nas agências, promove a inclusão bancária e digital de milhões de pessoas, além de ser uma ação que incentiva a educação financeira, em que o beneficiário tem um melhor controle de seus gastos.

Além disso, nesses primeiros 100 dias, a CAIXA anunciou também:

- *Inauguração de 19 novas agências e previsão de instalação de outras 30;*
- *Abertura de 17 novas lotéricas e previsão de lançamento de edital para mais 158, além de 282 novos correspondentes CAIXA Aqui instalados;*
- *Programa Mulheres de Favela, com potencial de geração de empregos locais a partir das 350 mulheres que receberam formação e dos 492 certificados de capacitação emitidos;*
- *Entrega de 3.681 unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida, com 20 mil pessoas beneficiadas em 10 estados;*
- *Contratação de 613 novos empreendimentos habitacionais, com 82.452 unidades em produção, gerando 324 mil empregos diretos e indiretos;*
- *Reabertura de 54 espaços do projeto Salas das Cidades e Estados em todas as regiões do país, com expectativa de entrega de 74 até julho;*
- *Crédito PcD CAIXA já disponível nas agências do banco, a linha tem taxas customizadas para clientes com faixa de renda até 5, 10 e acima de 10 salários mínimos. A previsão de contratação para os próximos meses é de R$ 6 milhões.*

# Mart Minas repassou mais de 8 milhões para projetos socioculturais em 2022

Presente no mercado há 21 anos, o Mart Minas ocupa a liderança do segmento de atacado e varejo no estado de Minas Gerais e está entre os cinco maiores do segmento no Brasil. Em 2022, a rede de atacarejo provou mais uma vez que não está no mercado para atuar apenas como um negócio, mas também para colocar em prática o viés social a fim de priorizar a melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento das comunidades onde está inserida.

Ao todo, foram R$8,4 milhões em investimentos sociais ao longo do ano, o que resultou em mais de 3 milhões de pessoas impactadas por meio de 178 instituições beneficiadas pelo Mart Minas. "Queremos transformar vidas, reconhecer e valorizar todas as causas. A perspectiva social faz parte da nossa história e é um dos pilares que sustentam nosso relacionamento com a sociedade.", afirma Filipe Martins, Diretor Comercial e Marketing da rede.

Hoje, o Mart Minas contempla três frentes de investimento social. A mais conhecida é o Projeto Troco Solidário que traz como grande diferencial a diversidade de causas contempladas e a descentralização dos recursos. As entidades beneficiadas estão localizadas nas próprias cidades onde as lojas estão inseridas, promovendo e potencializando a transformação social local.

Somente em 2022, o Troco Solidário do Mart Minas beneficiou 54 instituições e envolveu todos os 9 mil colaboradores num processo de sensibilização, que ficam responsáveis por convidar os clientes a realizarem a doação voluntária, cujo valor fica registrado no cupom fiscal e é destinado a uma conta exclusiva da entidade beneficiada.

No total, foram repassados quase R$4 milhões no Troco Solidário do Mart Minas em 2022, gerando impacto a mais de um milhão de pessoas apenas com esta iniciativa. Outro ponto que merece destaque é a seleção das entidades: a prioridade das demandas é identificada por métodos colaborativos junto à população das localidades atendidas por lojas da rede. Até o mês de abril, quatro novas entidades receberão o Troco Solidário das lojas de Betim, Vespasiano, Uberaba e Curvelo.

O Mart Minas ainda investe em responsabilidade social por meio de leis de incentivo federal e estadual como a Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), Fundo do Idoso, entre outros. Em 2022, a rede apoiou 30 projetos com mais de R$3,8 milhões em leis de incentivo, impactando quase 480 mil pessoas, possibilitando assim contribuir com as diversas causas e importantes iniciativas de promoção da cidadania. Além disso, foram destinados mais de R$600 mil a doações e patrocínios diretos para 94 instituições, superando 1,5 milhão de impactados.

A empresa acredita que é possível fazer a diferença e por isso não mede esforços em apoiar e estar presente nas diversas ações sociais e culturais por toda Minas Gerais.

# Empresas de publicidade solicitam diálogo sobre PL das Fake News

*Entidade representante do ecossistema do segmento digital entende que proposta deve considerar diversidade de atores*

O IAB Brasil, entidade representante do ecossistema de empresas de publicidade digital, manifestou no dia 24/4 sua preocupação com o Projeto de Lei 2630/2020, em tramitação na Câmara dos Deputados. "Restringir a publicidade não é a única, nem a melhor maneira de tornar a internet um lugar mais seguro", afirmou a associação, em comunicado à imprensa.

"Nós estamos tendo acesso a textos extraoficiais que nos causam preocupações por trazerem definições sobre mídia programática, novas responsabilidades comerciais, regras para negócios e empresas estrangeiras, entre outros pontos que afetam a operação de muitos dos nossos associados e do mercado publicitário de forma geral", diz um trecho do comunicado do IAB Brasil enviado à imprensa.

De acordo com a associação, o mercado de publicidade digital é maior do que algumas grandes empresas e tem sido pouco ouvido no debate do PL 2630/20. "Reconhecemos que os temas em discussão são de extrema importância. No entanto, as formas de regulação propostas não consideram a diversidade de atores desse setor e podem acabar por criar mais problemas, ao invés de mitigá-los", destacou.

O IAB Brasil defende que o debate sobre a regulação de publicidade e tecnologias deve ser democrático e incluir as empresas afetadas no bojo das discussões. "Acreditamos que o caminho ideal deveria incluir o mercado e sociedade civil no âmbito da Comissão Especial na Câmara dos Deputados, respeitando o devido rito de tramitação. Não é possível debater temas de tamanha importância às pressas", asseverou a entidade, ressaltando que está à disposição para contribuir com essa discussão.

# Expocaccer chegará aos Estados Unidos levando a qualidade dos cafés do Cerrado Mineiro

A Expocaccer, cooperativa com mais de 650 produtores da região do Cerrado Mineiro que há 30 anos reconhece o valor do café da primeira região do Brasil com Denominação de Origem (DO), está se preparando para abertura de sua filial nos Estados Unidos.

Com presença constante no país há muitos anos, por conta de sua participação em inúmeras feiras e eventos, além de exportar seus cafés para diversas regiões americanas, a Expocaccer facilitará o trabalho de seus parceiros e distribuidores, colocando-os em uma posição privilegiada, pois terão acesso direto aos cafés do cerrado mineiro e poderão oferecer os produtos diretamente para o mercado americano, que é o maior importador de cafés brasileiros.

"Nós avaliamos o mercado há alguns anos e percebemos que teríamos espaço, estamos amadurecendo a ideia para estarmos mais presentes no mercado americano, e a abertura de uma unidade local, a Expocaccer USA daria melhor fluxo logístico para atender a alta demanda de cafés especiais", afirma Simão Pedro de Lima, Diretor Superintendente da Expocaccer. "Entendemos que o nosso volume de exportação, quando comparado com a demanda americana, pode ser muito maior, e estando presente localmente teremos a oportunidade de nos aproximarmos do consumidor final por meio de nossos parceiros, mostrando a excelência dos cafés da região do cerrado mineiro", diz Simão.

"Dessa forma nós estaremos muito mais próximos de nossos parceiros, o que faria a distribuição muito mais simples nesse mercado desafiador", conclui o executivo.

O Brasil é o maior produtor e exportador de café no mundo, com mais de 150 variedades. Mais de 122 países compram o café brasileiro, e só o maior consumidor da bebida, os Estados Unidos, em 2022, comprou cerca de 8,0 milhões de sacas de café brasileiro, 20% do total exportado pelo Brasil. No último ano, a Expocaccer atingiu a marca de 1,085 milhão de sacas comercializadas e embarcadas, com um faturamento líquido atingindo a cifra de R$ 1.459 bilhão, um crescimento de cerca de 65% em relação ao ano anterior.

Os cafés do cerrado mineiro são conhecidos por sua qualidade e características únicas como aroma intenso, com notas de caramelo e nozes, acidez delicada e cítrica, encorpado, sabor doce com notas de chocolate e finalização longa duração. A Denominação de Origem significa que ele é produzido em uma região com características únicas, que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar. A DO do cerrado mineiro compreende 55 municípios que produzem um café diferenciado em sua bebida. São cafés com identidade e alta qualidade resultantes da combinação do clima, solo, relevo, altitude e "saber fazer de sua gente".

**PRÊMIOS**

Segundo a Forbes e a revista Mercado Comum, a cooperativa está entre as maiores do agronegócio do Brasil. Além disso, o XXIV Prêmio Minas Desempenho Empresarial Melhore e Maiores coloca a Expocaccer entre as maiores empresas de excelência do Estado de Minas Gerais do setor agronegócio.

"A Expocaccer é uma cooperativa formada por produtores movidos pela criatividade, que produzem um portfólio diversificado e personificado de cafés, com enorme compromisso no desenvolvimento social e econômico. Temos diversos projetos de sustentabilidade real no cerrado mineiro, como os programas fazenda regenerativa, carbono neutro, elas no café, entre outros. A classificação comprova nosso comprometimento em promover o seu crescimento de forma cada vez mais sólida e responsável", destaca o Presidente da Expocaccer, Fernando Beloni.

Uma cooperativa genuinamente do Cerrado Mineiro que reconhece o valor do café da primeira região do Brasil com Denominação de Origem. Em 2023 completa 30 anos, ou seja, são 30 safras de histórias e experiências com o café.

Receber, armazenar, preparar e comercializar cafés de excelência são as maiores especialidades. Comercializam por ano 1 milhão de sacas dos melhores cafés da Região do Cerrado Mineiro, com destino aos cinco continentes, para mais de 30 países.

Oferece aos cooperados o assessoramento para as melhores práticas pós-colheita, como secagem e preparo do café, cuidando da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

# Os desafios da cadeia de abastecimento da indústria de bebidas alcoólicas

*Principal preocupação do setor é com relação à escassez de vasilhames de vidro; fornecedores planejam investir na produção para suprir a demanda e acompanhar o crescimento da indústria, estimando um aumento de 22,5% na produção até 2025*

A pandemia de Covid-19 desafiou diversos segmentos econômicos. Para o setor de bebidas alcoólicas não foi diferente. Nos primeiros meses pandêmicos, houve uma queda de cerca de 70% no volume de vendas das bebidas alcoólicas no Brasil. Passado o pior período da pandemia, iniciou-se a Guerra na Ucrânia, trazendo implicações de uma economia globalizada, como crise de logística e efeitos climáticos, pressionando os custos, indisponibilizando insumos e impactando a oferta de matéria-prima, água e energia.

Diante desse cenário, a Associação Brasileira de Bebidas -- ABRABE, em conjunto com a KPMG, realizou um estudo setorial sobre os desafios da cadeia de abastecimento do setor de bebidas alcoólicas. A escassez de vasilhames de vidro, o aumento de custos de insumos agrícolas e o prazo de entregas de equipamentos foram apontados por vários players do setor como desafios a serem superados nos próximos anos. O estudo intitulado Desafios da Cadeia de Abastecimentos da Indústria de Bebidas Alcoólicas destaca a grande dependência do setor de insumos e maquinário importado e trouxe para os holofotes a complexidade logística internacional combinada com a burocracia nos processos aduaneiros.

"Os indicadores inéditos que trazemos junto com a KPMG mostram questões importantes e podem servir como um ponto de partida para que empresas e instituições do setor encontrem soluções inovadoras e eficazes para enfrentar os desafios atuais e futuros", pontua Cristiane Foja, presidente-executiva da ABRABE.

O levantamento realizado pela KPMG foi feito a partir da compilação e análise de dados disponibilizados pelas principais empresas do mercado, associadas à ABRABE. Para a sócia de estratégia da KPMG, Thais Balbi, "por um lado, o mercado de bebidas alcoólicas cresce mundialmente e está em plena transformação nos hábitos de consumo, e por outro, a indústria encontra desafios complexos como a falta de insumos e vasilhames, inflação alta, crises climáticas e aumentos expressivos de estoques e custos logísticos. O planejamento em longo prazo e o pensamento inovador

e tecnológico são requisitos essenciais para o setor continuar crescendo de maneira sustentável".

**SETOR DE BEBIDAS ALCOÓLICAS SE MOVIMENTA PARA SUPERAR PRINCIPAL DESAFIO**

Responsável por 29% do volume comercializado no país e uma receita bruta de R$ 37,7 bilhões, as empresas nacionais e multinacionais associadas à ABRABE produzem diferentes categorias de bebidas, além de apresentarem tamanho e modelos de negócios distintos. Dentre essas empresas representantes de vinhos, cervejas, cachaças e destilados, a escassez de vasilhames de vidro figura como uma preocupação comum. Isto porque o vidro é o principal insumo para o setor, representando mais de 90% das embalagens para cada uma das categorias.

Apesar do crescimento de 12% no volume de vendas de bebidas alcoólicas nos anos de 2020 e 2021, a produção de vasilhames caiu 5% em 2020, de acordo com o IBGE, saindo de 7.708 milhões, em 2019, para 7.311 milhões de garrafas de vidro produzidas no Brasil, em 2020. O setor se viu, então, pressionado pelo desabastecimento no país.

Para os próximos três anos, os fornecedores pretendem investir na produção a fim de suprir a demanda e acompanhar o crescimento da indústria de bebidas. A estimativa é de que, em 2025, a produção brasileira de vasilhames chegue a quase 9.500 milhões, um crescimento de 22,5% quando comparado a 2019. Porém, a ABRABE e a KPMG alertam para a possibilidade da falta de vasilhame após o ano de 2025.

"A superação de desafios na cadeia de suprimentos requer uma abordagem estratégica e proativa, com a adoção de medidas preventivas e o uso de tecnologias para melhorar a eficiência e a resiliência da cadeia de abastecimento. Por isso, em conjunto com todas as nossas 36 associadas, trabalhamos para melhorar a reutilização de insumos e minimizar os riscos de um desabastecimento", finaliza Foja.

Fundada em 1974, a Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE atua pelos interesses setoriais de fabricantes e importadores de bebidas no Brasil, sendo a única entidade que representa exclusivamente bebidas alcoólicas em todas as suas categorias. Atualmente, são 36 associadas, contemplando empresas nacionais e multinacionais, que, juntas, representam um mercado bastante diversificado de bebidas alcoólicas no Brasil. A ABRABE atua com base em cinco propósitos estratégicos: desenvolvimento econômico do setor; sustentabilidade na cadeia de valor; relação responsável entre bebidas alcoólicas e sociedade; ambiente saudável de concorrência; e oportunidades de aprimoramento do mercado.

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que prestam serviços profissionais de Audit, Tax e Advisory. Estamos presentes em 154 países e territórios, com 200.000 profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo. No Brasil, são aproximadamente 4.000 profissionais, distribuídos em 22 cidades localizadas em 13 Estados e Distrito Federal.

# Dez anos após PEC das Domésticas, Brasil tem explosão de abertura de MEIs

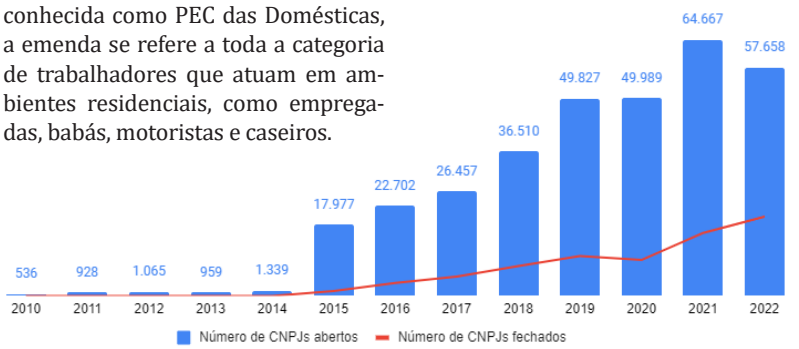
*2021 foi o ano em que teve mais aberturas de CNPJs voltados para a prestação de serviços domésticos, quase 65 mil, número 29% maior que em 2020*

Em abril, a PEC das Domésticas completa 10 anos. Para entender como está o cenário da classe no Brasil, a Cortex, referência em inteligência de vendas B2B, realizou uma pesquisa e identificou que houve um aumento expressivo no número de abertura de MEIs para esta categoria, principalmente em 2015, quando a Lei complementar 150 regulamentou a emenda. Desde 2015, o número de trabalhadores que se inscreveram no MEI só cresceu. Em 2021, no auge da pandemia no Brasil, o número de MEIs para serviços domésticos foi o maior já registrado, quase 65 mil, número 29% maior que em 2020. No ano passado, houve uma pequena queda, de 11%, reflexo do aumento acelerado do ano anterior.

Com a diminuição do poder aquisitivo da classe média, muitas famílias começaram a optar pela contratação pontual de serviço doméstico, o que fez aumentar o número de profissionais autônomos. Diferente do objetivo da nova lei, de aumentar o número de trabalhadores com carteira assinada, o que se viu foi um aumento no número de MEIs.

A Emenda Constitucional 72, publicada em 2013, prevê que trabalhadores domésticos passem a ter direitos como controle da jornada de trabalho, com limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais, pagamento pelas horas extras e seguro-desemprego. A emenda de 2015 garantiu a obrigatoriedade de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro desemprego, salário família, adicional noturno e de viagens, direito a horas extras, entre outros. Embora conhecida como PEC das Domésticas, a emenda se refere a toda a categoria de trabalhadores que atuam em ambientes residenciais, como empregadas, babás, motoristas e caseiros.

A Cortex é referência em Inteligência de Vendas B2B na América Latina e a única empresa brasileira membro da Global Data Alliance. A plataforma utiliza Inteligência Artificial para cruzar dados de mais de 17 mil fontes e consolidar um conjunto inédito e mais preciso de informações sobre empresas. A partir destes dados exclusivos, seus modelos de Machine Learning são capazes de sugerir negócios com chances de vendas duas vezes maior e na metade do tempo. Além disso, a Cortex é a única plataforma no Brasil que possui uma base de empresas global, com dados de mais de 150 países.



# Sicoob Sistema Crediminas proporcionou economia de R$ 4,5 bilhões a cooperado

*Valor corresponde aos juros, taxas e tarifas economizados, mais o resultado contábil do exercício*

O Sicoob Sistema Crediminas atingiu, em 2022, a marca de R$4.5 bilhões de ganho social, o maior valor atingido na história da cooperativa. O ganho social representa o valor médio de economia do cooperado por realizar operações financeiras com as cooperativas desse Sistema, se comparado às demais instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O valor atingido teve um crescimento de 47% em relação a 2021, gerando uma média de economia por cooperado de R$4.480,00.

"O pilar do nosso sistema é levar justiça financeira, disponibilizando produtos e serviços com preços mais acessíveis do que os oferecidos pelo mercado. Por isso, conseguimos que o cooperado deixe de gastar valores altos e, assim, ele consegue investir em outros negócios ou poupar recursos, por exemplo", comenta o Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Central Crediminas, João Noronha.

O cálculo do ganho social é formado pela soma dos ganhos diretos, composto pelas sobras brutas da cooperativa, e pelos ganhos indiretos, a economia gerada com taxas e tarifas praticadas pela cooperativa em comparação aos bancos.

**DESENVOLVENDO AS COMUNIDADES**

Acrescidos aos resultados financeiros, também estão os benefícios que o ganho social gera. Esse recurso, que no sistema tradicional iria para o banco, é reinvestido nas comunidades, favorecendo o surgimento de novos empregos e novos negócios.

"O nosso objetivo é que cooperativa e cooperado cresçam juntos. Por isso, incentivamos que o associado participe ativamente das decisões, resultados e do ganho de benefícios por ser cooperado. Com o ganho social, damos as condições para que o cooperado invista em seus negócios e projetos, estimulando o crescimento da economia dos locais onde atuamos", destaca o executivo.

Dessa forma, o ciclo do cooperativismo se forma: o Sicoob Sistema Crediminas oferece os recursos necessários para o associado ter justiça financeira, que por sua vez confia na cooperativa e investe em seus negócios, desenvolvendo as regiões onde a instituição atua.

*O Sicoob Sistema Crediminas é composto pelo Sicoob Central Crediminas, juntamente com as 72 cooperativas singulares, um Fundo Garantidor de Depósitos (Sicoob FGD) e uma Administradora e Corretora de Seguros (Sicoob Minaseg). A Central é responsável pela coordenação e centralização dos processos operacionais e de representação das cooperativas singulares filiadas.*

*O Sistema, que conta com 732 pontos de atendimento e 1,2 milhão de cooperados, compõe, ao lado de outras 13 cooperativas centrais e suas respectivas singulares e postos de atendimento, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). Juntos, seguem firmes no seu compromisso de levar aos associados a justiça financeira e a prosperidade por meio do cooperativismo financeiro.*

# Desfile de moda em Goiânia tem estampas feitas em impressoras da Epson

*Evento organizado pela empresa Atelier Tecidos apresenta peças impressas em fibras naturais*

Epson Monna Lisa 8000

O setor têxtil é um dos segmentos onde a Epson, líder global em impressão e projeção, espera crescer este ano no Brasil. Os equipamentos de destaque para alcançar esse resultado são as impressoras de tecidos com tecnologia de última geração, como a Monna Lisa, adquirida pela empresa goiana Atelier Tecidos. Para mostrar roupas com estampas impressas nesses equipamentos, a empresa realiza um desfile de moda nesta terça-feira (25), em Goiânia. O evento, com apoio da Epson, terá a presença de clientes e parceiros da marca.

Goiás é o segundo estado a receber a impressora Monna Lisa, enquanto a Atelier Tecidos será a primeira empresa da Região Centro-Oeste a imprimir estampas em tecidos de fibra natural. Goiás é um dos mercados prioritários para a Epson por causa da importância da indústria têxtil no estado, setor que representa cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás, segundo dados do Sindicato das Indústrias de Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest).

"A Epson busca sempre promover a melhor experiência possível para os nossos clientes e é muito importante para nós poder ver os frutos desse trabalho, com a Atelier como principal case do mercado têxtil", afirma Evelin Wanke, diretora de Vendas da Epson. Segundo ela, a Atelier cresceu com o apoio da Epson, que acreditou no seu trabalho e se manteve próxima e empenhada na busca pela excelência da experiência do cliente.

**MONNA LISA**

A Atelier Tecidos é pioneira na indústria de estampas e está no mercado há 25 anos, tendo iniciado sua produção de forma manual. Tornou-se cliente da Epson ao adquirir sua primeira F9470, impressora sublimática para tecidos com tecnologia PrecisionCore.

A empresa vinha produzindo confecções em poliéster até o momento, mas, com a compra de duas impressoras de grande formato Monna Lisa 8000, poderão trabalhar com fibras naturais e alavancar ainda mais o negócio. A Monna Lisa 8000 é uma impressora rolo a rolo DTF de alto rendimento com 8 cabeças de impressão de 4,7 polegadas, e tecnologia jato de tinta Epson PrecisionCore® microTFP, capaz de imprimir tecidos de até 1,8 metros de largura. É o equipamento de entrada da linha de impressão digital DTF da Epson, que permite a customização do equipamento conforme as necessidades de cada cliente.

Para Cleia Souza, fundadora e dona da Atelier Tecidos, o apoio da Epson foi importante para o crescimento do negócio. "Começamos como uma empresa pequena e, apesar de trabalharmos em escala industrial, fazíamos todo o trabalho manualmente. A partir do momento em que passamos a trabalhar com equipamentos da Epson, abrimos um mundo de possibilidade e fomos crescendo até chegarmos aonde estamos. Temos perspectiva de expandir o quadro de colaboradores", diz.

# FIESP e Santander: mineiro é convidado a apresentar soluções em blockchain

*Antonio Hoffert, mineiro especialista em tecnologia blockchain, fará parte do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por meio de seu Departamento de Defesa e Segurança (DESEG), convidou Hoffert a fazer parte de seu Grupo de Trabalho - Financiamentos e Economia de Defesa e Segurança. O especialista em tecnologia blockchain, cofundador da startup mineira H3aven, deve integrar um grupo formado por profissionais com larga expertise em diversos setores, e que se reúnem para discutir projetos e propostas de medidas para o desenvolvimento dos setores de defesa e segurança.

As reuniões são mensais e contam com diversos convidados de órgãos governamentais e de interesse da indústria. A fim de fomentar e colaborar com o bom desempenho dos organismos policiais, tanto no segmento de segurança empresarial quanto de segurança pública, o DESEG atua também com análises para a formulação de políticas públicas.

A ideia de Hoffert é levantar e apresentar possibilidades ancoradas na blockchain para as reuniões plenárias, a fim de auxiliar a FIESP com a busca de novas soluções baseadas na tecnologia, que podem trazer mais transparência e segurança antifraude tanto para a o setor empresarial quanto para o setor público. "Quero incentivar discussões que tenham como objetivo a melhoria das práticas já existentes, e que ampliem a segurança nos setores com o viés da tecnologia", explica.

**BLOCKCHAIN PARA ACIONISTAS DO SANTANDER**

O especialista apresentou, ainda, soluções e possibilidades de aplicação da tecnologia blockchain em uma Assembleia Geral Ordinária para acionistas do Santander. O evento aconteceu no dia 28 de abril, em São Paulo.

A H3aven, dos sócios Antonio Hoffert e João Henrique Costa, é uma startup de Belo Horizonte especializada em aplicações com tecnologia blockchain em diferentes fluxos de trabalho e setores da indústria. Foi listada recentemente no Radar INDTech, do hub da FIEMG Lab, como uma das 30 empresas mais importantes na aceleração do futuro da indústria de saúde e segurança no Brasil.

# Brasil deverá gastar, apenas neste ano, cerca de R$ 900 bilhões com despesas de juros sobre a dívida pública

*Valor corresponderá a mais de US$ 180 bilhões - 8,8% sobre o PIB-Produto Interno Bruto brasileiro e consumirá 1/4 de toda a arrecadação tributária nacional*

**Carlos Alberto Teixeira de Oliveira**

***"Integro, nos últimos 20 anos, um grupo escasso de economistas – entre os quais se incluem Paulo Rabello de Castro e Luis Paulo Rosenberg – que vem discordando da dosimetria da política que condena o país a elevadas taxas reais de juros para se combater a inflação. Provavelmente o Brasil seria, hoje, uma das raras economias do mundo que tenha conseguido sobreviver por um período de tempo tão amplo, contabilizando taxas de juros reais exorbitantes e ostentando o título de campeão mundial disparado neste perverso indicador. Será que só o Brasil estará certo ao utilizar essa política monetária de taxas de juros real elevadíssima?***

***De outro lado, é interessante observar que instrumentos usuais de política monetária não foram suficientemente utilizados, reinando o medicamento das taxas reais de juros elevadas como um dos únicos instrumentos no combate à inflação. Não se trata de uma discussão em relação ao diagnóstico ou ao remédio indicado, mas quanto à dosagem aplicada. Tivesse sido acertada a política monetária adotada, provavelmente não teríamos colhido os resultados alcançados quando, em várias oportunidades, superou-se o limite do teto da meta de inflação estabelecida".***

Este texto é de minha autoria e possui o título de "O País do Juro Alto – O absurdo custo da dívida brasileira", tendo sido publicado às páginas 249 a 255 do livro "Lanterna da Proa – Roberto Campos 100 Anos", organizado por Ives Gandra da Silva Martins e Paulo Rabello de Castro e publicado, em 2017, pela Editora Resistência Cultural.

Decorridos agora 6 anos da sua divulgação, mantenho ainda a mesma opinião de antes.

No século passado duas derivações conceituais econômica relacionada à inflação ganharam proeminência:

- Uma protagonizada pelo Professor Milton Friedman (Prêmio Nobel de Economia de 1976 e autor do livro "There's No Such Thing as a Free Lunch" – em português "Não Existe Essa Coisa de Almoço Grátis" – lançado em 1975), quando afirmou que "a inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário" e isso só ocorre quando os meios de pagamento crescem além das possibilidades de crescimento dos bens e serviços.

Considerado um economista de renome, Milton Friedman dizia que a inflação é "sempre e em toda parte" um fenômeno monetário, ou seja, a inflação é um fenômeno que nasce de um aumento mais rápido da quantidade de moeda do que de produção e que só tem uma única forma de ser sanado, com o crescimento mais lento do aumento da quantidade de moeda.

- E a outra, foi destacada pelo Professor Thomas J. Sargent (Prêmio Nobel de Economia de 2011), quando disse que "mais

que um fenômeno monetário, a inflação é sempre derivada de um fenômeno fiscal". No final das contas, a ideia principal é que, se um governo possui déficit nominal, esse rombo precisará ser coberto. A cobertura será dada via impressão de dinheiro, o que significa moeda crescendo acima da produção e, assim, inflação. Por isso, no final das contas, além de um fenômeno monetário, é também um fenômeno fiscal.

Já a partir do final do século 20, e mais especificamente, depois da Grande Crise Financeira de 2008, a Teoria Econômica evoluiu para considerar as interações entre a política monetária e a política fiscal, dando surgimento às hoje conhecidas políticas macro prudenciais.

Taxas de juros reais elevadas não são um fato novo e vigoram no Brasil, principalmente desde a gestão de Marcílio Marques Moreira como ministro da Fazenda, após o fracasso do Plano Collor – época em que a ministra Zélia Cardoso confiscou toda a poupança e os depósitos bancários – já acreditando na certeza da política monetária de Friedman, aplicada antes no EUA – no final do governo Carter e início do governo Reagan – durante os anos 1980. À época, o economista Paul Volcker presidia o Federal Reserve Bank e implantou a política de taxas reais de juros altas.

Assim, por exemplo, em 1980, o FED elevou as taxas de juros Fed Funds para os níveis mais elevados da história norte-americana – os quais atingiram 18% a.a. para se combater uma inflação de 12,5% a.a. – resultando, portanto, numa taxa real de 5,5% ao ano.

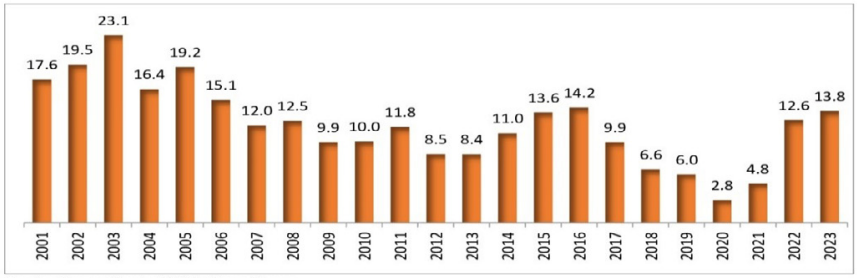
Título VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA
Capítulo IV – Do Sistema Financeiro Nacional
Artigo 192 – VIII - & 3º

***"As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar."***

(Revogado pela Emenda Constitucional 40 de 29.05.2023)

**TAXA SELIC MÉDIA ANUAL**




*Fonte: Banco Central/LCA Consultores*
*Elaboração: MinasPart Desenvolvimento*
*(*) Projeção para 2023*

Essa política monetária de juros reais elevados, adotada por Volcker, notadamente durante o mandato de Ronald Reagan, pode ser considerada bem-sucedida naquela ocasião, pois os Estados Unidos conseguiram controlar a inflação – reduzindo-a para 1,1% ao ano em 1986 e obtendo um expressivo crescimento da economia do país – que chegou a expandir 7,2% em 1984 e teve um aumento médio de 4,1% durante o período de 1983 a 1990. Mas, deve-se destacar de outro lado, também, que o período coincide com uma forte redução dos impostos promovida pelo governo Reagan, o que permitiu às empresas ampliarem os seus investimentos e contratar novos funcionários.

Vale destacar que a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 192 – do Capítulo "Da Ordem Econômica e Financeira" já

estabelecia, como crime de usura sujeito à punição, a prática de taxa real de juros acima de 12% ao ano. Esse artigo nunca chegou a ser regulamentado e foi revogado pela Emenda Constitucional número 40, de maio/2003.

"O Brasil precisa entrar em uma clínica de recuperação para se livrar da intoxicação de juros. Enquanto não superar esse problema, dificilmente vai tomar um rumo sustentável de crescimento econômico". (Pedro Cafardo – Valor 28.03.23)

Essa política de taxa de juros reais elevadas veio para prevalecer por longo período e continua até os dias atuais e insiste em se perpetuar.

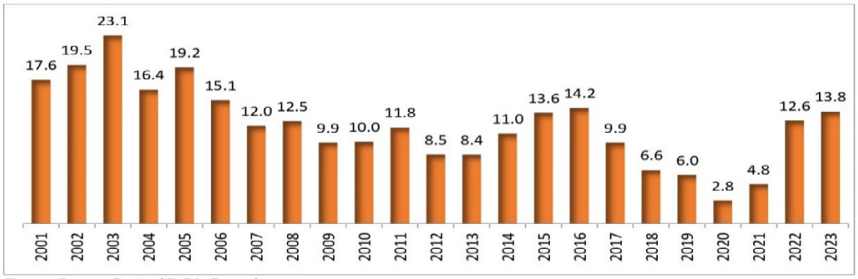
Assim, foi durante o mandato de Sarney e ganhou força, principalmente, durante o governo FHC e no período inicial do Plano Real – quando também foi implantado o Regime de Metas de Inflação, em 1999 e que ainda vigora nos dias atuais.

Deve-se mencionar que, no 1º governo Lula, por exemplo, a taxa Selic real anual média– isto é, descontada do IPCA, foi de 11,3% ao ano e chegou a atingir mais de 12% ao ano durante dois anos seguidos. No segundo mandato de Lula, a taxa Selic anual real média foi de 5,7% ao ano e, tal política, permitiu ao país reter os ganhos decorrentes do aumento de preços da commodities exportadas pelo país e acumular reservas cambiais superiores a US$ 300 bilhões. Nesse período, quem cuidou de combater, com veemência a política de juros reais altos, mesmo integrando o governo, foi o vice-presidente da República, o empresário mineiro e amigo José Alencar Gomes da Silva. Saliente-se que bem antes da sua posse, como vice-presidente, o empresário José Alencar já tinha esta postura condenatória dos juros altos praticados no país.

Hoje Lula, no seu 3º mandato como presidente da República, novamente esse tema volta a ter grande notoriedade, principalmente após os seus inúmeros ataques condenando a política executada pela Banco Central na gestão de Roberto Campos Neto.

Merece destaque ainda que, em março de 2018, a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sob o comando de Paulo Skaf, lançou uma intensa campanha publicitária no país intitulada "Chega de engolir sapo" condenando os elevados juros cobrados no país, principalmente pelas instituições financeiras.

**TAXA SELIC MÉDIA ANUAL**

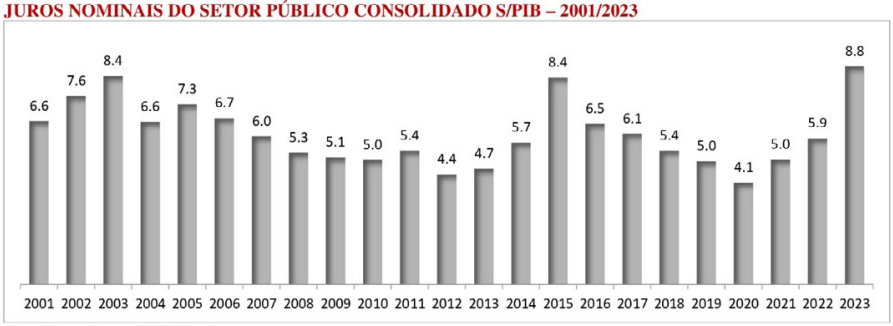



*Fonte: Banco Central/LCA Consultores*
*Elaboração: MinasPart Desenvolvimento*
*(*) Projeção para 2023*

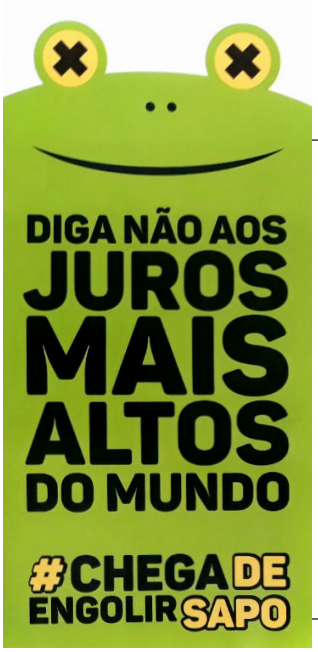
**TAXA SELIC REAL MÉDIA ANUAL – Deflacionada pelo IPCA**

*Fonte: Banco Central/LCA Consultores*
*Elaboração: MinasPart Desenvolvimento*
*(*) Projeção para 2023*

**JUROS NOMINAIS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO S/PIB – 2001/2023**




*Fonte: Banco Central/LCA Consultores*
*Elaboração: MinasPart Desenvolvimento*
*(*) Projeção para 2023*




# Chega de Engolir Sapo*

***DIGA NÃO AOS JUROS MAIS ALTOS DO MUNDO****
***Se uma pessoa tivesse ido a um banco para depositar R$ 100,00 na caderneta de poupança há dez anos, teria hoje na conta R$ 198,03.***

***Se essa mesma pessoa tivesse usado o mesmo valor de R$ 100,00 no cheque especial, na mesma data, teria hoje, no mesmo banco, uma dívida de R$ 4.394.136,97.***

*Campanha publicitária da FIESP/CIESP veiculada nos principais jornais brasileiros em 13 de março de 2018

**Extrato de um cartão de crédito, ligado a um banco brasileiro e referente a março de 2023, cobrando juros de 19,99% ao mês – o que corresponde a uma taxa anualizada de 790,71%. Seria o mesmo que comprar um quilo de arroz ou de qualquer outro produto em supermercado no país e, no final de um ano, ter de devolver outros oito, somente para o pagamento dos juros:**

**Pagamento mínimo desta fatura**

| | | |
|---|---|---|
| Valor da fatura atual | | R$ [redacted] |
| Juros máximos do contrato | 19,99 % a.m. | 790,71 % a.a. |
| Encargos em caso de pgto. mínimo | | R$ 832,80 |
| CET do financiamento da fatura | 17,46 % a.m. | 565,59 % a.a. |
| | **Valor em R$** | **% do total financiado** |
| Valor total financiado | [redacted] | 100,00 % |
| Valor do IOF | 26,07 | |
| Valor total a pagar | [redacted] | |

**Parcelamento desta fatura**

| | | |
|---|---|---|
| Valor da fatura atual | | R$ [redacted] |
| Juros do parcelamento | 14,19 % a.m. | 391,51 % a.a. |
| CET do parcelamento | 14,64 % a.m. | 415,69 % a.a. |
| | **Valor em R$** | **% do total financiado** |
| Valor total financiado* | 4.293,81 | 100,00 % |
| Total a financiar (1) | 4.156,14 | 96,79 % |
| Valor do IOF (2) | 137,67 | 3,21 % |
| Valor total a pagar | 15.254,58 | |

(*) O valor total financiado é composto pela soma dos itens 1 e 2.

Em evento realizado no BNDES no dia 20 de março último, Josué Gomes da Silva - atual presidente da FIESP e filho do ex-vice-presidente José Alencar afirmou, taxativamente, ser inconcebível o nível de juros reais praticados no País, os quais considerou "pornográficos".

O presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes, definiu como "inconcebível" o atual patamar da Selic, a taxa básica de juros, mantida em 13,75% na última reunião do Copom.

Josué rejeitou a tese de que o percentual é justificado como um problema de natureza fiscal e avaliou que a política de juros altos atravanca o crescimento do país. "Isso não é uma explicação para as pornográficas taxas de juros que praticamos no Brasil. E se não baixarmos essas taxas de juros, de nada adiantará fazermos políticas industriais", disse durante o evento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio de Janeiro.

Segundo o empresário, as reservas internacionais acumuladas nos primeiros dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na ordem de US$ 370 bilhões (cerca de R$ 1,9 trilhão na cotação atual), ajudaram a blindar o país de choques externos. Já o entrave à indústria tem origem agora na falta de incentivo, nos juros altos e na alta carga tributária sobre o setor. Para reverter o cenário, Josué Gomes disse ser favorável a uma "nova industrialização" no país orientada pela integração com cadeias

produtivas globais e pela digitalização do setor.

Para isso, ele pediu que a indústria ganhe centralidade na política econômica e goze de benefícios fiscais similares ao agronegócio. "O agro dispõe de um Plano Safra, que só em subsídios de equalização de impostos são R$ 13 bilhões por ano. A indústria gostaria de ter o mesmo tratamento. Porque não um 'Plano de Produção'?", sugeriu.

Durante o seminário, o vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também defendeu "bom senso" para reduzir a Selic. Para Alckmin, o percentual não se justifica pela demanda de consumo e vai na contramão de outras medidas adotadas pelo mundo. "Não há nada que justifique ter 8% de juros real acima da inflação quando não há demanda explodindo e, de outro lado, quando o mundo inteiro tem juros praticamente negativos", disse. "Juros altos dificultam o consumo, inibe o investimento, encarece a dívida do governo [...] Mas nós acreditamos no bom senso e que a gente vá com a nova ancoragem fiscal superar essa responsabilidade", afirmou.

Juntaram-se a Josué Gomes, no mesmo evento, os Prêmios Nobel de Economia Joseph Stiglitz que declarou, em relação aos níveis de juros reais elevados aqui praticados, que "o Brasil sobrevive ao que é uma pena de morte".

Para o economista Jeffrey Sachs, também Prêmio Nobel de Economia professor da Universidade de Columbia e diretor do Centro para o Desenvolvimento Sustentável - e participante do seminário do BNDES, o Brasil sofre com taxas de juros altíssimas que não podem ser justificadas pela situação fiscal do país. Além disso, defendeu que não é momento de austeridade fiscal, mas sim de ampliar investimentos, especialmente os públicos, para que a economia brasileira saia da situação "empacada" que está nos últimos dez anos. "O Brasil é punido por taxas de juros altíssimas, por políticas de juros altos do Banco Central, que acho muito difícil de explicar. A situação fiscal do Brasil é totalmente distorcida através de juros extraordinariamente altos", declarou.

Jeffrey Sachs defendeu que o Brasil persiga um crescimento com base em investimento público, inclusive com fontes de capital estrangeiro, e reduza a taxa de juros. Segundo ele, é necessário "baixar, responsavelmente, mas baixar as taxas de juros domésticas, através de uma estrutura de políticas no médio prazo, ao longo de uma geração".

De acordo com o economista, a taxa oficial é alta no Brasil não porque a inflação esteja alta, já que a inflação no país está em índices comparáveis aos dos Estados Unidos e Europa. A taxa Selic

no Brasil de 13,75% ao ano está cerca de 140% acima de inflação, na casa de 5,6%.

"Mas nos EUA os juros pagam 2%; no Japão (cerca de) zero e na Europa em torno de 1%. No Brasil, a situação fiscal é distorcida por taxas de juros extraordinariamente altas", disse. Sachs participou do seminário Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século 21, realizado pelo BNDES.

O economista considera que o problema fundamental do Brasil é um crescimento econômico "baixo, e crônico, com todas as consequências sociais e econômicas adversas que decorrem disso". A taxa de investimento brasileira, de aproximadamente 17% do PIB em termos nominais, é "muito baixa", afirmou o economista. "No setor público não vemos quase nenhum investimento em infraestrutura nos últimos cinco anos", acrescentou, citando os setores de transportes, meio ambiente, comunicação e energia.

Vice Presidente José Alencar Gomes da Silva: um vigoroso combatente dos juros altos

# Selic é mantida em 13,75% - Brasil continua campeão das taxas reais mais elevadas do mundo

Em reunião de política monetária realizada no dia 22 de março, o Copom manteve a sua taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. A decisão, novamente unânime, veio em linha com a expectativa consensual dos participantes de mercados.

O comunicado da decisão sofreu ajustes importantes, mas, ao contrário do que apostava uma parcela dos participantes de mercado, não trouxe sinais consistentes de que uma flexibilização da política monetária seria iminente.

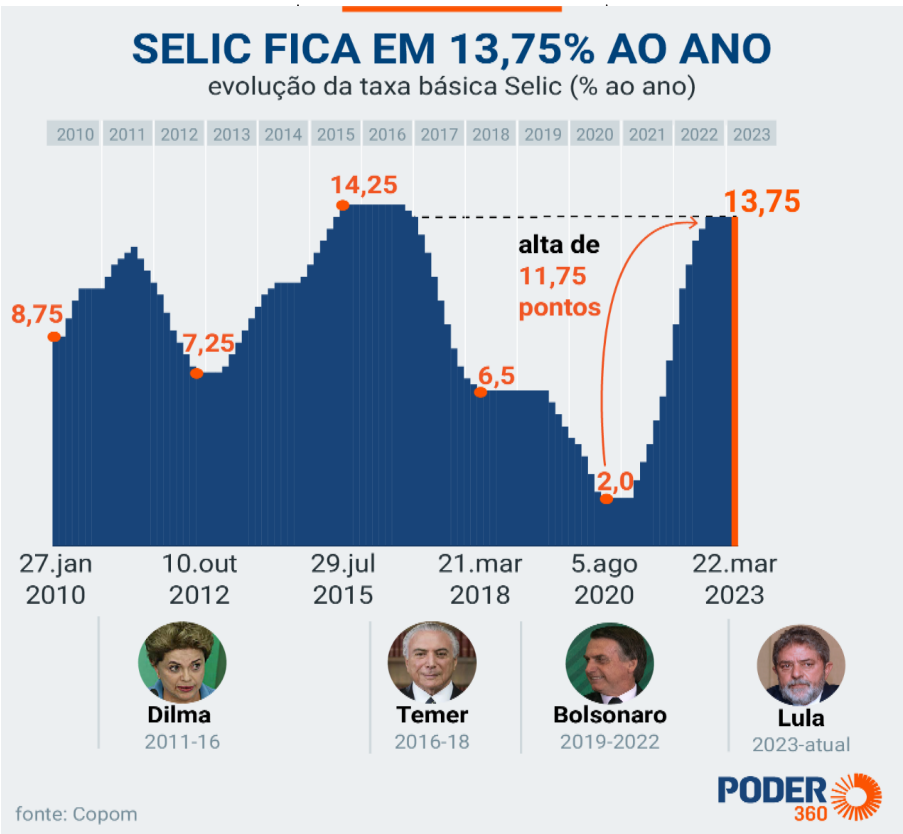
A comentar o entorno internacional, o Copom avaliou que o "ambiente externo se deteriorou", manifestando preocupação com os "episódios envolvendo bancos nos EUA e na Europa" que "elevaram a incerteza e a volatilidade dos mercados e requerem monitoramento".

Na conjuntura doméstica, o comunicado trouxe avaliação de que a atividade vem desacelerando em linha com a expectativa do Copom, mas que a inflação continua em níveis incompatíveis com as metas. Ademais, a autoridade continuou a manifestar preocupação com a elevação das expectativas inflacionárias, sobretudo para prazos mais longos; e revelou que suas projeções para a inflação também se elevaram, para todos os horizontes de projeção.

O Copom também continuou a "dar ênfase dar ao horizonte [de projeção] de seis trimestres à frente, referente ao terceiro trimestre de 2024, cuja projeção de inflação acumulada em doze meses situa-se em

3,8% (no cenário de referência, que leva em conta a trajetória para a Selic de acordo com a mediana das projeções de mercado)". No cenário alternativo do Copom, em que a Selic é mantida estável em todo o horizonte de projeção, a inflação alcança 3,3% no terceiro trimestre de 2024 e converge para a meta de 3% ao final de 2024.

O empresário Josué Gomes da Silva considera um equívoco a atual política monetária. "É inconcebível a atual taxa de juros no Brasil", disse. Ele avalia que a atual taxa da Selic tornou-se uma amarra insustentável para a política de desenvolvimento industrial no país. "Se não baixarmos os juros, não vai adiantar fazer política industrial", advertiu o presidente da FIESP.




Ato continuo, os empresários de grande porte Rubens Menin (Grupo MRV Engenharia/CNN TV) e Helena Trajano (Grupo Magazine Luiza) engrossaram a fila com declarações de condenação dos juros reais.

Controlador do Grupo MRV, do Banco Inter, e da CNN Brasil, o empresário Rubens Menin, um dos mais influentes do Brasil, é mais um grande nome a se somar à posição do presidente Lula (PT) contra os juros altos. Atualmente, a taxa básica de juros - Selic - do Brasil mantida pelo Banco Central é de 13,75% ao ano.

À publicação Neofeed, Menin afirmou que os "juros altos são o cerne do problema brasileiro". "Em 1994, fizemos um pacto social. O Plano Real foi um pacto social. Mas nunca se pensou nos juros, só na moeda, em inflação. Acho que fomos muito lenientes no Brasil em relação aos juros. Com isso, de fato, nunca atacamos o problema de frente. Em 2001, o Jim O'Neil (economista britânico) criou o termo dos BRICS e ele estava certo, o Brasil tem um potencial enorme, é um país continental. Só que ele esqueceu dos juros. Não consegue ter crescimento sem ter juros baixos. O Brasil, as empresas, as famílias e os governos são sacrificados pelas altas taxas de juros. Tem uma heresia que eu brinco que é a de que os juros compostos são as armas mais poderosas do universo. E, de fato, são. O pessoal não olha muito, mas uma empresa, para fazer investimento, é juros; para fazer uma PPP, uma concessão, para fazer uma rodovia, é juros; quando fala competitividade, é juros. Tudo no Brasil é muito mais caro por conta dos juros. Os juros altos são o cerne do problema brasileiro".

"Me incomoda muito essa conversa unilateral de 'ah, meu objetivo é a inflação'. Não, o objetivo tem de ser inflação e juros. 'Ah, mas os juros são consequência'. É consequência, mas tem de ser discutido o efeito danoso é maior ou igual do que a alta da inflação", disse.

Segundo Rubens Menin, o Brasil precisa tratar dos juros como se estivesse tratando de uma guerra. "Você pode até combater a inflação. Mas controlou a inflação com aumento de juros e lá na frente tem a economia tão combalida que vai ter outro problema maior. Tem de ser uma conversa muito clara e transparente envolvendo toda a sociedade".

O empresário afirmou ainda que "se resolvermos essa questão dos juros, ninguém segura o Brasil". "Temos um agronegócio maravilhoso, uma matriz energética sensacional, um mercado interno grande, uma infraestrutura enorme para ser construída, pode aproveitar essa tendência mundial do resource. Vamos resolver esse problema dos juros que o Brasil mata a pau!".

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano, que também é presidente do Grupo Mulheres do Brasil, defendeu o equilíbrio fiscal para consolidar a forte retomada do setor. "Juros altos não gera renda, nem crédito, nem emprego e muito menos consumo. O consumidor precisa de crédito. O varejo é o maior empregador do Brasil e precisamos manter o protagonismo na economia".

"Um país como o nosso só tem duas coisas a fazer: dar renda e crédito. Agora, com um juro que não baixou, não vai ter crédito para ninguém", disse Trajano ao lembrar que o varejo só fica atrás do próprio governo na geração de emprego.

Para Ricardo Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), "desde o advento do Plano Real, há quase 29 anos, em julho de 1994, quando nossa moeda passou a ser mais estável e vencemos o fantasma da inflação corrosiva, temos enfrentado, de modo paradoxal, juros muito elevados, não só os básicos, como os referentes aos empréstimos no mercado financeiro. As causas do problema são polêmicas e objeto de distintas explicações: insegurança jurídica; carga de tributos sobre as operações creditícias, dificuldade de retomada dos bens em garantia; histórico de inadimplência; desequilíbrio fiscal do setor público; e concentração bancária, dentre outros fatores".

Ele acrescenta: "Independentemente dos motivos e das discussões e teses sobre a questão, é necessário que as taxas no Brasil sejam mais alinhadas às de outros países com características semelhantes e até mesmo alguns que têm fundamentos econômicos piores do que os nossos. Afinal, estamos diante de um fator que freia o nível de atividade, pois é inibidor dos investimentos, prejudicial aos setores produtivos e desestimulante do consumo. Por isso, a retomada consistente do crescimento do PIB demanda juros estruturalmente compatíveis com a taxa de retorno dos investimentos produtivos. Este é um desafio crucial que temos pela frente".

## "Nenhum ser humano da Terra consegue explicar os juros atuais do Brasil"

Com a manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano decidida pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central, no dia 22 de março último, o Brasil continua na liderança absoluta do ranking mundial de juros reais. Em uma lista contendo 40 países, a taxa brasileira lidera com 6,94% ao ano, em um cálculo que considera o juro básico e o desconto da inflação esperada para os próximos 12 meses de acordo com o Boletim

Focus, divulgado por aquela autoridade monetária.

O levantamento foi feito pela Infinity Asset em parceria com a Money You. A segunda colocação pertence ao México, com 6,05%, seguido por Chile, com 4,92%. Entre os países listados no ranking, 16 deles têm juros reais positivos (taxa de juros maior do que a inflação). Os demais praticam juro real negativo (ou seja, inflação maior que a taxa nominal).

A questão dos juros elevados no Brasil não vem de hoje e tem sido um problema histórico a limitar a capacidade de crescimento da economia nacional.

**ARGENTINA: PRIMEIRA E ÚLTIMA POSIÇÃO AO MESMO TEMPO**

Na ponta oposta do ranking de juros, a Argentina registra uma taxa real negativa de 19,61%. No entanto, na lista com os mesmos países e considerando a taxa nominal (ou seja, sem desconto pela inflação), o país lidera com 78% ao ano. Nesta mesma comparação, o Brasil é o 2º da lista.

A taxa de juros nominal argentina, a Leliq, foi elevada no último dia 16. O fenômeno é resultado da disparada inflacionária no país. Em fevereiro, a alta de preços acumulada em 12 meses foi a 102,5%, a primeira vez que atingiu três dígitos desde um período de hiperinflação em 1991.

Apesar das tentativas do governo de limitar os preços no varejo, os preços seguem avançando na Argentina, impulsionados em parte por uma seca devastadora que está afetando a oferta de grãos e carne.

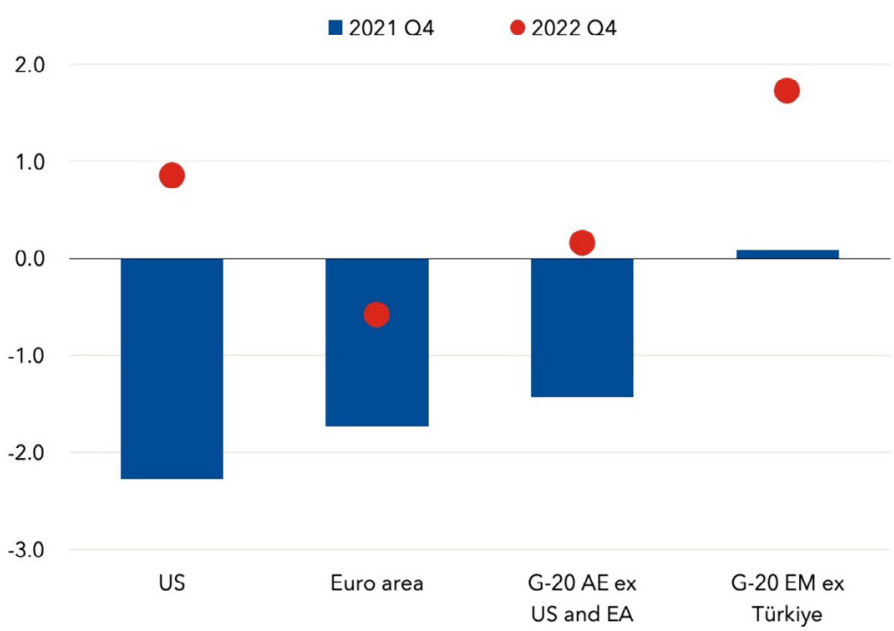
Nações, principalmente aquelas consideradas desenvolvidas, como Suécia e Espanha, praticam taxas negativas. Ou seja, o Brasil há muito está na contramão do mundo.

Assim, com a taxa básica de juros, a Selic, mantida em 13,75% ao ano, o Brasil continua detendo o maior pata-

**Real rates**

Real policy rates remain low in some countries and, in the euro area, negative.

(nominal policy rate minus 3-yr ahead CPI inflation; percent)




Sources: Consensus Forecast; Haver Analytics; IMF, World Economic Outlook January 2023 Update; and IMF staff calculations. Note: Aggregates are 2022 PPP GDP weighted averages. AE = Advanced economies. EA = Euro area.

IMF

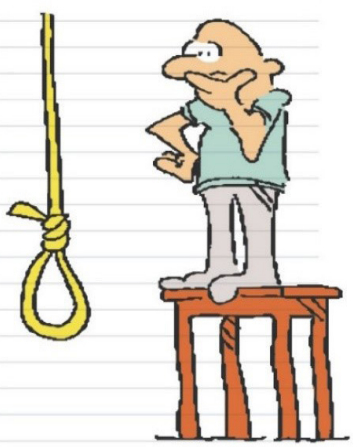
## Países com os maiores juros no mundo

Ranking considera taxa nominal, sem desconto da inflação, em 40 economias

Média Geral 6,98%

| | | |
|---|---|---|
| 1 | Argentina | 78,00% |
| 2 | BRASIL | 13,75% |
| 3 | Hungria | 13,00% |
| 4 | Colômbia | 12,75% |
| 5 | Chile | 11,25% |
| 6 | México | 11,00% |
| 7 | Turquia | 8,50% |
| 8 | Rússia | 7,50% |
| 9 | África do Sul | 7,25% |
| 10 | República Checa | 7,00% |
| 11 | Polônia | 6,75% |
| 12 | Filipinas | 6,00% |
| 13 | Indonésia | 5,75% |
| 14 | Índia | 5,40% |
| 15 | Hong Kong | 5,00% |
| 16 | Estados Unidos | 5,00% |
| 17 | Nova Zelândia | 4,75% |
| 18 | Canadá | 4,50% |
| 19 | Austrália | 3,60% |
| 20 | China | 4,35% |
| 21 | Israel | 4,25% |
| 22 | Reino Unido | 4,25% |
| 23 | Cingapura | 3,79% |
| 24 | Coreia do Sul | 3,50% |
| 25 | Alemanha | 3,50% |
| 26 | Áustria | 3,50% |
| 27 | Bélgica | 3,50% |
| 28 | Espanha | 3,50% |
| 29 | França | 3,50% |
| 30 | Grécia | 3,50% |
| 31 | Holanda | 3,50% |
| 32 | Itália | 3,50% |
| 33 | Portugal | 3,50% |
| 34 | Suécia | 3,00% |
| 35 | Malásia | 2,75% |
| 36 | Dinamarca | 2,60% |
| 37 | Taiwan | 1,75% |
| 38 | Tailândia | 1,63% |
| 39 | Japão | -0,10% |
| 40 | Suíça | -0,75% |

Fonte: Infinity Asset



mar de juro real do mundo, mesmo quando comparado a vizinhos, como Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. A decisão do Banco Central de manter a taxa neste patamar, na última quarta-feira, aumentou as críticas do presidente Lula à autoridade monetária. Ele afirmou que "nenhum ser humano da Terra" explica os juros atuais do Brasil.

De acordo com levantamento da Infinity Asset, a taxa de juro real no Brasil, resultado da taxa Selic descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses, é de 6,94%. Em segundo lugar no ranking, aparece o México, com 6,05%, e depois o Chile, com 4,92%. Vale mencionar que os Estados Unidos têm taxa de juro real de 0,36%. Em termos nominais, sem descontar a inflação, somente a Argentina tem taxa de juros maior que os 13,75% do Brasil. No país vizinho, acossado pela disparada dos preços, a taxa é de 78% ao ano.

Analistas apontam, entre as justificativas, que o Brasil começou o ciclo de alta de juros antes que os outros países, também atingidos por uma inflação global em decorrência da pandemia e da guerra na Ucrânia.

O país conseguiu reduzir a inflação com o corte de impostos sobre os combustíveis no ano passado, mas o Banco Central ainda vê pressões inflacionárias na economia. Já outros países tiveram impacto maior na inflação da alta dos preços de petróleo e energia.

Em relação particularmente a países ricos, como Suíça, Alemanha e Estados Unidos, a diferença é uma questão de credibilidade, observam os especialistas. Enquanto as economias desenvolvidas têm maior estabilidade, o Brasil apresenta maior risco fiscal e, por isso, precisa oferecer juros maiores para atrair capital estrangeiro.

**TAXAS NEGATIVAS**

Países como Japão, Suécia, Portugal e Espanha têm taxas negativas de 1,54%, 4,03%, 4,34% e 4,78%, respectivamente. Isso significa que a taxa de juros vigente é inferior ao índice de variação de preços. Títulos públicos, por exemplo, têm rendimento insuficiente para sequer cobrir a inflação.

Economista-Chefe na Infinity Asset Management, Jason Vieira prevê que o início do ciclo de corte de juros no Brasil só comece no último trimestre do ano, apesar de o Banco Central ter dado início à subida da taxa antes e de forma mais rápida que outros países. Em apenas 15 meses, a Selic saiu de 2% para 13,75%.

**MAS VAMOS AOS FATOS.**

Após a 5ª manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano pelo Bacen no dia 22 de março último, é a seguinte a posição do Brasil, de acordo com dados da Infinity Assets:

- Com 13,75% ao ano, a Selic brasileira é a 2ª maior taxa de juros nominal do mundo, perdendo apenas para a Argentina, que era de 78% ao ano (para uma taxa de inflação de cerca de 100%). A média mundial situa-se em 6,98% ao ano.

- Com 6,94% ao ano, o Brasil é 1º lugar como a maior taxa real de juros do mundo – cuja média global é negativa em 1,92% ao ano. Cabe salientar que já por longos e vários anos o Brasil tem sido campeão absoluto nesta categoria.

Nos Estados Unidos, mesmo com uma inflação em torno de 7% nestes dois últimos anos, foi apenas recentemente que o Federal Reserve Bank elevou a taxa Fed Funds para o intervalo de 4,75% a 5,0% ao ano – o que significa que lá as taxas de juros reais ainda continuam negativas.

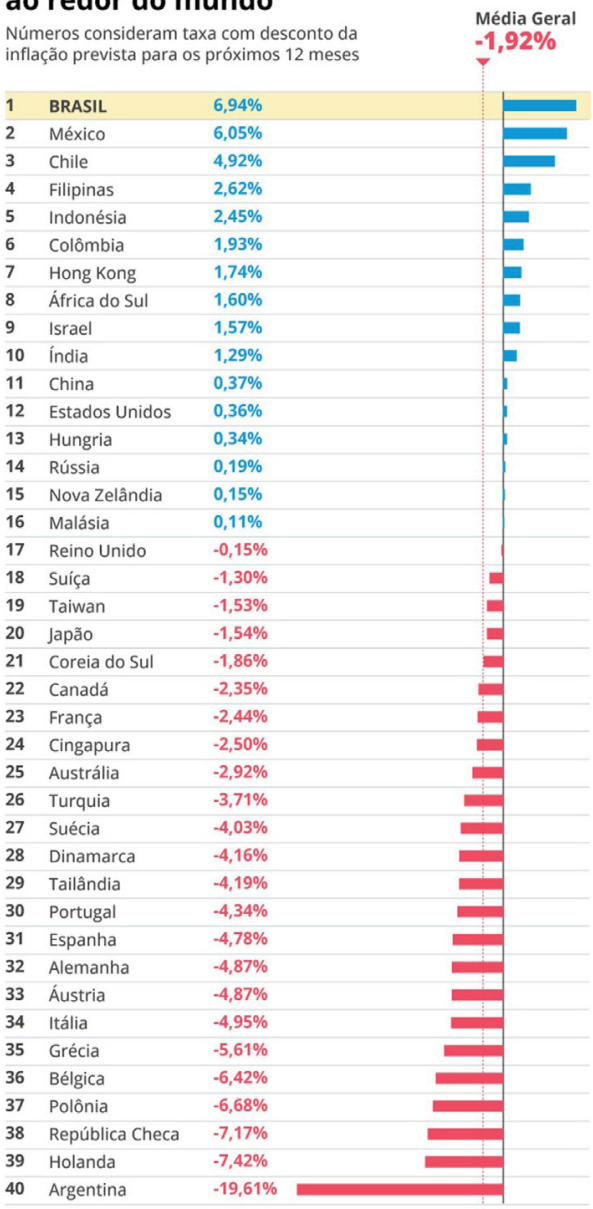
Desde 2001 e até atualmente, nos Estados Unidos mantiveram uma política de taxa de juros reais durante apenas quatro anos: 2001, 2005, 2006 e 2007 – sendo que a maior delas, ocorrida nesse período, foi de 2,25% reais ao ano. Na história econômica norte-americana há apenas um registro de taxa de juros nominais superior a 18% - e isso foi verificado e ocorreu em 1980, quando de fato, as taxas reais alcançaram 5,5% ao ano. Inexiste nenhuma outra situação anterior que os níveis de juros reais na economia norte-americana tenham sido praticados acima de 5,5% ao ano!

Durante dez anos seguidos, após a crise financeira mundial de 2008, os juros básicos do país norte-americano mantiveram-se estáveis, nos níveis de apenas 0,25% ao ano – significando o abandono da prática de uma política monetária de taxas reais de juros adotada nos anos anteriores. O mesmo aconteceu em relação aos países da Europa e persiste nos tempos atuais. No Japão, esse procedimento vem sendo adotado há mais de 30 anos, salientando que, nesse país, a dívida pública alcança, presentemente, 262% do PIB.

As perspectivas e projeções, principalmente do mercado financeiro, apon-

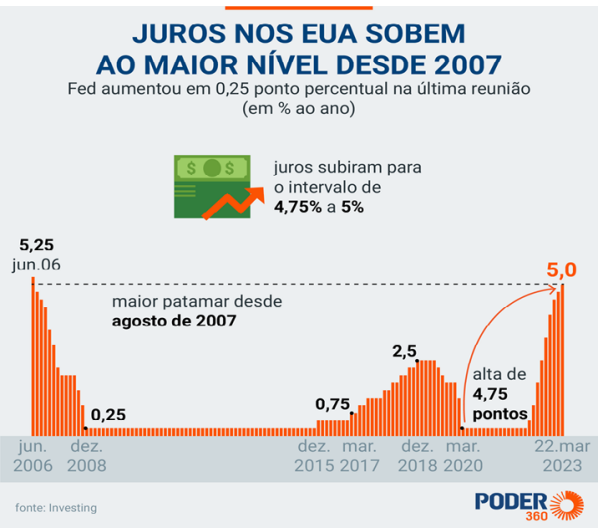
**Projeção de juro real ao redor do mundo**

Números consideram taxa com desconto da inflação prevista para os próximos 12 meses




Fonte: Infinity Asset

tam que ainda por um bom período de tempo as taxas de juros básicas da economia brasileira continuarão elevadas, como sugere o Relatório Focus do Banco Central de 20 de abril último: para 2024 estima-se uma Selic de 10,00% e uma inflação de 4,18%; para 2025, espera-se uma Selic de 9,00% e inflação de 4,00% e, para 2026, a expectativa é que se tenha uma Selic de 8,75% para uma inflação de 8,75%.




**U.S. Inflation Rate History and Forecast**

The best way to compare inflation rates is to use the end-of-year consumer price index (CPI), which creates an image of a specific point in time.

The table below compares the inflation rate (December end-of-year) with the fed funds rate, the phase of the business cycle, and the significant events influencing inflation. A more detailed forecast is in the U.S. Economic Outlook.

| YEAR | INFLATION RATE YOY[4] | FED FUNDS RATE[a,5] | BUSINESS CYCLE (GDP GROWTH)[67] | EVENTS AFFECTING INFLATION[8] |
|---|---|---|---|---|
| 2001 | 1.6% | **1.75%** | March peak, Nov. trough (1.0%) | Bush tax cut, 9/11 attacks |
| 2002 | 2.4% | 1.25% | Expansion (1.7%) | War on Terror |
| 2003 | 1.9% | 1.00% | Expansion (2.9%) | JGTRRA |
| 2004 | 3.3% | 2.25% | Expansion (3.8%) | |
| 2005 | 3.4% | **4.25%** | Expansion (3.5%) | Katrina, Bankruptcy Act |
| 2006 | 2.5% | **5.25%** | Expansion (2.9%) | |
| 2007 | 4.1% | **4.25%** | Dec peak (1.9%) | Bank crisis |
| 2008 | 0.1% | 0.25% | Contraction (-0.1%) | Financial crisis |
| 2009 | 2.7% | 0.25% | June trough (-2.5%) | ARRA |
| 2010 | 1.5% | 0.25% | Expansion (2.6%) | ACA, Dodd-Frank Act |
| 2011 | 3.0% | 0.25% | Expansion (1.6%) | Debt ceiling crisis |
| 2012 | 1.7% | 0.25% | Expansion (2.2%) | |
| 2013 | 1.5% | 0.25% | Expansion (1.8%) | Government shutdown. Sequestration |
| 2014 | 0.8% | 0.25% | Expansion (2.5%) | QE ends |
| 2015 | 0.7% | 0.50% | Expansion (3.1%) | Deflation in oil and gas prices |
| 2016 | 2.1% | 0.75% | Expansion (1.7%) | |
| 2017 | 2.1% | 1.50% | Expansion (2.3%) | |
| 2018 | 1.9% | 2.50% | Expansion (3.0%) | |
| 2019 | 2.3% | 1.75% | Expansion (2.2%) | |
| 2020 | 1.4% | 0.25% | Contraction (-3.4%) | COVID-19 |
| 2021 | 7.0% | 0.25% | Expansion (5.9%) | COVID-19 |
| 2022 | 6.5% | 4.25% | Expansion (2.1%) | |

**Top of the range for the targeted fed funds rate.*
*Fonte: Kimberly Amadeo - US Inflation Rate by Year From 1929 to 2023*
*How Bad Is Inflation? Past, Present, Future.*
*++++The U.S. National Archives and Records Administration*

# Nem tudo é SELIC

Existe a taxa de juros SELIC divulgada periodicamente pelo Banco Central, que se destina às operações de mercado de curto prazo, ou seja: é uma taxa de referência para um dia e que se situa, atualmente, em 13,75% ao ano.

A outra taxa de juros é a de longo prazo negociada, pelo Banco Central, com grandes investidores, que no acumulado dos doze meses até março de 2023 foi de 11,10% ao ano. Sendo de 11,06% ao ano para a dívida interna em poder do mercado, e 12,08% ao ano para a dívida externa.

Em síntese, no acumulado dos últimos doze meses, até março de 2023, os investidores estão tendo um ganho real acima da inflação de 6,45% ao ano em seus investimentos no Brasil.

## CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL – DPF

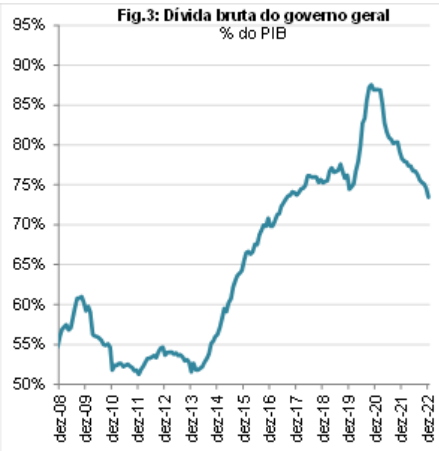
O custo médio acumulado nos últimos doze meses da DPF apresentou aumento, passando de 10,86%

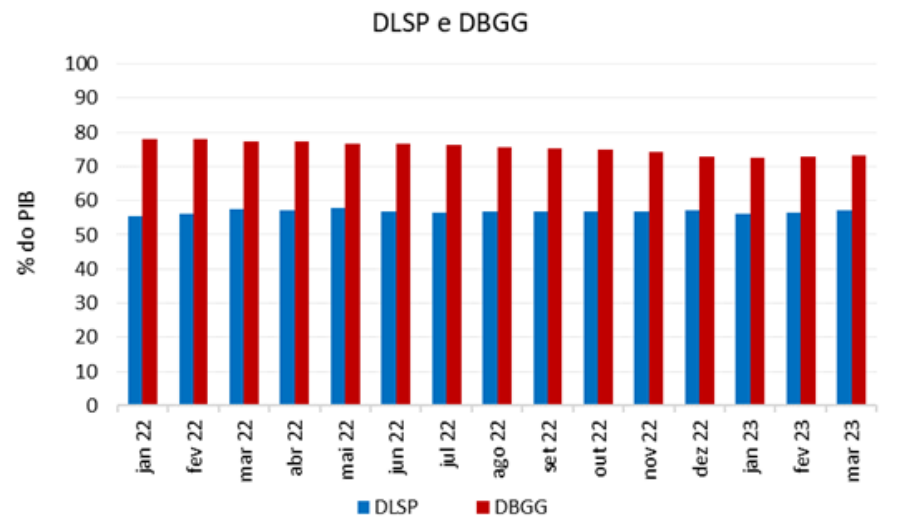
**Focus** | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO — 20 de abril de 2023

| | 2023 | | | | 2024 | | | | 2025 | | 2026 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal* | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal* | Hoje | Comp. semanal* | Hoje | Comp. semanal* |
| IPCA (%) | 5,93 | 6,01 | **6,04** | ▲ (4) | 4,13 | 4,18 | **4,18** | = (1) | 4,00 | = (4) | 4,00 | = (5) |
| PIB (var. %) | 0,90 | 0,90 | **0,96** | ▲ (1) | 1,40 | 1,40 | **1,41** | ▲ (1) | 1,70 | ▼ (3) | 1,80 | = (3) |
| CÂMBIO (R$/US$) | 5,25 | 5,24 | **5,20** | ▼ (2) | 5,30 | 5,26 | **5,25** | ▼ (3) | 5,30 | = (18) | 5,32 | ▼ (1) |
| SELIC (% a.a.) | 12,75 | 12,50 | **12,50** | = (1) | 10,00 | 10,00 | **10,00** | = (10) | 9,00 | = (11) | 8,75 | = (3) |

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior





**BRASIL – DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO** (União, Estados e Municípios) 2001/2021 - Em %

| Ano | Líquida | Bruta |
|---|---|---|
| 2001 | 50,22 | 67,33 |
| 2002 | 59,18 | 76,10 |
| 2003 | 53,15 | 71,51 |
| 2004 | 48,88 | 68,03 |
| 2005 | 46,19 | 66,97 |
| 2006 | 46,49 | 55,48 |
| 2007 | 44,55 | 56,72 |
| 2008 | 37,57 | 56,98 |
| 2009 | 40,88 | 59,21 |
| 2010 | 37,98 | 51,77 |
| 2011 | 34,47 | 51,27 |
| 2012 | 32,19 | 53,67 |
| 2013 | 30,50 | 51,54 |
| 2014 | 32,59 | 56,28 |
| 2015 | 35,64 | 65,51 |
| 2016 | 46,15 | 69,84 |
| 2017 | 51,37 | 73,37 |
| 2018 | 52,77 | 75,30 |
| 2019 | 54,70 | 74,44 |
| 2020 | 61,37 | 88,59 |
| 2021 | 55,82 | 78,29 |
| 2022 | 57,52 | 73,45 |

Fonte: Banco Central/MinasPart Desenvolvimento

ao ano, em fevereiro, para 11,10% em março.

O custo médio acumulado em doze meses da Dívida Pública Mobiliária Interna diminuiu de 11,07% ao ano em fevereiro, para 11,06% ao ano em março.

Com relação à Dívida Pública Federal Externa, este indicador registrou aumento, passando de 5,99% ao ano para 12,08% ao ano, devido, principalmente, à depreciação do dólar em relação ao real de 2,45% ocorrida em março de 2023, contra a depreciação de 7,81% ocorrida no mesmo período do ano anterior

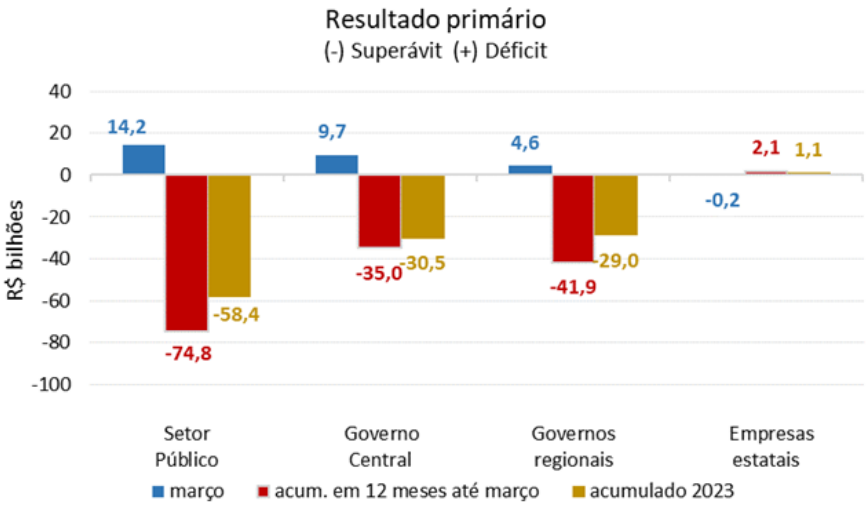
O Regime de Metas de Inflação implantando no Brasil em 1999 tem raízes ma tese monetária de Milton Friedman de que políticas monetárias expansionistas desancoram expectativas futuras de aumento de preços e aceleram a inflação.

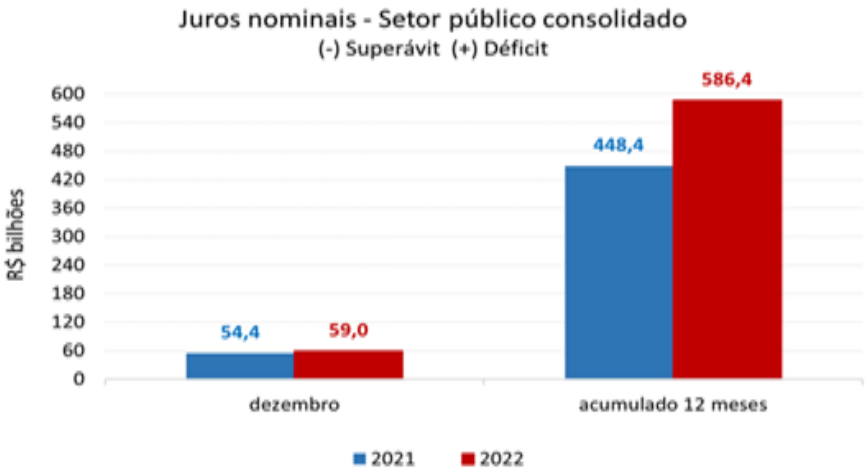
Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A DLSP atingiu 57,2% do PIB (R$ 5,8 trilhões) em março, elevando-se 0,5 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 p.p.), da valorização cambial de 2,4% no mês (aumento de 0,3 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (redução de 0,4 p.p.), e do efeito da variação do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.). No ano, o aumento de 0,1 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu dos juros nominais apropriados (aumento de

1,8 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 3,3% (aumento de 0,3 p.p.), do crescimento do PIB nominal (redução de 1,2 p.p.), do superávit primário (redução de 0,6 p.p.), e do ajuste de paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (redução de 0,3 p.p.).

A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 73,0% do PIB (R$ 7,392,9 bilhões), elevando-se 0,1 p.p. em relação ao mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, de juros nominais apropriados (aumento de 0,8 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (redução de 0,3 p.p.), e do efeito da variação do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.). No ano, o crescimento de 0,2 p.p. na relação DBGG/PIB resultou, em especial, dos juros nominais apropriados (aumento de 2,1 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (redução de 1,5 p.p.), e dos resgates líquidos de dívida (redução de 0,3 p.p.).




## RESULTADOS FISCAIS

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o Setor Público Consolidado registrou déficit primário de R$ 14,2 bilhões em março, ante superávit de R$ 4,3 bilhões no mesmo mês de 2022. No governo central e nos governos regionais houve déficits, na ordem, de R$ 9,7 bilhões, e R$4,6 bilhões, enquanto as empresas estatais registraram superávit de R$ 154,0 milhões. Nos últimos doze meses, até março, o setor público consolidado obteve superávit de R$ 74,8 bilhões, equivalente a 0,74% do PIB, e 0,19 p.p. inferior ao superávit acumulado até fevereiro.

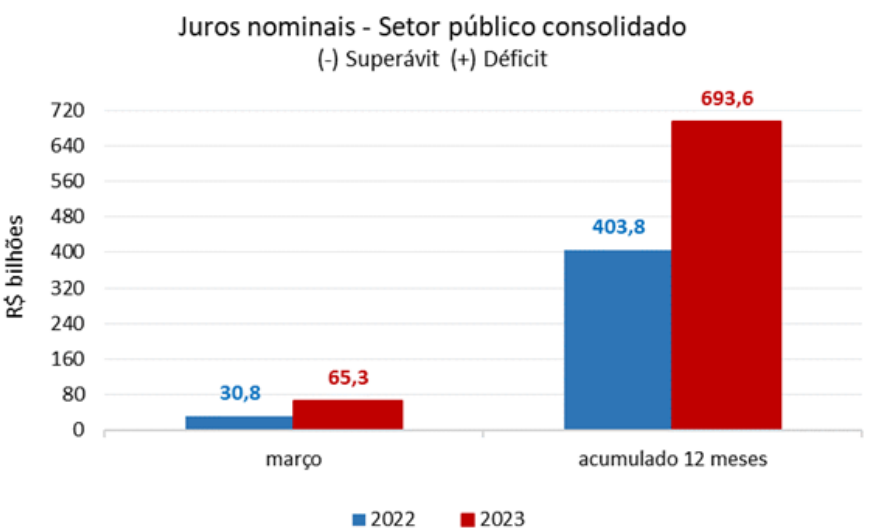
O resultado nominal do Setor Público Consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$ 79,5 bilhões em março. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R$ 618,9 bilhões (6,11% do PIB), elevando-se 0,49 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado até fevereiro.

De acordo com André Nassif – professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense – em artigo intitulado "Os erros do Banco Central – publicado pelo Valor em 30 de março de 2023, "é curioso que as expectativas são captadas pelas respostas a questionário (o Focus) que o Banco Central apresenta aos consultores das instituições financeiras e não aos formadores de preços. De todo modo, a questão nem é tanto de ordem empírica ou moral: o problema é teórico. Mesmo que o questionário incluísse famílias, empresas, sindicatos etc. o BC, ao conferir peso quase exclusivo à discrepância entre as expectativas e a meta de inflação, em detrimento do comportamento corrente de variáveis econômicas relevantes, como o PIB efetivo, desemprego e inflação observada, prefere depositar fé cega na capacidade de os agentes anteverem o valor efetivo das variáveis econômicas. E o pior: o BC crê que os agentes são munidos de expectavas racionais.

André Nassif cita, no mesmo artigo, o erro da atual política monetária do BC, sob a gestão de Roberto Campos Neto: "alegando premência de ancorar expectativas futuras de inflação, desde 2021 o COPOM aumentou muito, a taxa Selic (de 2 para 13,75%) – algo sem equivalência em outros países. Além de contraproducente, posto que a inflação atual no Brasil e no mundo resulta principalmente de choques de oferta, não de excesso de demanda, a gestão monetária do BC mostra-se pouco sensível aos impactos adversos de tamanho aperto monetário não apenas sobre o emprego e a estabilidade financeira, mas também sobre a trajetória da dívida pública".

Ele acrescenta: "O aumento expressivo da taxa básica amplia as despesas do Tesouro com pagamento de juros, sobretudo por conta dos títulos públicos atrelados à Selic (quase 40% do estoque total). Ao fazer crescer a relação dívida bruta/PIB, a política monetária contracionista deteriora ainda mais as próprias expectativas. Com isso, a autoridade monetária reverte a suposta casualidade de expectativas-juros para juros-expectativas, já que é a piora das expectativas, alimentada pelo próprio BC, que passar a depender das taxas de juros, e não o contrário".

Para o economista André Lara Resende – um dos autores do Plano Real, é no mínimo considerado estranho que o sistema financeiro sempre pressione pela alta dos juros. Segundo ele, "pode tratar-se, muitas vezes, de advocacia em causa própria, lobby, na melhor das hipóteses um caso de conflito de interesse, qualquer coisa, menos um argumento racional com sustentação teórica e evidência empírica."




O presidente Juscelino Kubitschek, já à sua época, entendia que o problema brasileiro era de crescimento e não de estabilidade, de que não se poderia aplicar remédios adequados à velhice 'para resolver problema de puberdade'

Nos tempos atuais, o que se constata é que a prática de taxas reais de juros elevadas, como as que ocorrem no Brasil, elas são absolutamente incompatíveis com taxas de crescimento da economia de forma contínua, vigorosa e consistente. Na verdade, são antagônicas e adversárias ao desenvolvimento do país!

A pergunta que ainda insisto fazer continua sendo: será que só o Brasil está certo na sua política monetária e a maioria dos outros países do mundo é que está errada?

O montante dos juros nominais do Setor Público Consolidado, apropriados por competência, somou R$ 65,3 bilhões em março

de 2023, comparados a R$ 30,8 bilhões em março de 2022. Contribuiu para esse aumento o resultado das operações de swap cambial (ganhos de R$ 40,3 bilhões em março de 2022 e de R$ 11,7 bilhões em março de 2023). No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R$ 693,6 bilhões (6,85% do PIB) em março de 2023, comparativamente a R$ 403,8 bilhões (4,46% do PIB) nos doze meses até março de 2022.

As estatísticas que relato a seguir, no meu ponto de vista, são absolutamente alarmantes e merecem uma profunda reflexão.

- Em 2021, o Setor Público Consolidado brasileiro (União, Estados e Municípios) gastou, a títulos de pagamento de juros nominais sobre a dívida pública, o montante de R$ 448 bilhões – equivalente a US$ 82 bilhões - o que representou 5,0% do PIB – Produto Interno Bruto;

- Em 2022, esse gasto atingiu R$ 586 bilhões – equivalentes a US$ 113 bilhões e a 5,9% do PIB;

- Já em 2023, no período de 12 meses acumulados até março deste ano, o total de gastos atingiu R$ 693,6 bilhões (6,85% do PIB) em março de 2023, comparativamente a R$ 403,8 bilhões (4,46% do PIB) nos doze meses até março de 2022. As previsões são de que, no acumulado do ano de 2023, somarão mais de R$ 900 bilhões e serão superiores a US$ 180 bilhões – representando 8,8% do PIB e, caso se concretize, esse fato poderá ser considerado um recorde da história econômica do país.

- No acumulado destes últimos 28 anos – ou seja, de 1995 a 2022, o Brasil pagou US$ 2,315 trilhões a título de juros nominais sobre a sua Dívida Pública Consolidada. Nesse período, o maior dispêndio verificado desta rubrica ocorreu durante o mandato de 6 anos de Dilma Rousseff – com gastos anuais médios de US$ 114 bilhões no referido período.

- O dispêndio verificado nestes últimos 28 anos representa mais do que todo o PIB estimado para o País neste ano de 2023. Imagine se ¼ desse valor – ou seja, US$ 579 bilhões, tivesse sido destinado a investimentos em infraestrutura, saneamento, ensino técnico, saúde etc? Com toda a certeza, o país hoje seria outro, bem melhor e mais diferente!

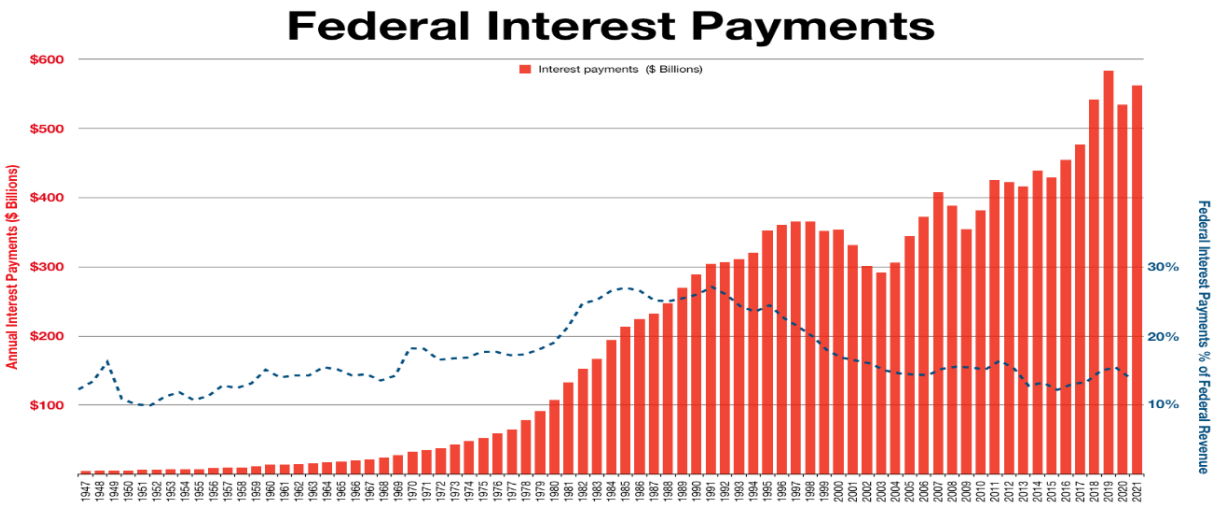
- Em 2021, os juros nominais sobre a dívida pública federal brasileira e os pagamentos de amortizações sobre a mesma consumiram 50,78% de todo o Orçamento Federal executado.

- Para efeitos comparativos, em 2022, a dívida pública norte-americana era de US$ 31,5 trilhões, equivalente a 121% do PIB do país - o que resultou em despesas de juros da ordem de US$ 700 bilhões naquele ano.

- Já a dívida pública brasileira totalizava, no mesmo período, US$ 1,4 trilhão, equivalente a 73% do PIB nacional resultando despesas de juros de US$ 113 bilhões.

- Em síntese, a dívida pública norte-americana era cerca de 22 vezes superior à brasileira. No entanto o país dispendeu, com despesas de pagamento de juros, apenas 6 vezes mais do que o Brasil gastou com o mesmo tipo de despesa.

# ESTADOS UNIDOS - Pagamento de Juros sobre a Dívida Pública




Fonte: The U.S. National Archives and Record Administration

## Taxas de juros negativas

Desde 2010, o Tesouro dos Estados Unidos tem obtido taxas de juros negativas no pagamento das despesas com a dívida pública, significando com isso que a taxa de inflação é maior do que a taxa de juros incidentes sobre a dívida. Tais taxas, consideradas baixas, superadas pela taxa de inflação, ocorrem quando o mercado acredita que não existem alternativas suficientemente com baixo risco, ou quando, investimentos institucionais oriundos de seguradoras, fundos de pensão, mercado financeiros e outros são obrigados ou optam por investir vultuosas quantias em títulos do Tesouro, como garantia a eventuais riscos. O economista Lawrence Summers, ex-Secretário do Tesouro americano afirma que tais taxas de juros baixas em que o governo paga, atualmente, por sua dívida

pública, promove uma redução da carga tributária e melhora a credibilidade do sistema.

Não há registro na história da política monetária dos Estados Unidos da América de taxa real de juros praticadas pelo Federal Reserve Bank acima de 5,5% ao ano. No Brasil, desde 1999 quando foi instituído o Regime de Metas de Inflação, com o estabelecimento da taxa básica de juros – Selic – pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central – esse patamar de juros reais de 5,5% ao ano já foi superado 11 vezes, chegando a atingir 12,73% em 2005. Em termos nominais, chegou a atingir 25% ao ano no final de 2002 e, por dezessete vezes desde que foi instituída, foi superior a 10% ao ano.

Desde 2010, após a Crise Financeira ocorrida no ano anterior, os Estados Unidos e parcela significativa dos países considerados desenvolvidos abandonaram a prática de juros básicos reais positivos e passaram a adotar uma política de remuneração negativa.

O Brasil continuou mantendo a mesma sistemática anterior de juros reais, isto é, acima das taxas de inflação corrente– exceção verificada apenas nos anos de 2020 e 2021, sendo aceleradamente retomada novamente em 2022, o que possibilitou ao país recuperar a posição de líder mundial da taxa real de juros mundial mais elevada.

Segundo dados do FMI – Fundo Monetário Internacional, no período de 2009 a 2022, enquanto o PIB norte-americano registrou expansão acumulada

de 26,2%, no Brasil esse crescimento ficou em modestos 18,8% - muito pouco para um país considerado emergente.

No mesmo período, enquanto a remuneração real dos títulos Fed Funds do governo norte-americano contabilizou rendimentos reais negativos de 18,1%, no Brasil a Selic ofereceu ganhos reais acumulados a seus investidores – isto é, já descontada a inflação, de 54,0%.

***"Os juros altos atrapalham o crescimento econômico, porque se torna mais vantajoso para as empresas emprestar dinheiro ao governo do que tomar crédito emprestado para ampliar a produção, comprar novas máquinas e equipamentos ou contratar mais funcionários.***

***Se não tem investimento produtivo, a economia não cresce, porque investir em títulos da dívida não faz a economia crescer. O que gera emprego, o que gera renda, o que gera salário, o que gera, inclusive, lucros para o setor privado são investimentos na economia real. Em negócios, portanto". (Economista Eduardo Fayet)***

## Juros na contramão

De acordo com Fernando Valente Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) – "os juros elevados apenam duplamente a sociedade: de um lado, onerando demasiadamente o "preço" do dinheiro. Esse fator reflete-se, por exemplo, na perda de competitividade das empresas perante a concorrência internacional; e, de outro, consumindo recursos orçamentários do setor público, em detrimento de áreas prioritárias.

A verdade é que a questão dos juros elevados não vem de hoje e tem sido um problema histórico a limitar a capacidade de crescimento da economia nacional.

São necessárias, ainda, reformas no sistema, com menores níveis de compulsórios, por exemplo, liberando, assim, mais capital para a produção. O fato é que o custo do capital no Brasil, sem soluções malfadadas de heterodoxia, exige uma força-tarefa especial de nossas autoridades e economistas para desatar esse nó que drena recursos e energia da sociedade e inibe, dentre outros fatores, o aumento do potencial de crescimento de nosso país".

Não se pode esperar mais, até mesmo porque taxa de juros não é o único componente para o exercício de uma política monetária eficaz e saudável. O Brasil, ao longo de todo esse tempo, lembra muito o período do presidente Antonio Salazar (1932-1968) à frente da nação portuguesa, quando, não obstante desfrutar de uma excepcional estabilidade e equilíbrio das contas públicas, câmbio sob controle e gastos plenamente administrados, Portugal simplesmente não conseguia crescer transformando-se, ato contínuo, numa das economias mais raquíticas, pobres e frágeis de todo o continente europeu.

Segundo dados do Banco Central, de 1995 a 2022, o Brasil já gastou, a título de despesas de juros nominais sobre a sua dívida pública a impressionante cifra de US$ 2,32 trilhões – o equivalente a mais de uma vez o PIB – Produto Interno Bruto do país (a soma de todos os bens e serviços produzidos) e que totalizou, no ano de 2022, US$ 1,92 trilhão. Somente durante os últimos dez anos, essa despesa consumiu US$ 1,10 trilhão dos cofres públicos e tudo indica, se nada foi feito para reverter, só vai piorar: as estimativas apontam que no primeiro ano do mandato de Lula o país deverá gastar US$ 185,2 bilhões, batendo todos os recordes da série histórica iniciada em 1995. Imagine se ¼ dessa despesa pudesse ter sido usada e aplicada em infraestrutura básica, saneamento e estradas principalmente. Com toda a certeza, o Brasil de hoje seria absolutamente diferente e melhor!

O governo campeão em gastos com juros nominais sobre a dívida pública bruta foi o da presidente Dilma Rousseff que, em seis anos, totalizou pagamentos de US$ 773,81 bilhões – o que corresponde a uma média anual de US$ 128,97 bilhões.

## QUANTO O BRASIL PAGOU DE JUROS NOMINAIS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA - PERÍODO DE 1995 A 2019

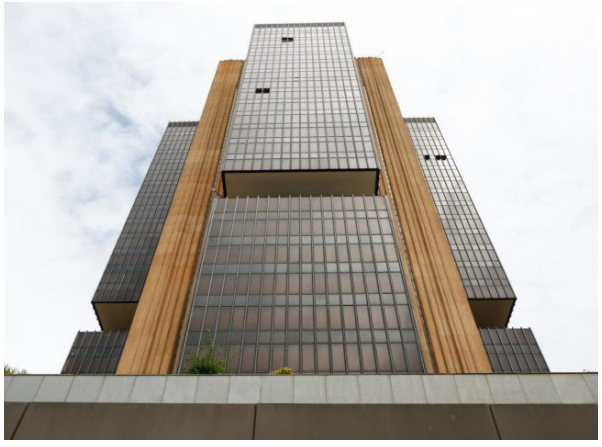
| Governo | US$ bilhões Total | Média Anual |
|---|---|---|
| Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002 | 362,14 | 45,27 |
| Luis Inácio Lula da Silva – 2003/2010 | 600,56 | 75,07 |
| Dilma Rousseff – 2011/2016 | 773,81 | 128.97 |
| Michel Temer – 2017/2018 | 228,87 | 114,44 |
| Jair Bolsonaro – 2019/2022 | 349,90 | 87,48 |
| **Total** | **2.315,28** | |

Fonte: Banco Central do Brasil – MinasPart Desenvolvimento

Esse exagerado volume de recursos gastos no pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira decorre, principalmente, da nefasta e equivocada política monetária adotada pelos governantes do país durante parte significativa de quase todo esse período, o qual também ficou conhecido como um dos períodos de menores níveis de investimentos públicos já praticados acoplados a crescimentos medíocres ou de queda do PIB. Em ritmo muito inferior à média global e bastante distante dos países considerados emergentes ou em desenvolvimento, categoria da qual faz parte.

Há de se destacar de outro lado que, durante boa parte desse período, a política monetária brasileira atuou praticamente na contramão do resto do mundo, que implementou uma das menores taxas de juros e, em muitos casos, de forma negativa – quando comparadas às suas respectivas inflações.

Considero que a redução das taxas de juros praticadas no Brasil, em patamares que possam ser considerados condizentes, deve até ser mesmo entendida como uma questão de segurança nacional.



Não se pode esperar mais, até mesmo porque taxa de juros não é o único ingrediente de promoção de uma política monetária eficaz e saudável, principalmente no combate à inflação. Além do que, a maior dos países e principalmente os desenvolvidos, já abandonou essa receita, desde o final da crise financeira de 2009 e veem praticando uma política de juros negativos, como já foi aqui abordado anteriormente.

Em artigo publicado no Valor Econômico de 13 de janeiro de 2017, o renomado economista André Lara Resende destacou:

"As altíssimas taxas brasileiras ficaram ainda mais difíceis de serem explicadas diante da profunda recessão dos últimos dois anos. Como é possível que depois de dois anos seguidos de queda do PIB, de aumento do desemprego, que já passa de 12% da força de trabalho, a taxa de juro no Brasil continue tão alta, enquanto no mundo desenvolvido os juros estão excepcionalmente baixos? Há quase uma década, nos Estados Unidos e na Europa, e há três décadas no Japão, os juros estão muito próximos de zero, ou até mesmo negativos, mas no Brasil a taxa nominal é de dois dígitos e taxa real continua acima de 7% ao ano".

O raciocínio de André Lara Resende é absolutamente límpido, claro, aritmético e verdadeiro. Ele arremata: "O Banco Central do Brasil tem quadros competentes, suas diretorias foram sempre ocupadas pelos melhores profissionais, mesmo durante os governos mais economicamente irresponsáveis, e tem cumprido o seu papel de defensor da estabilidade monetária.

Tenho plena consciência da importância da autonomia do Banco Central. Por isso mesmo, sempre evitei me manifestar diretamente sobre questões monetárias conjunturais. Abro uma exceção. Suponha o caso de um paciente com doença crônica para a qual se administra um remédio há décadas. Há unanimidade médica de que, no caso desse paciente, a doença é resistente. Doses maciças vêm sendo receitadas sem resultado. Os efeitos secundários negativos são graves, debilitam e impedem a recuperação do paciente, que agora se encontra na UTI. Novos estudos, ainda que preliminares, questionam a eficácia do remédio. Pergunta: deve-se continuar a ministrar as doses maciças de remédio ou reduzir rapidamente a dosagem? Parece-me questão de bom-senso.

Pode-se perceber, claramente, os equívocos trazidos em relação ao conceito de que juros baixos estimulam a inflação, enquanto que juros altos funcionam para reduzi-la, predominante na política monetária adotada pelo Brasil ao longo das últimas décadas."

Lara Resende, em entrevista concedida ao O Estado de S. Paulo, em 31 de março de 2021, afirmou: "quanto ao nível excessivamente alto dos juros, tenho dúvida de que ele é causado pelo déficit fiscal ou se não é o inverso: os juros altos causam o déficit. O que se sabe hoje é que as políticas monetárias e fiscal não são independentes,

precisam ser coordenadas, porque são as duas faces da mesma moeda".

Em outra entrevista anterior, concedida ao Estado de São Paulo – em 25.11.2020, ele disse:

"Em várias ocasiões na história, sobretudo depois de guerras ou catástrofes, inúmeros países tiveram dívidas superiores ao PIB. Hoje, Japão, EUA, Itália, entre outros, têm dívida superior ao PIB. A dívida pública não pode ter uma trajetória explosiva, mas, desde que o seu crescimento acelerado seja transitório, que passada a crise, com as contas reequilibradas e restaurado o crescimento da economia, a relação entre dívida e PIB volte a cair, não há qualquer problema em ultrapassar os 100% do PIB.

Não existe um limite intransponível para a dívida interna e o PIB. O endividamento externo, que depende de financiamento do exterior em moeda estrangeira, é sim perigoso. Como aprendemos com as sucessivas crises da dívida externa no século passado, quando os credores internacionais passam a ter dúvida sobre a capacidade do País de honrar seus compromissos em moeda estrangeira, a súbita interrupção do fluxo de financiamento pode provocar crises gravíssimas. No século passado, o Brasil era importador líquido de petróleo e derivados, assim como de trigo e outras commodities (produtos classificados como básicos por não ter tecnologia envolvida ou acabamento). Precisava de financiamento externo para cobrir o déficit com o resto do mundo. Hoje, somos autossuficientes em petróleo, exportadores líquidos de commodities e temos um setor agropecuário altamente superavitário. O Brasil de hoje não tem dívida pública externa, ao contrário, tem quase 30% do PIB em reservas internacionais. A nossa dívida é interna, do Estado com os brasileiros."

Em entrevista concedida ao O Estado de S. Paulo, em 31 de março de 2019, Lara Resende afirmou que "A dívida pública denominada na moeda nacional, de um país que controle a emissão de sua moeda, não tem risco. A não ser por uma decisão política de interromper o seu serviço, o governo sempre terá como financiá-la. Se a política fiscal emonetária forem coordenadas e bem executadas, a inflação continuará ancorada e bem comportada. Com o desemprego e a capacidade ociosa atual, a taxa de juros deveria estar bem abaixo da taxa de crescimento. O risco está em prosseguir com a política de juros muito mais altos do que o crescimento. Isto agrava o desequilíbrio fiscal e induz ao aumento da carga tributária. O resultado é o colapso dos investimentos e a asfixia da economia, que não consegue voltar a crescer de forma sustentada".

Vale destacar texto, também de autoria de André Lara Resende, no Valor Econômico de 08.03.2019: "A nova macroeconomia que começa a ser delineada é capaz de explicar fenômenos incompatíveis com o antigo paradigma. É o caso, por exemplo, da renitente inflação abaixo das metas nas economias avançadas, mesmo depois de um inusitado aumento da base monetária. Permite compreender como é possível que a economia

japonesa carregue uma dívida pública acima de 200% do PIB, com juros próximos de zero, sem qualquer dificuldade para o seu refinanciamento. Ajuda a explicar o rápido crescimento da economia chinesa, liderado por um extraordinário nível de investimento público e com alto endividamento. Em relação à economia brasileira, dá uma resposta à pergunta que, há mais de duas décadas, causa perplexidade: como explicar que o país seja incapaz de crescer de forma sustentada e continue estagnado, sem ganhos de produtividade, há mais de três décadas?"

Em épocas passadas, chegou-se a afirmar que "ou o Brasil combatia as saúvas ou elas acabariam com o Brasil". Traduzindo para os tempos atuais é como afirmar que "ou o Brasil reduz as suas taxas de juros para níveis civilizados ou os juros liquidarão com a economia brasileira".

Em artigo publicado no Estado de São Paulo de 7 de fevereiro de 2017, o professor da USP Roberto Luis Troster comentou:

"... a economia está se tornando cada vez mais financeira. Hoje (no Brasil, os juros pagos por dívidas correspondem a 16,9% do produto interno bruto (PIB) – 6,5% da dívida pública mais 10,4% da privada". E acrescenta: "Esses recursos são destinados a investidores, alguns deles estrangeiros, que, dependendo do tipo de ativo, têm alíquotas de impostos que variam de zero a 22,5%,

enquanto os trabalhadores chegam a 27,5% e as da produção passam de 50% em alguns casos. É inegável, a tributação favorece mais quem vive de juros do que trabalhadores e empresários. Quem paga o pato é o País". Em outras palavras isso significa o mesmo que dizer que o Brasil se tornou o paraíso mais que perfeito dos rentistas.

Entendo que um dos maiores equívocos que vem sendo adotado na condução das políticas econômicas do Brasil ao longo das últimas décadas diz respeito à crença de que a estabilidade econômica é condição prévia à retomada do desenvolvimento do País.

Primeiro a estabilidade, só depois o desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de estabilização assumem um caráter de primazia absoluta, subordinando e sufocando todas as outras políticas. Apequena-se a política econômica, amesquinham-se os objetivos para a economia do País. E já lá se vão algumas décadas de busca inglória da miragem da estabilidade.

Evidentemente, ninguém, em sã consciência, há de negar a necessidade de as economias nacionais ostentarem bons e saudáveis fundamentos macroeconômicos. O caminho da estabilidade deve ser concebido e implementado, no bojo de uma política de desenvolvimento para o País. A estabilidade não precede o desenvolvimento; ao contrário, é a estratégia de desenvolvimento do País que deve, simultaneamente, orientar e contextualizar as opções da política macroeconômica. Até porque, ao contrário do que se costuma propagar, os caminhos possíveis para se alcançar a estabilidade econômica são vários.

Outro desses equívocos é imaginar que apenas o ajuste fiscal e algumas reformas – como a previdenciária - também devem ser considerados como condições prévias à retomada do desenvolvimento. Da mesma forma colocada em relação à estabilidade econômica, deve-se privilegiar – concomitantemente - a expansão econômica que produzirá ganhos generalizados e, em especial, aumentos da arrecadação tributária. Cabe destacar que, quando um denominador é baixo, todos os numeradores podem ser considerados altos – o que se aplica efetivamente no tocante à questão das receitas e despesas públicas. Quando há declínio da atividade econômica, como ocorre nos anos mais recentes – a produção nacional não cresce – os lucros se transformam em prejuízos para empresas e, com isso, não há como gerar Imposto de Renda e outras receitas.

Aspecto fundamental para superar a questão do fraco e deplorável crescimento econômico brasileiro, em primeiro lugar, passa pelo resgate da confiança, da credibilidade e do otimismo, para considerarmos que esta situação crítica pela qual hoje atravessa o país não seja con-

siderada contínua, definitiva ou duradoura. Sempre o Brasil deu provas concretas de sua capacidade para superar os seus principais problemas e entraves, de forma eficiente e rápida, mas isso depende, principalmente, da inadiável exigência de realização de profundas reformas políticas, sociais e econômicas, bem como torna-se , hoje, imperativo desideologizar e despolitizar o debate econômico, sintonizando-nos com as várias transformações em curso na economia internacional para lhes captar as tendências mais prováveis de realização e aqui antecipá-las na sua implementação.

O Brasil está acometido de uma doença que intitulo de "síndrome do raquitismo econômico" – em função do intenso declínio dos seus níveis de produtividade e pela constante retração da atividade econômica, principalmente quando comparados com as médias mundiais. A constatação, como já mencionado anteriormente, é que desaprendemos a crescer, e a nossa máquina propulsora do crescimento econômico vigoroso e contínuo enferrujou-se ou está quebrada. País que não cresce está condenado ao ananismo, ao atraso e ao empobrecimento. Isso potencializa tensões e perspectivas sociais explosivas - podendo colocar em risco a ainda incipiente democracia brasileira.

# Será que só o Brasil está certo ao utilizar essa política monetária de taxa real de juros elevadíssima?

Volto novamente a insistir que, outro lado, é interessante observar que vários instrumentos usuais de política monetária não foram suficientemente utilizados, reinando no mais completo absolutismo o medicamento das taxas reais de juros elevados como um dos únicos e exclusivos no combate à inflação. Assim, por exemplo, não se utilizou dos mecanismos das importações para baratear preços de produtos escassos, ou, em falta; dos depósitos compulsórios nem da elevação do IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - para equilibrar as questões usuais relacionadas à oferta e demanda, cabendo destacar a relevância dos preços dos bens e serviços administrados nessa equação.

Não se trata de uma discussão em relação a diagnósticos ou a remédios indicados, e sim, quanto à dosagem aplicada. Tivesse sido acertada a política monetária adotada, muito provavelmente não teríamos colhido os resultados alcançados quando, em várias oportunidades, superou-se o limite do teto da meta de inflação estabelecida.

Há de se destacar que a prática de taxas de juros elevadas no Brasil não se restringe apenas ao período que surge a partir do advento do COPOM – Conselho de Política Monetária, instituído em 20 de junho 1996 nem com a adoção do Sistema de Metas de Inflação, criado em 1999. Ao contrário, ela remonta ao período entre o fim do Governo Sarney e, de forma mais consistente, a partir da investidura como ministro da Fazenda do embaixador Marcílio Marques Moreira, durante o Governo Collor. Portanto, já são mais de 30 anos, o que coloca o Brasil, em toda a história econômica mundial, como um dos poucos países que por mais tempo conseguiu sobreviver ao exercício de uma política monetária absolutamente restritiva e incompatível, fundamentalmente, com as chances de um crescimento econômico mais vigoroso. Tanto é assim que, à exceção do período do mandato de Itamar Franco, em basicamente quase todos os anos posteriores a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi medíocre e, na maioria das vezes, abaixo da média mundial.

**VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO X BRASIL X PAÍSES EMERGENTES – PERÍODO DE 1980 A 2022**

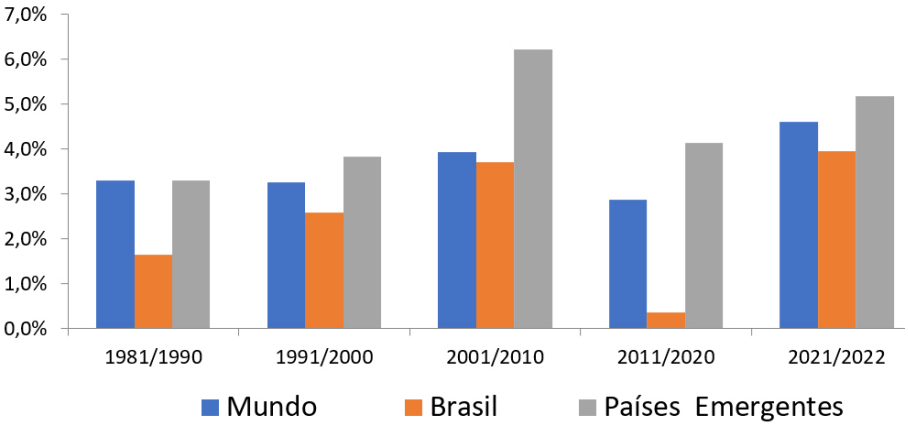
| Período | Mundo | Brasil | Países Emergentes |
|---|---|---|---|
| 1981/1990 | 3,30% | 1,64% | 3,30% |
| 1991/2000 | 3,25% | 2,58% | 3,82% |
| 2001/2010 | 3,93% | 3,71% | 6,22% |
| 2011/2020 | 2,87% | 0,36% | 4,14% |
| 2021/2022 | 4,61% | 3,95% | 5,18% |

Fonte: FMI – World Economic Outlook
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Ao invés de ser uma mera decisão de política monetária, em muitas vezes transformou-se em única peça da política econômica existente no país que, ademais, ainda a conjugou com o arrocho fiscal, impondo o contracionismo da atividade econômica como mecanismo imprescindível de controle dos rumos da inflação.

***"Com taxas de juros que chegaram a mais de 25% ao ano e um crescimento medíocre da economia, o resultado é inexorável: a relação dívida e PIB cresce. O Estado brasileiro custa muito e gasta mal? Com certeza, mas não é essa a razão do crescimento da dívida. A política de taxa de juros do Banco Central, do real até muito recentemente, foi um gravíssimo equívoco. A história irá deixar claro o preço de uma política de juros extraordinariamente altos, associada a uma pesada e kafkiana carga fiscal." – afirmou André Lara Resende - O Estado de S. Paulo – 25.11.2020)***

**VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDO X BRASIL X PAÍSES EMERGENTES** - PERÍODO DE 1980 A 2022




Fonte: FMI – World Economic Outlook. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

André Lara Resende acrescenta: "Não há dúvida sobre a importância de algumas das decisões anteriores de reduzir a taxa básica de juros e que já à época apresentavam tendência de queda, apesar de ainda permanecerem altas para os padrões internacionais, o que destacava o país na liderança do ranking mundial. Nesse contexto cabe ainda uma consideração, que é a constatação de que as reduções ocorridas foram muito mais nominais do que reais. E há, ainda, outro agravante, elas partiram de patamares anteriores extremamente elevados e, verificadas sob essa dimensão, as reduções poderiam até ser consideradas como tímidas e acanhadas. É um exagero querer imaginar no Brasil um nível de inflação equivalente às de economias maduras, como da Suíça, dos Estados Unidos, do Reino Unido e outros. Aqui residem outros fatores endógenos que, em grande medida, justificam uma inflação diferenciada em relação a esses países e isso é natural que ocorra, desde que haja absoluto controle sobre os seus mais diretos componentes. Não é também, o caso, de se pregar o abandono dos mecanismos de controle da inflação e, muito menos, de defender a sua volta. Ao contrário, o que se deve permear nessa discussão, é o desenvolvimento e o nível acelerado de crescimento econômico que pretendemos realizar, com uma inflação baixa e perfeitamente administrável. Nessa perspectiva, entendo que os juros altos não podem ser considerados o único e principal objetivo da política econômica e, sim, como um instrumento de controle da inflação. A condução da política econômica deve se voltar para o incentivo e contribuição de mecanismos capazes de elevar o país a uma condição de país desenvolvido com crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentado, como já foi dito anteriormente".

É preciso urgentemente desarmar a perversa combinação de fatores que vem penalizando e tornando absolutamente incompatível o crescimento econômico brasileiro de forma vigorosa e contínua. Na verdade, a equação que se vem jogando no País tem se constituído em uma armadilha formada pela conjugação de juros estratosféricos, carga tributária excessiva e câmbio valorizado. O resultado só pode ser um: o empobrecimento do país!

Não é utopia imaginarmos que o PIB do Brasil possa crescer cinco, oito ou dez por cento ao ano. A China, a Índia e outros países da Ásia vêm demonstrando isso há mais de vinte anos. É o que se chama de ciclo virtuoso de crescimento econômico e éo que mais nos falta nos dias atuais.

Não precisamos imitar os modelos asiáticos, pois um dia já vivemos essa realidade.

Há meio século, Juscelino Kubitschek de Oliveira anunciava que o Brasil cresceria cinquenta anos em cinco, o que veio a se confirmar. No ritmo de crescimento atual, o Brasil pode demorar muito tempo para se transformar em Nação desenvolvida e obter o desempenho alcançado pelo Governo de JK!

De 1956 a 1961, o País efetivamente, em apenas cinco anos, registrou um crescimento acumulado próximo de 48%, o que representa uma média anual superior a 8%.

Essa experiência histórica, conduzida por um mineiro de Diamantina, não pode se constituir numa simples lembrança de um passado já quase longínquo. Ela deve ser a nossa inspiração e o nosso exemplo, para que o Brasil venha novamente abraçar a causa do desenvolvimento.

"Minha formação de médico me leva a uma noção integrativa de desenvolvimento, a partir da célula nacional, que é o município, com a sua rede interna de distritos, a coalisão de municípios individuando o Estado, como a coalisão de tecidos forma um órgão e a de órgãos forma aparelhos e sistemas, que constituem, em sua harmonização funcional superior, o corpo nacional.

Daí minha política municipal já ter sido conscientemente integradora, desenvolvimentista, organicista. E assim também foi conduzida coerente com ela, em doutrina e prática, minha política estadual e nacional, com a extensão que esse modo de ver acabou assumindo no âmbito continental sob o título de Operação Pan-Americana.

Nesse conceito de Desenvolvimento, o núcleo é o Homem, que se pretende ver elevado como ser humano e como ser social por meio da evolução econômica, entendida essa nos termos em que a apresentei acima. Portanto, quando disse "produzir mais" compreendi Máquina e também Homem, organismos industriais e também sociais, instituições administrativas e também políticas – entidades e entes atuantes em qualquer setor e região nacionais".

Falta-nos planejamento estratégico de médio e longo prazo. Estamos carentes de uma intelligentsia nacional. A administração dos governos brasileiros parece muito mais com uma corrida de obstáculos, onde se busca superá-los para a conquista da vitória apenas conjunturalmente. E, lamentavelmente, a gestão das principais questões nacionais não vem sendo tratada como deveria e acaba, simplesmente, postergada a solução dos principais entraves nacionais. No meu entendimento, "nunca na história deste país", a discussão e o debate dos principais problemas econômicos nacionais estiveram tão pobres e desprovidos de propostas eficazes, como nos últimos anos. Tem sido péssimo conteúdo e deplorável a qualidade do debate econômico.

O Brasil precisa se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo, sustentável e eleger o desenvolvimento como a nossa meta prioritária número 1!

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão ou uma efemeridade, um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção, já tivermos antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de inspiração, como o caso do Plano de Metas, implementado durante o governo JK.

Transformar o Brasil em nação desenvolvida - essa deve ser a nossa bandeira e visão de futuro. E, nesse sentido, impõe-se uma mudança radical de mentalidade. Não há mais tempo a perder e essa deve ser a decisão imediata a ser tomada e inadiável por mais tempo. Se não a iniciarmos nos restará, tão-somente, o consolo do atraso e com ele também chegará, inevitavelmente, a desordem institucional atrelada a ameaças à nossa democracia.

Não se pode continuar aceitando nem mais tolerar que o Brasil seja condenado ao atraso e ao subdesenvolvimento. Essa não é a nossa sina nem poderá ser o nosso destino!

O Brasil não pode prescindir do crescimento: o estoque de problemas econômicos e sociais, acumulados, eleva-se exponencialmente, apesar da desaceleração da taxa de crescimento da população. Só a expansão da economia preencherá as condições necessária para o enfretamento e atenuação dos mesmos.

Requer ao Brasil buscar a sua transformação em país desenvolvido, como foi o Chile, assim declarado alguns anos atrás. Assim como vem funcionando – com as suas devidas ressalvas o "Sistema de Metas de Inflação", o Brasil deveria estabelecer outro modelo similar, com a implantação de um "Sistema de Metas de Crescimento Econômico Vigoroso e Contínuo, Consistente e Sustentável", estabelecido através de planejamento estratégico de médio e longo prazo.

País que não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma "Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional" – em que a transformação do Brasil em nação desenvolvida seja o grande objetivo.

# Juro Alto: remédio ou veneno?

***Artigo publicado no jornal Estado de Minas no dia 11 de fevereiro, de autoria do renomado economista Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do BNDES:***

"Numa síntese corajosa, o Banco Central tem, sim, mandato para defender a estabilidade da moeda, mas certamente não tem alçada para destruir, mesmo acidentalmente, a produção brasileira. Há um sutil limite, uma marca divisória, entre usar o fármaco do juro como remédio ou de aplicá-lo como veneno. Mas é nítida a desconsideração do Copom - o Comitê de Política Monetária que fixa a taxa básica de juros - sobre o estado de saúde da economia. Há décadas, a SELIC é fixada sem aparente preocupação pelos efeitos do juro no nivel do emprego nem sobre os bilhões de reais diariamente pagos como juros, tanto pelo governo como por empresas e pessoas. Só ano passado, o dispêndio federal com juros foi a R$586 bilhões. Este ano pode chegar perto de R$ 800 bi. Nenhum outro gasto federal compete com essa soma astronômica. Apesar disso, o Legislativo não debate juros na aprovação orçamentária anual. Esse gasto é considerado "automático".

Com sua independência legal, o Banco Central ficou ainda mais longe de qualquer escrutínio pela sociedade. Ao inibir o consumo com juros mais altos, na expectativa de moderar a demanda e, assim, deter uma alta inflacionária, o BC deveria mostrar sensibilidade pelo fato de estar também refreando a produção, com efeito recessivo mais forte no Brasil do que em outros países, por causa do oligopólio nos juros bancários - taxas de cartões, créditos diretos e saques especiais. Enquanto o BC deixa passar isso, a inflação permanece acima do limite da meta por três longos anos.

A presunção do BC de que os juros detêm o consumo é afirmação fraca na medida em que não se aplica ao consumo do governo - que é comandado pelo saldo financeiro entre o que o governo gasta e arrecada- aí incluídos os enormes gastos previdenciários, assistenciais e pagamentos aos rentistas que, por definição, farão decisões de consumo bastante insensíveis ao nível de juros. Nesse caso, boa parte do esforço de aplacar a inflação com o remédio de juros altos é jogado fora por uma mistura incorreta entre a política monetária (demasiadamente apertada) e a fiscal (frouxa demais). Se isso é fato, então o mandato dado ao Banco Central para manter a inflação nos limites da meta é um comando legal torto ou incompleto. Em bom português, é um mandato estúpido, porque não "conversa" com o lado fiscal. O governo gastador não se sente responsável pela inflação de demanda (sem oferta correspondente) que ele mesmo provoca. Destrói-se a produção nacional, mas o consumo excedente permanece, sustentado por largas transferências fiscais e gordos encargos sobre a dívida pública.

Não poderiam ter inventado uma "independência" mais disfuncional. Em última instância, a responsabilidade sobre inflação não é só do BC e, sim, do hoje camuflado Conselho Monetário Nacional, que a mídia e a academia desconhecem. Ali, sentados no CMN, deveriam estar os ministros da Fazenda e do Planejamento, o presidente do BC, como também membros independentes da sociedade, com mandato para defender a moeda e sustentar a saúde da produção. Para auxiliar o CMN nesta tarefa, há previsão legal de outro órgão relevante - o Conselho de Gestão Fiscal - criado no art. 67 da LRF desde 2000, mas jamais instituído. Por quê?

O mercado não tem razão científica alguma para defender o atual nível de juros. Esse nível tem sido praticado acima da "normalidade" (ou seja, muito acima do que seria a relação do risco-país com a inflação projetada) enquanto os governos tampouco se empenham com clareza para dar a cada real arrecadado de imposto o tratamento de seriedade e dignidade que o gasto público merece.

Se o presidente fala sério sobre juros, e se o "mercado" decidir parar de repetir narrativas convenientes à manutenção de suas vantagens, deveríamos sentar para fazer cumprir os mandatos dos dois conselhos, o monetário e o fiscal, sendo o primeiro por precisar ser reformado e empoderado e o segundo, para ser instituído e prestigiado.

Quanto aos colegas economistas, que possamos perceber a ilusão de tentar alcançar uma estabilidade de preços jogada exclusivamente nas costas do BC e dos juros na lua. Essa é uma péssima opção para o País. Não à toa temos tido, desde o Plano Real, um desempenho médio do PIB Brasil de apenas 2% ao ano enquanto, na média mundial, o PIB planetário tem crescido a 3,5%. E assim continuaremos, nesse auto-engano, até que o País consiga atribuir os deveres da condução monetária e fiscal aos atores corretos e na medida certa das responsabilidades de cada um. Só então, o juro deixará de atuar como veneno que nos paralisa e impede de crescer."

# Vale, por fim, resgatar algumas outras frases do presidente JK:

*NÃO SE DESCOBRIU MELHOR COMBATE À CARESTIA DO QUE PRODUZIR*

*"E qual é o caso do Brasil? Em resumo, é que logremos tirar as consequências do nosso patrimônio, de nossa herança. Que o que vale não o valha apenas simbolicamente, mas de maneira tangível. O problema do Brasil, que envolve tudo o mais, é ativar a riqueza nacional.*

*Precisamos produzir e produzir em boas condições econômicas, para salvar o Brasil. Precisamos produzir e bem, para que os preços baixem. Não se descobriu até agora melhor combate à carestia do que produzir. A revolução necessária entre nós é do progresso e da expansão. O resto é loquela, é perda de substância, é maldade de impatriotas desajustados.*

*Convoco-vos para a tarefa de acompanhar e dirigir o crescimento desta nação. Convoco-vos para a revolução da prosperidade, para a reação contra a miséria, para o repúdio ao qualificativo de país subdesenvolvido, com que nos designam ainda. Não queremos ser país subdesenvolvido, não devemos aceitar esse rótulo. País que se desenvolve, isso sim".*

Do discurso proferido em 25 de outubro de 1956, no Rio de Janeiro – no Automóvel Clube do Brasil, em homenagem à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

*"Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude.*

*Transportaram-se para o nosso País, mecânica e acriticamente, técnicas e instituições que, ou não correspondiam mais às condições de nossa época – como é o caso das correspondentes ao liberalismo europeu do século XXI, ou não se ajustaram à nossa realidade – como é o caso das que insistem em dar tratamento monetário a fenômenos que são basicamente econômicos."*

***Para concluir apresento, adicionalmente, alguns textos sobre o assunto de autoria do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, extraídos da coletânea de 3 livros intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", de minha autoria e publicado por MercadoComum:***

*"Impõe-se, portanto, a conclusão de que, num país como o nosso, não somente as peculiaridades geográficas e humanas, mas também os dados acerca da evolução econômica indicam o desenvolvimento acelerado como o único caminho de salvação. Nenhuma política será legítima, se não objetivar, com caráter prioritário, o desenvolvimento. É esta uma diretriz que já nenhum governo poderá abandonar no Brasil.*

*Voltamos, assim, a encontrar novas razões para um tratamento prioritário do desenvolvimento, cujos objetivos só poderiam ser subordinados ao ideal da estabilidade monetária, se nossa economia tendesse a alcançar espontaneamente uma taxa satisfatória de crescimento. Uma vez, porém, que nossa taxa histórica de crescimento é de modo manifesto insuficiente, o sacrifício do objetivo máximo da intensificação do desenvolvimento importaria em dar de antemão a batalha por perdida.*

*Não desejamos alcançar a estabilidade a qualquer preço, pondo a perder a nossa política de desenvolvimento. Cumpre, aliás, assinalar que o esforço de investimento da economia brasileira nos*

*últimos anos não pode ser considerado anormalmente grande, pois que se situa num nível entre treze e dezesseis por cento do produto bruto. Em vários países, de estrutura similar à do Brasil, essa taxa tem-se elevado a dezoito e, mesmo, vinte por cento. Diga-se, mais, que a participação do setor público no conjunto da nossa economia não é desmesurada, sendo raro que atinja os vinte e cinco por cento considerados normais até em países onde o processo de formação de capital depende muito menos da ação pública. No que toca à despesa orçamentária federal, a participação no produto bruto declinou para 11,7 por cento em 1958, depois de haver alcançado 12,1 em 1956. Nessas condições, não estamos exigindo da nossa economia um esforço superior ao que sua estrutura é capaz de suportar: não há sobreinvestimento, nem volume exagerado de inversões públicas. Se quiséssemos proceder a uma redução brusca dos investimentos ou dos gastos públicos, teríamos uma diminuição da atividade econômica e correríamos o grave risco de pagar em desemprego o que ganhássemos em moderação inflacionária. O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência, a fim de evitar sérias repercussões de natureza político-social".*

*"Voltamos, assim, a encontrar novas razões para um tratamento prioritário do desenvolvimento, cujos objetivos só poderiam ser subordinados ao ideal da estabilidade monetária, se nossa economia tendesse a alcançar espontaneamente uma taxa satisfatória de crescimento. Uma vez, porém, que nossa taxa histórica de crescimento é de modo manifesto insuficiente, o sacrifício do objetivo máximo da intensificação do desenvolvimento importaria em dar de antemão a batalha por perdida.*

*Não desejamos alcançar a estabilidade a qualquer preço, pondo a perder a nossa política de desenvolvimento.*

*Se quiséssemos proceder a uma redução brusca dos investimentos ou dos gastos públicos, teríamos uma diminuição da atividade econômica e correríamos o grave risco de pagar em desemprego o que ganhássemos em moderação inflacionária.*

*O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência, a fim de evitar sérias repercussões de natureza político-social".*

*"Nenhuma política econômica será bastante convincente para mim, ou conveniente para meu país, se não considerar a realidade positiva de que é necessário alimentar, vestir e amparar novos contingentes humanos que vêm ampliar nossa superfície demográfica. Aos que, de boa-fé, nos aconselham medidas de contenção indiscriminadas, peço que recordem as condições em que se operou o desenvolvimento de grandes nações e julguem se lhes foi possível vencer os obstáculos com que se defrontavam sem criar riqueza. Aos que pensam que o Brasil deve parar a fim de pôr a casa em ordem, respondo que nosso país deve arrumar a casa produzindo, trabalhando, exigindo de seus filhos um esforço mais racional e um maior rendimento de produção. Constituiu sempre uma das preocupações centrais de meu Governo coordenar as medidas tendentes ao mesmo tempo a salvar a nossa moeda, estabilizar a vida econômica, encorajar o aumento da produção, jugular o surto inflacionário".*

*"Os partidários da miséria que se deem por desesperançados. O País cresceu. Ninguém ousa negá-lo. Mesmo aqueles críticos aos quais causa estranheza tudo o que rompe a estática, não se atrevem a pôr em dúvida que subiu a produção, aumentou acentuadamente o potencial criador, melhorou indiscutivelmente o padrão geral e vida.*

*A inflação a todos amedrontava, pois nossas elites se limitavam a estudar-lhe os aspectos técnicos. O mito de que os planos econômicos arrojados exacerbariam a inflação tornava tímidas as iniciativas, matando no papel os planos de investimentos infraestruturais e desviando o espírito de indagação de nossos dirigentes das profundas motivações econômicas e sociais que geravam o fenômeno. Buscava-se a igualdade dos saldos, o equilíbrio da moeda, e pouco se atentava para a fraqueza da nossa economia, causa da fraqueza da nossa moeda.*

*Não percebiam, muitos, que no Brasil, em lugar de nos dedicarmos a combater a inflação em suas expressões exteriores, de reagirmos apenas contra seus efeitos, deveríamos antes conhecer-lhe as causas socioeconômicas no plano interno e no campo das relações internacionais".*


## CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, possuindo vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros e, entre os quais, a coletânea intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI" e "A Economia com Todas as Letras e Números".

ROBERTO BRANT

*Advogado, ex-Deputado Federal, ex-Ministro da Previdência*

# A discussão sobre os juros da dívida e uma viagem ainda sem destino

Depois de quase três meses da posse ninguém sabe exatamente para onde vai nos levar o governo Lula. Afora algumas iniciativas simbólicas no caminho certo, principalmente no campo da cultura e dos valores humanos, não há qualquer indício de que metas o governo pretende alcançar no campo econômico e no campo social, salvo algumas generalidades sem a devida consistência.

Em praticamente nenhuma área é possível detectar sinais de que grandes planos estão em preparação e que em breve o país será surpreendido com bons projetos e iniciativas destinadas a enfrentar com realismo e efetividade os infinitos problemas do país. É preciso ressalvar, por dever de justiça, que o Ministério da Fazenda não merece ser nivelado ao restante do governo, pois parece que está tratando de construir um arcabouço fiscal que concilie a necessidade de investimentos públicos e a solvência de longo prazo da dívida. Se vai chegar a um bom termo ainda é difícil saber pois terá que resistir à leviandade do seu partido e à impaciência do próprio presidente.

O principal problema do país é o baixo crescimento, que está se tornando um traço permanente da economia brasileira. Esta situação é incompreensível dado que temos abundância de recursos reais e não sofremos nenhuma limitação externa, como aconteceu durante todo o nosso passado. Nenhum país do mundo, talvez com a exceção dos Estados Unidos, desenvolveu-se sem a liderança do Estado. A única resposta razoável ao enigma da nossa pobreza é o mal funcionamento da política. Por isto parece claro que precisaríamos de liderança política de alta qualidade para inspirar os consensos necessários e guiar o processo.

Neste sentido a discussão sobre os juros da dívida e a necessidade de um espaço fiscal para investimentos que elevem a produtividade da economia tem toda a razão de ser neste momento. No entanto, a forma desastrada e contraproducente como vem sendo tratada a questão pelo presidente Lula e pelo seu partido é incompreensível. Esta é uma questão de fundo e não um motivo de bate-boca. O método escolhido apenas gera instabilidade nos mercados e não resolve nada.

Os juros no Brasil estão fora do lugar, não só agora, mas há muito tempo. Utilizando dados oficiais do FMI podemos verificar de que maneira nesta matéria o Brasil é um ponto fora da curva. Entre 2012 e 2019 o déficit público nos países ricos foi em média 3,2% ao ano, do qual 50% resultou de excesso de gastos em relação à receita e 50% devido aos juros da dívida pública. Nos países emergentes como o nosso, o déficit médio foi de 3,3%, sendo 55% por excesso de gastos e 45% devido aos juros. No Brasil as coisas foram totalmente diferentes: nosso déficit médio foi de 6,7%, resultado de um déficit primário de 0,7% ao ano e 5,7% dos juros da dívida. Não chegamos onde chegamos por excesso de gastos, mas por excesso de juros.

Tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia a autoridade monetária tem autonomia, mas as políticas fiscal e monetária dialogam entre si, pois do contrário teríamos duas forças em sentido contrário paralisando a economia e os negócios, o que seria um absurdo. Teremos que fazer o mesmo aqui, pois nosso desequilíbrio fiscal decorre fundamentalmente do custo da dívida e não será resolvido somente com redução de gastos, até mesmo porque os únicos gastos que acabamos cortando são os investimentos públicos, que estão próximos de zero.

Este diálogo não é conversa de botequim ou discurso eleitoral. É um diálogo com os setores da sociedade numa busca ordenada de pontos em comum visando construir credibilidade. Um governo no qual se confia e que apresenta uma proposta de trajetória de longo prazo viável, pode começar aumentando a dívida para criar crescimento e na sequência, com mais renda e recursos fiscais, reverter a tendência.

O governo Lula visivelmente não tem maioria na sociedade e não vai controlar o Congresso automaticamente. Sua única saída não vai ser o grito, mas sim a entrega do único resultado que as pessoas desejam: oportunidade e prosperidade. Para isto é preciso juízo.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# ANOTE AÍ
## Frases da edição

***De acordo com o ministro Roberto Campos, "na Constituição de 1988 a palavra direito aparece 76 vezes; dever, 4 vezes; produtividade, 2; e eficiência, 1 vez.***

***E ele perguntava: como governar um país que tem 76 direitos, 4 deveres, 2 produtividades e 1 eficiência?"***

***Já o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal – STF declarou à revista Época, antes de assumir o cargo: "A Constituição brasileira só não traz a pessoa amada em três dias. O resto, procurando, se acha".***

### NOSSO DESENVOLVIMENTO É UM IMPERATIVO DE SEGURANÇA NACIONAL

*"Estamos avançados no sentido de nosso desenvolvimento material, mas somos forçados a reconhecer-nos ainda muito atrasados, principalmente em relação aos países de alto grau de industrialização. Uma análise comparativa de nossa marcha com a das nações desenvolvidas resultará em algo de inquietude. Devemos ter a ambição de não nos contentar com o que já fizemos, e o orgulho de não nos resignarmos a continuar em posição secundária. Na verdade, não se trata sequer de ambição ou orgulho. Creio que já existe, na consciência coletiva brasileira, a noção de que o nosso desenvolvimento é um imperativo de segurança nacional. Temos de acelerar o passo, integrando-nos num ritmo de crescimento mais rápido. Cumpre-nos procurar, a todo o transe, o socorro da técnica moderna. Temos de ocupar, nos mapas econômicos e políticos, uma posição correspondente à nossa importância territorial e demográfica. A grande tese do nacionalismo brasileiro, a meta dos verdadeiros patriotas consiste em diminuir a margem imensa que nos separa dos povos que se elevaram à prosperidade. Esse ideal constitui, por outro lado, um objetivo de prudência neste mundo de dura competição."*

# Drogaria Araujo alerta para a importância da vacinação contra a gripe

*Maior rede de drogarias de Minas reforça a importância de todas as vacinas, especialmente a de gripe, tendo em vista a proliferação do vírus Influenza*

Todos os anos, com a chegada do clima mais frio, cresce consideravelmente o número de pessoas com problemas respiratórios. Causador da gripe, o vírus Influenza aumenta o risco de surgimento também de inflamação nos pulmões (pneumonia viral primária), pneumonia bacteriana secundária, entre outras enfermidades, à medida em que compromete as defesas orgânicas locais. Considerando o aumento no registro de casos de gripe e principalmente em função da Semana Mundial da Imunização, celebrada entre 23 e 30 de abril, a Araujo, maior rede de drogarias de Minas, alerta para a importância das vacinas no controle de diversas doenças e reforça a necessidade de mais pessoas, e não apenas idosos e grupo de risco, se vacinarem contra a gripe.

Não bastassem as complicações mais comuns da gripe, como sinusite, otite, desidratação e piora de doenças crônicas - insuficiência cardíaca, asma ou diabetes, o vírus influenza também pode evoluir para uma infecção aguda do sistema respiratório, que em 2022, em Minas Gerais, foi responsável pela morte de 132 pessoas e, este ano, já levou duas pessoas a óbito, segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde (SES-MG), divulgados em 31 de março. Em uma tentativa de manter mais pessoas imunizadas, a SES-MG decidiu antecipar a 25ª Campanha de Vacinação contra a Influenza, que teve início na primeira semana deste mês.

Na Araujo, a procura pela vacina de gripe tem aumentado, embora ainda esteja longe do ideal. Houve um aumento de 30% nas vacinas aplicadas entre os dias 1º e 23 de abril de 2023, em comparação ao mesmo período do ano passado. A Gerente Técnica Farmacêutica da Drogaria Araujo, Isabel Dias reforça a importância de toda a população buscar a imunização. "As vacinas disponíveis hoje continuarão sendo a melhor resposta contra a infecção. A sazonalidade da gripe está mudando, o que faz com que a vacina se torne ainda mais importante, já que é, comprovadamente, a forma de proteção mais eficaz. Quanto mais pessoas imunizadas, mais fácil será controlar a proliferação do vírus", destaca.

Para proteção contra a influenza, a Drogaria Araujo oferece a Vacina Humana Gripe Quadrivalente, destinada para adultos e crianças, a partir de 6 meses. A imunização garante proteção de até 70% dos casos e previne contra agravantes da doença. Ela é eficaz no combate as cepas do vírus influenza dos tipos A e B e cepas intimamente relacionadas, além dos subtipos A, que são H1N1 e H3N2, e os subtipos B.

A vacina custa R$ 90,00 e, para se vacinar, basta conferir o horário de atendimento e o endereço da loja mais próxima em www.araujo.com.br/vacinas ou adquirir a vacina pelo site, app ou Drogatel. A Araujo também conta com a opção da vacina em casa para quem reside em Belo Horizonte, proporcionando mais conforto e facilidade para todos os clientes, especialmente aqueles com mobilidade reduzida.

Programa Saúde em Dia- A Araujo disponibiliza uma série de programas de saúde que ajudam nos cuidados e controle de doenças crônicas e respiratórias. Ao aderir ao programa "Doenças respiratórias" – serviço de apoio destinado a pessoas portadoras de asma, bronquite, entre outras enfermidades- o cliente é devidamente orientado sobre o uso dos medicamentos inalatórios, como as bombinhas, bem como todos os cuidados necessários para melhorar a qualidade de vida.

# A hipertensão é um dos principais fatores para surgimento de doenças cardiovasculares

*A pressão alta é o principal fator de risco para as doenças cardiovasculares e atinge mais de 30 milhões de brasileiros*

As doenças cardiovasculares passaram a liderar as causas de mortalidade no Brasil e no mundo nos últimos anos. Elas são responsáveis por um terço das mortes, em comparação a outras doenças, e acometem tanto homens, quanto mulheres de todas as faixas etárias. A hipertensão é um dos principais fatores de risco para o surgimento das cardiopatias, como infarto e Acidente Vascular Cerebral (AVC). Junto a ela é possível apontar a má alimentação, tabagismo, sedentarismo, diabetes e aumento de colesterol. Dados do Ministério da Saúde, publicados em 2022, apontam que o número de brasileiros adultos hipertensos saltou 3,7%, nos últimos 15 anos. Ainda de acordo com o ministério, o problema crônico atinge mais de 30 milhões de pessoas no Brasil.

No Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, celebrado dia 26 de abril, o Instituto Lado a Lado pela Vida alertou para os perigos da pressão alta no desempenho das funções do coração e dos demais órgãos do corpo. A doença crônica é capaz de provocar infarto, acidente vascular cerebral e problemas renais.

Segundo Ariane Macedo, cardiologista e membro do Comitê Científico do Instituto Lado a Lado pela Vida, a hipertensão, conhecida como "pressão alta", é a principal causa das doenças cardíacas. "A hipertensão é uma doença silenciosa e um dos principais fatores de risco para o surgimento de doenças cardiovasculares que causam a morte de 300 mil brasileiros por ano. O ideal é que as pessoas verifiquem a pressão com certa frequência, façam os exames de rotina anualmente e façam o acompanhamento médico rotineiramente", orienta a profissional.

A cardiologista aponta também que o cuidado com a alimentação, a prática de exercícios físicos e uma rotina menos estressante são fundamentais para manter a pressão arterial controlada. "É fundamental que as pessoas em seu dia a dia incorporem hábitos saudáveis. Eles ajudarão na manutenção da saúde do coração. Optar por uma dieta rica em frutas, legumes, sem fritura e sem alimentos ultraprocessados é o primeiro passo para regular a pressão. Realizar 30 minutos de atividade física diariamente é outra aliada à saúde do coração", complementa Ariane.

A rotina corrida do dia a dia pode ser um impeditivo para uma mudança de hábitos, segundo Ariane. "É possível observar que em muitas realidades o tempo para implantar comportamento saudáveis é escasso. As pessoas vivem rotinas estressantes e exaustivas. Entretanto, é importante reservar um tempo para cuidar da saúde", ressalta a cardiologista.

Fundado em 2008, o Instituto Lado a Lado pela Vida é a única organização social brasileira que se dedica simultaneamente às duas principais causas da mortalidade - o câncer e as doenças cardiovasculares - além do intenso trabalho relacionado à saúde do homem. Sua missão é mobilizar e engajar a sociedade e gestores da saúde, contribuindo para ampliar o acesso aos serviços, da prevenção ao tratamento, e mudar para valer o cenário da saúde no Brasil. Trabalha para que todos os brasileiros tenham informação e acesso à saúde digna e de qualidade, em todas as fases da vida. Além de ter criado o Novembro Azul, o Instituto Lado a Lado pela Vida é o idealizador das campanhas Respire Agosto; Siga seu Coração; Mulher Por Inteiro e Câncer por HPV: O Brasil pode ficar sem.

# Problemas na região lombar

*Os principais causadores dessa dor*

A dor na região lombar pode ser causada por vários fatores, incluindo má postura. Quando a postura é inadequada, especialmente durante longos períodos de tempo, isso pode levar a tensão e desequilíbrios musculares na região.

"Atualmente, as pessoas acabam adotando posturas mais confortáveis que, às vezes, são prejudiciais para a saúde. A longo prazo, essas posturas causam encurtamento, limitações, diminuem a mobilidade de algumas articulações e deixam a coluna mais rígida, o que acaba gerando dor, desconforto e tensão", ressalta Loanda Vieira, conhecida como Dra Coluna nas redes sociais.

Para aliviar a dor na região lombar devido à má postura, existem algumas dicas importantes, como corrigir a postura e adotar hábitos mais saudáveis. Confira:

- *Manter uma boa postura, evitando curvar as costas e encolher os ombros;*
- *Usar uma cadeira com suporte lombar;*
- *Fazer pausas regulares, caso a pessoa trabalhe sentada por muito tempo;*
- *Fortalecer os músculos das costas com exercícios;*
- *Priorizar a mobilidade durante o dia, ou seja, fazer movimentos que ajudem a relaxar o corpo, aliviar a tensão na região lombar e melhorar a flexibilidade.*

A Theva, marca da Copespuma, convidou a especialista fisioterapeuta Loanda Vieira para experimentar e avaliar a funcionalidade e uso de algumas almofadas terapêuticas que estão disponíveis em seu portfólio.

Especializada em acessórios para conforto e bem-estar, a marca conta com uma linha completa de colchões, travesseiros, almofadas, entre outros, como o Suporte Terapêutico Lombar e a almofada Cóccix, que ficaram disponíveis para a Dra. conhecer e testar, aos quais foram ressaltados alguns diferenciais:

"As almofadas podem ser úteis para ajudar a evitar problemas na região lombar, especialmente para quem passa muito tempo sentado. O modelo Lombar é uma almofada muito confortável e importante para quem busca acomodação postural, além disso, ela tem um arqueamento que ajuda a manter a curvatura fisiológica da coluna, evitando assim desconforto e dores na região", diz a especialista.

Quanto ao outro modelo, a Almofada Cóccix, a especialista salienta:

"A almofada Cóccix é recomendada porque o cóccix é um ponto de pressão maior. Quando ficamos sentados, geramos maior pressão naquela região, então, a almofada, por ser mais alta e livrar a região, é confortável e reduz essa tensão e pressão localizada", ressalta

A prática de boa postura enquanto estiver sentado é fundamental, sendo importante entender que nenhuma postura é perfeita ou adequada se passamos muito tempo nela. A recomendação é que de tempos em tempos, ou mais precisamente a cada 1 hora, seja trocada a posição, aproveitando o momento para se levantar, andar pela sala, se esticar, virar de lado e mexer a coluna, de forma que essas movimentações ajudem a amenizar o aparecimento de hérnias, tensões, compressões nervosas entre outros problemas que acometem a coluna. Para finalizar, a Dra Coluna ainda destaca os benefícios do uso das almofadas Theva para aumentar o conforto e diminuir os problemas de dores na lombar:

"Indico a utilização dessas almofadas funcionais da Theva, tendo em vista que elas trarão benefícios para o corpo, sem nenhum maleficio. Além disso, as pessoas devem ficar atentas se durante o período de trabalho e no dia a dia estão muito tensas na região dos ombros, pescoço, coluna, sentadas curvadas sobre a cadeira e escorregando o quadril para frente, porque isso irá gerar problemas futuros. Devemos sempre tentar deixar a lombar apoiada", finaliza.

# Mulheres serão maioria na medicina até 2030

*Mesmo não existindo políticas de incentivo exclusivas para mulheres, elas estão conquistando seus espaços*

A partir de 2024, a maioria da especialidade médica será de mulheres jovens. É o que revela os dados divulgados pela Demografia Médica no Brasil 2023. Hoje, 562.229 médicos estão inscritos nos 27 CRMs (Conselhos Regionais de Medicina), e estudo indica que, até 2035, o país terá mais de um milhão de médicos em atividade.

"O estudo já indicava nas edições anteriores que haveria uma proporção maior de mulheres na medicina. Mesmo não existindo políticas de incentivo exclusivas para mulheres, elas estão conquistando seus espaços em uma das áreas mais concorridas do país, demonstrando suas competências", disse Júlia De Castilho Lázaro, fundadora da MitFokus, empresa especializada em gestão financeira para empresas da área de saúde.

A pesquisa aponta que em 2009 existiam aproximadamente 133 mil médicas no país, ao passo que em 2022 já somavam 260 mil, quase o dobro em 13 anos.

Já o número de médicos cresceu 43%, índice inferior ao do gênero feminino. A projeção indica, ainda, que, entre 2023 e 2035, o crescimento previsto entre as médicas será cerca de 118%, enquanto, entre os homens, será de 62%.

O estudo mostra que até 2035, 85% dos médicos e médicas do país terão entre 22 e 45 anos de idade. Desses, 70% das mulheres terão até 40 anos, enquanto 60% dos homens terão essa faixa de idade. Isso imprime uma realidade de que teremos um quadro de jovens mulheres à frente da saúde dos brasileiros.

## EVOLUÇÃO AO LONGO DAS DÉCADAS

A presença feminina na carreira médica começa a crescer ao longo do último século. De acordo com o relatório, em 1910 eram 77,7% homens e 22,3% mulheres. A presença masculina se amplia até 1960, quando chega a 87%, e as mulheres se limitam a 13%. A partir dos anos 1980, as mulheres ampliam sua participação e passam de 23,5% para 46,6%, em 2020.

## DESIGUALDADE DE DISTRIBUIÇÃO

Independente da proporção de gênero na medicina, tudo indica que a desigualdade entre médicos alocados pelo país continuará sendo um imbróglio na saúde pública do país.

O desequilíbrio geográfico de médicos é um problema mundial. No Brasil, em específico, a escassez se concentra especialmente nas cidades distantes dos grandes centros urbanos e nas periferias, notadamente nas regiões Norte e Nordeste.

Os estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo), Nordeste (Paraíba), além do Distrito Federal, terão mais médicos por mil habitantes do que a taxa mundial. Esses estados concentrarão mais de 70% do total de médicos do país.

Por outro lado, os estados da região Norte (Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Pará) e Nordeste (Maranhão) deverão ter as menores densidades, abaixo da metade da taxa nacional. Nessas regiões estarão pouco menos de 5% dos médicos.

O que vem chamando atenção dos gestores em saúde, conforme diz o relatório, são os vazios assistenciais (não suprir as principais necessidades de saúde da população), áreas desassistidas ou desertos médicos – que configura o fato dos médicos passarem muito tempo em deslocamento, até mesmo horas, para chegar ao trabalho.

"Essa desigualdade regional acende uma luz sobre a necessidade urgente de políticas públicas que ajudem a minimizar o déficit dos profissionais e equipes de saúde em áreas tão desprovidas de assistência", reforça Júlia.

# COPOM: O que esperar da próxima reunião do início de maio?

1 - Para Marianna Costa, economista-chefe do TC e Lucas Seixas, cofundador e CEO da InvestAI, "na próxima semana, o colegiado do Banco Central do Brasil (BC) volta a se reunir para definir a taxa básica de juros, Selic. Há uma larga expectativa de que a taxa seja mantida estável em 13,75%. No entanto, há também uma larga expectativa a respeito do comunicado e da ata dessa reunião, no sentido de buscar entender como está o balanço de riscos observado pelo colegiado para definir a trajetória da Selic.

Em retrospectiva, desde a última reunião, foram divulgados dados de inflação melhores do que o esperado na margem, e há melhora da composição da dinâmica dos preços. Do lado da atividade, há sinais claros de morosidade e aperto adicional das condições de crédito. Já o mercado de trabalho segue apresentando alguma resiliência. As condições do mercado externo, em particular o setor bancário, seguem pressionadas com tendência de piora.

Em prospectiva, os dados acima sugerem algum arrefecimento da dinâmica de preços na margem e menor atividade econômica, mas não fortes o suficiente para alterar as expectativas de inflação em um prazo mais longo do que 12 meses. Nesse sentido, mantêm-se as expectativas de inflação desancoradas em relação à meta perseguida pelo BC. Dessa forma, esse é o embasamento para a manutenção dos juros estáveis.

O que se procura saber é como a autoridade monetária avalia esse cenário prospectivo e como os modelos utilizados pelo Banco Central sugerem que será a dinâmica de preços à frente. A atenção se volta para o ponto de inflexão da trajetória das expectativas de inflação, que deve acontecer mais para o final do terceiro trimestre.

No entanto, há uma percepção subjacente de que a atividade econômica em ritmo menor, o aperto de crédito em ritmo maior e uma dinâmica de preços atual melhor possam corroborar que o ciclo de queda de juros tenha espaço para começar um pouco antes do último trimestre do ano -- talvez já no início do terceiro trimestre. São essas as pistas que se busca tanto no comunicado quanto na ata.

Nós, do TC, entendemos que o ciclo de queda de juros começa em

setembro, mas temos uma inclinação grande a acreditar que há espaço para que aconteça antes dessa data".

2 - Lucas Seixas, cofundador e CEO da InvestAI afirma que "na próxima quarta-feira, teremos a decisão do Copom a respeito da taxa de juros. Embora alguns analistas e o próprio governo peçam pela redução da taxa, devemos ver novamente uma postura mais conservadora e a manutenção em 13,75% ao ano.

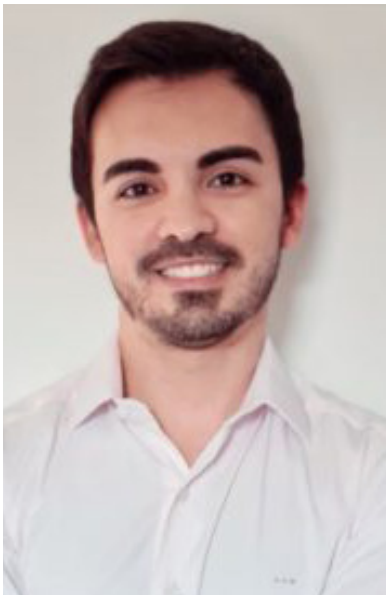
Manter a taxa de juros em um nível elevado pela sexta reunião seguida é uma forma de ancorar melhor as expectativas de inflação de 2024 e 2025 em torno da meta, mostrando que o Banco Central (BC) seguirá vigilante em qualquer indício de não conseguir atingir o intervalo da meta nos próximos anos. Além disso, é uma forma de mostrar que o BC não se deixará levar por pressões políticas, reafirmando sua independência.

Se vermos bons números na inflação de abril e maio, com núcleos em queda e inflação comportada, podemos considerar que talvez em junho esse ciclo de queda tenha início.

3 - Apesar da pressão do governo, o Banco Central deverá manter a taxa Selic, mais uma vez, projeta o Paraná Banco Investimentos. "O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) se reúne na terça-feira 2 de maio para decidir sobre a taxa Selic. De acordo com o Paraná Banco Investimentos, apesar do governo pressionar pela queda dos juros no país, a taxa deverá ser mantida, mais uma vez, em 13,75%".

De acordo com Pedro Oliveira, Tesoureiro do Paraná Banco Investimentos, "há um risco de que o ciclo de corte só inicie ano que vem. "Apesar da inflação acumulada de 12 meses estar em 4,65%, abaixo do teto da meta (4,75%), pela primeira vez, desde 2021, ela está contaminada pelas medidas de desoneração dos combustíveis do final do ano passado. Sendo assim, o Banco Central foca no núcleo de inflação, que exclui itens voláteis como o combustível, que fechou em 7,51% no acumulado de 12 meses até em março, impactado principalmente pela inflação de serviços, que subiu 7,64% no mesmo período. Outro ponto importante observado pelo Comitê é a expectativa de inflação futura, que desde a última reunião do COPOM se mantém em 4%, acima do centro da meta de 3%. Neste contexto, a inflação está muito longe da meta e não dá margem nenhuma para o COPOM reduzir juros".

Pedro Oliveira, Tesoureiro do Paraná Banco Investimentos


Lucas Seixas, cofundador e CEO da InvestAI

Oliveira salienta ainda que "para começar a cortar juros, a expectativa de inflação de 18 meses a frente tem que cair, este é o horizonte relevante para o Banco Central. Um dos fatores para isso acontecer é a responsabilidade fiscal, sendo assim, o Governo terá que provar que a nova regra fiscal é factível, que irá limitar os gastos e controlar a dívida. Nossa expectativa, no cenário otimista, é o ciclo de corte começar em setembro, com cortes de 0,5 p.p., chegando a 12,25% em dezembro. No cenário pessimista, o ciclo só se inicia ano que vem e a Selic fecha 2023 em 13,75%".

Sobre o IPCA, a inflação deve arrefecer perto de 3,5% na metade do ano, mas ainda deve fechar 2023 em 6%, já sem os efeitos da desoneração dos combustíveis e pressionada por serviços e transportes, uma vez que as expectativas de queda no preço do petróleo se reverteram com os cortes anunciados pela OPEP no começo do mês. Neste cenário de contínuo juro alto, o empréstimo consignado ainda é a melhor opção, dado que tem uma das menores taxas de juros entre os créditos livres.

Em relação ao câmbio, o dólar deve ficar ao redor de R$ 5,00 em 2023, com risco de alta, caso o cenário externo piore; e risco de baixa, caso o novo arcabouço fiscal mostre credibilidade no controle de gastos e estabilidade da dívida.

Para os investidores, a renda fixa ainda será protagonista em 2023, sendo que os papéis pós-fixados são os mais recomendados. Quanto aos investimentos de até 3 anos, os títulos prefixados também são uma opção interessante para capturar a queda da taxa de juros.

# Perspectivas da Economia Mundial

***Carlos Alberto Teixeira de Oliveira***
*Presidente/Editor Geral de MercadoComum*

O Fundo Monetário divulgou mais uma vez, no dia 11 de abril último, o relatório intitulado "World Economic Outlook" contendo a revisão de estatísticas econômicas anteriores e as previsões para a economia mundial e dos diversos países para 2023 e 2024.

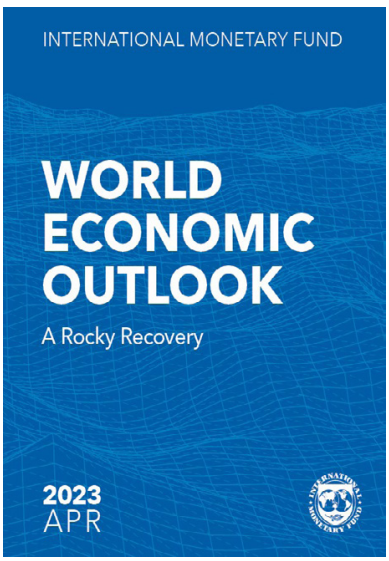
As perspectivas da economia mundial são incertas novamente em meio à turbulência do setor financeiro, alta inflação, efeitos contínuos da invasão da Ucrânia pela Rússia e três anos de COVID

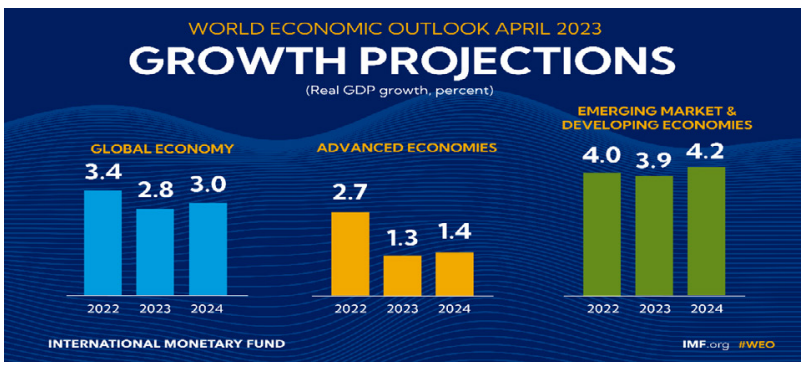
A previsão de base é que o crescimento caia de 3,4% em 2022 para 2,8% em 2023, antes de se estabelecer em 3,0% em 2024. Espera-se que as economias avançadas apresentem uma desaceleração de crescimento especialmente pronunciada, de 2,7% em 2022 para 1,3% em 2023. Em um cenário alternativo plausível com mais estresse no setor financeiro, o crescimento global deverá cair para cerca de 2,5% em 2023, com o crescimento das economias avançadas ficando abaixo de 1%.

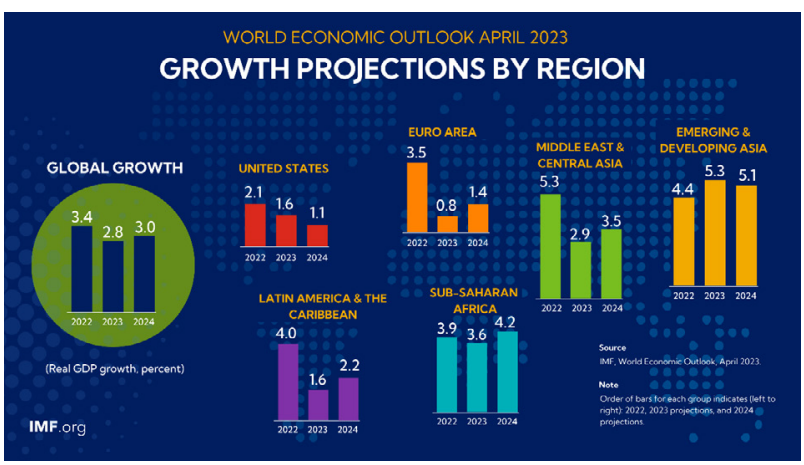
A inflação nominal global na linha de base deve reduzir-se de 8,7% em 2022 para 7,0% em 2023 devido aos preços mais baixos das commodities, mas a inflação subjacente (núcleo) provavelmente cairá mais lentamente. O retorno da inflação à meta é improvável antes de 2025, na maioria dos casos.

A taxa de juros nominal é importante tanto para a política monetária quanto para a fiscal, pois é um nível de referência para avaliar a orientação da política monetária e um fator determinante da sustentabilidade da dívida pública. O Capítulo 2 do documento visa estudar a evolução da taxa nominal de juros em várias grandes economias de mercado avançadas e emergentes.

A dívida pública como proporção do PIB disparou em todo o mundo durante o COVID-19 e espera-se que permaneça elevada. O Capítulo 3 examina a eficácia de diferentes abordagens para reduzir a relação dívida/PIB. As interrupções na cadeia de suprimentos e as crescentes tensões geopolíticas trouxeram os riscos e os benefícios e custos potenciais da fragmentação geoeconômica para o centro do debate político. O Capítulo 4 estuda como essa fragmentação pode remodelar a geografia do IED - Investimento Estrangeiro Direto e como isso pode afetar a economia global.

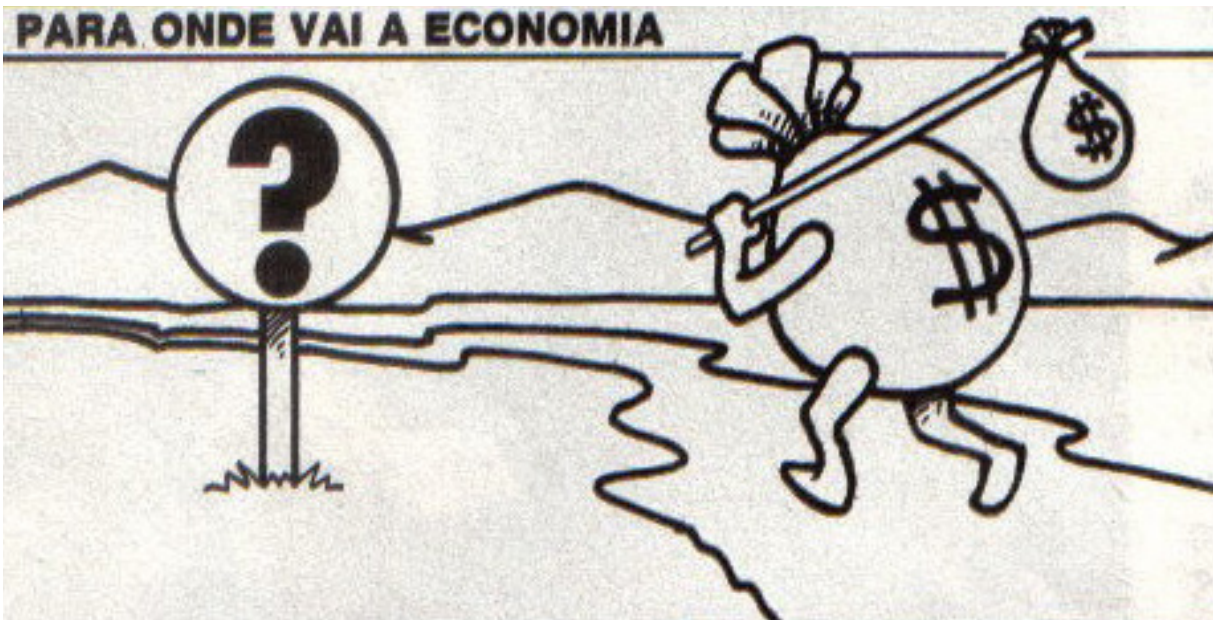


# FMI: recuperação econômica perdura, mas o futuro continua incerto

*A inflação está caindo lentamente, mas o crescimento econômico permanece historicamente baixo e os riscos financeiros aumentaram*




Publicamos, a seguir e na íntegra, matéria de autoria de Pierre-Olivier Gourinchas*, Conselheiro Econômico e Diretor do Departamento de Estudos do FMI.

A recuperação gradual da economia global, tanto da pandemia quanto da invasão da Ucrânia pela Rússia, continua na direção certa. A reabertura da atividade econômica proporcionou que a economia da China pudesse se recuperar fortemente. As interrupções na cadeia de suprimentos estão diminuindo, enquanto os deslocamentos nos mercados de energia e alimentos causados pela guerra estão diminuindo. Simultaneamente, o aperto massivo e sincronizado da política monetária pela maioria dos bancos centrais deve começar a dar frutos, com a inflação voltando para as metas.

Prevemos em nosso último Panorama Econômico Mundial que o crescimento chegará a 2,8% este ano, antes de subir modestamente para 3% no próximo ano – 0,1 ponto percentual abaixo de nossas projeções de janeiro. A inflação global cairá, embora mais lentamente do que inicialmente previsto, de 8,7% no ano passado para 7% este ano e 4,9% em 2024.

A desaceleração econômica deste ano está concentrada nas economias avançadas, especialmente na zona do euro e no Reino Unido, onde o crescimento deve cair para 0,8 por cento e -0,3 por cento este ano, antes de se recuperar para 1,4 e 1 por cento, respectivamente. Por outro lado, apesar de uma revisão para baixo de 0,5 ponto percentual, muitos mercados emergentes e economias em desenvolvimento estão se recuperando, com o crescimento ano a ano acelerando para 4,5% em 2023, de 2,8% em 2022.

**RISCOS**

A instabilidade bancária recente nos lembra, no entanto, que a situação continua frágil. Mais uma vez, os riscos negativos dominam e a névoa em torno das perspectivas econômicas mundiais aumentou.

Primeiro, a inflação é muito mais rígida do que o previsto, mesmo alguns meses atrás. Embora a inflação global tenha diminuído, isso reflete principalmente a forte reversão nos preços de energia e alimentos. Mas o núcleo da inflação, que exclui energia e alimentos, ainda não atingiu o

pico em muitos países. Esperamos que o núcleo da inflação de fim de ano desacelere para 5,1% este ano, uma revisão para cima considerável de 0,6 pontos percentuais em relação à nossa atualização de janeiro e bem acima da meta.

Além disso, a atividade mostra sinais de resiliência, pois os mercados de trabalho permanecem muito fortes na maioria das economias avançadas. Neste ponto do ciclo de aperto, esperamos ver mais sinais de abrandamento da produção e do emprego. Em vez disso, nossas estimativas de produção e inflação foram revisadas para cima nos últimos dois trimestres, sugerindo demanda agregada mais forte do que o esperado. Isso pode exigir que a política monetária se aperte ainda mais ou permaneça mais apertada por mais tempo do que o previsto atualmente.

Devemos nos preocupar com o risco de uma espiral descontrolada de salários e preços? Neste ponto, continuo não convencido. Os ganhos salariais nominais continuam abaixo dos aumentos de preços, implicando uma queda nos salários reais. Um tanto paradoxalmente, isso está acontecendo enquanto a demanda por mão de obra é muito forte, com as empresas abrindo muitas vagas, e enquanto a oferta de mão de obra permanece fraca – muitos trabalhadores não voltaram totalmente à força de trabalho após a pandemia. Isso sugere que os salários reais devem aumentar, e espero que sim. Mas as margens corporativas aumentaram nos últimos anos - este é o outro lado dos preços acentuadamente mais altos, mas apenas salários modestamente mais altos - e devem ser capazes de absorver grande parte dos custos trabalhistas crescentes, em média. Desde que as expectativas de inflação permaneçam bem ancoradas, esse processo não deve sair do controle. Pode muito bem, no entanto, demorar mais do que o previsto.

**NUNCA SERIA UMA CAMINHADA FÁCIL**

Mais preocupantes são os efeitos colaterais que o forte aperto da política monetária do ano passado está começando a ter sobre o setor financeiro, como repetidamente alertamos que pudesse acontecer. Talvez a surpresa seja que demorou tanto.

Após um período prolongado de inflação contida e baixas taxas de juros, o setor financeiro tornou-se muito complacente com os descasamentos de vencimento e liquidez. O rápido aperto da política monetária do ano passado provocou perdas consideráveis em ativos de renda fixa de longo prazo e aumentou os custos de financiamento.

A estabilidade de qualquer sistema financeiro depende de sua capacidade de absorver perdas sem recorrer ao dinheiro dos contribuintes. A breve instabilidade no mercado de ouro do Reino Unido no outono passado e a recente turbulência bancária nos Estados Unidos ressaltam que existem vulnerabilidades significativas entre bancos e intermediários financeiros não bancários. Em ambos os casos, as autoridades financeiras e monetárias agiram com rapidez e firmeza e, até agora, evitaram mais instabilidade.

Nosso Panorama Econômico Mundial explora um cenário em que os bancos, diante do aumento dos custos de financiamento e da necessidade de agir com mais prudência, reduzam ainda mais os empréstimos. Isso leva a uma redução adicional de 0,3% na produção este ano.

No entanto, o sistema financeiro pode muito bem ser testado ainda mais. Investidores nervosos geralmente procuram o próximo elo mais

fraco, como fizeram com o Crédit Suisse, um banco europeu globalmente sistêmico, mas em dificuldades. Instituições financeiras com excesso de alavancagem, risco de crédito ou exposição à taxa de juros, dependência excessiva de financiamento de curto prazo ou localizadas em jurisdições com espaço fiscal limitado podem se tornar o próximo alvo. Assim como os países com fundamentos expostos mais fracos.

Um aperto acentuado nas condições financeiras globais – o chamado evento de "exclusão de risco" – pode ter um impacto dramático nas condições de crédito e nas finanças públicas, especialmente nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. Isso precipitaria grandes saídas de capital, um aumento repentino nos prêmios de risco, uma valorização do dólar em uma corrida buscando maior segurança e grandes quedas na atividade global em meio a uma queda na confiança, nos gastos das famílias e nos investimentos.

Em um cenário negativo tão grave, o crescimento global pode desacelerar para 1% este ano, o que implica uma renda per capita quase estagnada. Estimamos a probabilidade de tal resultado em cerca de 15 por cento.

Estamos, portanto, entrando em uma fase complicada durante a qual o crescimento econômico permanece fraco para os padrões históricos, os riscos financeiros aumentaram, mas a inflação ainda não superou de forma decisiva.

**POLÍTICAS**

Mais do que nunca, os formuladores de políticas precisam de mão firme e comunicação transparente.

Contida a instabilidade financeira, a política monetária deverá manter-se focada na redução da inflação, mas pronta a ajustar-se rapidamente à evolução financeira. Um aspecto positivo é que a turbulência bancária ajudará a desacelerar a atividade agregada à medida que os bancos reduzirem os empréstimos. Por si só, isso deve mitigar parcialmente a necessidade de mais aperto monetário para alcançar a mesma orientação de política. Mas qualquer expectativa de que os bancos centrais desistirão prematuramente da luta contra a inflação teria o efeito oposto: reduzir os rendimentos, apoiar a atividade além do que é garantido e, por fim, complicar a tarefa das autoridades monetárias.

A política fiscal também pode desempenhar um papel ativo. Ao desacelerar a atividade econômica, uma política fiscal mais apertada daria suporte à política monetária, permitindo que as taxas de juros reais voltassem mais rapidamente a um nível natural baixo. A consolidação fiscal adequadamente projetada também ajudará a reconstruir os amortecedores tão necessários e a fortalecer a estabilidade financeira. Embora a política fiscal esteja se tornando menos expansionista em muitos países este ano, mais poderia ser feito para recuperar o espaço fiscal.

Os reguladores e supervisores também devem agir agora para garantir que as fragilidades financeiras remanescentes não se transformem em uma crise total, fortalecendo a supervisão e gerenciando ativamente as tensões do mercado. Para mercados emergentes e economias em desenvolvimento, isso também significa garantir o acesso adequado à Rede de Segurança Financeira Global, incluindo os acordos de precaução do FMI, acesso à facilidade de recompra das Autoridades Monetárias Internacionais e Estrangeiras do Federal Reserve dos EUA ou às linhas de swap do banco central, quando relevante. As taxas de câmbio devem ser ajustadas tanto quanto possível, a menos que isso aumente os riscos para a estabilidade financeira ou ameace a estabilidade de preços, de acordo com nosso Quadro de Política Integrada .

Nossas projeções mais recentes também indicam uma desaceleração geral nas previsões de crescimento de médio prazo. As projeções de crescimento de cinco anos à frente caíram de 4,6% em 2011 para 3% em 2023. Parte desse declínio reflete a desaceleração do crescimento de economias que anteriormente cresciam rapidamente, como China ou Coréia. Isso é previsível: o crescimento desacelera à medida que os países convergem. Mas parte da desaceleração mais recente também pode refletir forças mais sinistras: o impacto devastador da pandemia, um ritmo mais lento de reformas estruturais, bem como a ameaça crescente e cada vez mais real de fragmentação geoeconômica levando a mais tensões comerciais, menos investimento direto e um ritmo mais lento de inovação e adoção de tecnologia em 'blocos' fragmentados. É improvável que um mundo fragmentado alcance o progresso para todos ou enfrente com sucesso os desafios globais, como as mudanças climáticas ou a preparação para pandemias. Devemos evitar esse caminho a todo custo.

**PIERRE-OLIVIER GOURINCHAS**

Conselheiro Econômico e Diretor do Departamento de Estudos do FMI. Está licenciado da Universidade da Califórnia em Berkeley, onde ocupa a cátedra S.K. e Angela Chan de Gestão Global no Departamento de Economia e na Haas School of Business. Professor Gourinchas foi redator-chefe do IMF Economic Review desde sua criação em 2009 até 2016, editor-chefe do Journal of International Economics entre 2017 e 2019 e coeditor do American Economic Review entre 2019 e 2022. Está licenciado do National Bureau of Economic Research onde era diretor do programa de Finanças Internacionais e Macroeconomia. É pesquisador associado do Center for Economic Policy Research, CEPR (Londres) e Fellow da Sociedade Econométrica.

# Latest World Economic Outlook Growth Projections

| (real GDP, annual percent change) | ESTIMATE 2022 | PROJECTIONS 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **World Output** | **3.4** | **2.9** | **3.1** |
| **Advanced Economies** | **2.7** | **1.2** | **1.4** |
| United States | 2.0 | 1.4 | 1.0 |
| Euro Area | 3.5 | 0.7 | 1.6 |
| Germany | 1.9 | 0.1 | 1.4 |
| France | 2.6 | 0.7 | 1.6 |
| Italy | 3.9 | 0.6 | 0.9 |
| Spain | 5.2 | 1.1 | 2.4 |
| Japan | 1.4 | 1.8 | 0.9 |
| United Kingdom | 4.1 | -0.6 | 0.9 |
| Canada | 3.5 | 1.5 | 1.5 |
| Other Advanced Economies | 2.8 | 2.0 | 2.4 |
| **Emerging Market and Developing Economies** | **3.9** | **4.0** | **4.2** |
| Emerging and Developing Asia | 4.3 | 5.3 | 5.2 |
| China | 3.0 | 5.2 | 4.5 |
| India | 6.8 | 6.1 | 6.8 |
| Emerging and Developing Europe | 0.7 | 1.5 | 2.6 |
| Russia | -2.2 | 0.3 | 2.1 |
| Latin America and the Caribbean | 3.9 | 1.8 | 2.1 |
| Brazil | 3.1 | 1.2 | 1.5 |
| Mexico | 3.1 | 1.7 | 1.6 |
| Middle East and Central Asia | 5.3 | 3.2 | 3.7 |
| Saudi Arabia | 8.7 | 2.6 | 3.4 |
| Sub-Saharan Africa | 3.8 | 3.8 | 4.1 |
| Nigeria | 3.0 | 3.2 | 2.9 |
| South Africa | 2.6 | 1.2 | 1.3 |
| *Memorandum* | | | |
| Emerging Market and Middle-Income Economies | 3.8 | 4.0 | 4.1 |
| Low-Income Developing Countries | 4.9 | 4.9 | 5.6 |

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, January 2023

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2022/23 (starting in April 2022) shown in the 2022 column. India's growth projections are 5.4 percent in 2023 and 6.8 percent in 2024 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND IMF.org

# Economia brasileira continua, há décadas, travada e se distancia cada vez mais da média do crescimento global, condenando o país ao atraso e subdesenvolvimento

**Focus** | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO — 20 de abril de 2023

| | 2023 | | | | 2024 | | | | 2025 | | 2026 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal* | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal* | Hoje | Comp. semanal* | Hoje | Comp. semanal* |
| IPCA (%) | 5,93 | 6,01 | 6,04 | ▲ (4) | 4,13 | 4,18 | 4,18 | = (1) | 4,00 | = (4) | 4,00 | = (5) |
| PIB (var. %) | 0,90 | 0,90 | 0,96 | ▲ (1) | 1,40 | 1,40 | 1,41 | ▲ (1) | 1,70 | ▼ (3) | 1,80 | = (3) |
| CÂMBIO (R$/US$) | 5,25 | 5,24 | 5,20 | ▼ (2) | 5,30 | 5,26 | 5,25 | ▼ (3) | 5,30 | = (18) | 5,32 | ▼ (1) |
| SELIC (% a.a.) | 12,75 | 12,50 | 12,50 | = (1) | 10,00 | 10,00 | 10,00 | = (10) | 9,00 | = (11) | 8,75 | = (3) |

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade em relação ao Focus anterior

O PIB – Produto Interno Bruto global deverá somar US$ 105,57 trilhões e, desse total, o a economia norte-americana tem a liderança – com US$ 26,85 trilhões e detendo mais de ¼ do PIB total – seguida pela China, com US$ 19,37 trilhões e uma participação de18,4% no total mundial. O FMI projeta que em 2023 o Brasil terá um PIB de US$ 2,08 trilhões e uma participação relativa de 1,97% no total mundial, ocupando a 10ª posição no ranking das maiores economias.

Os países desenvolvidos que, em 2000, respondiam por 79,0% da produção mundial – terão as suas participações reduzidas para 57,28% em 2022. Já os emergentes ou em desenvolvidos, categoria do o Brasil se inclui, saltarão de uma participação de 21,0% para 42,72% do total mundial neste ano. A tendência é de se continuar esta ampliação com a possibilidade de, mais alguns anos à frente, também assumirem a sua liderança.

De acordo com dados do FMI e Banco Mundial o Brasil, em 2023, detém a 7ª maior população, a 5ª maior superfície terrestre e a 10ª maior economia mundial.

Depois das surpresas para cima no ritmo do crescimento do PIB mundial em 2022 que atingiu 3,4%, o desempenho esperado para este ano é mais fraco – de 2,9% e deve voltar a subir em 2024, alcançando 3,1%. Para o Brasil, o FMI projeta uma taxa de crescimento do PIB de 1,2% em 2023 e de 1,5% em 2024, abaixo da média regional e global, cabendo mencionar que os países emergentes e em desenvolvimento devem registrar uma expansão bem superior, de 4,0% e de 4,2%, respectivamente, em 2023 e 2024.

A taxa de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto do Brasil esperado para 2023 de 0,96% - de acordo com o Relatório Focus do Banco Central divulgado no dia 20 de abril último está abaixo do os níveis projetados pelo FMI de 1,2% para a economia brasileira neste exercício e, também em relação ao próximo.

Durante os vinte e dois anos iniciais

**MUNDO – MAIORES POPULAÇÕES/2023* –**
EM MILHARES DE HABITANTES

| Ordem | País | População |
|---|---|---|
| 01 | Índia | 1.436.570 |
| 02 | China | 1.411.961 |
| 03 | Estados Unidos | 335.537 |
| 04 | Indonésia | 277.432 |
| 05 | Paquistão | 231.552 |
| 06 | Nigéria | 222.182 |
| 07 | Brasil | 215.157 |
| 08 | Bangladesh | 170.279 |
| 09 | Rússia | 143.204 |
| 10 | México | 131.230 |
| 11 | Japão | 124.621 |
| 12 | Filipinas | 112.893 |
| 13 | Egito | 106.225 |
| 14 | Etiópia | 105.747 |
| 15 | Vietnam | 100.345 |

*Projeções. Fonte: World Economic Outlook/Apr 2023/FMI Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

**RANKING DAS MAIORES ECONOMIAS – 2023***

| Ordem | País | PIB -US$ bilhões | Participação no Total Mundial - % |
|---|---|---|---|
| 01 | Estados Unidos | 26.854,60 | 25,44 |
| 02 | China | 19.373,59 | 18,35 |
| 03 | Japão | 4.409,74 | 4,18 |
| 04 | Alemanha | 4.308,85 | 4,08 |
| 05 | Índia | 3.736,88 | 3,54 |
| 06 | Reino Unido | 3.158,94 | 2,99 |
| 07 | França | 2.923,49 | 2,77 |
| 08 | Itália | 2.169,75 | 2,06 |
| 09 | Canadá | 2.089,67 | 1,98 |
| 10 | Brasil | 2.081,24 | 1,97 |
| 11 | Rússia | 2.062,65 | 1,95 |
| 12 | Coreia do Sul | 1.721,91 | 1,63 |
| 13 | Austrália | 1.707,56 | 1,62 |
| 14 | México | 1.663,16 | 1,58 |
| 15 | Espanha | 1.492,43 | 1,41 |
| 16 | Indonésia | 1.391,78 | 1,32 |
| 17 | Holanda | 1.080,88 | 1,02 |
| 18 | Arábia Saudita | 1.061,90 | 1,01 |
| 19 | Turquia | 1.029,30 | 0,98 |
| **Total Mundial** | | **105.568,78** | **100,00** |

*Projeções. Fonte: World Economic Outlook/Apr 2023/FMI. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

**MAIORES RENDAS PER CAPITA 2023***
PAÍSES SELECIONADOS

| País | Em US$ correntes |
|---|---|
| Luxemburgo | 132.372,39 |
| Irlanda | 114.581,38 |
| Noruega | 101.103,08 |
| Suíça | 98.767,33 |
| Cingapura | 91.100,37 |
| Catar | 83.891,03 |
| Estados Unidos | 80.034,58 |
| Islândia | 75.180,37 |
| Dinamarca | 68.827,43 |
| Austrália | 64.964,28 |
| Holanda | 61.058,87 |
| Áustria | 56.802,39 |
| Israel | 55.535,87 |
| Suécia | 55.395,44 |
| Finlândia | 54.357,25 |
| Bélgica | 53.377,78 |
| Canadá | 52.722,48 |
| Hong Kong | 52.429,49 |
| Alemanha | 51.383,50 |
| Nova Zelândia | 48.826,72 |
| Reino Unido | 46.371,45 |
| França | 44.408,42 |
| Itália | 36.812,32 |
| Japão | 35.385,07 |
| Taiwan | 33.907,52 |
| Coreia do Sul | 33.393,07 |
| Espanha | 31.223,35 |
| Arábia Saudita | 29.922,08 |
| Portugal | 26.012,55 |
| Chile | 17.827,41 |
| Rússia | 14.403,57 |
| China | 13.721,05 |
| Argentina | 13.709,49 |
| México | 12.673,63 |
| **Brasil** | **9.673,09** |
| Índia | 2.601,36 |
| Nigéria | 2.280,12 |

*Projeções. Fonte: World Economic Outlook/Apr 2023/FMI Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

deste novo século e milênio, em apenas cinco deles (2002, 2004, 2007, 2008 e 2010) a economia brasileira conseguiu registrar desempenho superior à média global. Desde 2011, até os dias atuais e, em todos eles, o PIB-Produto Interno Bruto médio global registrou performance superior e atividade muito mais vigorosa do que os níveis brasileiros. Em síntese, nestes últimos doze anos, em nenhum deles a economia brasileira conseguiu superar a média do crescimento econômico global, ficando bem abaixo, o que representa uma verdadeira tragédia nacional, principalmente se analisada sob a ótica social. O exemplo mais claro é que a renda per capita dos brasileira, ainda nos dias atuais, retrocede aos níveis do ano de 2008.

Durante a primeira década de 2001/2010, a economia brasileira cresceu, no acumulado do período - 43,55% e quase que até mesmo conseguiu acompanhar a evolução média da economia mundial, que registrou uma expansão 46,84%. No entanto, ficou à metade do ritmo das economias emergentes e em desenvolvimento, que expandiram 82,55% no acumulado do período.

Já nos anos 2011-2020 seguintes, considerada a "Década-Fracassada", enquanto a economia global expandiu no acumulado 32,48% durante o período, a brasileira praticamente não saiu do lugar, tendo crescido apenas 2,68% no período. Exige-se mencionar que, no mesmo período, os países considerados emergentes ou em desenvolvimento (categoria da qual o Brasil faz parte) registraram expansão acumulada de 49,67%.

# Economia brasileira corre risco de ficar estagnada em 2023

*Arcabouço fiscal é o primeiro passo, mas é preciso mais para evitar crescimento medíocre do PIB*

Em editorial publicado em sua edição de 18 de abril último, o jornal O Estado de S.Paulo afirmou que "Os brasileiros não podem contar com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) significativo neste e no próximo ano, mostram os principais indicadores macroeconômicos. O dado mais recente nesse sentido foi o recuo de 0,04% em janeiro do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR). Com isso, houve uma queda de 1,28% no trimestre encerrado em janeiro.

Na semana passada, foi a vez de o Fundo Monetário Internacional (FMI) acompanhar as previsões de bancos e consultorias ao revisar para baixo a estimativa de crescimento do País. Em janeiro, a entidade esperava um aumento – modesto – de 1,20% do PIB; agora a expectativa é de que a expansão nem chegue a 1% e fique em apenas 0,90%. Essa é também a média das estimativas colhidas pelo BC no mercado financeiro no Boletim Focus. O que significa que vamos crescer em 2023 menos do que países como a Índia e o México e muito menos do que o necessário para reduzir a desigualdade de renda e a criação de empregos com salários menores.

Mais alarmante ainda é a perspectiva de que também 2024 seja um ano muito fraco economicamente, como mostram as projeções do FMI e dos especialistas. Um dos pontos de estrangulamento do PIB é a oferta de crédito muito restrita, como projetam os próprios bancos. Numa consulta feita pela Febraban e divulgada na semana passada, os bancos informaram que vão aumentar em apenas 5,1% a concessão de financiamentos para empresas, para citar só um dado.

Sem crédito, empresas e consumidores já estão com a roda travada. Aumentaram a inadimplência e os pedidos de recuperação judicial, caiu o número de fusões e aquisições, diminuiu ou acabou o interesse em expandir fábricas e lojas e os negócios de forma geral.

Uma das razões para esse cenário, como já foi apontado muitas vezes, é o nível elevado das taxas de juros em termos reais no Brasil. Mas não se pode descartar o impacto de outros acontecimentos, como os problemas contábeis das Lojas Americanas, que tornaram os bancos mais cautelosos em liberar empréstimos. Também pesou o cenário internacional, com o susto no mercado financeiro dado por dificuldades em bancos nos Estados Unidos e na Suíça.

Não há dúvidas também que essa situação é resultado, em parte, da política econômica tocada pelo recém-encerrado governo de Jair Bolsonaro. Seu superministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu mundos e fundos na política fiscal e no crescimento do PIB. É certo que houve pandemia e guerra na Ucrânia, fatores que obviamente impactam o resultado, mas a desorganização das contas, promovida pelo populismo eleitoreiro de Bolsonaro, nada teve a ver com a covid-19 nem com a agressão russa.

O governo Lula deu alguns passos importantes para promover o crescimento do PIB, como o anúncio de um programa fiscal, conforme pedia o mercado financeiro, mas é preciso mais. Falta um plano ambicioso, a ser tocado em conjunto com o setor privado, que tire o Brasil de um padrão de crescimento de ridículos 2,3% em média ao ano, como se verificou nos últimos 40 anos. Lula pode se queixar do pessimismo, mas só lamúrias não farão o Brasil sair de sua longa pasmaceira.

Posicionamento
Medida Provisória 1.153/2022

SETCEMG
CNT Confederação Nacional do Transporte

# Posicionamento MP 1.153/2022

*Setor prevê diminuição de frota com o fim da exclusividade da contratação do seguro de carga pelo transportador*

O parecer apresentado pelo deputado Hugo Motta (Republicanos/PB), à Medida Provisória (MPV) nº 1.153/2022, retira a exclusividade da contratação do seguro de responsabilidade civil pelo transportador.

Em todos os países o seguro é contratado pelo transportador, apenas no Brasil as empresas de transporte e os caminhoneiros autônomos ficam à mercê dos embarcadores. Isso traz uma enorme insegurança jurídica e grandes prejuízos financeiros.

Os embarcadores recebem seu ressarcimento das seguradoras que cobram dos transportadores o valor pago. O modelo está levando a falência as empresas de transporte e os caminhoneiros.

A única solução viável é a redução da frota e a utilização de veículos mais antigos. Já os profissionais autônomos, que por vezes, são acionados em ações das seguradoras com valores superiores ao valor do seu caminhão, restará apenas se retirar do mercado.

Os profissionais do transporte que não se negaram a colocar suas vidas em risco para manter o Brasil abastecido durante a pandemia, são os mesmos que estão sendo negligenciados pelo Governo e pelo Parlamento.

Os prejuízos gerados pelas Cartas de Dispensa de Direito de Regresso serão responsáveis por uma frota reduzida, uma logística menos eficaz e uma redução imediata no PIB brasileiro.

O Poder Público não pode sucumbir ao setor industrial e fechar os olhos para os danos causados pela intransigência das grandes indústrias. O setor que move o Brasil não pode ser preterido e inviabilizado pelo Governo e pelo Congresso Nacional.

O descaso com o transporte pode inviabilizar um serviço essencial ao país.

Confederação Nacional
do Transporte - CNT
SETCEMG

# As Marcas vencedoras do 28º Prêmio Top of Mind de Minas Gerais

*Premiação será no dia 21 de junho*

O 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum - Marcas de Sucesso – Minas Gerais tem por objetivo premiar as principais marcas do Estado no ano de 2023. Para tanto, fez-se necessário realizar um minucioso estudo visando analisar o índice de lembrança espontânea de diferentes marcas, em segmentos distintos, junto à população mineira.

A premiação das Marcas vencedoras ocorrerá às 19 horas, do dia 21 de junho, no Centro do Convenções da Associação Médica de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG e, após a solenidade, acontecerá o tradicional "Coquetel de Confraternização" para 500 convidados especiais.

Este 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais - 2023 já conta, inicialmente, com os apoios especiais da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas; ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda. e Portogallo Family Office.

MercadoComum circulará, no mês de julho, com uma edição impressa e outra eletrônica especial, contendo o descritivo da pesquisa e sua metodologia, além de matérias jornalísticas específicas sobre as empresas vencedoras, destacando-se a importância e o relevante papel exercido por esta iniciativa, que é também o de procurar ampliar a divulgação da imagem econômica e social de Minas, aumentando as chances de atração de novas empresas para o Estado e de amplificar os negócios daquelas aqui já presentes.

As edições eletrônicas em PDF de MercadoComum são encaminhadas diretamente, via e-mail, a um público superior a 120 mil formadores de opinião em Minas e em todo o país e, as suas páginas na internet, estão sendo acessadas e visualizadas por 4,56 milhões de pessoas mensalmente.

As empresas vencedoras da premiação que veicularem publicidades, nas edições especiais de MercadoComum que circularão em julho e que participarão da solenidade de premiação, receberão uma certificação com a sua classificação na pesquisa, um troféu nominativa especialmente preparado em aço inox estilizado e a pesquisa realizada, além da publicação de um descritivo institucional sobre a mesma na referida edição, bem como, convites individualizados para a solenidade e Coquetel de Confraternização. Adicionalmente, também poderão ter acesso às fotos exclusivas, aos vídeos do evento, além de lhes ser permitido dar ampla divulgação às suas logomarcas e demais aspectos ligados a esta iniciativa.

## MARCAS VENCEDORAS DO 28º PRÊMIO TOP OF MIND MERCADOCOMUM – MARCAS DE SUCESSO – MINAS GERAIS – 2028

### 1 - CLASSIFICAÇÃO POR MARCA

| Marca | ITEM | Categoria | Segmento |
|---|---|---|---|
| 3 CORAÇÕES | Café | Excelência | Alimentos |
| ARAUJO | Drogaria | Excelência | Saúde |
| ARAUJO | Site Medic. | Liderança | Saúde |
| AYMORÉ | Biscoitos | Excelência | Alimentos |
| BRAHMA | Cerveja | Liderança | Bebidas |
| BEM BRASIL | Batata Ind. | Liderança | Alimentos |
| BENEGRIP | Med.Gripe | Liderança | Saúde |
| BH SHOPPING | Shopping | Liderança | Compras |
| BRAUNAS | Tijolos | Excelência | Construção |
| CASAS BAHIA | Loja Eletr. | Liderança | Compras |
| CAIXA | Banco | Liderança* | Finanças |
| CEMIG | Emp. MG | Liderança | Outros |
| CLARO | Telefonia | Expressão* | Comunicação |
| CODIL | Feijão | Expressão* | Alimentos |
| CRISTAL DE MINAS | Açúcar | Liderança* | Alimentos |
| CVC | Ag. Viagem | Excelência | Turismo |
| DIPIRONA | Rem. Febre | Liderança | Saúde |
| FIAT | Carro | Excelência | Transportes |
| GOL | Cia. Aérea | Excelência | Turismo |
| HEINEKEN | Cerveja | Expressão* | Bebidas |
| HERMES PARDINI | Laboratório | Excelência | Saúde |
| ITAÚ | Banco | Liderança* | Finanças |
| LEITURA | Livraria | Excelência | Compras |
| LIZA | Óleo Cozinha | Liderança | Alimentos |
| MAGAZINE LUIZA | Loja Eletrod. | Expressão | Compras |
| MANOEL BERNARDES | Joalheria | Expressão* | Compras |
| MASTERCARD | Cartão | Expressão | Finanças |
| MATER DEI | Hospital | Liderança* | Saúde |
| MCDONALD'S | Loja F. Food | Excelência | Alimentos |
| MERCADO LIVRE | Site | Liderança | Compras |
| MERCEDES-BENZ | Caminhão | Liderança | Transportes |
| MINAS SHOPPING | Shopping | Expressão | Compras |
| ORTOBOM | Colchão | Excelência | Compras |
| PÉRGOLA | Vinho | Excelência | Bebidas |
| PIF PAF | Batata | Expressão | Alimentos |
| PORTO SEGURO | Seguros | Liderança | Finanças |
| PROSEGUR | Emp. Transp | Liderança | Transportes |
| REDE GLOBO | TV | Excelência | Comunicação |
| ROMMANEL | Joalheria | Expressão* | Compras |
| SANTA AMÁLIA | Massas | Liderança* | Alimentos |
| SHOPEE | Site | Expressão* | Compras |
| SKOL | Cerveja | Expressão* | Bebidas |
| SOYA | Óleo Coz. | Expressão | Alimentos |
| SUPERM. BH (BH) | Supermercado | Excelência | Compras |
| SUPERM. BH (Interior) | Supermercado | Liderança | Compra |
| SUVINIL | Tinta | Excelência | Construção |
| TIM | Telefonia | Expressão* | Comunicação |
| UNIÃO | Açúcar | Liderança* | Alimentos |
| UNIMED-BH (BH) | Plano Saúde | Excelência | Saúde |
| UNIMED-BH* | Hospital | Expressão* | Saúde |
| UNIMED-FEDER. (MG) | Plano Saúde | Excelência | Saúde |
| VASCONCELOS | Feijão | Expressão* | Alimentos |
| VILMA (BH) | Massas | Excelência | Alimentos |
| VILMA (MG) | Massas | Liderança* | Alimentos |
| VISA | Cartão | Liderança | Finanças |
| VIVARA | Joalheria | Liderança | Compras |
| VIVO | Telefonia | Liderança | Comunicação |

*Empate Técnico

## MARCAS VENCEDORAS POR CATEGORIA

### CATEGORIA EXPRESSÃO – (15)

| Marca | Item | Segmento |
|---|---|---|
| CLARO | Telefonia* | Comunicação |
| CODIL | Feijão* | Alimentos |
| PIF PAF | Batata | Alimentos |
| HEINEKEN | Cerveja* | Bebidas |
| MAGAZINE LUIZA | Loja Eletrod. | Compras |
| MANOEL BERNARDES | Joalheria* | Compras |
| MATER DEI | Hospital* | Saúde |
| MINAS SHOPPING | Shopping Center | Compras |
| ROMMANEL | Joalheria* | Compras |
| SHOPEE | Site | Compras |
| SKOL | Cerveja* | Bebidas |
| SOYA | Óleo Cozinha | Alimentos |
| TIM | Telefonia* | Comunicação |
| UNIMED-BH | Hospital* | Saúde |
| VASCONCELOS | Feijão* | Alimentos |

### CATEGORIA LIDERANÇA – (25)

| Marca | Item | Segmento |
|---|---|---|
| ARAUJO | Site Medicamentos | Saúde |
| BEM BRASIL | Batata | Alimentos |
| BENEGRIPE | Remédio Gripe | Saúde |
| BH SHOPPING | Shopping Center | Compras |
| BRAHMA | Cerveja | Bebidas |
| CAIXA | Banco* | Finanças |
| CASAS BAHIA | Loja Eletrodom. | Compras |
| CEMIG | Emp. Mineira | Outros |
| CRISTAL DE MINAS | Açúcar* | Alimentos |
| DIPIRONA | Remédio Dor | Saúde |
| ITAÚ | Banco* | Finanças |
| LIZA | Óleo Cozinha | Alimentos |
| MASTERCARD | Cartão | Finanças |
| MERCADO LIVRE | Site | Compras |
| MERCEDES-BENZ | Caminhão | Transportes |
| PÉRGOLA | Vinho | Alimentos |
| PORTO SEGURO | Seguros | Finanças |
| PROSEGUR | Emp. Transp. | Transportes |
| SANTA AMÁLIA | Macarrão* | Alimentos |
| SUPERM. BH (Interior) | Supermercado | Compras |
| UNIÃO | Açúcar* | Alimentos |
| VILMA (Interior) | Massas* | Alimentos |
| VISA | Cartão | Finanças |
| VIVARA | Joalheria | Compras |
| VIVO | Telefonia | Comunicação |

### CATEGORIA EXCELÊNCIA – (17)

| Marca | Item | Segmento |
|---|---|---|
| 3 CORAÇÕES | Café | Alimentos |
| ARAUJO | Drogaria | Saúde |
| AYMORÉ | Biscoito | Alimentos |
| BRAUNAS | Tijolos | Construção |
| CVC | Ag. Viagem | Turismo |
| FIAT | Carro | Transportes |
| GOL | Cia. Aérea | Turismo |
| HERMES PARDINI | Laboratório Anál. | Saúde |
| LEITURA | Livraria | Compras |
| MCDONALD'S | Fast Food | Alimentos |
| ORTOBOM | Colchão | Compras |
| REDE GLOBO | TV | Comunicação |
| SUPERM. BH (BH) | Supermercado | Compras |
| SUVINIL | Tinta | Construção |
| UNIMED-BH | Plano Saúde (BH) | Saúde |
| UNIMED-FEDER. MG | Plano Saúde (Inter.) | Saúde |
| VILMA (BH) | Massas | Alimentos |

*Empate Técnico.

## CLASSIFICAÇÃO POR PRODUTO/SERVIÇO E SEGMENTO ECONÔMICO

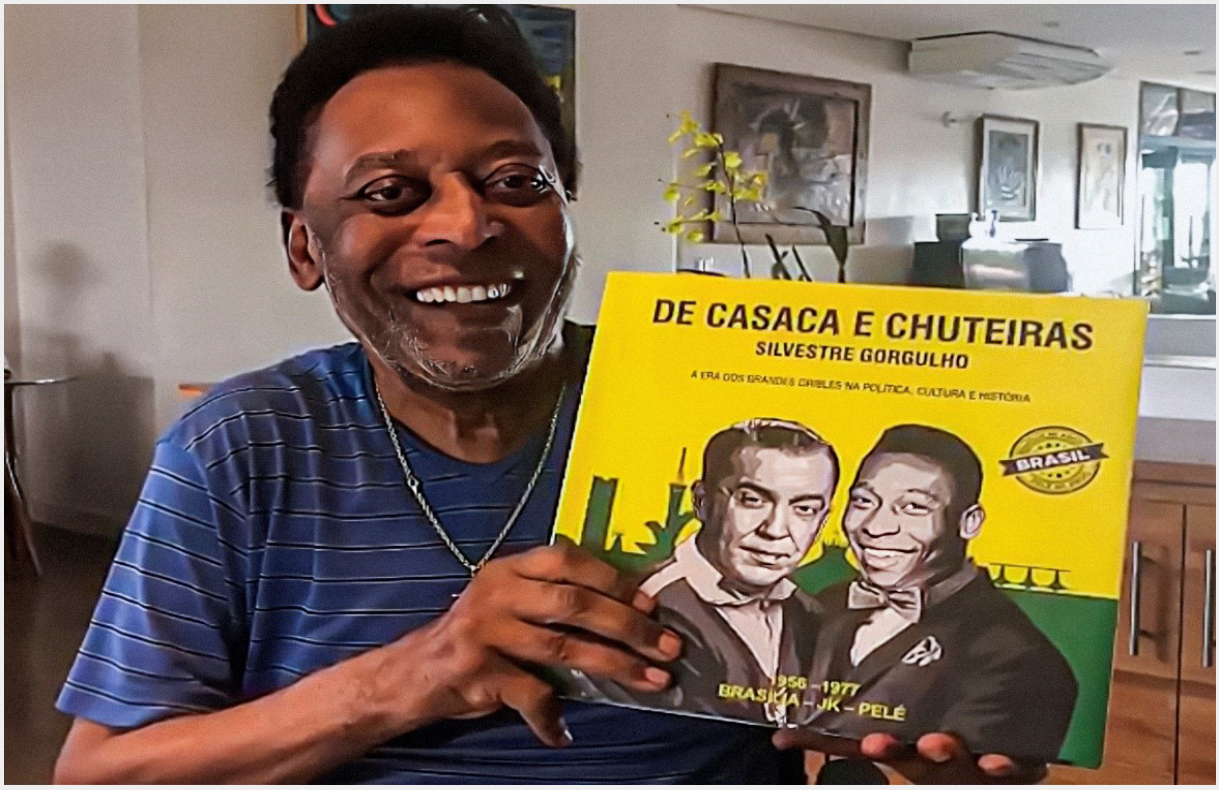
| Item | Segmento | Marca Vencedora |
|---|---|---|
| Açúcar | Alimentos | Cristal de Minas* |
| Açúcar | Alimentos | União* |
| Banco | Finanças | CAIXA* |
| Banco | Finanças | Itaú* |
| Batata Industrial. | Alimentos | Bem Brasil |
| Batata Industrial. | Alimentos | PIF PAF |
| Biscoitos | Alimentos | Aymoré |
| Café | Alimentos | 3 Corações |
| Caminhão | Transportes | Mercedes-Benz |
| Cartão de Crédito | Finanças | Visa |
| Cartão de Crédito | Finanças | Mastercard |
| Carro | Transportes | Fiat |
| Cerveja | Bebidas | Brahma |
| Cerveja | Bebidas | Heineken* |
| Cerveja | Bebidas | Skol* |
| Colchão | Compras | Ortobom |
| Cia. Aérea | Turismo | GOL |
| Drogaria | Saúde | Araujo |
| Emissora de TV | Comunicação | Rede Globo |
| Empresa Mineira | Outros | CEMIG |
| Emp. Transp. Vals. | Transportes | Prosegur |
| Feijão | Alimentos | Codil* |
| Feijão | Alimentos | Vasconcelos |
| Hospital | Saúde | Mater Dei* |
| Hospital | Saúde | Unimed-BH |
| Joalheria | Compras | Manoel Bernardes* |
| Joalheria | Compras | Rommanel* |
| Joalheria | Compras | Vivara |
| Labor. Anál. Clín. | Saúde | Hermes Pardini |
| Loja Fast Food | Alimentos | McDonald's |
| Macar/Massas-BH | Alimentos | Vilma |
| Macar/Massas-Int | Alimentos | Santa Amália* |
| Macar/Massas-Int | Alimentos | Vilma* |
| Livraria | Compras | Leitura |
| Loja Eletrodom. | Compras | Casas Bahia |
| Loja Eletrodom. | Compras | Magazine Luiza |
| Óleo de Cozinha | Alimentos | Liza |
| Óleo de Cozinha | Alimentos | Soya |
| Plano de Saúde | Saúde | Unimed-BH |
| Plano de Saúde | Saúde | Unimed-Federação Minas |
| Remédio Gripe | Saúde | Benegrip |
| Remédio p/Dor | Saúde | Dipirona |
| Seguros | Finanças | Porto Seguro |
| Site de Compras | Compras | Mercado Livre |
| Site de Compras | Compras | Shopee |
| Site Medicamentos | Saúde | Araujo |
| Shopping Center | Compras | BH Shopping |
| Shopping Center | Compras | Minas Shopping |
| Supermercado (BH) | Compras | BH |
| Supermercado (Int) | Compras | BH |
| Telefonia | Comunicação | Claro* |
| Telefonia | Comunicação | TIM* |
| Telefonia | Comunicação | Vivo |
| Tijolos | Construção | Braunas |
| Tintas | Construção | Suvinil |
| Viagens | Turismo | CVC |
| Vinho | Bebidas | Pérgola |

*Empate Técnico.

Este 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais - 2023 já conta, inicialmente, com os apoios especiais da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas; ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda. e Portogallo Family Office.

MercadoComum circulará, no mês de julho, com uma edição impressa e outra eletrônica especial, contendo o descritivo da pesquisa e sua metodologia, além de matérias jornalísticas específicas sobre as empresas vencedoras, destacando-se a importância e o relevante papel exercido por esta iniciativa, que é também o de procurar ampliar a divulgação da imagem econômica e social de Minas, aumentando as chances de atração de novas empresas para o Estado e de amplificar os negócios daquelas aqui já presentes. As edições eletrônicas em PDF de MercadoComum são encaminhadas diretamente, via e-mail, a um público superior a 120 mil formadores de opinião em Minas e em todo o país e, as suas páginas na internet, estão sendo acessadas e visualizadas por cerca de 4 milhões de pessoas mensalmente.

As empresas vencedoras da premiação que veicularem publicidades, nas edições especiais de MercadoComum que circularão em julho e que participarão da solenidade de premiação, receberão uma certificação com a sua classificação na pesquisa, um troféu nominativa especialmente preparado em aço inox estilizado e a pesquisa realizada, além da publicação de um descritivo institucional sobre a mesma na referida edição, bem como, convites individualizados para a solenidade e Coquetel de Confraternização. Adicionalmente, também poderão ter acesso às fotos exclusivas, aos vídeos do evento, além de lhes ser permitido dar ampla divulgação às suas logomarcas e demais aspectos ligados a esta iniciativa.




# JK-BRASÍLIA-PELÉ

*Silvestre Gorgulho fala sobre o livro "De Casaca e Chuteira - A Era dos Grandes Dribles na Política, Cultura e História".*

*O livro "De Casaca e Chuteira - A Era dos Grandes Dribles na Política, Cultura e História – JK-BRASÍLIA-PELÉ" foi lançado no dia 22 de abril, no Memorial JK, em Brasília*

**MC - "De Casaca e Chuteira - A Era dos Grandes Dribles na Política, Cultura e História" - Que acontecimentos fazem o conteúdo do livro?**

SG - São muitos e em todas as áreas da vida: política, esportes, economia, música, literatura e costumes. O livro tem 28 capítulos, 448 páginas, e aborda um tempo considerado Anos Dourados do Brasil. Brasília, Pelé e JK são os fios condutores dessa história maravilhosa, quando os brasileiros sentiram que poderiam realizar o impossível. Como disse Cacá Diegues, foi um privilégio viver essa época, porque tínhamos de correr atrás do Brasil. JK com sua energia e ousadia conseguiu substituir o ato do sofrimento pela pedagogia do prazer. O brasileiro passou a ter autoestima.

**MC - Por que seu livro foi lançado em 2020, em São Paulo, e só agora em será em Brasília?**

SG - Verdade. Em 2020 lancei em São Paulo e em 2022 em São Lourenço, Sul de Minas. Motivo simples: O livro só ficou pronto na segunda semana de outubro de 2020. O então governador João Doria, que fez a apresentação, queria lançar o livro no Museu do Futebol lá no Pacaembu, no dia 23 de outubro, quando o Pelé fez 80 anos. Aliás, por isso o selo que tem na capa desenhada por KÁCIO: Brasília 60 anos e Pelé 80 anos. Mas o que aconteceu? Plena Pandemia. O protocolo dizia que só poderia estar presente no Museu do Futebol 50 pessoas e tinha de se inscrever pela internet. Havia controle rígido na entrada. Não pude convidar nem minha família. O médico do Pelé proibiu que ele fosse. Pronto,

apesar da grande divulgação, pouca gente participou do evento.

**MC - Planeja uma segunda edição?**

SG - Sim, vou ter que fazer uma segunda edição que será mais ampla ainda. Na verdade, eu já tinha desistido de lançar o livro aqui. Como a gráfica só tem 98 exemplares da primeira edição, que foi quase toda vendida no Mercado Livre, estava pensando em lançar em Brasília apenas a segunda edição. Mas vem aí uma segunda edição bem atualizada.

**MC - E por que essa mudança?**

SG - Não disse que a vida é o que acontece com a gente enquanto fazemos planos? Por dois motivos. Primeiro porque o Pelé não foi ao lançamento em São Paulo, mas me ligou dizendo que viria ao lançamento em Brasília tão logo acabasse a pandemia. E aí veio a doença dele. Foi muito triste. Nem queria mais lançar.

E o segundo motivo porque três grandes amigos pediram. Até insistiram. O Jack Corrêa, o Paulo Octávio e a Anna Christina Kubitschek. Eles me convenceram. Seria uma homenagem ao Rei Pelé, que faleceu há 4 meses. E, também, homenagem a JK nos 63 anos de Brasília.

**MC - Interessante essa relação JK, Pelé, Brasília, Cultura e Política...**

SG - Na vida, nada é por acaso. O livro foi nascendo aos poucos e acabei encontrando este formato. Imagina que Pelé, Brasília e JK nasceram para o mundo no mesmo ano de 1956. JK toma posse na Presidência em 31 de janeiro e Pelé faz seu primeiro jogo profissional pelo Santos em 7 de setembro, com apenas 15 anos, disputando a Taça Independência. E começa com gol. Foi o primeiro dos 1.285. Ambos marcaram época e entraram na vida de brasileiros, deixando um forte legado. O livro começou como uma espécie de almanaque. Era um trabalho para compor um projeto de Monumento a Pelé que Oscar Niemeyer fez para ser colocado em Santos, em frente ao Museu Pelé. Isso foi

em 2010. Mas, em 10 anos houve uma evolução muito grande desse trabalho que acabou virando um livro.

**MC - Política, música, literatura e esporte fizeram uma boa dobradinha?**

SG - Muito boa. Nos Anos Dourados tudo isso se junta. Foi o desenvolvimento proposto por JK de 55 anos em cinco. Ganhamos a Bossa Nova, o Cinema Novo. O Brasil ganha a primeira Copa do Mundo, vibramos com Pelé, Garrincha, Maria Ester Bueno, Éder Jofre. Até nosso basquete foi campeão do mundo. Em 1956, três grandes autores lançam livros fundamentais: Fernando Sabino lança "Encontro Marcado", Mário Palmério lança "Vila dos Confins" e João Guimarães Rosa revoluciona a literatura com "Grande Sertão: Veredas".

**MC - Como foi sua pesquisa?**

SG - Foram mais de 10 anos de pesquisa. Li 45 livros e muitos discursos. Algumas entrevistas. Na última vez que Pelé visitou Três Corações, sua terra, fui junto. Além dos estudos, pesquisas e leituras conversei com Pelé, Oscar Niemeyer, Carlos Magalhães da Silveira, Maria Elisa Costa. Fui às cidades onde a família do Pelé morou e onde o Dondinho jogou e pesquisei todos os jornais locais, no caso Campos Gerais, Três Corações e São Lourenço, em Minas, e Bauru em São Paulo. Quanto mais eu pesquisava, mais eu entendia a importância de Pelé, JK e de Brasília no contexto da vida Política, Cultural e na História do Brasil.

**MC - JK e Pelé na capa... busca passar algum simbolismo?**

SG - A capa tem o traço irretocável e a genialidade do Kácio Pacheco. Já é uma História. JK com o uniforme da Seleção Brasileira e Pelé de casaca. Uma simbologia do sucesso, da dedicação, do patriotismo e do trabalho. A simbologia do dever cumprido. Ambos, JK e Pelé, cumpriram muito bem sua missão. Cada um no seu campo. Eles são a chave para entender o Brasil de hoje. Não há como compreender a interiorização da economia, a força do Centro-Oeste, o desenvolvimento do sertão brasileiro sem estu-

dar a vida e a obra de JK. O Brasil é um antes de JK e outro depois. Da mesma forma, no futebol. O Brasil é um antes de Pelé e outro depois de Pelé. Com Brasília, o Brasil colheu um novo País.

**MC - Brasília significou mesmo tudo isso?**

SG - Significou muito mais. Tive um professor na Universidade de Minesota, nos Estados Unidos, Edward Shu, economista, brasilianista e que foi vice-presidente do Banco Mundial. Shu me dizia, em 1982: "Silvestre, os brasileiros precisam entender a importância geopolítica de Brasília. Nos meus estudos eu sinto que se Brasília não fosse construída e se a capital do Brasil não migrasse para o centro do Brasil, a Amazônia não seria mais brasileira".

**MC - Não tinha pensado nisso...**

SG - Toda a região, antes de Brasília, vivia da agricultura de subsistência e da mineração. As políticas públicas eram apenas para o litoral. Veja a mudança: hoje, por causa de Brasília, 60% do agronegócio brasileiro está concentrado no Centro-Oeste. Imagina que na década de 60 e 70, o Cerrado não produzia sequer um grão de soja. Hoje, o Centro-Oeste é responsável por 51% da produção nacional. A soja avançou sobre novas fronteiras e levou junto a cultura do milho, do algodão, do trigo, das frutas, do gado. A produção de milho nessa época era inferior a 5%. Atualmente representa 54,36% da safra nacional. Brasília abriu o caminho para os recordes do agronegócio num Brasil antes vazio e desconectado do litoral. Detalhe: a tecnologia agropecuária tropical, chamada de Revolução Verde dos anos 70 e 80, fez a força do AGRO que só existe porque a Embrapa existe. E a Embrapa nasceu porque Brasília existe.

**MC - Quanto tempo demorou para finalizar o livro?**

SG - Foram exatos 10 anos e 3 meses. Comecei a escrever o livro em 23 de outubro de 2010, quando Pelé fez 70 anos. Tudo, como já disse, por causa de um projeto que Oscar Niemeyer

fez a meu pedido do Monumento PELÉ. E também por causa da relação de meu pai com Dondinho, o pai do Pelé, que jogou na minha cidade natal São Lourenço, no Sul de Minas. Maria Lúcia, a irmã do Pelé, nasceu lá. E o apelido Pelé também. Na família, o apelido do Rei é Dico. O nome Pelé nasceu em São Lourenço.

**MC - O conteúdo é colocado de forma bem didática...**

SG - Sim, didática e prazerosa. É bom saber como foi a construção de Brasília com fatos e fotos. Foi uma saga. Brasília nasceu filmada e fotografada. Única cidade do mundo que nasceu com um jornal e o Correio é o único jornal do mundo que nasceu com uma cidade. É bom saber como foi a implantação da indústria automobilística e como foi a ocupação do Cerrado. Importante: este livro mostra, com exemplos e fatos, que nosso país já foi mais íntegro, mais promissor, mais ingênuo e muito menos perverso. Os Anos Dourados foram o auge de nossa autoestima.

**MC - Qual a relevância do personagem Pelé para os dias de hoje. E para as novas gerações?**

SG - Pelé é um ícone. Não é a toa que seu PELÉ entrou no dicionário. Em 1956, Pelé colocou a bola no campo de um jogo extremamente coletivo para encantar o mundo, como Rei do Futebol. Pelé foi campeão do Mundo cinco vezes: três vezes com a seleção brasileira e duas vezes com o Santos. Foram 1.285 gols filmados, fotografados e registrados durante a carreira. O livro traz tudo isso, em um adendo no final, jogo por jogo. Gol por gol. Pelé fez o cessar-fogo de duas guerras apenas para poder mostrar sua arte. Juiz é "expulso" de campo por ter tido a petulância de expulsar Pelé e, assim, possibilitar sua volta ao jogo. E, ainda, contrariando as regras, depois de ter sido substituído no primeiro tempo, Pelé, mesmo com dores, é obrigado a voltar no segundo tempo para evitar conflitos no estádio. Pelé é uma lenda eterna. O tempo passa, os anos avançam e o mito permanece. Súditos e não súditos, amantes ou não do futebol, têm sempre na ponta da língua a expressão mais nobre, mais lúdica e mais singela para relembrar uma lindíssima história. Verdadeira lenda que sempre recomeça: era uma vez um menino pobre, de uma família pobre, em um país pobre, que tinha o dom de fazer mágicas. De uma bolinha de meia fez sete bolas de ouro.

**MC - Qual a conclusão que a gente pode tirar?**

SG - Só posso dizer que JK tinha sempre em mente uma frase de seu conterrâneo Guimarães Rosa, que nasceu ali na sua região onde começa o Cerrado. "Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia". Juscelino elegeu 30 metas para seu governo e mais uma, a meta síntese: construção de Brasília. Foi ousado, determinado, magnânimo e fez uma grande revolução social, econômica e política. Talvez, a maior revolução do Brasil como nação. E sem pegar em armas. Sem dar um tiro. Como JK, cada um de nós – sobretudo os governantes – precisamos focar na busca escolhida e não recusar a travessia.

# Mais de 35 milhões de brasileiros são invisíveis aos serviços financeiros, revela estudo inédito

*8 em cada 10 não são negativados (80,5%); Programa Impulsiona Startups vai acelerar empresas que promovam a inclusão financeira*

Um estudo inédito da Serasa Experian identificou 35,3 milhões de brasileiros sem registros financeiros, isto é, 21,7% da população adulta do país não possui contas de consumo, financiamentos, empréstimos ou faturas de cartão de crédito registrados em seu CPF, nem mesmo estão no Cadastro Positivo. Também chamados de "Thin Files" ou literalmente "pessoas sem informação de crédito", geralmente são indivíduos que não usam o crédito regularmente e, portanto, não têm nenhuma atividade recente em seu histórico, bem como jovens que ainda não iniciaram sua vida financeira e não possuem encargos.

Apesar de pouca informação, essas pessoas não estão fora dos serviços financeiros por conta de falta de pagamento de eventuais dívidas. Oito em cada 10, ou mais precisamente 80,5%, das pessoas sem informação de crédito não são negativados. Mesmo assim, como o mercado acaba tendo pouca ou nenhuma informação sobre o histórico da pessoa, este cenário pode impactar negativamente seu Score de crédito, que é uma pontuação relevante para se obter a aprovação para empréstimos, cartões de crédito e outros serviços não só financeiros, mas também como telefonia, internet etc.

Ainda na análise nacional, o levantamento também traz o recorte por idade, que mostra que a maior parte dos Thin Files (19,5%) têm entre 21 e 30 anos, seguidos por brasileiros dos 18 a 20 anos (15,3%). A menor parcela de pessoas sem registros financeiros são aqueles entre 61 e 70 anos (8,5%). Veja a seguir o gráfico a seguir com todas as faixas etárias:

Em relação à renda dessas pessoas, a maioria ganha entre 0 e 1 salário-mínimo (77,14%) e menos de 1% recebe mais de 4 salários-mínimos. Confira na tabela a seguir as informações completas:

"Nem sempre estar invisível ao crédito significa que a pessoa não é boa pagadora. Muitas vezes, podem não ter registros financeiros por optarem pagar à vista ou por terem suas principais contas em nomes de familiares, por exemplo. O problema é que se essas pessoas poderão ter dificuldade de acessarem o crédito ou mesmo quando conseguem, encontram limites mais baixos e taxas de juros mais elevadas, pois o mercado ainda não conhece seu comportamento financeiro" explica Roger Cruz, Head de Sustentabilidade da Serasa Experian.

A necessidade de acesso a crédito é entendida comumente como amparo para situações emergenciais ou mesmo indisciplina com as contas, mas é importante conscientizar os brasileiros sobre o crédito como uma medida de inclusão financeira. O acesso a crédito pode abrir portas para realização dos sonhos como estudar, adquirir casa própria, empreender, fazer uma viagem, ou até cuidar da saúde, complementa Roger Cruz.

**Brasileiros sem Registros Financeiros – Por Faixa Etária**

| Idade | % | População Thin Files |
|---|---|---|
| 18 a 20 anos | 15,3% | 5.385.402 |
| 21 a 30 anos | 19,5% | 6.900.447 |
| 31 a 40 anos | 14,9% | 5.275.238 |
| 41 a 50 anos | 15% | 5.286.567 |
| 51 a 60 anos | 13,8% | 4.881.701 |
| 61 a 70 anos | 8,5% | 3.003.000 |
| 71+ | 13% | 4.573.044 |
| **Total** | **100%** | **35.305.399** |

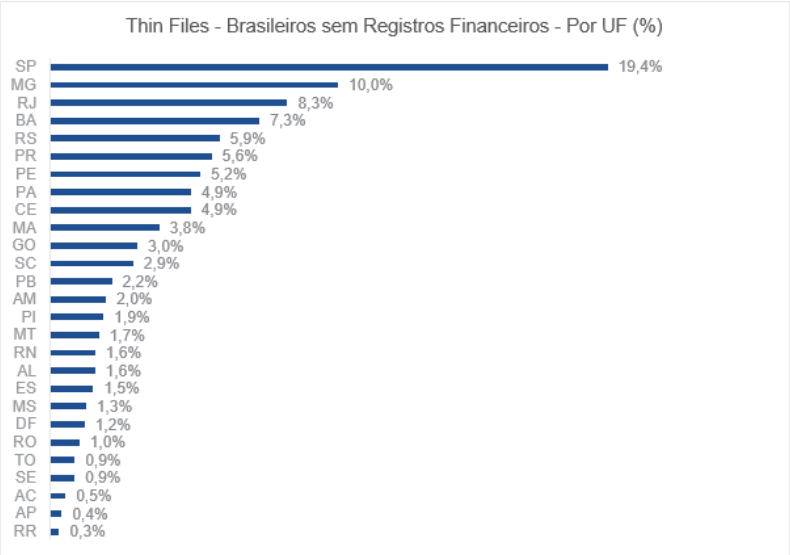
Fonte: Serasa Experian

## TOP 3 ESTADOS COM MAIS THIN FILES SÃO DO SUDESTE

Os estados de São Paulo (19,4%), Minas Gerais (10%) e Rio de Janeiro (8,3%) lideraram o ranking com a maior participação de Thin Files, ou pessoas sem registros financeiros. Os estados do Acre (0,5%), Amapá (0,4%) e Roraima (0,3%) tiveram a menor participação. A seguir, veja o levantamento completo por Unidades Federativas (UFs):

| Thin Files – Brasileiros sem Registros Financeiros Por Faixa de Renda (Números Completos) | | |
|---|---|---|
| Faixa de Renda | % | População Thin Files |
| De 0 a 1 salário mínimo | 77,144% | 27.235.932 |
| De 1 a 2 salários mínimos | 14,899% | 5.260.194 |
| De 2 a 3 salários mínimos | 7,555% | 2.667.232 |
| De 3 a 4 salários mínimos | 0,230% | 81.259 |
| De 4 a 5 salários mínimos | 0,073% | 25.678 |
| De 5 a 6 salários mínimos | 0,033% | 11.701 |
| De 6 a 7 salários mínimos | 0,021% | 7.313 |
| De 7 a 8 salários mínimos | 0,012% | 4.388 |
| De 8 a 9 salários mínimos | 0,007% | 2.438 |
| De 9 a 10 salários mínimos | 0,005% | 1.625 |
| Mais de 10 salários mínimos | 0,02% | 7.638 |
| Total | 100% | 35.305.399 |

Fonte: Serasa Experian




Fonte: Serasa Experian

## FORÇA-TAREFA PARA IMPULSIONAR A INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Roger Cruz explica que, estar invisível aos serviços financeiros não significa falta de dinheiro. São mais de 35 milhões de brasileiros, e grande parte destes gerando renda. Além de uma oportunidade social, a inclusão financeira é uma oportunidade de negócios.

"Garantir acesso das pessoas e empreendedores ao sistema financeiro pode trazer benefícios para as empresas que, ao adaptarem seus produtos às necessidades deste público, podem ter uma nova fonte de receita. Para os consumidores e empreendedores, amplia a possibilidade de conseguir crédito no mercado, fazendo o motor da economia girar e criando uma sociedade mais saudável do ponto de vista econômico", diz o Head de Sustentabilidade da Serasa Experian.

Por isso, a Serasa Experian, em parceria com a ACE Cortex, vai acelerar startups de todo o país cujos produtos tenham potencial de transformar a saúde financeira dos brasileiros. Com o objetivo de fomentar a inovação e ao mesmo tempo gerar impacto social, o programa "Impulsiona Startups", selecionará 6 empresas com modelos escaláveis e que podem promover por meio dos seus produtos a inclusão financeira de consumidores e empreendedores.

A Serasa Experian é líder na América Latina em serviços de informações para apoio na tomada de decisões das empresas. No Brasil, é sinônimo de solução para todas as etapas do ciclo de negócios, desde a prospecção até a cobrança, oferecendo às organizações as melhores ferramentas, nas quais são embarcadas as informações do maior bureau de crédito do país, que também inclui os dados do Cadastro Positivo. Com profundo conhecimento do mercado brasileiro, conjuga a força e a tradição do nome Serasa com a liderança mundial da Experian. Criada em 1968, uniu-se à Experian Company em 2007. Responde on-line/real-time a 6 milhões de consultas por dia, auxiliando 500 mil clientes diretos e indiretos a tomar a melhor decisão em qualquer etapa de negócio.

A Experian é líder mundial em serviços de informação. Nos grandes momentos da vida - desde comprar uma casa ou um carro, passando por mandar seu filho para a faculdade, até a crescer o negócio se conectando com novos clientes –a Experian empodera consumidores e empresas a gerenciarem seus dados com confiança.

A empresa emprega cerca de 21.700 pessoas em 30 países e a cada dia está investindo em novas tecnologias, profissionais talentosos e inovação para ajudar todos os clientes a maximizarem cada oportunidade. Com sede corporativa em Dublin, Irlanda, a Experian plc está listada na Bolsa de Valores de Londres (EXPN) e compõe o índice FTSE 100.

# "A verdadeira transformação social só se dará por meio da geração de emprego e renda de qualidade", afirma Ministro de Minas e Energia

*Durante evento promovido pelo Sindiextra, Alexandre Silveira destacou a importância do setor produtivo para o desenvolvimento econômico e social do país*

"Os empreendedores representam a construção de uma sociedade cada vez mais pujante e são imprescindíveis para que ela seja mais justa, solidária e fraterna. A verdadeira transformação social que todos nós desejamos para este país se dará de forma consistente e sólida por meio da geração de emprego e renda de qualidade. Todas as demais ações nesse sentido, utilizadas para combater injustiças e desigualdades, são importantes, porém, paliativas", afirmou Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, durante a reunião do Conselho Deliberativo do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). O encontro, ocorrido no dia 24/04, na sede da FIEMG, em Belo Horizonte, contou a presença das principais lideranças do setor mineral.

Segundo Silveira, o desenvolvimento do país se dará, principalmente, quando o foco forem as vocações nacionais, como as atividades minerárias e a de energia, temas de sua pasta. "O tema energia é um dos mais debatidos no mundo, ficando atrás apenas do conflito Rússia/Ucrânia. Transição energética, novas matrizes, suprimento alimentar, que está correlatado as produções de energia e minerária, dominam os debates".

O ministro pontuou que os países da União Europeia e da América do Norte já estão se consolidando quanto à possibilidade do armazenamento da energia limpa por meio do hidrogénio verde, mas que, para outras nações, essa é uma realidade distante. "Para o Brasil e esse futuro está muito próximo. Não há como não acreditar hoje que, em breve, vamos poder contribuir, por exemplo, tanto na nossa indústria quanto na indústria internacional", afirmou, pontuando que alguns países, como a Alemanha, possuem matrizes energética suja e vão "precisar muito do Brasil".

Silveira destacou ainda a necessidade imprescindível de apoiar um setor que é essencial para o desenvolvimento do país, o minerário. "Sem ele e toda a sua potencialidade, nós não sobreviveríamos a essa e à próxima década", reforçou.

"Eu disse, quando assumi o ministério, disse que saberia do ônus de defender esse setor, que muitas vezes é enxovalhado, injustiçado e relegado, mas que, em 2021, foi o primeiro produto de exportação de nossa balança comercial e tende a ser neste ano novamente. E Minas Gerais tem uma importância muito grande nessa equação, pois é impossível se falar da economia mineira sem citar o desenvolvimento mineral do estado", disse.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, foi recebido por Flávio Roscoe, presidente da FIEMG, e Fernando Coura, presidente do Conselho Deliberativo do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra) e vice-presidente da Federação Mineira. "É uma honra para nós receber o ministro Silveira, que é um construtor de pontes promove o relacionamento e aproximação entre os diversos atores da sociedade", afirmou Coura, ressaltando a importância da presença do ministro na reunião realizada na FIEMG, a casa da indústria. "O Sindiextra é o representante de todas as atividades minerais de Minas Gerais e temos orgulho de trabalharmos junto com Flávio Roscoe, empresário competente que lidera o estado rumo a um futuro ainda mais promissor", declarou.

Flávio Roscoe ressaltou a importância da pasta liderada por Silveira. "Minas e energia são temas de enorme potencial em nosso estado e contamos com o apoio do ministério para retirar as amarras que impedem o crescimento dessas áreas", afirmou o líder empresarial, reafirmando que o tema energia verde e todo a sua cadeia é fundamental para o estado mineiro. "Quando se trata de energia limpa, Minas Gerais é o estado responsável por mais de 90% da produção brasileira", ponderou.

Roscoe também reforçou que a mineração no estado tem um ecossistema consolidado, moderno, inovador e pujante. "O setor mineral tem uma grande contribuição para o país e a Federação está aqui para subsidiar, por meio de informações, e apoiar para que isso acontece", comentou.

Além de representantes das 20 maiores empresas do setor mineral do país, a reunião contou com as presenças de Luís Márcio Vianna, presidente do Sindiextra, e de Gil Pereira, deputado estadual pelo (PSD).

**Outros temas** - Durante a reunião do Conselho Deliberativo do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra), Thiago Rodrigues Cavalcanti, gerente de Meio Ambiente da FIEMG, apresentou a nova organização administrativa do FEAM, realizada pela PL 358/2023, e quais foram as principais alterações realizadas.

# Hugo de Castro Machado é o novo Presidente da Delegação da Soberana Ordem de Malta para Minas Gerais

O presidente da Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem de Malta do Rio de Janeiro Cav. Marcus Vinicius Romariz Inácio nomeou presidente da Delegação de Minas Gerais o Cavaleiro de Graça Magistral Hugo de Castro Machado. O ato se deu no último Domingo de Páscoa, dia 9 de abril.

A Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta é uma organização internacional católica que começou como uma ordem beneditina fundada no século XI na Palestina, durante as Cruzadas, mas que rapidamente se tornaria numa ordem militar cristã, numa congregação de regra própria, encarregada de assistir e proteger os peregrinos àquela terra e de exercer a caridade. Atualmente, a Ordem de Malta é uma organização humanitária reconhecida como entidade de direito internacional privado, dirige hospitais e centros de reabilitação. Possui 13 500 membros, 80.000 voluntários permanentes e 42.000 profissionais da saúde associados, incluindo médicos, enfermeiros, auxiliares e paramédicos. Seu objetivo é auxiliar os idosos, os deficientes, os refugiados, as crianças, os sem-teto e aqueles com doença terminal e hanseníase, atuando em cinco continentes do mundo, sem distinção de raça ou religião. A Ordem tem características de um Estado soberano com relações diplomáticas com diversos países, inclusive o Brasil, sendo Observador nas Nações Unidas e ostentando a personalidade jurídica do Direito das Gentes.

Hugo de Castro Machado, nasceu aos 27 de junho de 1986 em Pompéu, Minas Gerais. É bacharel em Direito com atuação na área cultural, especificamente na proteção do patrimônio cultural, artístico e histórico, preside o Instituto Histórico e Geográfico e curador do Museu Genealógico e Histórico do Centro Cultural Dona Joaquina ambos na cidade de Pompéu, Centro-Oeste de Minas Gerais. Desde 2022 é Associado Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e outras entidades de caráter histórico-cultural.

# EY anuncia integração da América Latina e nomeia Manuel Solano como sócio-diretor regional

*A partir de 1º de julho, os 18 países onde a companhia está presente vão operar como uma única região  O executivo com mais de 20 anos de experiência na EY será o responsável pela direção estratégica para promover a integração e consolidar o crescimento da empresa na região*

A partir de 1º de julho de 2023, a EY, uma das maiores empresas de consultoria e auditoria do mundo, integrará, em uma única região, as operações dos 18 países onde está presente na América Latina.

A direção estratégica e operacional ficará a cargo de Manuel Solano, nomeado sócio-diretor da EY América Latina, responsável agora por liderar o crescimento e desenvolvimento dos planos estratégicos que consolidarão a liderança da EY no mercado latino-americano.

Segundo Julie Boland, Managing Partner de Américas, "Manuel reúne motivação incansável, direção estratégica, visão e ampla experiência em atendimento ao cliente necessárias para contribuir com nosso sucesso contínuo. Além disso, é um líder focado em pessoas que impulsionará a América Latina como uma região totalmente integrada, colaborando em todas as frentes geográficas, linhas de serviço e setores para levar todo a expertise da EY aos nossos clientes".

Para Manuel Solano "ao integrar a EY América Latina Norte e Sul em uma única região, teremos um potencial sem precedentes e capacidades necessárias para oferecer os melhores serviços aos nossos clientes". "Dessa forma, conseguiremos antecipar as necessidades em um ambiente em mudança como o atual, além de atrair e reter os melhores talentos, gerando confiança no mercado e em todos os nossos stakeholders", completa.

Agora, a EY vai integrar a capacidade e a experiência de mais de 25 mil colaboradores na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua,

Panamá, Paraguai, República Dominicana, Peru, Uruguai e Venezuela. Nesses países, a carteira de clientes inclui importantes grupos empresariais da região, além de empresas multinacionais e líderes locais.

Manuel Solano tem mais de 30 anos atendendo clientes multinacionais e trabalhando com consultoria tributária internacional. Sua experiência inclui ajudar corporações globais nas implicações fiscais e legais de aquisições transfronteiriças e no estabelecimento de operações na América Latina e em outras partes do mundo.

O executivo é bacharel em Ciências pela Youngstown State University em Ohio e Juris Doctor pela Georgetown University. Ele também fez um LLM em tributação pela New York University e um diploma em economia pela Universidad Autónoma de Centroamérica.

Também é membro da Ordem dos Advogados do Estado de Nova York e foi reconhecido em várias ocasiões por importantes publicações e organizações empresariais como o principal consultor tributário do México e da América Latina.

A EY existe para construir um mundo de negócios melhor, ajudando a criar valor no longo prazo para seus clientes, pessoas e sociedade e gerando confiança nos mercados de capitais. Tendo dados e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY em mais de 150 países oferecem confiança por meio da garantia da qualidade e contribuem para o crescimento, transformação e operação de seus clientes. Com atuação em assurance, consulting, strategy, tax e transactions, as equipes da EY fazem perguntas melhores a fim de encontrarem novas respostas para as questões complexas do mundo atual.

A EY tem também uma meta ambiciosa de impactar positivamente 1 bilhão de pessoas até 2030, através do seu programa de responsabilidade corporativa, EY Ripples, plataforma que permite que os colaboradores se envolvam em iniciativas comunitárias e sociais mais amplas. Para saber mais como a EY tem gerado valor no longo prazo para seus stakeholders, acesse o nosso relatório EY Value Realized, relatório integrado que apresenta nossos resultados nos pilares do ESG de acordo com as métricas do World Economic Forum -- International Business Council Stakeholders Capitalism Metrics.

# Proteção da bagagem despachada – Dicas do Procon da ALMG

*Apesar da responsabilidade da companhia, alguns cuidados podem reduzir o risco de problemas*

O recente caso das duas turistas de Goiás presas indevidamente na Alemanha por terem sido vítimas de traficantes infiltrados no aeroporto de Guarulhos (SP) acendeu um sinal de alerta em todos viajantes. O Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) elaborou algumas orientações para que os consumidores evitem, ou ao menos minimizem, o risco de passar pelo drama enfrentado pelas brasileiras.

O coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa, cita o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor para mostrar a responsabilidade da companhia aérea ou terrestre sobre a bagagem despachada. Esse dispositivo legal determina que "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

"Quando o viajante entrega sua bagagem à companhia, ele espera que a mala chegue de fato ao destino e nas mesmas condições em que se encontrava no momento do despacho. Qualquer situação diferente disso dá ao consumidor o direito a uma indenização", informa Barbosa. Se for o caso de extravio ou dano à mala, o viajante deve, ainda no terminal de desembarque, procurar o guichê da companhia e fazer o Registro de Irregularidade de Bagagem (RIB).

"Mas se perceber que aquela mala que contém a etiqueta com seu nome não é, de fato, a sua, como aconteceu com as brasileiras na Alemanha, a providência é acionar imediatamente a polícia e a companhia aérea", orienta. No caso das turistas brasileiras, as malas com drogas etiquetadas com os nomes delas foram interceptadas ainda no bagageiro do avião. A alegação de que aquelas bagagens não pertenciam a elas não foi suficiente para convencer a polícia alemã. A prova da inocência das mulheres foi obtida a partir das câmeras de segurança do aeroporto de Guarulhos.

Por tudo isso, vale a pena tomar os seguintes cuidados, que podem ajudar a desfazer mais rapidamente eventuais mal-entendidos e também evitar prejuízos em caso de furto, perda ou danos à bagagem:

- *No momento do despacho de bagagem, você pode declarar à empresa os itens contidos na mala despachada e seus respectivos valores. O atendente fica com uma cópia da lista e entrega outra assinada ao passageiro.*
- *Ao despachar a bagagem, certifique-se de que ela foi identificada para o destino correto e guarde o comprovante de despacho até o final da viagem.*
- *Para minimizar o risco de furto ou troca, prefira malas com cores berrantes e chamativas. Se a mala for preta, cole adesivos grandes e coloridos e amarre fitas coloridas na alça. Ao colocar cadeados, opte por aqueles que são abertos com senhas e segredos.*
- *Faça uma "marquinha secreta" em sua mala, de forma que apenas você a identifique. Isso vai garantir que, ao retirá-la no destino, você veja se aquela mala que tem a etiqueta com seu nome é de fato a sua. Se não for, acione a polícia.*
- *Coloque etiquetas ou cole adesivos na mala com nome, endereço e telefone.*
- *No balcão de despacho da bagagem, avalie a necessidade de tirar fotos da mala aberta e dos itens que estão nela. Guarde todas as notas fiscais dos produtos que comprou. Isso ajuda a comprovar o valor de seus pertences caso precise acionar o seguro ou protocolar uma ação judicial.*
- *Documentos pessoais, dinheiro e equipamentos eletrônicos de pequeno e médio porte devem ser carregados pelo passageiro, jamais dentro da bagagem despachada.*
- *Durante refeições, compras e idas ao caixa eletrônico, não deixe as bagagens fora do raio de visão. No banheiro do terminal, entre com a mala no box.*
- *Ao desembarcar, vá direto recuperar sua mala. Uma bagagem "sem dono" torna-se um alvo fácil.*
- *No destino, assim que recuperar sua mala, abra-a e confira se nada foi furtado, ainda que não haja sinais de que foram abertas. Se perceber falta de algo, notifique imediatamente a companhia.*

# Justiça reverte perda de imóvel por dívida de financiamento

Mutuários que perderam seu imóvel devido à execução extrajudicial do contrato ainda têm a possibilidade de análise do caso. O resultado pode ser a anulação e retomada da possibilidade de pagamento da dívida.

Recentemente, um casal conseguiu na justiça anular o procedimento de execução do seu contrato de financiamento e reverter a perda de seu imóvel. Eles alegaram que a Caixa Econômica Federal não lhes possibilitou o pagamento do débito, uma vez que não foram notificados regularmente via cartório acerca da dívida, bem como para o seu pagamento.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação (ABMH), Vinícius Costa, a questão teve de ser resolvida na justiça, cabendo à 1ª Vara Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais verificar a regularidade do procedimento de execução.

Inicialmente, o casal obteve uma liminar suspendendo o procedimento de execução após a Caixa ter deixado passar o prazo dado pelo juiz para comprovar a notificação dos mutuários para quitação da dívida.

"Após toda instrução processual, mesmo sendo devidamente intimada para comprovar a regularidade do procedimento de execução, a Caixa deixou de apresentar toda documentação comprobatória da regularidade, o que levou o magistrado a certificar a irregularidade do procedimento", conta Vinícius Costa.

Ele esclarece ainda que, "em que pese as instituições financeiras estarem autorizadas a proceder com a execução extrajudicial dos contratos (Lei 9.514/97), não há nenhum permissivo para que as regras do procedimento sejam descumpridas indistintamente. Porém, a forma de fiscalizar e reverter situações como esta se dá somente na via judicial."

Vinícius Costa alerta que, antes de se aventurar em um processo, é indicado buscar auxílio de um profissional especialista na área de direito imobiliário para análise do caso concreto.

Sobre a ABMH – Idealizada 1999 e mantida por mutuários, a Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação (ABMH) é uma entidade civil sem fins lucrativos, que presta consultoria jurídica gratuita e tem como objetivo difundir as formas de defesa de quem compra imóveis, em juízo ou fora dele, com o efetivo cumprimento dos dispositivos legais.

# Mais de 1,6 milhão de brasileiros podem ser consumidores laranjas

*Criminosos compram os dados desses perfis laranjas para cometer fraudes. Golpes geraram prejuízo ao sistema financeiro de R$ 2,5 bilhões em 2022*

Um estudo inédito da Serasa Experian identificou que, atualmente, mais de 1,6 milhão de brasileiros podem ser considerados laranjas. Pessoas laranjas são aquelas que emprestam (mediando pagamento ou não) seus dados pessoais, como nome, CPF e conta bancária, para que outras pessoas registrem bens ou movimentem dinheiro sem serem identificadas.

A conta laranja tem como objetivo a lavagem de dinheiro ou enriquecimento ilícito e é considerada crime. Um dos motivos para esse aumento na quantidade de perfis laranjas é a dificuldade de identificar essas pessoas, pois seu perfil se assemelha aos dos proprietários de contas legítimas ou, muitas vezes, são de usuários legítimos. De todas as contas laranjas, 70% são contas alugadas com consciência ou coparticipação do titular. O restante são vítimas que têm seus dados roubados.

De acordo a estimativa do Banco Central (BC), os golpes no sistema financeiro brasileiro bateram a marca de R$ 2,5 bilhões de prejuízos em 2022. Em virtude desse alto valor, o BC sinalizou no mesmo ano que estuda responsabilizar bancos por transações fraudulentas envolvendo 'contas laranjas'.

**ENTENDA QUEM É QUEM NA FRAUDE LARANJA:**

**Criminosos:** Fraudadores que aliciam pessoas, compram seus dados e os utiliza para fins ilícitos, como aquisição de bens ou empréstimos com intenção de não pagar ou abertura de contas bancárias para realizar lavagem de dinheiro. Os fraudadores também usam dados vazados ou roubados para criar uma conta laranja,

além de invadirem contas com objetivo de fraudes bancárias.

**Laranja amigo/familiar:** emprestam seus dados para os fraudadores, muitas vezes sem nem saber como e para que serão utilizados. Há casos em que a pessoa tem seus dados roubados para que um amigo ou familiar crie uma conta bancária e a movimente.

O que quer dinheiro fácil: indivíduo que vende ou empresta seus dados para ser utilizado para finalidade de fraude e recebe benefícios em troca. Neste caso, há dois tipos de perfis: o doador de dados e o gestor de dados.

**Vítima:** pessoa que teve seus dados roubados e utilizados para abertura de atividades laranja sem conhecimento.

**QUEM ESTÁ MAIS EXPOSTO A SOFRER GOLPE COM CONTAS LARANJAS?**

Geralmente, as pessoas mais sujeitas a sofrerem este tipo de golpe são pessoas sem históricos no mercado de crédito, trabalhadores informais, jovens negativados, idosos, pessoas com baixo nível de escolaridade e moradores de regiões com baixa infraestrutura.

**COMO OCORRE A PARCERIA COM OS CRIMINOSOS?**

- *Abertura de nova conta: o usuário empresta ou vende os dados para o fraudador criar uma conta.*
- *Conta existente: o usuário aluga ou faz a gestão da conta.*
- *A movimentação financeira pode ser realizada pelo usuário ou pelo fraudador. Ou seja, neste tipo de fraude nem sempre o cliente da instituição financeira é a vítima, pois ele pode estar envolvido no crime. A conta laranja também é utilizada para emitir cartões de crédito, fazer compras, solicitar empréstimos e para transferências de dinheiro de origem ilícita via Pix.*

"O Pix tem sido um mecanismo de golpes de contas laranjas, pois facilita ao fraudador realizar múltiplas transferências de valores para diferentes instituições financeiras instantaneamente, o que torna difícil rastrear os montantes. Por isso, é importante que empresas, consumidores e organizações atuem juntos, com meios de proteção em camadas, para combater à fraude", diz o diretor de Produtos de Autenticação e Prevenção à Fraude da Serasa Experian, Caio Rocha.

**COMO OS CONSUMIDORES PODEM SE PROTEGER?**

1. *Os seus dados são exclusivamente seus.*
2. *Jamais venda seus dados.*
3. *Jamais permita que um amigo ou familiar utilize seus documentos e conta bancária como se fosse você.*
4. *Garanta que seu documento, celular e cartões estejam seguros e com senhas fortes para acesso aos aplicativos;*
5. *Cadastre suas chaves Pix apenas nos canais oficiais dos bancos, como aplicativo bancário, Internet Banking ou agências;*
6. *Não forneça senhas ou códigos de acesso fora do site do banco ou do aplicativo;*
7. *Monitore o seu CPF com frequência para garantir que não foi vítima de qualquer fraude do Pix.*

**COMO AS EMPRESAS PODEM EVITAR ESSE TIPO DE FRAUDE?**

O combate a esse tipo de crime deve ser feito também pelas empresas, que sofrem com os prejuízos causados pelos golpistas. "Em virtude da urgência do tema, criamos uma solução analítica pioneira no mercado que atua em diversas etapas da jornada do cliente, como na abertura de uma conta, gestão de carteiras ou transação. É possível utilizar essa tecnologia para se proteger e identificar o laranja, evitando prejuízos financeiros, reputacionais e possivelmente regulatórios relacionados a esse tipo de golpe sem perder o foco na experiência e segurança do cliente final", explica o executivo.

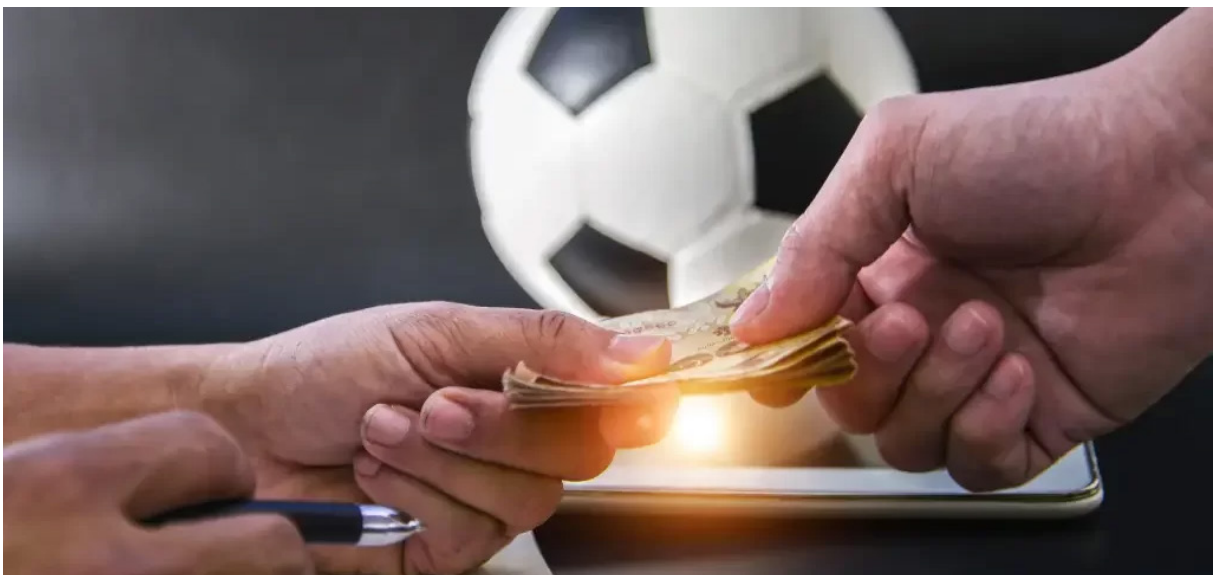
1. *Tenha uma estratégia de autenticação contínua para identificar perfis de risco.*
2. *Valide os riscos durante a criação de contas online.*
3. *Faça gestão na identificação e monitoramento de bases de clientes.*
4. *Faça gestão transacional, isto é, a detecção de possíveis laranjas em transações e operações digitais.*
5. *Verifique cadastros. Contar com uma base de dados do cliente é essencial para reforçar a segurança de operações online.*
6. *Consulte o perfil do seu cliente. Conhecer o cliente é, sem dúvida, uma das maneiras mais eficientes de se evitar fraudes online. Quando a empresa é capaz de avaliar o histórico do consumidor no mercado, status do seu CPF ou CNPJ, os seus hábitos e a existência de pendências em seu nome, por exemplo. Fica muito mais fácil e seguro avaliar os riscos de uma operação.*

**METODOLOGIA**

O estudo é resultado do cruzamento de dois conjuntos de informações das bases de dados da Serasa Experian: 1) consultas de CPFs efetuadas mensalmente na Serasa Experian; 2) estimativa do risco de fraude, obtida por meio de modelos probabilísticos desenvolvidos pela Serasa Experian.

# Campeonato brasileiro de futebol: manipulação de resultados de partidas "gera prejuízos coletivos ao país"

*A regulamentação das apostas esportivas pode trazer novas ferramentas para evitar ou mitigar o crime*



No dia 18 de abril último, o Ministério Público de Goiás (MPGO) deflagrou uma operação para cumprir três mandados de prisão preventiva contra envolvidos na manipulação de resultados de jogos de futebol. "Poucos meses após a realização da Operação Penalidade Máxima para verificar supostas manipulações na série B do Campeonato Brasileiro, agora entra em cena a Penalidade Máxima II, que busca investigar manipulações na série A e em cinco campeonatos estaduais", explica o advogado especialista em Direito de Jogos Filipe Senna, sócio do Jantalia Advogados.

De acordo com a investigação, atletas cooptados recebiam de R$ 50 mil a R$ 100 mil para cumprirem determinadas ações durante o jogo -- como provocar o recebimento de cartão ou cometer um pênalti.

Para Filipe Senna, as operações "reacendem um importante debate sobre a regulamentação das apostas esportivas no Brasil e sobre a fiscalização e controle de manipulações de resultados que possam ocorrer em competições esportivas brasileiras" -- que, segundo ele, "geram prejuízo coletivo ao país".

O especialista detalha os maiores prejudicados. "As casas de apostas esportivas acabam sendo vítimas dessas manipulações de resultados, pois há uma grande diferença entre os valores pagos em um evento cujos resultados foram manipulados ou não -- há uma grande dissociação das estatísticas ali verificadas. Os consumidores comuns também são prejudicados, pois se baseiam na análise de um evento a partir da circunstância natural e não de uma interferência externa para manipular estatísticas e resultados da partida."

O especialista lembra que a manipulação de resultados "já é abordada no Estatuto do Torcedor [Lei nº 10671 de 15 de maio de 2003] com uma pena de dois a seis anos de detenção para quem manipula os resultados -- e que abrange tanto jogadores, pessoas da comissão técnica e até árbitros".

"Com isso, a regulamentação das apostas esportivas pode trazer novas ferramentas para evitar ou mitigar essas situações de manipulação de resultados, como instruções educacionais aos jogadores desde o início de sua carreira na base dos times, e também penas mais rigorosas àqueles que se aventuram a manipular resultados", conclui o Filipe Senna.

# Dia do Trabalho/1º de Maio - JK: Desenvolvimento e justiça social significam a mesma coisa!

*Discurso proferido ao ensejo das comemorações do Dia do Trabalho, ocorrido no dia 1º de maio de 1960, em Brasília - DF*

Tenho um interesse todo especial em vos dirigir a palavra, trabalhadores, neste Primeiro de Maio, ao falar-vos daqui de Brasília — cidade erguida pela energia de nosso povo, prova da eficiência, capacidade e dedicação do operário brasileiro. Quero que este discurso — o último que, no Dia do Trabalho, vos faço na qualidade de Presidente da República — se caracterize pelo ânimo, pelo espírito de afirmação, pela franqueza decorrente da convicção de que este país despertou, de que se operou uma transformação na alma nacional, de que se tornou irresistível a onda de confiança que envolve a nossa pátria.

Bem sei que os partidários de um Brasil entrevado e incerto, tímido diante da imensa tarefa a realizar, de um Brasil contrafeito em face da rapidez do progresso, submisso à crença de que umas nações nasceram para ser poderosas e caminhar rapidamente e outras para permanecer pobres e secundárias, movendo-se devagar num mundo tão apressado, que parece mudada a noção de tempo; bem sei que continuam esses elementos maquinando aguerridamente todas as modalidades de reação, isolados no saudosismo estéril em que se encerram e distanciados da realidade presente.

Quando iniciei o Governo, disse que, em cinco anos, avançaríamos cinquenta; entretanto, em vez de me animarem a realizar o prometido, passaram a opor-me embaraços de toda natureza. Procuraram deturpar o meu pensamento. "Cinquenta anos em cinco" era uma forma de exprimir a mudança em nosso ritmo de ação, a maneira de externar a aspiração de um país que parecia esquecido do seu destino e necessitado de restabelecer a confiança em si mesmo. Posso agora proclamar que caminhamos cinquenta anos, e o faço diretamente a vós, trabalhadores, como a um exército já vencedor da primeira batalha. Avançamos, de fato, cinquenta anos em cinco — pelo menos cinquenta.

Não será por nos faltar o elemento humano indispensável que deixaremos de ser uma grande nação e avançarmos ainda mais. Está provado daqui por diante e em toda parte que o trabalhador brasileiro pode comparar-se ao de não importa que país, por mais adiantado que seja. Sois capazes de apreender imediatamente o que é necessário em todas as funções que exigem de vós a técnica industrial mais adiantada; nenhum empreendimento novo que seja, deixou de ser levado avante no Brasil por ter faltado o homem, o operário, o apoio da vossa aptidão e do vosso zelo.

O trabalhador brasileiro compreendeu que, nesta hora do mundo, desenvolvimento e justiça social significam a mesma coisa; que não haverá destino nenhum para si mesmo, para a sua família, para sua classe, num país atrasado, a arrastar um séquito de milhões de seres em situação vegetativa, que vivem e propagam a espécie em condições que entristecem pelo desconforto extremo. Compreendeu o povo que importa com urgência deixarmos de ser uma terra de plantação; que se impõe industrializarmo-nos progressiva e rapidamente; que pobreza nacional não cria vida próspera para ninguém; e sobretudo que o destino do povo e o da nação se correspondem, se misturam, se identificam.

Tive um contato direto e inesquecível com o operariado brasileiro na construção de usinas, de estradas e sobretudo desta cidade, e pude averiguar, na mais rápida tarefa até agora cumprida por qualquer operariado, o que vale, o que pode, o de que é capaz o trabalhador nacional. Lidamos em Brasília com a mais variada espécie de trabalhadores, de todas as procedências, de todas as qualificações, desde o artesão, o mestre de obras, o homem experiente, até o simples aprendiz. Recolhemos gente de todos os recantos, gente que fugia a essa dramática estagnação que infelicita tantas e tão extensas zonas de nosso país.

Não carecemos do elemento hábil e eficiente para reagir; dispomos da vossa força, trabalhadores, da vossa inteligência,

de todas essas qualidades que fazem de vós uma classe que honra a nossa pátria. Uma nação que possui reservas tão importantes de energia e dinamismo é uma nação que ninguém jamais logrará deter.

Sei que Brasília foi uma obra gigantesca tocada em prazo excepcional, em prazo que deixava duvidosos os mais otimistas. Aos homens que ajudam o Brasil a crescer — devo, no dia de hoje, um agradecimento muito particular por terem possibilitado que eu cumprisse a promessa de mudar a sede da Capital da República exatamente no dia 21 de abril. Não fossem as turmas de trabalhadores que se revezavam ininterruptamente em três turnos, com entusiasmo e solidariedade jamais vistos, e as obras de Brasília não teriam sido concluídas.

Tendes razão, trabalhadores brasileiros, quando vos atirais à conquista da grandeza nacional — nela empenhando, muito mais do que um mero esforço funcional, a vossa tenacidade, o vosso espírito revolucionário de pôr o país no lugar que lhe está reservado entre os mais avançados do mundo.

A batalha do desenvolvimento nacional, vale dizer, a batalha da justiça social, é o único meio de que dispomos para chegar a esse fim. A revolução do desenvolvimento é a vossa revolução. Ela não pode parar. Não deve parar. Assumimos o compromisso de remover as dificuldades, de desimpedir o caminho do nosso progresso, mas sem atentar contra a personalidade do homem, sem transformá-lo em um número e nada mais, sem privá-lo daquilo que justifica e eleva a sua existência.

Às metas de desenvolvimento material acrescentamos, desde o primeiro instante, a da consolidação democrática. Atentar contra as leis, admitir o que se veio chamar continuísmo seria renegar o nosso ideal político. Conheço bem os que falam de continuísmo. Sei de onde partem essas vozes. São ainda os ecos daquelas mesmas que pretenderam impedir a minha posse. Conheço os que se intitulam defensores da pureza democrática e semeiam a confusão alardeando golpes. Vós também os conheceis, trabalhadores brasileiros, esses mesmos elementos que tive de enfrentar em hora difícil quando fui forçado a percorrer o país numa campanha — esta sim — em prol da liberdade, do meu direito de ser candidato.

Ainda não decorreu tanto tempo que tenha baixado o esquecimento sobre as minhas palavras, a minha atitude e a deles. A bandeira democrática que então empunhei, em hora de perigo para as instituições, eu continuo a sustentá-la. Não a larguei um só momento, e não a largarei jamais.

Nunca me julguei um homem providencial. Não será nesta altura da vida que me deixarei levar por seduções em desacordo completo quer com a realidade, quer com os princípios que nortearam a minha vida pública. A nossa democracia existe, reage por si mesma e orgulho-me de ter concorrido para isso.

Deixo o continuísmo nas mãos dos adversários da lei de ontem e que o continuam sendo nos dias presentes.

Era o que eu tinha para dizer-vos. Também eu me sinto feliz no dia que vos é dedicado, trabalhadores de todas as categorias. Durante toda a minha vida tenho sido um dos vossos companheiros.

Daqui, da Cidade da Esperança, eu vos envio a minha saudação. Peço a Deus pela vossa felicidade, pela felicidade de toda a vossa família. Que Ele não vos deixe faltar o ânimo para levar o Brasil à sua verdadeira independência.

*Texto extraído da coletânea de 3 volumes intitulada Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI – de autoria de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira e publicado por MercadoComum*


# JUSCELINO KUBITSCHEK
# Profeta do Desenvolvimento:
## Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI

**A Coletânea contem, no conjunto, 2.336 páginas e compõe-se de três edições impressas distintas:**

- ***Volume I*** *– PROFETA DO DESENVOLVIMENTO*
- ***Volume II*** *– O DESENVOLVIMENTO EM 1º LUGAR - A Construção de uma Nação Próspera e Justa*
- ***Volume III*** *– MENSAGEIRO DA ESPERANÇA - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI*
- *Coletânea de 250 discursos proferidos no exercício do mandato da Presidência da República – 1956 a 1960.*

***Mais informações:***
***MercadoComum: 31 3281-6474***
***revistamc@uol.com.br***
***Acesse: mercadocomum.com***

INIMÁ SOUZA

inima.souza@gmail.com

***Vinho, Gente, Coisas e Adjacências***

# O retorno aos vinhos de Portugal e outros

*"Depois da água, o vinho é a bebida que o homem consome há mais tempo."*

Na última matéria, ao comentar sobre os vinhos fortificados portugueses, deixei, para agora, escrever um pouco acerca do secularíssimo Vinho Madeira, cuja história começa pelas mãos dos Jesuítas, no século XVI, com a casta Malvasia, e, logo depois, Sercial, Boal, Verdelho, Negra Mole ou Tinta Negra, entre outras.

O desastre da filoxera, que dizimou a quase totalidade dos vinhedos, coloca a Tinta Negra como a grande estrela na produção dos vinhos no arquipélago. Historicamente, tem-se o vinho Sercial, seco, o Boal, meio doce, e o Malvasia, doce.

Hoje, os diferentes tipos de fortificados ou licorosos, do arquipélago, são, assim, catalogados: vinhos com indicação da colheita e com indicação de idade até 40 anos, o Selecionado, Reserva, Reserva Velha, Superior, Vintage, com envelhecimento mínimo de 20 anos, antes do engarrafamento, e 02 anos, ao menos, na garrafa.

Conhecido como um vinho que "não morre", o Madeira tem consagrada longa duração, decorrente de sua característica, na qual, particularmente, ressalta a sua louvável acidez natural.

**VINHO ALENTEJANO**

A cada visita ao Alentejo o entusiasmo com seus vinhos se renova. As amplas planícies, povoadas de vinhedos, transformaram a região numa das mais importantes de Portugal, e, seguramente, do mundo. Não apenas pela quantidade, mas, sobretudo, pela qualidade dos seus vinhos.

Foi-se o tempo em que os vinhos alentejanos eram muito maduros, pesados na boca, cansativos. Agora, modernos, eles primam pela elegância e frescor. Frescor? Como obtê-lo no quente clima da região? Os produtores, em busca do perseguido equilíbrio, fazem cortes com parcelas de uvas, que não atingiram a completa maturação; e, pois, com mais acidez natural. E aquela madeira, tão frequente no passado, é, cada vez mais, escassa.

As castas são inúmeras, e as autóctones tintas mais presentes nos vinhos são, Trincadeira, Aragonês, Alicante Bouschet; mas, também, Touriga Nacional, e algumas "estrangeiras", como. Cabernet Sauvignon, Syrah. As brancas nativas, Fernão Pires, Arinto e Antão Vaz, têm produzido vinhos surpreendentes.

Nas sub-regiões, Évora, Borba, Portalegre, Reguengos, Vdigueira, Redondo, produz-se um imenso leque de vinhos com denominação de origem, e ao longo de toda a região, o apreciado vinho regional alentejano. O vinho do Alentejo é, inquestionavelmente, um novo vinho capaz de agradar as mais variadas preferências e gostos.

Tim, tim.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# As melhores experiências gastronômicas do mundo

*Como e onde desfrutar do melhor da gastronomia em viagens internacionais*

Uma das melhores formas de se conhecer um lugar diferente é pela gastronomia. Saborear pratos típicos é uma experiência que conecta as pessoas à cultura local. Se você é o tipo de viajante que busca por experiências gastronômicas incríveis quando vai para um novo país então precisa anotar as dicas a seguir:

**JANTAR COM VISTA PARA O PÔR DO SOL MAIS FAMOSO DA GRÉCIA**

Um jantar na Grécia já tem um gostinho todo especial por conta das deliciosas comidas mediterrâneas, mas é possível tornar o momento ainda mais inesquecível graças ao pôr do sol deslumbrante que só as terras gregas conseguem oferecer. Para ter essa combinação perfeita visite Oia e escolha o Lycabettus, no Andronis Luxury Suites eleito um dos restaurantes com a mais bela localização do mundo. Agora, para apreciar uma tradicional comida grega e drinks que podem ser desfrutados no bar próximo a piscina de borda infinita, a pedida é o Pacman do Andronis Arcadia.

**ASTRONOMIA E GASTRONOMIA NO CHILE**

Com a chegada do inverno, o Chile se torna um destino bastante procurado por brasileiros que amam aventuras na neve. Chillán oferece a experiência completa para os viajantes que buscam um lugar diferente para conhecer e no Termas Chillan a gastronomia e a astronomia se encontram. Em um passeio noturno os hóspedes são convidados a desvendar o céu através de um telescópio, ver de perto milhões de estrelas, a lua, nebulosas, constelações e planetas, enquanto participam de uma degustação que destaca todos os quitutes e sabores locais.

**JANTAR EXCLUSIVO EM PORTUGAL**

Em área exclusiva da cidade do Porto, à beira mar, está localizado o novo e luxuoso Restaurante Vila Foz. Ele fica dentro do prédio do charmoso Vila Foz Hotel & Spa. Mas, o que poucos sabem, é que existe um espa-

ço reservado, onde é possível ter uma experiência única a dois, na companhia do Chef Executivo Arnaldo Azevedo, que cozinhará exclusivamente para o casal. A experiência gastronômica se tornou imperdível após o restaurante ser reconhecido com uma estrela Michelin pelo Guia Espanha & Portugal em 2022. Nela o casal fica ali pertinho de onde os pratos – principalmente de peixes e mariscos - são preparados. A viagem gastronômica surpreendente por texturas e sabores, resulta na absoluta elevação dos sentidos.

**WORKSHOP DE PANIFICAÇÃO NO CHILE**

Localizado no Vale de Maipo o hotel Las Majadas reúne os três tipos de turismo mais procurados pelos visitantes: aventura, natureza e vinho. Para além disso, também oferece um workshop em que o objetivo é que o hóspede aprenda a fazer pão e que conheça os fundamentos da panificação, embarcando em uma jornada única. Trabalhar a massa com as próprias mãos faz com que o participante se sinta envolvido no processo de criação. A ideia é sair da aula sabendo produzir diferentes tipos de pão que são parte da gastronomia chilena. O workshop é ministrado no palácio de estilo renascentista francês de 1905 que fica dentro das dependências do hotel.

**QUE TAL O MELHOR VINHO ARGENTINO?**

Quando o assunto é boa comida, o melhor é que ela também venha acompanhada de um bom vinho. O Casa de Uco Winemaker´s Special Edition é um deles, reconhecido como o melhor argentino em 2018 é produzido no hotel-vinícola Casa de Uco, em Mendoza. Por lá, além de apreciar a bebida, os hóspedes ainda podem vivenciar todo o processo de produção – desde a colheita, passando pela visita a uma vinícola boutique até a degustação de rótulos cuidadosamente selecionados pelo sommelier da casa.

**BOA COMIDA E COM A VISTA MAIS BONITA DE MIAMI**

O autêntico restaurante Quinto está no 5º andar do hotel EAST, Miami e tem uma vista de tirar o fôlego para o Brickell City Center e para o horizonte da cidade. Conhecido por sua parrilla única ao ar livre e forno a lenha, o restaurante traz à mesa sabores saudáveis com peixes e frutos do mar frescos. O espaço possui vários ambientes e é um dos terraços mais exuberantes e espetaculares de Miami. Considerado um dos espaços de jantar ao ar livre mais exclusivos e íntimos de Brickell, com mais de 300 m², o Quinto oferece um espaço que não é apenas perfeito para família e amigos, mas também para eventos privados ou recepções.

**PIQUENIQUE NO NASCER DO SOL NA GRÉCIA**

Mykonos, na Grécia, é um dos destinos mais românticos e paradisíacos para se conhecer. Acompanhar essa beleza com uma refeição super saborosa é a combinação perfeita que o hotel Kalesma Mykonos oferece. E se o pôr do sol é famoso, imagina o amanhecer? A proposta aqui é agradar aos que dormem muito tarde ou acordam super cedo e ver o sol nascendo com uma cesta de piquenique bem completinha repleta de quitutes com o melhor da gastronomia grega.

PAULO QUEIROGA

*Com ajuda do Blog: malapronta.com.br*

# Civita di Bagnoregio – Coroa no topo da Itália medieval

As regiões italianas do Lazio, Umbria e Toscana se destacam pelo número de cidades e vilas medievais.

A encantadora Civita di Bagnoregio, na província de Viterbo, é um desses diademas. Encravada no topo de um morro em forma quase de uma coluna entre dois rios, ela parece coroar a paisagem e a arquitetura autêntica dos burgos medievais na Itália. Não há fotos e vídeos capazes de retratar a emoção de estar pessoalmente neste verdadeiro cenário.

A pitoresca vila tem origem há 2.500 anos, no período dos etruscos. Terremotos e deslizamentos praticamente esconderam os vestígios da antiguidade restando poucas evidências, como o antigo túnel que liga a cidade ao vale dei Calanchi.

A ponte de acesso à Civitá, com cerca de 300 metros de comprimento, foi construída em 1965 substituindo a anterior destruída pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Até esta época, o acesso à vila era feito por trilhas e escadarias. A ponte tem uma parte bem inclinada, mas, nada assustador. A vista que se tem já desde o mirante compensa o leve esforço da subida.

**BURGO MEDIEVAL**

A vila que hoje vive exclusivamente do turismo e atrai milhares de visitantes por ano, tem a marca registrada da Idade Média. É preciso comprar um bilhete para entrar na cidade, além do estacionamento pago por hora no pátio de entrada da ponte. Lá não existe supermercado, farmácia, escola, hospital etc. Esses serviços são encontrados na vizinha Bagnorégio, que muitos confundem com Civita Bagnoregio. A cidade é tão exclusiva, que até mesmo os poucos moradores só podem circular com veículos de duas rodas, mesmo assim, em período de temporada de turismo, com controle de dias e horários.

Nela nasceu, no século XIII, o monge e filósofo franciscano, São Boa Ventura, um dos principais biógrafos de São

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

Francisco de Assis, amigo e companheiro intelectual de Santo Tomás de Aquino.

Uma das atrações relativas à sua História religiosa é a Gruta de São Boa Ventura, onde se consta que São Francisco de Assis fazia ali suas orações e que, milagrosamente, teria curado o pequeno Boa Ventura de uma doença grave. O milagre teria conduzido o jovem Giovanni Fidanza, futuro monge e filósofo, à entrega de si a Deus e à igreja. Acredita-se que a gruta de São Boaventura seria uma tumba etrusca transformada em capela durante a Idade Média.

Entra-se na cidade por um grande corredor de pedra e um túnel, também de pedra, cavado no penhasco há 2500 anos pelos etruscos. É a Porta Santa Maria, assim chamada por ter sido construída próximo à igreja dedicada à Nossa Senhora.

A parte interna da cidade é um autêntico burgo medieval. São poucas ruas, forradas de pedras regulares, assim como as paredes das casas, que trazem aquela sensação de fortaleza e introspecção, amenizada pelo colorido dos jardins suspensos e pelos vasos de flores coloridas aliviando a rigidez dos degraus das escadarias.

Cada esquina é um cenário. Certo é que se conhece toda a vila em poucas horas. Em período de temporada abre-se restaurantes e lojas de souvernir. Para quem quer passar à noite, tem pequenas pousadas, algumas com vista de arregalar os olhos.

A Piazza San Donato, antigo Duomo di San Donato é o coração da cidade, onde fica uma fonte e as colunas etruscas. Nesta praça é onde também acontecem as festas tradicionais da cidade e a pequeníssima população local interage com os visitantes.

A Catedral, igreja mais importante da cidade, construída no século VIII sobre as ruínas de um templo romano, passou por diversas reformas e hoje domina a paisagem da praça com a fachada construída no século XV. Seu interior abriga um crucifixo de madeira do século XV da escola de Donatello, considerado como milagroso.

A cidade tem o triste apelido de "Cidade que morre", ou "Cidade fantasma". Em razão da erosão da rocha que a sustenta e os terremotos, houve sucessivas evasões da população local ao longo da História. Atualmente e, especialmente durante o inverno, a cidade fica praticamente fechada.

Mas, mesmo com todo movimento de turistas em alta temporada, Civita di Bagnoregio não deixa contaminar a sua alma medieval italiana, que permanecerá eterna, por isso inesquecível.

# Turismo: tax free em todo o país só seria possível com reforma tributária

A sinalização do Ministério do Turismo em adotar o tax free (compras livres de impostos) para atrair visitantes estrangeiros ao país esbarra em uma dificuldade: o complexo sistema tributário brasileiro. Hoje, cada estado da União possui uma peculiaridade, com modelos e alíquotas diferentes para a taxação dos impostos.

A reforma tributária articulada no Congresso, a partir das PECs 110 e 45, viria simplificar a cobrança de impostos sobre o consumo, substituindo até nove impostos, entre eles o ICMS e o ISS, em um IVA/IBS único.

"A isenção isolada do ICMS por alguns estados, como já foi cogitado, seria apenas mais um puxadinho num sistema que precisa ser reformado por completo. A reforma tributária ampla traz uma oportunidade para o Brasil atrair o turista estrangeiro para todas as regiões do país", avalia Luís Carlos Hauly, do Destrava Brasil.

O economista acrescenta que a PEC 110 traz, inclusive, um dispositivo que prevê a utilização de tecnologia 5.0 (Modelo Abuhab) para permitir que haja a isenção de tributação para as compras de turistas estrangeiros.

Entidades ligadas ao turismo calculam que o tax free poderia dobrar o gasto médio de turistas estrangeiros no país, chegando a uma estimativa de 1,2 mil dólares por família ou núcleo visitante.

# Turismo nacional tem o melhor início de ano desde 2015 e teve faturamento de R$ 19,4 bilhões

*Transporte aéreo impactou receita, que cresceu 19,8% em 12 meses, aponta FecomercioSP*

Impactado pelos grupos de transporte aéreo e alojamento e alimentação, o turismo nacional registrou faturamento de R$ 19,4 bilhões em janeiro de 2023. O valor representa crescimento de 19,8% quando comparado ao mesmo período do ano passado. O resultado é o melhor para o mês em oito anos.

Todos os seis grupos de atividades analisados pelo levantamento mensal do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontaram crescimento no mês.

Para a Federação, o resultado do período deve ser comemorado por vários aspectos. Além de ser o melhor início de ano desde 2015, o crescimento foi registrado sobre uma base forte — de 22,8% de janeiro do ano passado.

**MELHOR FATURAMENTO DA HISTÓRIA**

Em janeiro de 2023, o setor de transporte aéreo apontou o maior faturamento da história: R$ 7,03 bilhões, alta anual de 29,5%. Com este desempenho, o segmento responde por 36% do faturamento do turismo geral. O crescimento expressivo no número de passageiros pagantes que viajam pelo Brasil contribui para o cenário. Outro ponto relevante, e não exatamente fa-

| Atividade | Faturamento real (R$ mil) * | jan-23/ jan-22 | acumulado no ano (%) | acumulado 12 meses (%) | jan-23/ jan-22 |
|---|---|---|---|---|---|
| Serviços de alojamento e alimentação | 5.683.308 | 18,4 | 18,4 | 23,7 | -4,4 |
| Atividades culturais, recreativas e esportivas | 1.341.258 | 14,6 | 14,6 | 17,3 | 0,2 |
| Locação de meios de transporte, agência de turismo, operadoras e outros serviços de turismo. | 2.638.297 | 9,8 | 9,8 | 6,0 | 0,2 |
| Transporte terrestre - intermunicipal, interestadual e internacional; trens turísticos e similares | 2.679.088 | 13,0 | 13,0 | 14,4 | 0,1 |
| Transporte aquaviário | 47.218 | 13,4 | 13,4 | 10,3 | 0,2 |
| Transporte aéreo | 7.034.009 | 29,5 | 29,5 | 61,3 | 0,2 |
| **Total do Turismo** | **19.423.178** | **19,8** | **19,8** | **27,8** | **0,6** |

(*)a preços de jan 23
Fonte: IBGE Elaboração e Cálculos: FecomercioSP

vorável, é o encarecimento médio de 50% das passagens aéreas, situação que evidencia que consumidor está pagando mais para viajar, e não necessariamente viajando mais.

De acordo com a FecomercioSP, outra variação importante em janeiro foi a do grupo de alojamento e alimentação, com elevação de 18,4% no contraponto anual. O faturamento registrado foi de R$ 5,69 bilhões, o melhor para o período desde 2020. No caso dos meios de hospedagem, a situação foi similar ao do transporte aéreo: há uma recuperação sólida da taxa de ocupação e, ao mesmo tempo, um avanço na tarifa média.

O segmento do transporte terrestre também foi impactado, de forma positiva, pelo período da alta temporada. Com faturamento de R$ 2,7 bilhões no primeiro mês do ano, o crescimento foi de 13% em comparação ao mesmo período de 2022, cenário previsto anteriormente pela FecomercioSP, diante da natural recuperação pós-pandemia e do efeito de substituição do transporte aéreo, que ficou mais caro.

O setor de locação de veículos, agências e operadoras de turismo cresceu 9,8%, faturando R$ 2,64 bilhões. Isso aconteceu porque o início do ano é marcado por alta demanda das empresas que alugam veículos, e o preço acompanha a dinâmica.

As atividades culturais, recreativas e esportivas registram crescimento de 14,6% e faturaram R$ 1,34 bilhão. E, por fim, o transporte aquaviário, apresentou variação anual de 13,4%. No entanto, o faturamento de R$ 47,2 milhões é o menor para o levantamento, o que gera um efeito praticamente nulo para o desempenho geral.

De acordo com a Federação, o cenário do turismo nacional é resultado da reabertura completa da economia, da melhora gradual da renda familiar e da retomada dos investimentos no setor (que ampliou a oferta), entre outros aspectos. Contudo, apesar do resultado positivo, é preciso entender que parte do aumento da receita é proveniente da elevação do custo para empresários e consumidores.

Portanto, frente a um cenário de inflação dos serviços de turismo tendendo a arrefecer neste ano, e possível que haja a redução do gasto médio por viagem. Por outro lado, a projeção é de aumento no volume, o que será muito benéfico não só para os turistas, mas também para a economia em geral.

**NOTA METODOLÓGICA**

O estudo é baseado nas informações da Pesquisa Anual de Serviços e dados atualizados com as variações da Pesquisa Mensal de Serviços, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números são atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e foram escolhidas as atividades que têm relação total ou parcial com o turismo.

Para as atividades que têm relação parcial, foram utilizados dados de emprego ou de entidades específicas para realizar uma aproximação da participação do turismo no total.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

JAYME VITA ROSO

vitaroso@vitaroso.com.br

*Advogado, Escritor e Ambientalista*

# Por um judaísmo mais autêntico

*O que pensaria o chanceler Oswaldo Aranha quando aprovou o Estado de Israel?*

"As pessoas amam judeus mortos". É com esta frase extremamente provocante que Sara Lipton resenha, em sua coluna no The New York Reviews of Books (24 de novembro de 2022, p. 31-5), o livro de Dara Horn, intitulado People Love Dead Jews: Reports from a Haunted House (Nova Iorque: Norton & Company, 2021, p. 272), que, entre outras coisas, sustenta severa crítica ao modo como o imaginário norte-americano – principalmente cinema, quadrinhos e a grande mídia em geral – transformou o holocausto em um produto a ser comercializado em sua indústria cultural.

Não é à toa que o tema do holocausto penetrou, de sobremaneira, a cultura popular norte-americana (a quantidade de filmes blockbusters sobre o tema assusta), chegando a ter infiltração nos discursos políticos, abalroando as mídias sociais de slogans e até mesmo aparecendo em pichações nas ruas. Políticos, influencers, celebridades e intelectuais, não raro, se dizem vítimas de perseguição, comparando a si mesmos como judeus numa empreitada contra nazistas. Ademais, aqueles que, ao menos num primeiro momento, se opuseram à vacinas e à máscaras, quando a covid-19 se espalhou pelos EUA, chegaram a usar a Estrela de Davi, em analogia à suposta perseguição do Estado que estariam sofrendo no uso obrigatório de máscara e vacinação.

O que embasa estes acontecimentos, que proliferam no imaginário social, tanto da direita quanto da esquerda?

É notável, e nos faz refletir muito, que livros sobre a história judaica e/ou a história do nazifascismo estão, vez ou outra, entre os best sellers da Amazon.

Por que este interesse súbito?

Reflito sobre o tema espinhoso e encontro ajuda em minhas elucubrações com as luzes do artigo de Sara Lipton.

O ponto nevrálgico que enlea o tema pode ser sintetizado na seguinte afirmação: por que a sociedade está fascinada com a morte de judeus, mas se importa pouco com os judeus vivos? Este é o assunto que está latente na obra de Dara Horn.

Combinando história, ciência social e história pessoal, ela pede aos leitores que pensem criticamente sobre o porquê de venerarmos, enquanto sociedade, histórias que tornam a destruição do mundo judaico uma narrativa convincente, grandiosa, ao mesmo tempo em que minimizam a atual crise do anti-semitismo. O objetivo do livro é desvendar, documentar, descrever e articular as infinitas maneiras não ditas pelas quais a obsessão popular por judeus mortos, mesmo em suas formas aparentemente benignas e cívicas , é uma profunda afronta à dignidade humana.

Digno de nota, Emile Zola, quando escreve seu forte artigo J'accuse! (Eu Acuso!), em 13 de janeiro de 1898, ataca, corajosamente, o antissemitismo presente no exército e no judiciário francês, oriundo do famoso caso Dreyfuss. Ele diz algo que replico aqui e que me inspira em escrever este artigo aos meus colegas: "Meu dever é de falar, não quero ser cúmplice. Minhas noites seriam atormentadas pelo espectro do inocente que paga, na mais horrível das torturas, por um crime que ele não cometeu".

Não há nada de novo no antissemitismo, ele é mais antigo que o Império Romano. A novidade está na espetacularização da perseguição judaica – como se a história tivesse parado em 1945! – em troca de, acidentalmente ou não, erigir uma cortina de fumaça para os problemas reais ainda enfrentados pela comunidade.

Encerro com uma frase, notável por sua sensibilidade, proferida por Einstein em um jantar no Jewish Club, em Nova Iorque, em 24 de março de 1979: "Não existe judeus alemães, não há judeus russos, não há judeus americanos. A única diferença é a língua do dia a dia. De fato, existem apenas judeus" (The Quotable Einstein. Nova Jérsei: Princeton University Press, 1996, p.97).

Essa é a novidade que nos horroriza hoje!

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

EUZÉBIO JORGE SILVEIRA DE SOUSA

*Professor de Economia da Strong Business School, Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ)*

# Dia do trabalhador e a dinâmica econômica

A comemoração do dia internacional do trabalhador consagra a luta e conquista de trabalhadores há mais de 130 anos. Eventos que ocorreram há tanto tempo possibilitam interpretarmos o presente mundo do trabalho e nos impõe a necessidade de projetarmos qual futuro do trabalho vislumbramos e/ou desejamos.

A Segunda revolução industrial produziu: a difusão de novas tecnologias como o motor a combustão interna, que introduziu o mundo na era do petróleo; a lâmpada de filamento, que permitiu a ampliação das horas de trabalho em ambientes iluminados; o telefone e o telégrafo sem fio, que conectou pessoas e expandiu mercados; a esteira rolantes, que ampliou a rotinização, divisão e aceleração do trabalho; rápida urbanização e o crescimento populacional, com a Europa expandindo sua população em 37% entre os anos de 1870 e 1914 e os Estado Unidos em 150% no mesmo período.

Desta forma, a segunda revolução industrial não trouxe mudanças apenas em coisas e máquinas, transformou profundamente as pessoas, sua compreensão de tempo, sua jornada de trabalho, sua forma de acessar alimentos e suas relações sociais. O trabalho nas fábricas e a vida nas cidades eram insalubres, a jornada de trabalho poderia superar 17 horas diárias e até mesmo as crianças eram convocadas para trabalhos extenuantes e perigosos. As primeiras conquistas dos trabalhadores ocorreram exatamente no estabelecimento de limite de 8 horas diárias na jornada de trabalho de crianças, o que possibilitaria ampliação da escolarização.

As crises econômicas do fi-

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

nal do século XIX e início do século XX foram suplantadas por uma mudança no entendimento da sociedade sobre o trabalho. A percepção de que o desemprego era um problema individual e que cada pessoa deveria se responsabilizar por suas privações materiais, foram substituídas pela leitura de que o desemprego era uma consequência de problemas macroeconômicos gerados por más expectativas de empresários, declínio de ciclos econômicos e outras distorções do sistema produtivo. Os ganhos de produtividade da segunda revolução industrial poderiam gerar crescimento econômico, mas exigiam a expansão do mercado consumidor. O que ficou conhecido como o "Era de Ouro" do Capitalismo foi resultado da incorporação dos trabalhadores industriais como consumidores das mercadorias que produziam. A elevação da produtividade foi transformada em elevação dos lucros, salários e consumo, produzindo um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e construção de um estado de bem-estar social.

A redução da jornada de trabalho conquistada pelos trabalhadores no século XIX incorporou maior contingente de operários em atividades industriais, produzindo relevantes efeitos econômicos, como elevação na demanda por trabalho e ampliação dos níveis salariais. Além disso, a redução da jornada de trabalho aumentou a massa salarial e o poder de consumo dos trabalhadores, permitindo-lhes ter mais tempo livre para vivenciar novas experiências pessoais e sociais, o que levou ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao lazer e entretenimento. Outro efeito resultado da redução da jornada de trabalho e elevação do rendimento dos trabalhadores, foi o incentivo à inovação (tecnológica e organizacional) poupadoras de força de trabalho, a fim de compensar a elevação dos custos com trabalho.

Constata-se com isso que as transformações no mundo do trabalho produziram não apenas mudanças na vida dos trabalhadores como em toda a estrutura social dos países desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos a trajetória de industrialização e constituição de direitos trabalhistas foi substancialmente diferente dos países centrais, dada nossa herança colonial e escravista, geramos uma estrutura social profundamente desigual e um mercado de trabalho excludente. O período em que a industrialização foi concluída no país, marcado por elevadas taxas de investimento e crescimento econômico, coincidiu com a violenta ditadura militar, que impôs um modelo de crescimento econômico marcado pela elevação da desigualdade e pela polarização do mercado de trabalho. O Brasil perde a oportunidade histórica de tentar romper com as características estruturais de nosso mercado de trabalho, marcado por a elevado desemprego, baixos salários, alta rotatividade e incidência de trabalho informal.

Os trabalhadores brasileiros não têm muito o que comemorar no momento. Que pese que o país não registre mais a tenebrosa taxa de desemprego de 14,8% do final de 2020, o desemprego de 8,6% do primeiro trimestre de 2023 ainda representa 9,2 milhões de desempregados. A taxa de subutilização da força de trabalho também tem caído, mas ainda está em um patamar de 18,8%, atingindo níveis duas vezes maior entre trabalhadores jovens de 14 a 24 anos. Com a mais elevada taxa básica de juros do mundo, o Banco Central do Brasil, além de utilizar uma medida de baixa eficácia para o combate à inflação de custo, eleva o endividamento do Estado, reduz o ímpeto dos empresários gerarem emprego e amplia a já elevada taxa de desemprego brasileira.

Com o que já foi exposto fica evidente que a dinâmica do mercado de trabalho não só informa o nível de atividade econômica, como contribui para o crescimento econômico, gerando efeitos virtuosos de ampliação do mercado consumidor e expansão da arrecadação do governo. O desafio posto ao Brasil no dia do trabalho de 2023 é constatar que o mundo está em transformação e que a dinâmica do mercado de trabalho ainda é determinante na superação da crise que arrebata o mundo todo. Com trabalhadores da economia de plataforma exercendo jornadas de trabalho de 17 horas diárias, dilemas enfrentados no século XIX e início do XX voltam a exigir respostas para suplantar a crise imediata, mas também para horizontes mais alargados. No dia do trabalhador somos convocados a relembrar a centralidade do trabalho na dinâmica econômica e a pensar que sociedade queremos construir.

MATEUS VICENTE

*Cofundador e CEO da MaisMei, plataforma que auxilia o Microempreendedor Individual (MEI) na resolução de obrigações do negócio, como abertura do MEI, pagamento da Guia DAS, parcelamento de DAS atrasadas, Declaração Anual de Faturamento, visualização de informações do cartão CNPJ, entre outros*

# Dia do Trabalhador e MEI no Brasil: 15 anos de atuação e 15 milhões de trabalhadores

*No dia 1º de maio, todo Microempreendedor Individual (MEI) deveria se sentir acolhido na data, pois, atualmente, representa uma força de trabalho que já ultrapassou a marca de 15 milhões de pessoas*

O Brasil ultrapassou, em abril de 2023, a marca de 15 milhões de CNPJs cadastrados no Simples Nacional enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI). Até aqui, são quinze anos desde a lei que criou a figura jurídica de MEI. Estando à frente de uma solução que ajudou mais de 1 milhão de MEIs a se formalizarem, já falei com muita gente dessa categoria e posso afirmar: essas pessoas trabalham, e muito. Por isso, merecem reconhecimento neste 1º de maio, Dia do Trabalhador.

Eu poderia afirmar isso somente por acompanhar diariamente a vida das pessoas que decidem assumir a liberdade e a responsabilidade de criar e administrar um pequeno negócio, mas a credibilidade de outras entidades respeitadas como o Sebrae confirmam o que estou dizendo. De acordo com o Atlas dos Pequenos Negócios, publicado em 2022, os MEIs foram responsáveis por movimentar algo na casa de R$ 140 bilhões de reais na economia brasileira, além de responder por 78% das novas empresas no país no período.

A formalização como MEI garante acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria por idade, auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), salário maternidade, pensão por morte, entre outros. Há vantagens que muitas pessoas ainda desconhecem: o desconto de até 30% na compra de veículos, a venda de produtos e serviços para empresas ou órgãos públicos, com emissão de notas fiscais, e a compra de matéria-prima e materiais com descontos exclusivos para Pessoa Jurídica.

São mais de 460 atividades que, pelo trabalho que executam (e, sim, é muito trabalho), podem acessar o que descrevo acima e, indo além, conseguem trabalhar de sua casa, realidade de 38% dos negócios, de acordo com o Sebrae. É bom lembrar: estou falando de cabeleireiras, barbeiros, manicures, pedreiros, vendedores de lanches e vestuário, e não apenas 15 milhões de registros. São pessoas!

Mais de 15 milhões de profissionais que muitos de nós convivem diariamente. É justo frisar que tudo tem dois ou mais lados, inclusive o trabalho. Ao longo dos últimos séculos, ele já foi considerado um sacrifício, um fardo, mas, também, e aqui vou utilizar como exemplo os artesãos e artesãs, que mantém uma identificação e contato com o que produzem em todas as fases de concepção, como uma atividade de autorrealização, transformação, desenvolvimento e, obviamente, expressão da sua liberdade.

Para vocês, MEIs, gostaria de deixar um recado importante: você não está sozinho. Eu sei que os desafios são grandes e as incertezas assustam. Por outro lado, hoje você tem acesso à ferramentas, na palma da sua mão, que fazem diferença no seu dia a dia. Um aplicativo de finanças, que ajuda a controlar os gastos da sua produção, ou de edição de imagens, para você melhorar as peças das suas redes sociais, e, lógico, para acessar as informações do seu CNPJ, como impostos, situação cadastral, e todas as coisas que envolvem sua empresa.

O MEI é um trabalhador. Um não: mais de 15 milhões de trabalhadores. Da minha parte, espero que essas pessoas acreditem nos seus trabalhos e encontrem as ferramentas certas para crescer.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

WANDERLEY COSTA

*Diretor comercial e de operações da S.I.N Implant System*

# Liderar é cuidar: o que você tem feito pelo seu time?

"Faltavam só quatro minutos". Muita gente repetiu essa frase em 9 de dezembro. Naquela tarde, numa prorrogação suada, o Brasil quase venceu a Croácia por 1x0 em plena Copa do Mundo. Erros táticos de um lado e contra-ataque certeiro do outro, porém, garantiram a Petkovic o gol de empate. A decisão da partida ficou para os pênaltis e o resto da história você já sabe: quarta bola carimbada na trave, Seleção Canarinho eliminada.

Quem não se lembra da cena em que Tite, técnico brasileiro, marcha para o vestiário e abandona seus atletas desabando no gramado? A postura foi criticada mundo afora e simbolizou um contraste quase extremo. Isso porque, na mesma semana, o Japão também havia sido despachado pelo esquadrão croata. O técnico Hajime Moriyasu, no entanto, agiu como um líder nato. Além de acolher seu time na derrota, ele se dirigiu à arquibancada japonesa, se inclinou e reverenciou a torcida. Não cabe a mim emitir qualquer julgamento de valor, mas o que conta aqui é a atitude de Tite – de ter abandonado o time em campo em um momento tão difícil.

Está aí, então, uma lição clara: seja no futebol ou no mercado, nas vitórias ou impasses, liderar com excelência requer expertise, objetivos bem definidos, estratégia e capacidade de cuidar das pessoas. Mas líder cuidador não significa excesso de protecionismo! Na realidade, a meritocracia e a mensuração de resultados são a base do líder que entende, assim como um pai, que o filho dele é a razão, mas não tem sempre razão. Uma diferença bastante relevante, percebe? Quando os gestores entendem isso, automaticamente compreendem que, muitas vezes, é preciso tomar medidas difíceis, para seguir cuidando da sua equipe como um pai.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

A Innovators Community, do Fórum Econômico Mundial, citou "compaixão" entre as habilidades de líderes que querem alcançar ou se manter no topo do mercado atual. Já levantamento da McKinsey apontou que, numa escala de efetividade com 89% de sucesso, "ser apoiador e solidário" são características essenciais aos CEOs de destaque.

Você pode, sim, ser um deles. Confira, neste artigo, cinco questões cruciais para se aprofundar no assunto:

**QUAL O FOCO DA CULTURA ORGANIZACIONAL?**

É consenso no meio empresarial que "pessoas são os ativos mais importantes de uma empresa". A expressão já é quase que um clichê, mas é sempre um lembrete importante. Afinal, muito além de "força de trabalho", a equipe é a energia que faz a organização acontecer. Pense bem: haveria estratégia, processos, negócios e inovação sem ela? Um líder jamais conseguiria fazer tudo sozinho. Por isso mesmo, toda tomada de decisões deve ter como termômetro seu impacto sobre as pessoas. Ou, como bússola, o bem-estar e a segurança delas.
Esse é o cerne da liderança cuidadora e vale, inclusive, para o relacionamento com o público externo. Assim como Moriyasu reverenciou a torcida japonesa, "acene" para quem escolhe sua marca no mercado, estimule canais para que essas vozes sejam ouvidas, valorizadas e atendidas. A gestão cuidadosa começa, na realidade, com a implementação de uma cultura organizacional mais humana - em todos os sentidos.

**VOCÊ (REALMENTE) OUVE SUA EQUIPE?**

Uma pesquisa global da Octanner traz resultados interessantes. Segundo o levantamento, 79% dos líderes entrevistados disseram compreender o que seus colaboradores esperavam da empresa. Ironicamente, no entanto, só 48% deles concordaram com a afirmação. O gap entre uma percepção e outra pode ser explicado pela ausência de escuta ativa. Isto é, pela falta de habilidade (ou pela resistência) em ouvir o que seu time tem a dizer.

Com mente aberta, ouvidos atentos e interesse real por feedbacks da equipe, você estimula a transparência no workplace. Nada mais benéfico na elaboração de estratégias e até na gestão de crises. Chegou a hora de trocar o "eu acho" por "realmente compreendi".

O segredo da escuta ativa é, de fato, parar e estar totalmente concentrado no que o colaborador está comunicando. Mas ela precisa andar de mãos dadas com a empatia e a humildade. Aquele que é dono da razão nunca ouvirá realmente o que precisa, mas apenas o que deseja ouvir para reforçar suas crenças. E isso é exatamente o oposto do líder cuidador, que traz consigo a visão de que pode aprender com todos, a qualquer momento, pois o time é composto por especialistas nas diversas funções.

**QUE RELAÇÕES VOCÊ TEM CONSTRUÍDO?**

Repita comigo: a liderança cuidadora não é um dom inato. É, como prefere chamar a palestrante e escritora Heather R. Younger, uma arte. Isso significa, para terror de quem acredita em fórmulas prontas, que ela deve ser aprimorada – inclusive com desconstruções importantes.

Mais do que "se colocar no lugar do outro", é preciso reconhecer quem está no seu entorno. Ou, em outras palavras, substituir o poder absoluto e centralizador por confiança no talento e desempenho de seus pares. Está aí um mindset que dilui hierarquias rígidas para dar lugar a relações fluidas, horizontalizadas e saudáveis.

**O AMBIENTE DE TRABALHO, COMO VAI?**

Acredite: zelar pelas pessoas e criar um workplace leve pode ser um diferencial competitivo. A conclusão vem de pesquisa global da Deloitte. De acordo com o levantamento, 95% dos gestores de RH associam excesso de trabalho e burnout à perda de profissionais no staff. Por isso mesmo, 80% dos entrevistados também acreditam que o bem-estar de suas equipes deve ser prioridade na estratégia organizacional.

É hora de avaliar, então, que tipo de cenário é construído na organização. O ambiente é competitivo ou de inovação colaborativa? Como anda a saúde mental dos colaboradores? A diversidade é respeitada? Talentos são

reconhecidos? Esforços são recompensados?

Vale lembrar que o dinheiro continua, obviamente, sendo fundamental, mas está claro que não é suficiente para reter os melhores talentos. Mais do que nunca, os colaboradores estão dando mais valor a condições que não estão vinculadas somente ao valor de seu salário líquido. Horários de trabalho flexíveis, auxílio creche, descansos remunerados e espaços de lazer na empresa, por exemplo, são alguns dos benefícios do que chamamos de salário emocional (ou seja, recompensas não materiais). Reconhecimento e treinamentos também entram nessa conta. Estes aspectos, aliás, são essenciais para que o colaborador enxergue um propósito em seu trabalho, então é preciso que tudo isso seja visto com atenção.

**SUA LIDERANÇA INSPIRA?**

O genial Daniel Goleman é conhecido por incorporar e popularizar, nos debates sobre gestão, o termo inteligência emocional. E o conceito segue tendo desdobramentos.

Em um artigo para a Korn Ferry, por exemplo, Goleman explica que o líder emocionalmente inteligente é justamente aquele que, mesmo em cenários de volatilidade e competitividade no mercado, consegue dedicar parte de sua agenda ao cuidado genuíno de seus pares. Assim como em uma partida de futebol, o líder da equipe precisa saber de que lado da mesa ele está - se está com os críticos - que fazem muito bem seu trabalho - ou se está com o vestiário, que é o lado de quem assume as responsabilidades pelos resultados não apenas quando são positivos, mas principalmente quando são duros.

Em momentos de grandes resultados, os líderes ficam atrás e a equipe é aplaudida à frente. Já nos momentos de crise, deve ocorrer o inverso: a equipe fica atrás da sua liderança, que tem a função primordial de apoiar seu time e assumir a responsabilidade de liderança cuidadora., a partir dessa perspectiva, que uma postura assim é inspiradora, cativante e engajadora. As sementes para relações organizacionais cooperativas, aliás, são cultivadas justamente nesse terreno de propósito comum.

Na prática, a liderança cuidadora está nos detalhes - e eles fazem toda a diferença.

Referência mundial em produtos para implantes dentários, a S.I.N Implant System tem DNA brasileiro e está no mercado desde 2003. Hoje, seu parque fabril de última geração entrega mais de 5 milhões de produtos acabados todos os anos, com presença em 22 países. Com uma trajetória de conquistas apoiada nos princípios da simplicidade, inovação e nanotecnologia, a S.I.N. Implant System oferece as melhores linhas de implantes dentários do mundo, além de componentes protéticos. A empresa tem como visão oferecer o que há de melhor e mais seguro na área de implantodontia, utilizando, para isso, tecnologia de ponta e equipamentos de última geração, que passam por rigoroso controle de processos.

FREDERICO AMARAL

*CEO da e-Auditoria, empresa de tecnologia especializada em auditoria digital*

# Imposto de Renda: Os cinco maiores erros que chamam a atenção do Fisco

Não importa o porte ou segmento da empresa: com exceção do micro empreendedor individual, a manutenção da escrituração contábil regular é obrigatória para toda entidade. Diante de uma legislação complexa e que sofre alterações a todo momento, a gestão contábil é essencial para que as companhias permaneçam em conformidade, evitando que deixem de recolher ou que recolham indevidamente seus tributos. Ocorre que muitos erros e inconsistências ainda são detectados pelas Receitas Federal, Estaduais e Municipais, e isso pode resultar em diversos questionamentos – o que vai levar os fiscais para dentro das empresas – e autuações digitais, através da simples leitura e cruzamento das informações disponibilizadas.

A fiscalização está cada vez mais rigorosa. Com os avanços tecnológicos implementados pelo governo, o cruzamento de dados em busca de possíveis erros se tornou muito mais assertivo, analisando, de forma digital, 100% dos dados praticamente em tempo real. Sem o devido controle das informações contábeis e fiscais, os danos são inevitáveis. Dentre os erros que mais chamam a atenção do Fisco, podemos destacar os seguintes:

**1 – Omissão de receitas:** omitir receitas é não emitir documentos fiscais ou não realizar a escrituração contábil ou fiscal das receitas auferidas por uma empresa, acarretando redução da base de cálculo dos tributos e, por consequência, redução do montante a ser recolhido. Além disso, o RIR (Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza), dispõe que a indicação na escrituração de saldo credor de caixa, a falta de escrituração de pagamentos efetuados ou a manutenção no passivo de obrigações já pagas ou cuja exigibilidade não seja comprovada são hipóteses de presunção de omissão de receita.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

**2 – Transações financeiras incompatíveis:** o governo tem acesso às movimentações financeiras e aos dados de vendas por meio de cartões de crédito e débito. O "Hal" é um supercomputador do Banco Central que trabalha ininterruptamente, rastreando e monitorando as transações bancárias de todas as instituições financeiras no país. Para se ter uma ideia, em apenas 4 dias de operação, o "Hal" criou cerca de 150 milhões de pastas, uma para cada correntista do país, atribuindo aos titulares e seus respectivos procuradores as operações realizadas por cada conta. Isso significa que o Fisco consegue cruzar as receitas declaradas pelas empresas com os valores creditados em contas bancárias ou recebidos via cartão de crédito/débito, verificando se os recursos têm origem comprovada por meio de documentação hábil e idônea.

**3 – Inconsistências no Registro de Inventário:** inconsistências no inventário são um prato cheio para a fiscalização que, com base nas informações declaradas nos arquivos da EFD ICMS/IPI e nas notas fiscais eletrônicas de emissão própria e de terceiros, consegue realizar o levantamento quantitativo e financeiro das mercadorias movimentadas pela empresa no período. Problemas relacionados ao fluxo de entradas e saídas de mercadorias, como omissões de entrada, omissões de saída, itens com saldo negativo ou divergências entre saldos declarados e saldos apurados podem gerar penalidades altíssimas e afetar a saúde financeira da empresa.

**4 - Erros na apuração dos tributos:** apurar tributos é o processo de calcular e recolher corretamente todos os impostos, taxas e contribuições devidos, conforme o regime de tributação da organização – Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional. Ocorre que o sistema tributário nacional é extremamente complexo e repleto de detalhes, fazendo com que os departamentos fiscais cometam falhas frequentes, como deixar de aproveitar créditos tributários ou aproveitá-los indevidamente, aplicar alíquotas e bases de cálculo equivocadas ou utilizar classificações fiscais e legislações desatualizadas.

**5 – Declarações acessórias inconsistentes:** raramente o Fisco autua as empresas pelo que elas escondem. Via de regra, a fiscalização é feita de maneira eletrônica e é despertada pelo que as empresas declaram. O SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) é um projeto nacional que compartilha informações nos âmbitos federal, estadual e municipal, criando uma base de dados sem precedentes, que permite a análise e o cruzamento das informações contábeis e fiscais em tempo real. Frente a tamanha exposição, qualquer erro cometido por uma empresa, seja intencional ou não, oferece o risco de autuações por parte das autoridades fiscais. O cuidado com as obrigações acessórias é fundamental, e só uma perfeita superposição de dados e de números pode dar a segurança de estar agindo com absoluta coerência.

Muitas empresas que enfrentam dificuldades de caixa ainda optam por financiar suas operações sonegando tributos, postergando obrigações tributárias ou realizando planejamentos tributários que envolvem riscos elevados. Ocorre que, nos dias de hoje, estas medidas não resolvem os problemas, principalmente diante de todo o arsenal montado pelo governo para fiscalizar. Ou seja, de um lado há empresários que insistem em gerir de forma amadora seus negócios, e do outro o Fisco, cada vez mais profissional e informatizado, preparado para autuar. É uma luta desigual, e não é difícil deduzir como esta história termina.

Estar em conformidade com as normas contábeis e fiscais é essencial para um crescimento sólido e seguro. Todo um planejamento pode ser jogado por terra com a chegada de uma autuação fiscal inesperada. Para certificar que os processos internos estão de acordo com as exigências legais é preciso contar com o apoio de ferramentas de auditoria digital, que minimizam as chances de erros na esfera tributária. Aliás, utilizar ferramentas tecnológicas é, além de uma necessidade, uma decisão estratégica. As empresas que não se prepararem para isso poderão comprometer de maneira decisiva seus negócios, afinal convivemos com uma enorme carga tributária, que impacta decisivamente no orçamento de qualquer organização. Falhas fiscais geram grandes impactos financeiros e podem comprometer o negócio como um todo.

KÊNIO DE SOUZA PEREIRA

*kenio@keniopereiraadvogados.com.br*

*Diretor Regional em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário -ABAMI; Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis*

# Venda de imóvel locado e o direito do inquilino se tornar proprietário

A Lei nº 8.245/91 garante ao inquilino o direito de preferência na compra, em igualdade de condições com terceiros, sendo que caso isso não seja respeitado ele poderá anular a transação ao depositar em juízo o valor constante na escritura e, assim, se tornar proprietário. Essa possiblidade está prevista no artigo 33 da Lei do Inquilinato, sendo importante o locador tomar as medidas para evitar problemas, bem como o comprador exigir previamente a comprovação desses procedimentos que exigem técnica jurídica.

O grande problema é que há transação na qual vendedor e comprador ajustam em declarar um valor menor na escritura pública de compra e venda e, diante disso, abre-se a possibilidade ao inquilino de adquirir o imóvel, às vezes, até mesmo por quase metade do preço real de mercado.

Para entender melhor essa situação que decorre da falta de profissionalismo e do desconhecimento das normas legais e fiscais, apresentamos o seguinte exemplo: o locador, por não gostar do inquilino coloca à venda uma loja pelo valor de R$1.500.000,00, sendo que não a oferece a ele, que a utiliza para loja de calçados há muitos anos, tendo criado um ótimo ponto comercial.

**AMADORISMO CUSTA CARO NUMA TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA**

O vendedor encontra o comprador que lhe paga o valor de R$1.500.000,00, mas este solicita que a escritura seja passada por R$800 mil já que parte de sua renda é informal. O vendedor gosta da ideia, pois assim reduzirá o valor que terá que pagar ao Fisco, já que na sua Declaração do IR o imóvel consta no valor de R$600 mil. Ao fazer a escritura constando R$800 mil, pagará o lucro imobiliário de 15% sobre R$200 mil, ou seja, economizará R$105 mil, pois pagará apenas R$30 mil. Se fizesse a escritura pelo

valor real o lucro imobiliário a ser pago seria de R$135 mil.

Dessa maneira, a transação é fechada e o comprador notifica o inquilino para desocupar a loja no prazo 90 dias, ficando este surpreso ao saber que a lei autoriza a rescisão do contrato de locação e promovido seu despejo mesmo faltando três anos para vencer o prazo combinado.

O inquilino, que pode ser esse comerciante ou mesmo uma dona de casa que reside em um apartamento, fica aflito com tal situação, que é comum de ocorrer. Só que a lei os protege dessas irregularidades, pois o vendedor, bem como o comprador, que ignoram as particularidades jurídicas podem ter vários problemas.

**LOCADOR QUE IGNORAR A LEI BENEFICIA O INQUILINO**

O inquilino, ao ter acesso ao registro imobiliário junto ao Ofício de Registro de Imóveis, poderá anular a venda ao depositar o valor da compra em juízo, evitando assim o despejo ao se tornar proprietário. O detalhe é que pagará apenas o valor de R$800 mil que consta na escritura e no registro desta. Caso o inquilino não tenha recursos financeiros para comprar o imóvel, poderá optar por reclamar do vendedor a indenização por perdas e danos, os quais deverão ser comprovados.

Todavia, na maioria das vendas de imóveis locados, o locador/vendedor respeita o direito de preferência do

inquilino e assim protocola junto a este a notificação prevista no artigo 27 da Lei do Inquilinato, que concede a ele 30 dias para que pague o valor ofertado. Passados 30 dias do recebimento da carta de oferecimento, o inquilino, por não ter esta quantia integral, não se manifesta e assim perde sua preferência, ficando o locador/proprietário livre para vender a quem desejar. Entretanto, se o vendedor fechar o negócio por valor menor, como no exemplo citado, deverá tomar medidas jurídicas para evitar o risco de ter a venda anulada.

**CONTRATE PREVIAMENTE UM ADVOGADO PARA AVALIAR CONTRATO E A DESOCUPAÇÃO**

Outro problema comum é o comprador que deseja adquirir o imóvel para seu uso próprio deixar de analisar se o inquilino irá desocupá-lo amigavelmente ou se terá que propor uma ação de despejo e se deverá indenizar alguma obra que este realizou no imóvel. Consiste ingenuidade confiar em promessas verbais e deixar de formalizar o que for acordado com um documento que seja aceito em juízo, para a hipótese de que este não seja cumprido.

A Lei do Inquilinato é complexa e contém diversos dispositivos que deixam de ser analisados pelo vendedor ou pelo comprador, que podem lhe causar transtornos e prejuízos por não terem sido orientados juridicamente, de maneira cuidadosa.

**CORRETOR NÃO É ADVOGADO**

Não cabe ao corretor de imóveis e nem à imobiliária aprofundar em questões jurídicas que exigem grande conhecimento, pois a função do corretor é aproximar as partes e estimular a conclusão do negócio para assim obter a sua justa remuneração.

Como regra, a aquisição do imóvel exige reflexão prévia sobre o que ocorrerá após a sua conclusão, em especial, os desdobramentos na área tributária e em relação a posse do bem, sendo um erro utilizar modelos padronizados de cartas e contratos por não atenderem determinadas particularidades.

MAURO WERKEMA

*mwerkema@uol.com.br*

*Jornalista e escritor*

# Tiradentes permanece vivo após 231 anos de sua morte

Em 21 de abril de 1792, Tiradentes sobe ao cadafalso no Rio para seu enforcamento. Em 2023, aos 231 anos de sua morte, o perfil humano e revolucionário de Tiradentes permanece com imensa e significativa atualidade na memória dos brasileiros. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em uma só frase, demonstra sua permanência na histórica e na ideologia e que se aplica aos nossos dias: "Se todos quisessem, poderíamos fazer do Brasil uma grande nação". Tiradentes, mártir e líder maior da conjuração de 1789, consolidou e ampliou sua reputação de herói popular. Pagava com a vida, aos 46 anos, por suas ideias republicanas, anti-colonialistas e libertárias. E a Inconfidência Mineira se consagra, na visão contemporânea dos historiadores, como movimento precursor da Independência de 1822 e da República de 1889. E, a partir de 1871, o Movimento Republicano, que se inicia no Brasil, reabilita Tiradentes e Inconfidentes e os escolhe como símbolos da República desejada.

Relembrar e celebrar a Inconfidência Mineira com respeito, dignidade e reconhecimento, como faz a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo neste 2023, em Ouro Preto e Tiradentes, encontra plenas justificativas pelo resgate histórico e pela homenagem à própria Minas Gerais. Contestado pelo regime colonial, mas glorificado pela História, Tiradentes e os inconfidentes, poetas, padres, militares e comerciantes, pregaram a liberdade pelos caminhos de Minas e se tornaram referência nativista pela Independência Brasileira, ocorrida justamente 30 anos após a execução do seu líder e degredo africano para os inconfidentes. Nos Autos da Devassa, na confissão de sua pregação, Tiradentes reafirmou suas convicções e sua conduta: foi traído, mas "não traiu jamais".

Vida e ação de Tiradentes e a Inconfidência Mineira continuam produzindo debates e estudos elucidativos, com atualização de pesquisas e análises históricas. E que ampliam a dimensão contemporânea da Inconfidência Mineira: "O Tiradentes", de Lucas Figueiredo, e "Ser republicano no Brasil Colônia", de Heloisa Starling, ambos de 2018, são dois exemplos de historiadores mineiros com trabalhos sobre Tiradentes e a Inconfidência. O primeiro, obra exaustiva, desvenda e amplia vida do alferes, suas andanças por Minas e sua pregação revolucionária. O segundo revela a primazia da Inconfidência Mineira no ideal republicano brasileiro e seus significados nos movimentos nativistas. Ambos expõem as mazelas do regime colonial português e os modos de vida em Minas no Século XVIII, especialmente em Vila Rica, sempre rebelde e resistente à opressão, em meio a um surto artístico e cultural despertado pelo Iluminismo libertário dos inconfidentes e um catolicismo tridentino severo e opressivo.

Apaixonado por Aleijadinho e o Barroco Mineiro, Germain Bazin, diretor conservador do Louvre, de Paris, diz que "a descoberta das minas enriquece Portugal, mas também traz o fermento que o fará perder a colônia". Já o filósofo Sérgio Rouanet, estudioso do Iluminismo, diz que importante são as ideias, circulantes em Vila Rica, que discutiam a Independência Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789. Numa reveladora coincidência histórica, a 14 de julho de 1789 caia a Bastilha em Paris e, um dia antes, eram presos os inconfidentes em Vila Rica, em uma significativa contemporaneidade. Com Tiradentes, aliados pelo mesmo ideal, foram presos Claudio Manoel da Costa, Tomas Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, que completam o drama lírico-romanesco da Inconfidência. Revela-se a contemporaneidade ideológica dos inconfidentes mineiros.

Ao relembrar o sacrifício de Tiradentes não há como deixar de pensar na trajetória de Minas Gerais. Nasce da riqueza do seu subsolo, que povoa seu território, conforma sua sociedade e sua identidade, mas também atrai ciclos de espoliação econômica, do Ciclo do Ouro e ao Ciclo do Ferro, que distinguem sua História Social e Econômica. Hoje, como em 1789, é justo esperar melhores retribuições à exploração da nossa riqueza natural. A Inconfidência Mineira e seu mártir maior, Tiradentes, nos convidam a refletir. Entre passado e futuro paira a riqueza do nosso solo. Exaltar a Inconfidência, sua inspiração e ideário, diz respeito à alma mineira, desde a "Minas inaugural", a Minas minerária de Rosa, e os valores, tradições, identidade, mas também as lutas dos mineiros por dias melhores.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# Brasília: as músicas mais tocadas em shows

Brasília comemorou 63 anos de fundação no dia 21 de abril último. Em celebração aos festejos deste dia importante para a capital do país, o Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) listou as cinco músicas mais tocadas em shows no município nos últimos cinco anos.

A liderança ficou com "Apelido carinhoso", de autoria de Junior Angelim. Uma curiosidade é que as três músicas, que empataram na segunda posição do ranking, contam com a autoria de Arlindo Cruz: "Hei de guardar teu nome", composição de Arlindo Cruz, Odemir de Lima e Adilson Victor, "Ai que saudade do meu amor", de autoria de Arlindo Cruz e Zeca Pagodinho, e "Deixa clarear", de Arlindo Cruz, Marquinho Pqd e Sombrinha.

Na capital federal ou em qualquer cidade do país, todos os promotores de shows, eventos e responsáveis por canais ou espaços, que usam música publicamente, como rádio, TV, cinema, plataformas digitais, casas de festas e outros locais de frequência coletiva, devem pagar direitos autorais. Esse pagamento é referente ao licenciamento musical, que deve ser prévio e efetuado diretamente ao Ecad, instituição privada e sem fins lucrativos e responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais de execução pública no Brasil.

Após a arrecadação dos valores, o Ecad faz a captação e identificação das canções e, em seguida, distribui os valores para as associações de música (Abramus, Amar, Assim, Sbacem, Sicam, Socinpro e UBC), que o administram e que fazem a gestão e a distribuição dos direitos autorais diretamente aos compositores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos.

"Brasília tem sua relevância na cena musical do país e revelou bandas e artistas de destaque. Por isso, a conscientização sobre os direitos autorais é fundamental, pois só será possível remunerar esses profissionais se houver o pagamento por parte de toda pessoa física ou jurídica que usa a música publicamente. Temos feito em Brasília e em suas regiões administrativas visitas técnicas para informar a quem ainda não faz esse pagamento, que esse é um direito e um dever garantido por lei", disse Nereu Silveira, gerente de arrecadação do Ecad da unidade do Distrito Federal, Mato Grosso, Pará, Amapá, Tocantins e Goiás, citando a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

Dos valores arrecadados pelo Ecad, 85% são repassados aos compositores, intérpretes e demais titulares. Os 15% restantes são direcionados à gestão coletiva para a administração das suas atividades operacionais em todo o Brasil, sendo que 9% vão para o Ecad e 6% vão para as associações.

**TOP 5 – MÚSICAS MAIS TOCADAS NO SEGMENTO DE SHOWS EM BRASÍLIA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS**

| Posição | Música | Autores |
|---|---|---|
| 1 | Apelido carinhoso | Junior Angelim |
| 2 | Hei de guardar teu nome<br>Ai que saudade do meu amor<br>Deixa clarear | Odemir de Lima / Arlindo Cruz / Adilson Victor<br>Arlindo Cruz / Zeca Pagodinho<br>Arlindo Cruz / Marquinho Pqd / Sombrinha |
| 3 | Amor falso | Mc Rogerinho / Walber Cassio / Felipe Enzo |
| 4 | Propaganda | Os Parazim / Henrique Casttro / Marcia Araujo / Diego Silveira |
| 5 | Largado às traças | Victor Hugo / Andre Vox / Philipe Pancadinha |

# Royal Salute cria edição especial para a coroação do Rei Charles III

*Apenas 500 preciosas garrafas de Royal Salute Coronation of King Charles III Edition estarão disponíveis a partir de abril de 2023, em varejistas especializados e selecionados em todo o mundo*

Criado pela primeira vez como um presente para Sua Majestade a Rainha Elizabeth II no dia de sua coroação em 1953, Royal Salute, excepcional whisky escocês envelhecido, marca o início de uma nova era da monarquia contemporânea com uma preciosa garrafa de edição limitada, a Royal Salute Coronation of King Charles III Edition. Desde a sua criação, Royal Salute homenageia a monarquia britânica com rótulos significativos de expressões únicas que representam e incorporam um momento na história.Tal como há 70 anos, não poderia haver um momento mais adequado para Royal Salute prestar sua homenagem mais uma vez.

Habilmente trabalhada pelo Master Blender, Sandy Hyslop, a cobiçada expressão é um whisky atemporal para ser valorizado e saboreado nos próximos anos. Um blend de mais de 53 whiskies raros de malte e grãos, para refletir o ano em que o emblemático whisky foi criado pela primeira vez. Royal Salute Coronation of King Charles III Edition é uma expressão rica e complexa com notas de groselha fresca, praliné de chocolate amargo e castanhas torradas. No paladar, um sabor de figos doces e gengibre fresco levam a um final longo e rico com um tom espirituoso de especiarias.

Comentando sobre o exclusivo lançamento, Sandy Hyslop , master blender da marca, diz: “Esta expressão é um tributo importante tanto à monarquia britânica quanto à história de origem única de Royal Salute. Eu queria marcar esta ocasião memorável com um blend tão icônico e especial quanto o do Royal Salute 21 Year Old Signature Blend, criado em homenagem à Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, em 1953. Elaborar este blend, foi a ocasião perfeita para refletir sobre a abordagem inovadora que adotamos para produzirmos whisky nos últimos 70 anos e um momento único para vislumbrar o que pode ser alcançado nos próximos anos”.

Royal Salute Coronation of King Charles III Edition está alojada em um decantador Dartington Crystal, de um tom profundo de azul safira, reminiscente das pedras preciosas incrustadas na Coroa do Estado Imperial. Mantendo o estilo de assinatura de Royal Salute, o decantador é apresentado em uma impressionante caixa de madeira inspirada na icônica Abadia de Westminster, com detalhes primorosamente esculpidos na madeira, prestando homenagem ao cenário histórico das cerimônias de coroação britânica desde 1066. As joias e brasões de cada país que forma a Grã-Bretanha foram a inspiração para a arte dentro da caixa de presente, simbolizando a unidade sob a Coroa e a solidariedade duradoura entre as nações.

Apenas 500 preciosas garrafas preciosas da edição Royal Salute Coronation of King Charles III Edition estarão disponíveis a partir de abril de 2023, em varejistas especializados e selecionados, ao redor do mundo, ao custo de $25.000 USD. Para mais informações, visite royalsalute.com ou siga @royalsalute nas redes sociais. Para o Brasil, serão trazidas apenas duas garrafas, sendo uma delas já vendida, e a outra, muito possívelmente, prevista para ser leiloada em benefício de entidade filantrópica.

Whisky escocês excepcionalmente trabalhado e envelhecido, Royal Salute começa pelos 21 anos, onde os outros terminam. Criada para marcar a coroação da Rainha Elizabeth II e a saudação de 21 tiros que a homenageou quando foi entronada, a marca é rica em tradição e orgulhosa de sua linhagem real, mas está firmemente engajada no mundo moderno, impulsionando constantemente a arte de se transformar em algo novo, criativo, a partir de novos e ambiciosos projetos. Está profundamente envolvida com o pplo – o esporte coletivo mais antigo do mundo, e um jogo que está se expandindo na era moderna. Royal Salute patrocina mais de 15 torneios internacionais de polo do Reino Unido e dos Estados Unidos, passando também pela Argentina, China e Coreia.

Chivas Brothers é o negócio da Pernod Ricard inteiramente dedicado ao whisky escocês. Seu portfólio premiado apresenta algumas das marcas de uísque escocês blended e single malt mais reverenciadas do mundo, incluindo Chivas, Ballantine's, Royal Salute e The Glenlivet, que são exportados da Escócia para mais de 100 países em todo o mundo. Segundo produtor mundial de uísque escocês, Chivas Brothers e sua equipe de 1.600 pessoas em 27 locais estão comprometidos em defender a herança e buscar o progresso do uisque e garantir seu futuro sustentável, além de abri-lo a novos públicos em todo o mundo . Chivas Brothers foi premiado como "Produtor de Uísque Escocês do Ano"

ITAMAR DE OLIVEIRA

*Jornalista e escritor*

# Um pedacinho de BH chamado Barro Preto

Era uma vez um pedacinho de Belo Horizonte que se chamava Barro Preto.

Era uma vez um pedacinho de Belo Horizonte que a régua e o compasso do engenheiro e urbanista Aarão Reis delimitaram como Barro Preto. Um lugar de encontros e reencontros de brasileiros e imigrantes- a maioria italianos- que ajudaram a fazer da capital de Minas Gerais um espaço aberto para o trabalho que garante o pão, a moradia, a liberdade e a cidadania.

O jornalista Francisco de Assis Alves Brant- o Chico Brant, respeitado e admirado inter pares-caminhou com extraordinária desenvoltura pelas trilhas da observação, da memória e da história para colocar, definitivamente, o Barro Preto do lado esquerdo de uma cidade que nasceu com o norte dos ideais de progresso e com a vocação mais importante de aceitação democrática de diferenças culturais e religiosas.

A reconhecida e relevante coleção BH, a Cidade de Cada Um, tornou-se muito mais rica, completa e pedagógica com a profusão de personagens que fazem parte de uma paisagem em que a antiga Cidade de Minas do pretérito se tornou a Belo Horizonte do presente.

Em agosto de 1900, o então prefeito Bernardo Pinto Monteiro autorizou a formação do núcleo operário do Barro Preto. O lugar carrega, pois, desde sua origem, a marca do trabalho e da solidariedade de uma camada da população que aprendeu e nos ensina lições de humanismo e de fraternidade.

O Barro Preto, que nasceu pobre e operário, a partir de 1940 seguiu o ritmo progressista de Belo Horizonte e viveu uma pré-adolescência que transformou o cenário antigo em espaço contemporâneo de comércio, lazer e prestação de serviços.

São milhares de pessoas, como o nosso Chico Brant e o padre José Candido da Silva, que se orgulham de ter nascido, vivido, trabalhado ou se divertido no surpreendente território do Barro Preto.

Uma riqueza maior do trabalho do eterno repórter que pulsa no coração do escritor é o arsenal de depoimentos recolhidos e registrados pelo nosso Chico Brant.

Pedacinhos de recordações, até então guardados em memórias individuais, estão devidamente documentados e o Barro Preto reaparece iluminando a história afetiva de Belo Horizonte com lembranças que agora estão eternizadas.

O irrequieto e observador publicitário e compositor Gervásio Horta, flanando pelo Barro Preto, cometeu uma canção intitulada Lindo Barro Preto, que celebra circuitos do metabolismo do bairro com flashes da Avenida Augusto de Lima com as ruas Rio Grande do Sul, Araguari, Mato Grosso e Ouro Preto. Gervásio assinala que as vitrines das lindas lojas de modas masculina, feminina e infantis despertam as fantasias mais extraordinárias.

Apaixonado pelo Cruzeiro de Tostão, Piazza, José Carlos, Dirceu Lopes e outros craques da bola, Gervásio enxerga o mundo pelo azul de Pablo Picasso.

O Barro Preto foi ainda o cenário do encerramento da Revolução de 1930 em Belo Horizonte.

Fica muito claro que o Barro Preto não começa na Praça Raul Soares e não termina no Prado, no Calafate, na Barroca ou na Nova Suíça, em uma interminável marcha para o Oeste.

O Barro Preto não precisa andar depressa.

Seus artífices, artistas e operários são homens e mulheres que inventaram um jeito especial de viver a vida com poesia, combatividade e criatividade. Gente que trabalha de forma solidária e fraterna.

Viva o Barro Preto de tantas lutas e conquistas. Viva o Barro Preto, semente de liberdade e cidadania.

Muito obrigado Chico Brant.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

# Das trilhas do Pantanal às farmácias no Japão: viagens que contam a história de uma vida

*Em "E agora, pra onde?", a escritora Tania Moschini faz relatos autobiográficos e divertidos sobre suas experiências em vários lugares do mundo*

Para a escritora e revisora Tania Moschini, viajar é a "tônica da vida". Essa paixão é tão grande que inspirou o lançamento de E agora, pra onde? Relatos de viagens com muitas risadas e emoções, um livro de crônicas sobre momentos engraçados e emocionantes vivenciados mundo afora. Com uma escrita leve, otimista e descontraída, ela retrata experiências protagonizadas em família.

Nos mais de 40 capítulos que integram este título, a autora leva os leitores para muitos lugares, do Japão ao Pantanal. A partir de seus textos, o público é apresentado a países como China, Chile, Inglaterra, Itália, Peru, Alemanha, entre outros. Há até mesmo viagens nunca feitas, mas que continuam nos planos apesar de estresses anteriores, causados pela necessidade de impor limites às decisões de uma das filhas.

As histórias são sempre narradas pela própria escritora, com presença recorrente do marido, o maior parceiro dessas aventuras, além das três filhas. E agora, pra onde? é também uma obra autobiográfica sobre situações universais de uma vida. A companhia do primeiro amor, a formação de uma família e o crescimento profissional são algumas das questões entrelaçadas nos relatos de viagem.

A autora retrata, por exemplo, os conflitos gerados no núcleo familiar após a busca por independência de uma das filhas em outro continente. Fala ainda dos sentimentos de estar ao lado dos pais depois de adulta, como se retornasse à inocência da infância por breves instantes. Entretanto, essas narrativas em família estão nas entrelinhas, sempre conectadas a eventos cômicos que vão divertir e encantar o público.

*Antes de subirmos ao nosso quarto, fomos até uma farmácia no lobby do hotel. Aí começou o desafio. O Antonio Joaquim, que não fala inglês e muito menos japonês, começou a travar uma luta hercúlea com a atendente, uma japonesinha idosa, simpática, cheia de vontade de nos atender. Tudo em vão. A comunicação não fluía. A frase dele se resumia a isso: "Please, I ..." e tossia, na tentativa de fazê-la entender que o problema era gripe e tosse. A senhorinha, paciente, esperava ele parar de tossir para retomar a frase. E ficou nisso. Ele tossindo para se fazer entender e ela esperando educadamente a crise da tosse passar.*

(E agora, pra onde?, pg. 40)

---

### *Ficha técnica*

*Título: E agora, pra onde? Relatos de viagens com muitas risadas e emoções*

*Autora: Tania Moschini*

*ISBN: 9786558724582*

*Páginas: 220*

*Preço: R$ 52,98 (físico) e R$ 19,90 (e-book)*

*Onde comprar:*
*Amazon | Clube de Autores*

A obra tem um texto simples, para alcançar todos os leitores e não apenas aqueles que planejam viajar. "A intenção nem passa perto de se tornar um guia de viagens, ou de dicas sobre minhas andanças. O intuito é simplesmente compartilhar as sensações vividas durante as minhas aventuras nos mais variados cenários, onde quer que eu esteja", complementa a autora.

Neste livro, as pessoas mergulham nos relatos de Tania Moschini para serem levadas a outras cidades, mas são conduzidas também por uma trajetória de vida contada através de viagens. A própria escritora faz um convite à leitura, para conhecê-la: "Você vem?".

## A autora

Natural de Três Passos, no Rio Grande do Sul, Tania Moschini mora em Cuiabá, no Mato Grosso. Formada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Francesa, dedicou quase quatro décadas de sua vida ao trabalho em áreas técnicas e em gestão de secretarias estaduais. Foi, durante 17 anos, assessora e revisora de textos do Tribunal de Contas do Estado, no MT. Depois de se aposentar, começou a prestar serviços de revisão e de ghostwriter. Também passou a se dedicar à literatura, com a estreia de "E agora, pra onde?".


**SICOOB CREDICOM,**
*SOMOS A MAIOR COOPERATIVA FINANCEIRA DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL.* **E A MAIOR COOPERATIVA FINANCEIRA DE MINAS GERAIS.**

Aqui você vai conhecer um atendimento próximo de verdade, produtos financeiros completos, taxas com as melhores condições e uma coisa que você não encontra por aí: a participação nos resultados. Isso mesmo, dinheiro de volta na sua conta.

**Classificação da Moody's** para os ratings de emissor e de depósito de longo prazo: A.br.

**Saiba mais: sicoobcredicom.com.br**

Central de relacionamento: 0800 283 0003 | Ouvidoria Sicoob: 0800 725 0996 | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

SICOOB CREDICOM
Bons resultados o tempo todo.

mercadocomum.com

# MERCADOCOMUM SUPERA MARCA DE 4,56 MILHÕES DE LEITORES

De acordo com o Google Search Analytics, o site de MercadoComum Online (www.mercadocomum) obteve **4,56 milhões** de visualizações e acessos às suas páginas durante o período de 15 de março a 10 de abril de 2023.

Outros **120.000** formadores de opinião em todo o país recebem, regular e mensalmente, as edições em PDF de MercadoComum.

MercadoComum®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!